



KLS

História do Brasil República II

História do Brasil República II

Lis de Freitas Coutinho

Marcos Oliveira Amorim Tolentino

© 2019 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Presidente

Rodrigo Galindo

Vice-Presidente Acadêmico de Graduação e de Educação Básica

Mário Ghio Júnior

Conselho Acadêmico

Ana Lucia Jankovic Barduchi

Danielly Nunes Andrade Noé

Grasiele Aparecida Lourenço

Isabel Cristina Chagas Barbin

Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

Revisão Técnica

Daniela Resende de Faria

Rafael Pavani da Silva

Vítor Aquino de Queiroz D'Ávila Teixeira

Editorial

Elmir Carvalho da Silva (Coordenador)

Renata Jéssica Galdino (Coordenadora)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Coutinho, Lis de Freitas

C871h História do Brasil República II / Lis de Freitas Coutinho,
Marcos Oliveira Amorim Tolentino. – Londrina : Editora e
Distribuidora Educacional S.A., 2019.
248 p.

ISBN 978-85-522-1459-5

1. Ditadura militar. 2. Democracia. 3. História do Brasil.
I. Coutinho, Lis de Freitas. II. Tolentino, Marcos Oliveira
Amorim. III. Título.

CDD 981

Thamiris Mantovani CRB-8/9491

2019

Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza

CEP: 86041-100 — Londrina — PR

e-mail: editora.educacional@kroton.com.br

Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

Sumário

Unidade 1

Trabalhismo, movimentos sociais e democracia..... 7

Seção 1.1

Estruturação do campo político: partidos e frentes parlamentares..... 9

Seção 1.2

Movimentos sociais: conflitos pelo exercício da cidadania... 24

Seção 1.3

O Governo Dutra e o retorno de Vargas 39

Unidade 2

Desenvolvimento econômico e os limites da democracia brasileira 59

Seção 2.1

Do segundo governo Vargas a JK..... 61

Seção 2.2

Nacional-desenvolvimentismo e a fragilidade da democracia 75

Seção 2.3

O golpe civil-militar de 1964..... 91

Unidade 3

Regime Militar 111

Seção 3.1

Governos Castelo Branco, Costa e Silva e Médici: o endurecimento do regime militar..... 113

Seção 3.2

O governo Médici: “milagre econômico”, censura e repressão 126

Seção 3.3

Governos Geisel e Figueiredo: “transição lenta e gradual” .. 146

Unidade 4

A democracia na Nova República 171

Seção 4.1

O processo de redemocratização: de Sarney ao Plano Real. 173

Seção 4.2

O Brasil entre dois projetos políticos: os governos FHC e Lula 192

Seção 4.3

Continuidades e rupturas da democracia brasileira 213

Palavras do autor

Caro aluno, seja bem-vindo!

Na disciplina História do Brasil República II nós buscamos trazer elementos da historiografia mais relevante a respeito dos principais acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais ocorridos no Brasil entre 1945 e 2018. Essa periodização corresponde a um mundo em transformação e, no caso brasileiro, à estruturação do campo político democrático, suas tentativas de estabilidade, rupturas, continuidades, revelando sua fragilidade e os impasses para seu desenvolvimento. A temática da democracia e os embates do campo político fazem parte do nosso cotidiano, não apenas enquanto docentes, mas também no exercício da cidadania diária, por isso a importância da análise e do estudo desses fenômenos históricos. Além disso, para a prática em sala de aula você deverá estar preparado para responder a questionamentos sobre os conteúdos clássicos da história e da historiografia do Brasil dos séculos XX e XXI, visto que os estudantes costumemente trazem apontamentos sobre assuntos temporalmente mais próximos à sua realidade.

Para estudar essa periodização, na Unidade 1 (Trabalhismo, Movimentos Sociais e Democracia) analisaremos como o campo político brasileiro foi estruturado a partir de 1945, os movimentos sociais que marcaram o final da década de 1940 e os anos de 1950, e os primeiros governos desta época, o de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e o de Getúlio Vargas (1951-1954). A Unidade 2, “Desenvolvimento econômico e os limites da democracia brasileira”, é dedicada à compreensão do ciclo que vai do final do Governo Vargas, passando pela ideologia nacional-desenvolvimentista, até o golpe civil-militar de 1964. Na terceira unidade examinaremos o regime militar desde seu início com o governo de Humberto de Alencar Castelo Branco, seu fechamento e abertura até as eleições presidenciais indiretas de 1985. Na última unidade abordaremos a temática da redemocratização e o longo processo da estabilização econômica, isto é, o estudo dos governos eleitos após 1985, os projetos políticos e econômicos dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), e

as continuidades e rupturas com os governos de Dilma Rousseff (2011-2016) e de Michel Temer (2016-2018).

Por tratar de acontecimentos cujos desdobramentos ainda estão se desenvolvendo, incentivamos que você, enquanto aluno, se dedique nesta empreitada de estudos a fim de esclarecer possíveis dúvidas, munido do cabedal necessário para realizar pesquisas dentro e fora da sala de aula

Unidade 1

Trabalhismo, movimentos sociais e democracia

Convite ao estudo

Caro aluno, seja bem-vindo! Nesta unidade você irá estudar e conhecer mais sobre os principais acontecimentos políticos, econômicos e sociais do Brasil entre os anos de 1945 e a década de 1950, período de redemocratização em que se estruturou o campo político democrático brasileiro contemporâneo após o Estado Novo. Trata-se de conjuntura importante para a formação dos partidos políticos, bem como das frentes parlamentares que disputaram o poder até o golpe de 1964.

Em meio à crescente polarização política, o estudo da estruturação do campo político no século XX torna-se fundamental para a compreensão da história do Brasil contemporâneo, principalmente para estabelecer um diálogo em sala de aula, no qual você, enquanto professor, terá papel fundamental como mediador. Compreender o multipartidarismo estabelecido a partir de 1945, as alianças e os jogos políticos será imprescindível para nossa proposta e para a percepção dos motivos que levaram ao cancelamento do registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1947, num contexto de início da Guerra Fria.

Nesta unidade você irá identificar alguns dos mais importantes agentes políticos e sociais que atuaram nos principais movimentos sociais que eclodiram naquele contexto, fossem no campo, no meio urbano ou entre os estudantes. Importante lembrar que esses movimentos nasceram numa conjuntura de ampliação da participação cidadã e, embora não sejam isolados em relação a outras periodizações, quebram com o padrão muitas vezes visto na história brasileira de cooptação e coerção de sujeitos históricos que lutaram por seus direitos.

Além da análise dos movimentos sociais – que influenciaram alguns dos grupos que atuam nos dias de hoje –, você poderá observar a influência da conjuntura da Guerra Fria no jogo político brasileiro, bem como nos planos econômicos lançados pelos governos Dutra e Vargas. Em sala de aula a relação entre Brasil e os blocos hegemônicos, bem como os países do eixo Sul-Sul, será de grande importância para a compreensão não apenas da política externa brasileira, mas também de questões internas, uma vez que envolvem desdobramentos políticos, econômicos e sociais provenientes dessas relações.

Embora o governo Dutra seja pouco estudado, sua importância se dá por representar a transição democrática. Já Vargas é frequentemente lembrado menos por sua atuação enquanto presidente eleito e mais pelo período que permaneceu à frente da Nação durante o Estado Novo. O caso de Vargas merece atenção, pois ainda na atualidade sua figura é usada por partidos políticos como sinônimo de nacionalismo e luta pelos direitos trabalhistas, ainda que essas afirmativas sejam questionáveis. A ambiguidade de Vargas muitas vezes é questionada em sala de aula pelos alunos: como é possível entender o retorno de Vargas ao poder tendo em vista o caráter ditatorial do governo instituído com o Estado Novo? Torna-se necessário propor em sala de aula o estudo das circunstâncias que propiciaram sua eleição na década de 1950 e as políticas econômicas que levaram à discussão sobre nacionalismo e anti-imperialismo norte-americano, questões recorrentes na então conjuntura da Guerra Fria e que permanecem relevantes para a atualidade.

Estruturação do campo político: partidos e frentes parlamentares

Diálogo aberto

A estruturação do campo político brasileiro está em constante mutação, seja pela criação de partidos políticos, modificação de legendas, articulações e desarticulações de alianças partidárias ou mesmo a troca de agremiações partidárias por políticos. O chamado multipartidarismo nem sempre foi uma realidade no exercício da política brasileira, como durante o Estado Novo, quando os partidos foram extintos, ou na ditadura militar, com o Ato Institucional nº 2 que, entre outras coisas, instituiu o bipartidarismo.

Relevante para funcionamento da democracia, o multipartidarismo foi estabelecido a partir da Lei nº 7.586 de 28 de maio de 1945, também conhecida como “Lei Agamenon” e consolidado com a Constituição de 1946. Apesar disso, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve seu registro cancelado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 1947, por ser considerado um partido internacional liderado pela então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), antidemocrático e que em caso de guerra entre os países, apoiaria a URSS e não o Brasil.

É de extrema importância que você compreenda o funcionamento e a estruturação do campo político brasileiro a partir de 1945, pois é dessa formação de alianças e de frentes parlamentares que será possível entender as eleições, principalmente no âmbito federal, até 1964 e, posteriormente, o alinhamento bipartidário no regime militar, e também os desdobramentos e as mutações partidárias no período de redemocratização após 1985.

Refletindo sobre todo esse histórico, considere que no exercício da docência suponha que um estudante lhe apresente trechos de uma reportagem sobre o futuro do PT (Partido dos Trabalhadores) nas eleições presidenciais de 2018 (PRAZERES, L.; REBELLO, A. **Fim de linha? Preso, Lula terá dificuldades para indicar um plano B às eleições e para passar bastão do comando do PT.** UOL Notícias) e lhe questione: alguma vez na história do Brasil um partido foi considerado inelegível ou ilegal? Caso sim, o que levou a esta situação?

A historiografia brasileira tem como uma de suas discussões sobre marcos históricos o período após 1945, o da redemocratização do país. Podemos pensar a estruturação do campo político republicano a contar da transição do **Estado Novo** (1937-1945) para a nova ordem democrática que se efetuou com as eleições diretas federais de 1945, consolidando-se na Constituição de 1946.

Em torno desse primeiro momento de transição constituiu-se um grande debate intelectual a respeito da maneira como a transição deveria ser realizada. Havia em curso, desde as décadas de 1920 e 1930, uma discussão intelectual sobre a forma de se pensar o país e, conseqüentemente, sua política. De um lado tínhamos pensadores como Francisco José de Oliveira Viana (1883-1951), mais conhecido como Oliveira Viana, considerado um nacionalista autoritário, de corrente cientificista de acordo com Lúcia Lippi Oliveira (1990). Viana tinha como uma de suas ideias principais a da incompatibilidade entre o liberalismo e a realidade brasileira, pois de acordo com ele, como o povo brasileiro não tinha senso de solidariedade social, era incapaz de se aglutinar para defender causas de interesse coletivo, e por isso era um povo desunido, resistente à concepção de espírito público. A consequência seria o fato de que os partidos políticos brasileiros não representariam correntes de teorias ou de demandas de classes ou de parcelas da sociedade, antes seriam apenas agrupamentos sem conteúdo, com o único objetivo de angariar cargos públicos para proveito de sua posse e vantagens. Ou seja, as instituições políticas cuja representação se dessem por meio do voto universal e de partidos políticos estariam fadadas ao fracasso no Brasil por irem de encontro à natureza do povo. De acordo com o autor, a solução viria do fomento do sentimento de solidariedade social e de defesa de interesses comuns entre integrantes de cada agrupamento profissional (associações, federações, sindicatos, etc.), da substituição do voto universal pelo voto classista ou corporativo, transformando o Estado liberal em um corporativo, remodelado, centralizador e intervencionista, operando por meio de um Poder Executivo forte. Oliveira Viana, influenciado pela teoria da circulação das elites de Vilfredo Pareto (1848-1923) – economista e sociólogo nascido na França –, valeu-se da teoria das elites dirigentes como explicação para a construção e consolidação histórica do Estado brasileiro, afirmando que a idealização e concretização de um projeto coletivo nunca é fruto da massa, mas de uma elite que conduz e garante a sua execução. Dessa forma, a nação prosperaria ou pereceria de acordo com a capacidade ou incapacidade, moral e intelectual de suas classes dirigentes, enquanto as massas populares, por não possuírem um ideal coletivo dessa unidade, nunca poderiam se autocomandar e governar a nação.

Em debate com essas ideias Sérgio Buarque de Holanda surgiu como crítico, respaldado teoricamente na nova história social francesa, na sociologia da cultura alemã, além de utilizar elementos da teoria sociológica e etnológica. *Raízes do Brasil*, publicada pela primeira vez em 1936, é uma de suas obras fundamentais sobre o período que se contrapõe à visão do país construída por Oliveira Viana. Holanda opôs-se à noção de que o Brasil deveria ser dirigido por uma elite branca e destacou as contribuições indígenas e africanas na construção do país, além disso, pontuou que o liberalismo como discurso acabou se separando da democracia como forma concreta de governo. Para Holanda, uma minoria que havia conduzido os movimentos de independência no Brasil, embora tenha feito uso da retórica da liberdade, permaneceu agindo de forma opressora, ao que ele vislumbrava como solução uma revolução a longo prazo, de tomada de poder pelo povo para que o liberalismo como discurso e a democracia pudessem ser conciliados efetivamente. Essa revolução democrática em longo prazo ocorreria ao passo que exigiria mudanças nas estruturas de poder e também na estrutura de personalidade do “homem cordial” – um dos pilares da sua análise. Os valores e os discursos liberais não eram compatíveis com uma sociedade dominada pela arbitrariedade e pelo familismo, ainda assim não apenas o Brasil, como toda a América Latina recém-independente recorreu à retórica liberal como instrumento de legitimação de acordo com o modelo europeu. Holanda argumentava que por não ter tido lutas pelo progresso liberal, das quais surgiram na Europa novos atores políticos e mudanças de estrutura de poder, o liberalismo na América Latina foi disseminado como receita a ser coberta pelas experiências históricas locais.

Tais formas de pensar a política brasileira nos ajudam a analisar o movimento de redemocratização e principalmente as diversas correntes de estudos entre historiadores e cientistas sociais que focalizaram diferentes justificativas para a queda do Estado Novo que resultariam em uma estruturação do campo político institucional. Décio Saes (1991), por exemplo, elucidou o tema a partir das perspectivas dos setores médios da sociedade, enquanto Berenice Cavalcante (1989) destacou a perspectiva dos intelectuais, a relação de grande número deles com a máquina do Estado Novo e as tensões internas no que se referiam aos alinhamentos econômicos, políticos e de apoio a Getúlio Vargas em 1945. Já Hélio da Costa (1993) partiu do ponto de vista dos trabalhadores, e Stanley Hilton (1987) da intervenção estadunidense no processo do fim do Estado Novo. Apesar desses diferentes enfoques, grande parte das análises mais abrangentes sobre o processo de redemocratização o percebeu como um movimento sem ampla participação popular, apenas como adequação à nova realidade internacional após a derrota do nazifascismo. Importante lembrar que a partir das vitórias

dos países aliados desde 1942 na Segunda Guerra Mundial e o sucesso no segundo semestre de 1944, os ideais da liberal democracia, propagados por grande parte de seus membros, acabaram influenciando os países que haviam se unido a eles.



Saiba mais

Para saber mais sobre o posicionamento e envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, sugerimos que você veja os quatro mapas sobre o tema na nova edição, agora disponível on-line, do Atlas Histórico do Brasil. São documentos digitalizados, como fotografias e manuscritos, além de texto e verbetes que auxiliarão na compreensão destes acontecimentos:

- ATLAS FGV. **Segunda Guerra Mundial**. 2006.

A complicação que este modo de interpretação apresenta é que ele não dá a devida importância aos movimentos sociais ocorridos no Brasil e leva em consideração o modelo político proposto por intelectuais como Oliveira Viana, um dos ideólogos do trabalhismo e do autoritarismo proposto pelo Estado Novo. Nesta ótica, a transição sucedida na redemocratização teria ocorrido sem grandes rupturas, pois ao ser pressionada pela alta sociedade e encaminhada pela máquina estatal estadonovista, foi chamada pelo próprio governo de "transição pelo alto" (DELGADO, 2003, p. 131).

Além da pressão externa, o governo varguista sofria com pressões internas derivadas das disputas pelo poder entre diferentes agentes históricos, entre os quais Jorge Ferreira (2003, p. 28) aponta: grupos civis, entre eles estudantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), grupos de comunistas seguidores de Luís Carlos Prestes (1898-1990), banqueiros, e grupos militares aglutinados na Sociedade dos Amigos da América na Liga da Defesa Nacional, que naquele momento agregava também intelectuais, estudantes, profissionais liberais e operários. Diante desse quadro, de acordo com a historiadora Lucilia de Almeida Delgado (2003, p. 133) restou a Getúlio Vargas a opção de compor a transição que estava em andamento na tentativa de comandá-la de modo a se manter no cenário político nacional e preservar sua base material e simbólica de maneira a conservar o poder nessa nova conjuntura. A estratégia utilizada foi convocar eleições para o Parlamento, que retornaria a atuar permanentemente e inicialmente como Assembleia Nacional Constituinte, além de convocar o pleito para a presidência e implementar um sistema multipartidário com bases nacionais por meio do Decreto Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945. A chamada **Lei Agamenon** regulamentou sobre as eleições e trouxe novidades para a história republicana, pois requeria que os partidos tivessem registro em cinco ou mais estados da federação, além de exigir a

apresentação de um referendo de ao menos dez mil eleitores e uma personalidade jurídica. A lei ficou conhecida pelo nome de Agamenon Magalhães (1893-1952), responsável por sua elaboração, ex-interventor de Pernambuco que havia assumido o Ministério da Justiça em três de março de 1945 com o objetivo de regulamentar a transição democrática. Na prática, a lei indicava a quebra com a antiga tradição regional partidária que manteve até então os poderes das oligarquias estaduais; os partidos deveriam ter caráter nacional. Uma vez implementado, o sistema multipartidário seria marcado pelos partidos nele formados e pela polarização dicotômica até o seu fim com o Ato Institucional nº 2 de 1965, que instituiu o bipartidarismo. Há que se ressaltar que no período de derrocada do Estado Novo e de transição observou-se um conjunto de manifestações populares ocorridas entre fevereiro e outubro de 1945, que demandavam que Vargas continuasse à frente do poder. O fenômeno, conhecido como "queremismo", era também uma reação aos insultos deferidos contra Getúlio Vargas e recebeu apoio discreto do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e do Departamento Nacional do Trabalho. Jorge Ferreira (2003) pontua que embora os opositores do governo não compreendessem o fenômeno, a interpretação liberal era a de que se tratava de consequência do uso estratégico das propagandas de massa como aquelas oriundas da Alemanha nazista pelo DIP sobre o povo iletrado.



Exemplificando

Este cartaz do período do **Estado Novo** (1937-1945) apresenta Getúlio Vargas em relação às crianças, sendo que uma delas carrega a bandeira brasileira. Com conteúdo altamente patriótico, a peça traz um texto que exorta as crianças a que aprendam no lar e na escola o culto à Pátria, pois isso trará todas as probabilidades de êxito. Segue afirmando que apenas o amor constrói, e ao amar o Brasil, as crianças conduzirão o país aos mais altos destinos entre as nações e realizarão os desejos de engrandecimento instalados em cada coração

Figura 1.1 | Exemplo de Propaganda do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)



Fonte: <https://goo.gl/NHbSR6>. Acesso em 23 ago. 2018.

brasileiro. Trata-se de propaganda com objetivo doutrinador específico, cujo alvo era o público infante-juvenil, provavelmente o estudante do primário. De acordo com a historiadora Maria Helena Capelato (1999, p. 172) o DIP tinha como objetivo esclarecer a opinião pública a respeito das diretrizes doutrinárias do regime, intervindo a favor da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira. Ligado diretamente à Presidência da República, o DIP procurava veicular uma imagem de Getúlio Vargas que o identificasse com o Brasil e seu povo. Essas diretrizes são visíveis na imagem apresentada, pois Getúlio Vargas aparece em primeiro plano, bem vestido, sorrindo, oferecendo um gesto afetuoso em direção às crianças – também bem arrumadas, sorridentes e brancas – projetando o que se consideraria o público estudantil brasileiro ideal: ordeiro, feliz, dócil e respeitoso não apenas à pátria, mas também ao seu líder. A relação de Vargas com estas crianças pode ser lida como a de um pai em relação aos seus filhos, propagando uma visão que aproximava o ditador da população com vistas à eliminação de possíveis oposições ao regime.

Em torno da figura de Vargas e do posicionamento em relação à herança trabalhista é que se formaram as duas principais correntes políticas que deram origem aos principais partidos políticos da época. Segundo Lucilia de Almeida Delgado (2003, p. 131-132) de um lado havia uma corrente anties-tadonovista, fomentada por ideais liberais democráticos vindos da Segunda Guerra Mundial; por outro lado havia uma parte da população que usufruiu tanto materialmente como simbolicamente do projeto trabalhista getulista e se sentia ameaçada pelas possíveis mudanças caso Vargas saísse do poder. O primeiro grupo era numericamente pequeno, circunscrito a empresários, militares de alta patente e intelectualidade apoiada em princípios liberais; já o segundo era numeroso, incluindo o movimento queremista.



Assimile

Trabalhismo e queremismo

Embora o queremismo seja um movimento fundamentado no trabalho, é preciso explicitar que ele não se confunde com o mesmo em termos organizacionais. Apesar disso, o queremismo não teria sido possível sem o suporte do trabalhismo entendido como ideologia política centrada em Getúlio Vargas. O trabalhismo fora forjado ao longo das décadas de 1930 e 1940 enquanto “(...) ideologia política de valorização do trabalho e de ‘reabilitação’ do papel e do lugar do trabalhador nacional” (GOMES, 1999, p. 53). Tal valorização se dava por meio de

iniciativas nas legislações trabalhista, previdenciária e sindical, além da Justiça do Trabalho, em um movimento que ia muito além da concessão de direitos pelo Estado, incluindo lutas em um processo desencadeado pela própria classe trabalhadora que pressionou o governo por maior espaço social e político. De acordo com Ângela de Castro Gomes, tratava-se de uma estratégia político-ideológica para combater a pobreza, promovendo o valor do trabalho, que passou a ser o ideal do homem na obtenção de riqueza e cidadania. Assim, os direitos sociais estariam vinculados à revalorização do trabalho, dimensão fundamental de revalorização do próprio homem. “O trabalho passaria a ser um direito e um dever; uma tarefa moral e ao mesmo tempo um ato de realização; uma obrigação para com a sociedade e o Estado, mas também uma necessidade para o próprio indivíduo encarado como cidadão” (GOMES, 1999, p. 55).

De acordo com Jorge Ferreira (2003, p. 39), o quererismo era um movimento social, enquanto o trabalhismo foi usado como aporte para a fundamentação do PTB e da legitimação do jogo político em curso no processo de transição do Estado Novo para a redemocratização. O lançamento da candidatura de Vargas poderia colocar o PTB à margem das regras do jogo e comprometeria o Ministério do Trabalho, por isso sua inviabilidade.

Segundo Lucilia de Almeida Delgado (2003) os três principais partidos atuantes entre 1945 e 1965 compuseram uma estrutura triangular de poder e de disputa no campo político, representando duas forças: o getulismo, incorporado e defendido pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e apoiado pelo Partido Social Democrático (PSD), ainda que com menor destaque; e o antigetulismo, encabeçado pela União Democrática Nacional (UDN).

Surgida em sete de abril de 1945, a UDN abrangia grupos políticos heterogêneos que desejavam o fim do Estado Novo e acabar com a força mítica do getulismo e do trabalhismo. Uniram-se em torno dessa legenda nomes como Artur Bernardes (1875-1955), além de comunistas dissidentes da linha oficial do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e membros da Esquerda Democrática – grupo de intelectuais e políticos com tendências socialistas opositores de Vargas e do Estado Novo, que se transformaria em partido em 1946. O candidato à presidência da UDN era o Brigadeiro Eduardo Gomes (1896-1981), que havia participado das revoltas tenentistas da década de 1920, bem como da Revolução de 1930, e era visto pela imprensa como herói da Força Aérea Brasileira (FAB). O mineiro Artur Bernardes, seu apoiador, era político de carreira desde o período da chamada República Velha, ex-presidente da República, foi também o primeiro a assumi-la na vigência do

estado de sítio, devido às revoltas tenentistas ocorridas no início da década de 1920; além disso, integrou a Câmara Federal entre 1935 e 1937. Bernardes foi um dos signatários do chamado “Manifesto dos Mineiros” de 1943, uma manifestação de personalidades de Minas Gerais a favor da redemocratização, considerado por parte da historiografia o ponto de partida contra o Estado Novo (CALIL, 2001, p. 93-94). Segundo o historiador Gilberto Grassi Calil essa historiografia reconhece como oposição a Getúlio Vargas apenas a oposição oligárquica, como se os setores populares tivessem permanecido ausentes neste processo, ao que ele propõe o apontamento de outros sujeitos da democratização: estudantes, intelectuais e operários – que veremos com mais profundidade na próxima seção desta unidade. Para Calil o processo iniciou-se da relação entre a luta contra o nazifascismo internacional e a necessidade da redemocratização brasileira produzida por passeatas ocorridas em 1942. Neste sentido, a atuação do governo estadonovista tinha em mente se antecipar à visível intervenção autônoma dos setores populares no campo político.

Em torno da UDN se reuniram ainda forças como o paulista Júlio Prestes (1882-1946) – ex-deputado federal, governador de São Paulo e ex-presidente eleito, mas que fora destituído do cargo pela Revolução de 1930 –, o gaúcho Osvaldo Aranha (1894-1960) – ex-deputado federal, participante da Revolução de 1930, ex-Ministro da Justiça, ex-Ministro da Fazenda, embaixador nos Estados Unidos e ex-Ministro das Relações Exteriores no Estado Novo – e o paulista Ademar de Barros (1901-1969) – participante da Revolução de 1932, ex-interventor de São Paulo no Estado Novo.

Já o PSD tinha seus quadros formados por interventores do Estado Novo, a classe média urbana e os representantes das oligarquias estaduais. Aliados do PTB, o PSD tinha suas bases fincadas na máquina administrativa do primeiro Governo Vargas, possuindo a vantagem do controle, desde a fundação, da infraestrutura administrativa e clientelista estadual, como é ilustrado na charge de Théo (Figura 1.2), pseudônimo do cartunista e caricaturista baiano Djalma Pires Ferreira (1901-1980) para a revista “A Careta”. Na charge observamos que o PSD estava sendo transportado pela mula (besta manhosa) da “ditadura” (Estado Novo) sob a condução do tropeiro (Getúlio Vargas). O tropeiro perde o controle da besta manhosa que quase derrubou seu carregamento (PSD) – “O tropeiro que liquidou a besta manhosa”. Diante da situação de descontrole da besta (“ditadura”), restou ao companheiro que estava armado (Exército) dar fim à fonte dos problemas, e o tropeiro (Getúlio Vargas) continuou a viagem transportando a carga (PSD) por conta própria – “no meio da viagem (drama em 4 atos)”. A viagem pode ser lida como a trajetória de Vargas no poder até aquele momento: Governo Provisório

(1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937), Estado Novo (1937-1945) e agora na redemocratização como apoiador do candidato do PSD.

Figura 1.2 | Charge da revista “A Careta”



Fonte: <https://goo.gl/hXXknL>. Acesso em: 27 set. 2018.

A simbologia utilizada por Théo nos dá a noção do apoio de Getúlio Vargas à legenda, bem como das alianças que se estabeleceram entre PTB e PSD. De acordo com um ditado popular da época (DELGADO, 2003, p. 139), “O PTB era o PSD de macacão, e o PSD era o PTB de casaca”. Isso faz sentido uma vez que o PTB alicerçou sua organização nos sindicatos urbanos, no aparelho do Ministério do Trabalho, sendo composto por operários e trabalhadores sindicalizados, além de funcionários públicos do Ministério do Trabalho. Apesar de ser considerado o partido mais getulista, tinha inserção regional fragmentada: era forte em estados como Rio Grande do Sul, Amazonas e Rio de Janeiro, porém fraco em estados como o de São Paulo, que tinha o maior número de operários do Brasil. Maria Victoria Benevides (1989), ao tratar sobre os motivos que explicariam o porquê da pouca inserção do partido em São Paulo, esclarece que há pouquíssima informação bibliográfica que vincule o movimento sindical paulista com partidos, com exceção do PCB. A autora pontua que apenas em relação à greve de 1957 há indicação de atuação do PTB em movimentos de trabalhadores de São Paulo. Além disso, afirma que havia uma disputa bastante acirrada em torno do trabalhismo, fosse no campo eleitoral ou na luta sindical, sendo impossível ao PTB se autoproclamar dono da ideologia, pois havia outras

correntes: o janismo (Jânio Quadros), o ademarismo (Ademar de Barros) e o comunismo (sob várias legendas partidárias). Os comunistas, comumente em aliança com os janistas, controlavam parte dos sindicatos, o que também dificultava o crescimento do PTB no estado.

A aliança entre PSD e PTB marcou os treze primeiros anos da história de redemocratização brasileira, principalmente por ter sido vitoriosa seguidamente em eleições presidenciais, tendo sido a primeira do General Eurico Gaspar Dutra, contando com 55,3% dos votos.

Foi nesta conjuntura que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) retornou à legalidade e se diferenciou das demais agremiações partidárias daquele período por seu programa nítido, vinculado ao projeto da revolução socialista mundial e ao marxismo. Fundado em 1922, o PCB tinha em sua origem a base da Revolução Russa de 1917, além de ter atuação histórica anterior ao novo sistema multipartidário e apresentar desde a sua fundação uma base nacional com fortes vínculos internacionais.

A Constituinte eleita em dois de dezembro de 1945 assumiu suas funções em dois de fevereiro de 1946 tendo como uma de suas principais marcas o exercício de análise do regime anterior e sua heterogeneidade político-ideológica, tendo em vista a participação de nove legendas distintas. A Constituição de 1946 foi elaborada a partir de um projeto liberal democrático cujo objetivo era delimitar o alcance das esferas executiva, legislativa e judiciária. O resultado foi a promulgação do texto em 18 de setembro de 1946, que determinava o mandato presidencial de cinco anos e mantinha a proibição de reeleição na esfera executiva. As funções do Congresso foram fixadas de maneira a examinar as atividades do Poder Executivo, devendo ser consultado em relação a questões administrativas ou econômicas. O direito ao voto feminino foi ampliado, não mais restrito apenas às mulheres com cargo público remunerado. Em relação à questão social a Constituição mostrou-se conservadora, pois embora tenha aprovado o direito à greve, relegou sua regulamentação para o Congresso em oportunidade futura. Ademais, manteve-se o imposto sindical, passe livre para sindicatos controlados pelo Estado, ou seja, o sindicato permaneceu como órgão colaboracionista do governo.

A Carta de 1946 mostrou-se paradoxal, servindo tanto como fundamento para a manutenção do multipartidarismo, como para a cassação de registro do PCB em maio de 1947. A cassação do PCB deve ser entendida no contexto da Guerra Fria, estabelecido com o fim da Segunda Guerra Mundial, entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que polarizou o mundo entre o bloco capitalista e o bloco soviético. O conflito mundial teve seus ecos em território brasileiro, pois embora o momento fosse de redemocratização, alegou-se que PCB era um partido internacional sob a tutela da URSS, o que feria o requisito de caráter nacional da

agremiação partidária. Além disso, afirmava-se que o PCB era antidemocrático e que no caso de uma guerra entre a URSS e o Brasil, a legenda apoiaria a União Soviética. Antes mesmo da denúncia apresentada pelo deputado Edmundo Barreto Pinto (PTB), a legenda do PCB enfrentou resistências e dificuldades por ocasião de sua candidatura, na qual o caráter democrático de seu programa foi questionado. Relevante apontar que em 1946 o partido havia crescido em número de adeptos devido, em parte, à vitória da aliança da URSS contra o nazifascismo na Segunda Guerra Mundial e à presença de Luis Carlos Prestes na legenda. A origem da motivação para a denúncia oficial contra o PCB está numa entrevista de Prestes em março de 1946 a jornalistas sobre o posicionamento do partido em caso de guerra entre Brasil e URSS: afirmou que, em situação de guerra imperialista, apoiaria a URSS. O TSE acabou por julgar procedentes as acusações contra a legenda, levando ao cancelamento de seu registro e ao início da repressão contra núcleos comunistas. Embora o partido tenha sido cassado, alguns de seus membros conseguiram se eleger por outras legendas, como a do PTB.



Refleta

Embora o Partido Comunista Brasileiro tenha seu registro cancelado em 1947 e respaldado juridicamente, o contexto de Guerra Fria e o posicionamento político brasileiro devem ser levados em consideração. Até que ponto esse processo pode ser examinado como lícito, legal ou então deve ser julgado como uma cassação por questões político partidárias?

À medida que a polarização política internacional e nacional crescia, a aliança PSD-PTB demonstrava suas fissuras, principalmente na esfera parlamentar entre fins das décadas de 1950 e início dos anos de 1960, com a aproximação do PTB ao PCB pela defesa de uma reforma agrária efetiva. De acordo com Lucilia de Almeida Delgado (2003), foi a partir dessa conjuntura que a estrutura triangular de poder começou a se desfazer e antigos opositores passam a se unir na esfera legislativa, porém mantendo a disputa nas eleições do executivo.

Com a dissolução da antiga aliança PSD-PTB, o campo político foi se fragmentando e rearticulando por meio das chamadas frentes parlamentares, sendo as mais conhecidas a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e a Ação Democrática Parlamentar (ADP). A emergência de dois blocos políticos mostrou o conflito aberto entre organizações na sociedade civil. De um lado tínhamos grupos reformistas e nacionalistas, e de outro, grupos que propunham a internacionalização da economia brasileira, alinhamento ao bloco capitalista internacional e o bloqueio das reformas de base. A efervescência de sindicatos urbanos, rurais, movimentos de educação de base, movimentos

estudantis e as Ligas Camponesas formaram frentes políticas, representadas no Congresso pela FPN. A Frente congregava parte expressiva da sociedade e tinha como bandeiras o nacionalismo e o desenvolvimentismo, isto é, a defesa de um país autônomo e soberano. A FPN reuniu diversas legendas partidárias, sendo a hegemônica a do PTB, apresentou projetos de lei específicos no tocante às questões nacionalistas, advogou em defesa de greves e trouxe ao Congresso as diversas vozes de organizações que estavam em efervescência.

No campo conservador o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), financiado por empresários brasileiros e estrangeiros, combateu o avanço do comunismo no país e apoiou candidatos que se opunham às reformas de base e às medidas nacionalistas, patrocinando a ADP como sua expressão parlamentar. A ADP surgiu no primeiro semestre de 1961 com os objetivos de marcar presença contra a frente nacionalista, combater o comunismo no Brasil e era formada por políticos da UDN, do Partido Republicano (PR) e alguns do PSD. Com a bandeira da iniciativa privada, a ADP defendia fortemente o investimento estrangeiro em território brasileiro, bem como os princípios liberais. Em sua atuação no Congresso destaca-se o bloqueio do projeto da reforma agrária em 1963 e as articulações do golpe de 1964, além de permanência de grande parte de seus integrantes em posições estratégicas no regime militar.

Interessante notar que o pacto político estabelecido em 1945 foi se deteriorando e passou a não responder às necessidades de uma sociedade que se urbanizava, que se tornava mais reivindicativa. Aliado às mudanças sociais, os partidos políticos passaram por mutações internas significativas no período de 1945 a 1964, o que demonstrou a fragilidade das alianças propostas e a dificuldade para sua manutenção. O surgimento das frentes parlamentares revelou a falta de identidade partidária mais demarcada, ainda que os partidos tivessem força. O exercício da democracia se mostrou complexo e frágil, culminando na sua ruptura em 1964, a partir do golpe e o fim do multipartidarismo em 1965.

Sem medo de errar

Para conseguir responder às questões sobre a historicidade de um partido inelegível ou ilegal no Brasil é necessário que você recorra à contextualização da transição democrática ocorrida em 1945. A explicitação das forças políticas que estavam em embate auxiliará na compreensão do pano

de fundo em torno do processo que levou o Partido Comunista Brasileiro (PCB) à ilegalidade em 1947. Para responder a essas questões você deverá utilizar o conteúdo estudado sobre os jogos políticos envolvidos entre principais partidos brasileiros do período, seus posicionamentos, alianças e oposições, bem como a polarização ideológica entre eles.

Mais do que isso, você pode e deve relacionar o contexto político interno com o externo, estabelecendo as conexões entre a Guerra Fria e o modo como ela polarizou e afetou a política brasileira a ponto de influenciar e levar à ilegalidade um partido que não só tinha os pré-requisitos necessários para obter o registro eleitoral, como já participava da Constituinte com um número, ainda que não hegemônico, bastante expressivo no Parlamento.

No exercício em sala de aula é fundamental que você estabeleça e aponte as continuidades e rupturas dos processos envolvidos, principalmente quanto aos aspectos que deram o contorno à democracia brasileira e estruturaram o multipartidarismo. Compreender a gênese desse processo pode explicar o porquê da brevidade da legalidade do PCB no pós-1945.

O PCB se diferenciava dos demais partidos surgidos com a redemocratização, pois tinha existência anterior a 1945, além possuir um programa bastante robusto. Some-se a isso o contexto da Guerra Fria e o posicionamento do Brasil – mantendo relações com o eixo vertical norte-sul, principalmente junto aos Estados Unidos, e com o eixo horizontal sul-sul, e começaremos a destrinchar as motivações e os atores envolvidos na exclusão do PCB do sistema democrático brasileiro não apenas nesse primeiro movimento de redemocratização de 1945 a 1964, mas durante o regime militar também.

Nessa perspectiva vale pensar e indagar até que ponto podemos chamar de multipartidária uma nova ordem democrática que exclui legendas ou deixe de contemplar determinados espectros ideológicos. Enquanto professor provavelmente o estudante irá questionar sobre o caso da atualidade, por isso evite os anacronismos ao comparar dois contextos históricos e de campos políticos distintos. Cabe, no entanto, a análise pormenorizada do caso do PCB e do contexto de transição democrática pós-1945 como forma de instigar o debate a respeito da inclusão das siglas partidárias como sujeitos históricos institucionais e coletivos essenciais tanto no exercício da cidadania, como na consolidação da democracia. A inexistência de agremiações partidárias significa, em última análise, a ausência de democracia, além de limitar a representação da sociedade civil junto ao Estado, quando não impossibilitada. Com a falta da competição múltipla deixa-se de alcançar todas as possibilidades de expressões regionais, ideológicas, econômicas, culturais, étnicas, etc., junto ao Estado, o que leva à censura da liberdade de pensamento, de expressão e de organização. É necessária a garantia de uma

democracia eleitoral competitiva e múltipla para a garantia de estabilização da frágil democracia brasileira.

Faça valer a pena

1. O texto a seguir é um trecho do Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, conhecido como Lei Agamenon:

“Art. 110. Os partidos políticos serão registrados no Tribunal Superior e os seus diretórios – órgãos executivos estaduais – nos Tribunais Regionais.

§ 1º Só podem ser admitidos a registro os partidos políticos de âmbito nacional.

§ 2º O pedido de registro será acompanhado de cópia dos estatutos e prova de que foram inscritos no registro civil das pessoas jurídicas, e dêle constará a sua denominação, o programa que se propõe realizar, os seus órgãos representativos, o endereço da sede principal e seus delegados perante os tribunais.

Art. 111. Desde que tenham sido obedecidas as exigências legais, o Tribunal competente mandará efetuar o registro do partido ou dos seus diretórios, dando publicidade disto no Diário Oficial.

Considerando a estruturação dos partidos políticos após a redemocratização podemos afirmar que:

- a) A Lei Agamenon era uma conquista do nacional-desenvolvimentismo.
- b) As eleições de 1945 possibilitaram a permanência de Getúlio Vargas no poder.
- c) A Lei Agamenon estabeleceu o bipartidarismo.
- d) As eleições de 1945 possibilitaram a promulgação da Lei Agamenon.
- e) As eleições de 1945 romperam com a tradição partidária regional.

2.

“Muitos procuram argumentar que a democracia é um conceito genérico e que qualquer restrição imposta à liberdade de associação política implica em ofensa a esse conceito. Mas a doutrina não pode servir de base para a apreciação de um caso concreto. O que se impõe é saber se o funcionamento desta ou daquela agremiação está em harmonia com os postulados e princípios democráticos julgados essenciais no regime peculiar ao Brasil. (JORNAL DO BRASIL, [s.p.], 1947 *apud* SILVA, 2009, p. 4).

Sobre o período histórico a que se refere o texto é correto afirmar que:

- a) Refere-se ao período do Estado Novo.
- b) Expõe as condições políticas do Brasil após 1937.
- c) Diz respeito à construção do campo político e da redemocratização brasileira após 1945.
- d) Infere sobre a construção do campo político e a redemocratização brasileira após 1937.
- e) Relaciona-se à construção do campo político e a redemocratização brasileira após 1964.

3.

“Embora surgida em 1956, foi em fevereiro de 63, em uma difícil conjuntura política, assinalada (...) pelo acirramento da campanha pelas reformas, que (...) [resolveu] divulgar um termo de compromisso que, envolvendo senadores e deputados de diversos partidos, unia seus esforços na defesa da “soberania nacional e pela libertação econômica do país. (BARBOSA, 2003, p. 267).

Considerando a mutação do campo político brasileiro entre 1945 e 1964 assinale a alternativa correta:

- a) A Aliança Nacional-Desenvolvimentista defendia o queremismo e apoiava os investimentos estrangeiros no Brasil.
- b) A Ação Democrática Parlamentar defendia o comunismo e apoiava os investimentos estrangeiros no Brasil.
- c) A Frente Parlamentar Nacionalista defendia o nacionalismo-desenvolvimentismo e apoiava a soberania nacional estrangeira.
- d) A Ação Democrática Parlamentar defendia o nacional-desenvolvimentismo e apoiava os investimentos estrangeiros no Brasil.
- e) A Frente Parlamentar Nacionalista defendia o nacionalismo-desenvolvimentismo e apoiava a soberania nacional brasileira.

Movimentos sociais: conflitos pelo exercício da cidadania

Diálogo aberto

Os movimentos sociais entre as décadas de 1940 e 1960, no Brasil, estão inseridos no contexto de redemocratização, período em que se estruturou o campo político democrático brasileiro contemporâneo após o Estado Novo, no qual a disputa partidária retornou, bem como a Constituição de 1946 foi promulgada, restabelecendo, na esfera de questões do trabalho, o direito à greve, embora com restrições, e regulamentando os sindicatos –, não obstante estes tenham permanecido atrelados ao Estado. Em termos econômicos, as crescentes industrialização e urbanização impulsionaram a migração interna e acabaram formando uma camada populacional urbana que muitas vezes ficava à margem, levando à eclosão de movimentos que reivindicavam reformas e melhores condições de trabalho, além da revitalização sindical. Paralelamente, ficava evidente a necessidade de reformas de base na educação, o que levou à formação de movimentos de luta pela educação e de alfabetização, ademais do movimento estudantil e a consolidação de suas organizações.

Sincronicamente, os conflitos agrários, cuja historicidade é anterior a este período, ganharam nova linguagem, passando a um confronto mais direto e polarizado, trazendo o trabalhador rural para a política nacional e com voz própria. Os movimentos sociais do campo foram combatidos pelas elites por meio do viés do anticomunismo, a ideologia adotada no período da Guerra Fria. De acordo com o historiador José Murilo de Carvalho (2002) esse período de redemocratização corresponde ao avanço dos direitos políticos no Brasil – elemento componente da cidadania – em relação ao Estado Novo, que representa um período de ampliação dos direitos sociais. Torna-se essencial, portanto, a compreensão e a discussão sobre os agentes envolvidos neste processo e a maneira como a historiografia tem focado e interpretado suas ações nos conflitos pelo exercício da cidadania.

Como professor, não é incomum lidar com indagações de alunos acerca dos movimentos sociais, dos direitos e da questão da cidadania no Brasil. Atualmente, com o debate em torno das reformas trabalhistas as discussões sobre esses temas têm estado em maior evidência, inclusive nas campanhas presidenciais. Suponha que um estudante lhe aborde e apresente dois textos com visões distintas sobre as reformas e o que elas representam para a cidadania e em termos de possíveis melhorias ou perdas de direitos

conquistados. Ele questiona o porquê de alguns setores argumentarem que as reformas modernizariam a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – tendo em vista o contexto de sua criação – ao passo que outros setores acreditam que elas retirarão direitos e, portanto, seriam um ataque à história de construção da cidadania brasileira. Ele pergunta: como se deu a construção dessa cidadania? Enquanto professor, como você pode responder a essas afirmações com o suporte da análise dos movimentos sociais brasileiros entre as décadas de 1940 e 1960?

Não pode faltar

“ Dos títulos que o homem possa usar, quer decorrentes da posição profissional ou do relevo de sua atuação na sociedade, nenhum, por certo, mais nobre e digno do que o de cidadão. É a cidadania a afirmação do indivíduo como membro do meio social, na plenitude dos direitos e no exercício dos deveres. Ser cidadão, numa democracia, é invocar conjunto de atributos e poderes que garante a Constituição e é pôr em relevo, pela simples enunciação dessa qualidade, a proteção que a Lei e a Justiça dispensam a cada um de nós (ÚLTIMA HORA, 1951).

A historiografia que se dedica ao estudo dos movimentos sociais vem se debruçando e ganhando força principalmente após a segunda metade do século XX, não sendo, portanto, um debate restrito ao campo brasileiro. Porém, é necessário que pensemos o que se entende por movimento social ao estudar o tema. De acordo com Hobsbawm (2013) não podemos distinguir somente os fenômenos de conflito social enquanto movimentos sociais; neste sentido, a historiografia social britânica e aquela inspirada nela extrapolaram os limites de temáticas circunscritas ao movimento operário, abrangendo assuntos como cultura, experiência e agência humana. Nessa perspectiva os movimentos sociais devem ser compreendidos em relação com a ideia de cidadania uma vez que representam o exercício da construção de contraritos e contrateatros que questionam e indagam o poder político instituído e das relações sociais estabelecidas. No caso dos movimentos sociais brasileiros do período entre 1945 e 1964 observamos conflitos não apenas das relações de trabalho, mas das condições sociais dos principais atores históricos e as forças políticas envolvidas nessas relações, sendo os mais notórios os trabalhadores urbanos, rurais, estudantes, além dos partidos políticos que estavam se estruturando, a Igreja Católica e as elites industriais e rurais. Mas afinal, o que é cidadania? De acordo com o excerto de abertura dessa sessão, do jornal *Última Hora* de 1951, periódico abertamente favorável a Getúlio Vargas e à

política trabalhista, a noção de cidadania vem atrelada à ideia de democracia e, consequentemente à de uma Constituição que protege o indivíduo. Além disso, cidadania andaria de mãos dadas com o trabalho, pois ademais da posição profissional ou do destaque de atuação do indivíduo, a cidadania seria o título mais nobre.

O caso do movimento social urbano operário brasileiro é uma boa amostra para compreender como a noção de cidadania foi construída em relação com as lutas entre trabalhadores e Estado. Getúlio Vargas procurou implementar, ao longo de 1930 e 1945 um projeto de unidade sindical baseado no corporativismo, modelo então presente nos regimes fascistas em vigor, como a Itália, por exemplo, e a ideologia da nova escola sociológica norte-americana. Embora no período pré-Estado Novo muitos avanços fossem obtidos como o salário mínimo, férias anuais e descanso semanal, o restabelecimento do princípio da unidade sindical freou a liberdade de ação dos trabalhadores. Além disso, o direito à greve foi suprimido, embora haja notícia de mobilizações e greves ocorridas nas chamadas “indústrias quartéis” – indústrias voltadas para o esforço de guerra a partir do alinhamento com os Aliados em 1942 (NEGRO; SILVA, 2003, p. 52-53).

Superando o Estado Novo (1937-1945), os trabalhadores passaram a reivindicar mais livremente seu direito de participação das riquezas, além de manifestarem com mais liberdade seus pensamentos e desejos. O período de redemocratização abriu-se com a esperança de justiça e liberdade para os trabalhadores, pois o retorno da democracia incluía a possibilidade de criação de novos direitos, que implicava a observância de seu cumprimento. Esses novos direitos podem ser pensados enquanto partes do conceito de cidadania, como T. H. Marshall na obra *Cidadania, Classe Social e Status* (1967) teoriza: civil, política e social. O aspecto civil diz respeito às liberdades individuais (de ir e vir, de imprensa, credo religioso, pensamento, direito à propriedade e à justiça), já o fator político refere-se à participação no poder político, seja como participante de uma instituição com autoridade política ou como eleitor de representantes dessa instituição. O elemento social engloba desde o direito a um mínimo bem-estar econômico e de segurança ao direito de participar na herança social da sociedade. A obra trata da conquista dos direitos na Inglaterra e sua sequência histórica: os direitos civis no século XVIII e, somente um século mais tarde, os direitos políticos; os direitos sociais viriam um século depois. Nesse sentido, movimentos sociais seriam fenômenos de questionamento e para a conquista de direitos.

Ou seja, com a redemocratização em 1945 temos a inserção de direitos políticos, bem como a ampliação de direitos civis que haviam sido suprimidos com a ditadura do Estado Novo e a manutenção de direitos sociais que haviam sido adquiridos entre 1930 e 1945, o que levava à possibilidade de criação e

ampliação de novos direitos. Neste contexto as forças políticas passaram a disputar e mobilizar o movimento operário para suas siglas. Vargas havia montado seu projeto junto aos trabalhadores ainda no Estado Novo, entre 1942 e 1945: o trabalhismo brasileiro foi construído como política pública, que se deu com medidas para sindicalização, além do fortalecimento do sindicalismo corporativista através de diretrizes difundidas por mecanismos de propaganda, como o programa de rádio *Hora do Brasil*, principalmente a partir de 1942. Angela de Castro Gomes (2005) expõe a tese do trabalhismo brasileiro como oposição à interpretação de um Estado que engendra “de fora”, com lideranças externas a uma classe atrasada, manipulada por apelos populistas. O sucesso do trabalhismo, de acordo com Gomes, não se justifica apenas com concessões de “benefícios sociais”, o que levaria a uma ideia de submissão política das massas, mas se sustenta também em um investimento simbólico que fez uso do discurso de lideranças trabalhadoras do início da República, apossando-se de fundamentos básicos de sua autoimagem e imprimindo-os com novo significado, em outro contexto discursivo. Significativo pontuar que esse uso nunca fez referência explícita ao passado, pois esse novo discurso teria reinventado os trabalhadores e produzido um novo modelo de relações de reciprocidade entre povo e governantes, que foi interrompido em 1964, mas não totalmente apagado da história política do país.

O corporativismo sindical foi usado por Vargas na elaboração do pacto social entre Estado e classe trabalhadora numa política que visava a continuidade, estabelecendo uma dinâmica complexa, na qual as ideias circulavam e se transformavam, e os trabalhadores aderiam ao modelo de pacto mas também procuravam defender seus interesses individuais e coletivos, assumindo assim “(...) quer uma face mais material (a dos benefícios), quer uma face mais simbólica (a de ser reconhecido como interlocutor pelo Estado e pelo empresariado, por exemplo)” (GOMES, 2002, posição 406).



Assimile

O corporativismo é uma doutrina cuja proposta é a de organizar a sociedade por meio de corporações, isto é, organizações representativas de interesses e de atividades profissionais. Por meio da assistência e dos interesses em comum e da cooperação que se originam dessas relações, os componentes de conflito poderiam ser suprimidos ou neutralizados, como a luta de classes na esfera social, a concorrência na esfera econômica, ou os embates de ideologia na esfera política.

Na estruturação do campo político democrático, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – oriundo do aparelho estatal estado-novista – procurou transformar as entidades e os órgãos trabalhistas em sustentação de sua

estrutura e ação, difundindo a imagem protetiva de Vargas e competindo com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), isto é, absorvendo as bases que os comunistas alegavam representar.

A relação do Partido Comunista Brasileiro com o movimento operário naquele momento pode ser pensada em um movimento complexo entre as diretrizes de sua cúpula e a atuação de suas bases junto ao operariado. Em 1945, a diretriz do PCB era a de que os sindicatos deveriam propiciar a cooperação entre as classes por intermédio de uma frente com a burguesia em oposição ao imperialismo. Além disso, as reivindicações dos trabalhadores deveriam ser evitadas, bem como as greves, pois o objetivo era transmitir uma imagem de partido confiável e da ordem diante das eminentes eleições. O instrumento dessa política foi o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) – criado em abril de 1945, era uma intersindical que prescrevia as diretrizes da legenda, mas também a aliança com outras correntes, e embora tivesse como bandeira o colaboracionismo, foi alvo de repressão policial porque apoiava as reivindicações dos trabalhadores nas mesas de negociação e incentivava a organização da classe operária, lançando-se na propaganda política. Havia, portanto, relações complexas entre as diretrizes da cúpula do PCB e as bases que estabeleceram relações de cumplicidade com as necessidades dos trabalhadores. Foram justamente essas relações que garantiram o sucesso da legenda nas eleições de 1945, dado que os comunistas mobilizavam e organizavam dezenas de comitês populares e democráticos que se preocupavam e participavam dos problemas dos bairros e debatiam assuntos como habitação, valor de artigos de primeira necessidade, educação e saúde públicas, lazer, entre outros.



Exemplificando

“Nos Comitês Populares, os jovens e adultos não aprendem apenas a “desenhar o nome”, nem são levados à alfabetização pura e simples. Nos Comitês Populares, como já dissemos, os professores dão à sua atividade um amplo sentido educativo. Em última instância, na força do povo, pacificamente organizado, é que reside o êxito da campanha de alfabetização em massa, que ora se processa no Distrito Federal. Ou melhor: em todo o país (Tribuna Popular, 8/9/1945, p. 6, *apud* PINHEIRO, 2014, p. 49).

Este recorte de jornal apresenta alguns dos objetivos educacionais dos cursos de alfabetização presentes nos comitês populares e democráticos encabeçados pelo PCB entre 1945 e 1947. Ele nos dá a dimensão da necessidade da alfabetização dentro de um contexto no qual as eleições

se aproximavam e o analfabetismo significava a exclusão do direito ao voto. Além disso, é possível observar a necessidade em demonstrar a pacificidade do povo ao se organizar e de que o objetivo da alfabetização não era meramente o ensino da escrita do nome próprio com vistas à arrecadação de votos para a legenda.

A partir da cassação dos mandatos dos parlamentares pecebistas em janeiro de 1948, termina-se a política de união nacional do partido e tem início uma virada à esquerda, que defende greves, rejeita o corporativismo e incentiva os “sindicatos paralelos”. As greves resultantes revelam que os interventores do Ministério do Trabalho foram suplantados pelas comissões dos trabalhadores, mas ainda assim os operários de base e ativistas resistiam em abandonar os sindicatos oficiais, atuando em dupla militância nos paralelos também. A radicalização teve seus limites, pois muitos militantes ou eram demitidos ou se recusavam ao confronto aberto com a polícia, chegando a abandonar a legenda.

Nos anos de 1950 o movimento operário se deu por meio das lutas no chão das fábricas, notando um significativo crescimento da força do movimento sindical. Nesse mesmo período Vargas retornou ao poder pelo PTB e adotou novamente o trabalhismo, o desenvolvimentismo e o nacionalismo como plataforma governamental. Mais uma vez a máquina do Ministério do Trabalho foi a pedra de toque da governabilidade do país, respondendo por sindicatos, leis, programas de habitação popular, controle de preços, distribuição de cestas básicas, previdência social e planejamento do bem-estar social. Apesar das tentativas do governo em conquistar as massas, a espiral inflacionária somada ao fortalecimento do movimento operário desencadeou uma série de protestos e paralisações que levaram à Greve dos Trezentos Mil em São Paulo.

O movimento operário havia se renovado com a formação de comissões de fábrica e com o gradativo desalojamento de dirigentes sindicais do Ministério do Trabalho, o que explica a eclosão de manifestações neste período. Ocorrida entre março e abril de 1953, a Greve dos Trezentos Mil teve início com a categoria têxtil, alastrando-se entre metalúrgicos, vidreiros, marceneiros e gráficos, e tinha como objetivos aumento salarial, estabilidade no emprego e reivindicava medidas governamentais contra a carestia. Esta greve foi importante, pois ela mostrou a mudança das forças e dos agentes dentro do movimento operário, isto é, a formação de novas direções sindicais, vindas não do governo, mas de dentro das próprias fábricas. Em junho foi a vez dos trabalhadores marítimos se manifestarem, paralisando os portos do Rio de Janeiro, Santos e Belém. Durante esta greve Vargas substituiu o ministro do Trabalho por João Goulart (1919-1976), então presidente do

PTB, que adotou uma política de negociação com o movimento sindical, atendendo a quase todas as demandas grevistas. De acordo com Angela de Castro Gomes (2002), o movimento encaminhou, negociou e acordou muitas de suas demandas junto à Justiça do Trabalho, e até chegou a negociá-las antes de chegarem a esta última. Isto evidencia que o movimento soube utilizar-se dos direitos consolidados pela CLT, assim como da Justiça do Trabalho enquanto instituição, desfrutando das regras democráticas e, em particular, atuando em associação com o PTB por meio de João Goulart. Neste sentido, em vez de entender os direitos sociais implementados a partir da década de 1930 enquanto benesses, de forma passiva, o movimento operário utilizou-se desse arcabouço legal para atender suas demandas e, embora criticasse o modelo corporativista, suas lideranças não chegaram a combatê-lo de forma definitiva pois, entre os vários argumentos, estava o papel estratégico do imposto sindical, que por manter a máquina, poderia destruí-la caso fosse eliminado.

O historiador José Murilo de Carvalho (2002) difere da análise de Gomes, partindo da conceituação de Marshall para pensar o conceito de cidadania no Brasil, diferenciando fundamentalmente o fato de que os direitos políticos, civis e sociais no caso brasileiro foram cedidos de acordo com os interesses dos governantes, e não conquistados pelo povo, como no contexto inglês. Ao não percorrer a sequência inglesa, os direitos teriam ficado a cargo de outras instituições – como no caso brasileiro, pelo Estado. Dessa forma, Murilo de Carvalho argumenta que a sequência descrita por Marshall foi invertida no caso brasileiro, pois os direitos sociais vieram primeiro na década de 1930, instituídos em um período de exclusão dos direitos políticos e limitação dos direitos civis (Estado Novo), originando um Estado clientelista. A maneira como foram colocados os direitos sociais fez com que fossem percebidos enquanto favores e não direitos conquistados, conduzindo os cidadãos a uma situação de dependência da liderança e do governo. Ou seja, os movimentos sociais aqui não são chave para a construção da cidadania uma vez que não teriam originado direitos. O autor não entende o período pós 1945 como o de lutas por direitos sociais por meio dos direitos políticos disponibilizados com a redemocratização, diferindo fundamentalmente de Gomes.



Refleta

Até que ponto podemos afirmar que a população não participou efetivamente do processo da construção de cidadania, pensada enquanto direitos e práticas civis, políticas e sociais? O movimento operário, por exemplo, não teria nenhum papel nas conquistas de direitos e no exercício da cidadania?

De acordo com Antonio Luigi Negro e Fernando Teixeira da Silva (2003, p. 66-67) esse período foi marcado não apenas pela relação de reciprocidade entre o Ministério do Trabalho e o trabalhador, mas também pela atuação independente do movimento sindical e operário, que lutou pela ampliação de direitos e por maior participação na esfera pública. Nesse sentido, os autores se distanciam um pouco de Gomes (2002), que afirma que neste período o sindicalismo se burocratizou, mas se aproximam da autora ao concordarem sobre a luta empreendida pela expansão dos direitos do trabalho.

Ao longo do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), os sindicatos conviveram com a espionagem e a repressão, pois embora o governo instruisse o Ministério do Trabalho a não se envolver com o movimento operário conforme as circunstâncias, as divisões policiais das delegacias locais, da ordem política e social das forças de choque, agiam em favor e em parceria com o patronato. Antonio Luigi Negro e Fernando Teixeira da Silva (2003, p. 69) afirmam que as conquistas dos trabalhadores neste período foram conseguidas no chão das fábricas, e não mediante artifícios e conflitos entre altos escalões da política governamental e trabalhista, divergindo assim da análise de Murilo de Carvalho e se aproximando de Angela de Castro Gomes.

A partir da década de 1960 surgiu o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), intersindical que tinha como objetivo a ampliação das conquistas econômicas da classe operária e a interferência nas decisões políticas do país, articulando a luta dos sindicatos com instituições comprometidas com plano de reformas estruturais para o Brasil. No curto governo de João Goulart o movimento operário esteve extremamente ativo, ampliando a autonomia dos sindicatos. Essa crescente foi diminuída, se não temporariamente paralisada, após o golpe civil-militar de 1964.

Já os movimentos sociais no campo remontam às lutas e revoltas entre os períodos colonial e a chamada República Velha. Apesar de sua historicidade não ser novidade, é no período da redemocratização que observamos uma mudança significativa no alcance e a forma de organização. A partir da década de 1940 já se inicia o processo que irá efervescer nas décadas de 1950 e 1960, as chamadas Ligas Camponesas. As Ligas derivam da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), cujo objetivo inicial era criar um fundo de ajuda mútua para os trabalhadores das cento e quarenta famílias que viviam do cultivo da agricultura de subsistência através do foro, cujo preço havia subido além das possibilidades dos foreiros. A entidade de caráter associativo funcionava no lugar de um sindicato, o que demonstra o nível do controle político das oligarquias rurais, pois os proprietários pressionavam o Ministério do Trabalho para impedir qualquer possibilidade de extensão dos direitos trabalhistas conquistados nos meios urbanos ao meio rural. Dessa forma a sindicalização rural era postergada pela pressão

do bloco agrário, ainda que prevista pela CLT, compatível com a Constituição de 1946 e anunciada como meta de diversos governos. A posição de José Murilo de Carvalho é, portanto, incompatível com a apresentada aqui, pois o período que ele pontua como sendo o dos direitos sociais (1930-1945) não atendeu aos trabalhadores rurais. Gomes (2002), no entanto, afirma que os trabalhadores rurais, assim como os autônomos e os domésticos permaneciam excluídos desse tipo de direito de cidadania, isto é, no que diz respeito a direitos trabalhistas.

O proprietário do engenho acabou exigindo a extinção da SAPPP, alegando que seu filho projetava transformar Galileia em uma fazenda para criação de gado. Mais do que isso o que estava em jogo era o temor da postura coletiva dos trabalhadores, que colocaria em risco a *pax agraria* e levantava a suspeita de ser manobra de comunistas. Os trabalhadores passaram então a enfrentar a ameaça de expulsão das terras e buscaram apoio das autoridades, sem sucesso, até procurarem o deputado do PSB e advogado Francisco Julião (1915-1999), que aceitou defender os foreiros da Galileia.

A questão agrária no Nordeste passou a ter maior visibilidade a partir de dois congressos em 1955: o Congresso de Salvação do Nordeste e o 1º Congresso de Camponeses de Pernambuco. Este último foi organizado pela SAPPP e teve participação de três mil trabalhadores rurais; foi a partir daí que a imprensa passou a chamar a SAPPP de Ligas Camponesas, como forma de apontar um caráter comunista. Vale pontuar que entre 1945 e 1947 o PCB havia instituído um movimento de mobilização de trabalhadores rurais em vários estados do Brasil, que foram denominados na ocasião de Ligas Camponesas. A partir desse congresso a SAPP estabelece uma nova rede de contatos em outras cidades e amplia sua articulação com intelectuais, parlamentares e com o movimento urbano organizado, rompendo assim com o isolamento dos conflitos no meio rural. A solução para Galileia veio apenas em 1960, com a desapropriação das terras, após muita pressão dos trabalhadores. Mais uma vez o que se observa nesse caso não é uma política vertical, como a proposta por Carvalho, antes observamos lutas e resultados provenientes do embate entre os agentes envolvidos. Neste momento três forças passaram a disputar o controle do movimento dos trabalhadores rurais: a Igreja, o PCB e as Ligas. Como forma de combate às Ligas, a Igreja desenvolveu no Rio Grande do Norte o Serviço de Assistência Rural (SAR) para alfabetização e educação, que foi a base para a criação do Movimento de Educação de Base (MEB). O MEB era um programa nacional criado em 21 de março de 1961 a partir da experiência com escolas radiofônicas de 1958, por meio de um convênio entre o Ministério da Educação e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Os objetivos do MEB extrapolavam a alfabetização, incluindo a mobilização social e política por meio da conscientização. Em Pernambuco, a Igreja criou o Serviço de Orientação Rural de

Pernambuco (SORPE), cujo objetivo era promover a sindicalização rural, atrelando o movimento rural ao trabalho paroquial. Em 1962, por influência da Igreja, foram aprovadas cartas sindicais para sindicatos rurais, cujo controle passou a ser disputado entre católicos comunistas e as Ligas. Com a sindicalização em massa, as Ligas foram sendo esvaziadas, bem como pelas discordâncias e pela crise interna provocadas pela incorporação foquista da revolução armada. Apesar de em 1964 o governo aprovar o Estatuto do Trabalhador Rural, a experiência foi interrompida com o golpe civil-militar, que provocou a prisão de líderes do movimento, torturas e assassinatos.



Dica

Para que você conheça mais sobre as Ligas Camponesas, sugerimos o vídeo a seguir, que apresenta os principais personagens que atuaram na sua fundação e representação no Congresso, além disso, traz trechos de filmagens da época mostrando o engenho da Galileia e trechos de jornais:

- LIGAS camponesas. **Realização de TV O Dia**. Vitória de Santo Antão: TV O Dia, 2014. (5.34 min.), son., color.

O movimento estudantil brasileiro não ficou alheio às mudanças deste período e passou por uma transformação significativa, pois a partir de 1947 a União Nacional dos Estudantes (UNE) iniciou uma fase de hegemonia socialista (ligada ao Partido Social Democrático) que perduraria até 1950. A entidade encabeçou campanhas nacionais contra a alta do custo de vida, da campanha “O petróleo é nosso”, da política externa independente e da não intervenção estrangeira em Cuba. No que se refere à educação, a UNE se posicionou a favor da gratuidade do ensino, da escola pública e da reforma universitária. Neste período a organização teve a primeira invasão de sua sede pelo esquema policial do governo Dutra, que procurava impedir a realização de congressos e sufocar protestos estudantis contra aumento das passagens dos bondes. Entre 1950 e 1956 a UNE foi comandada por um grupo ligado à União Democrática Nacional (UDN), levando ao declínio da participação política estudantil, surgindo o “peleguismo universitário”, isto é, um grupo que foi assim chamado por seus opositores por ser considerado alinhado aos interesses governistas, do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Em 1956 o chamado “grupo democrático”, que se assim se autodenominava em relação a seus opositores, retomou a liderança da entidade e promoveu ampla politização estudantil, rompendo com o controle e a tutela do MEC. Formou-se neste momento a primeira frente única entre católicos e comunistas no movimento estudantil, expressa pela busca de soluções pedagógicas para a educação no país. Interessante salientar que a Igreja Católica passou por uma mudança profunda durante e após a Segunda Guerra Mundial, direcionando

suas práticas e seus pensamentos em direção à superação das desigualdades e da promoção de justiça social. Na década de 1950 surgiram no catolicismo brasileiro os padres operários, principalmente por meio da ordem dominicana. Os católicos, que vinham desde 1950 se organizando por meio da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC) – associações civis criadas a partir da Ação Católica Brasileira (ACB) – tinham como objetivo difundir os ensinamentos da Igreja no meio escolar e universitário. A partir da década de 1960, tanto a UNE quanto a JEC e a JUC passam a desenvolver movimentos de educação e de cultura populares. A UNE criou o grupo UNE Volante com o objetivo de percorrer os estados do país e desenvolver um movimento nacional de cultura popular, o chamado Centro Popular de Cultura (CPC), além de debater as dificuldades da organização estudantil. Apesar da intensa mobilização durante 1962 a 1964, a UNE foi posta na ilegalidade pela Lei Suplicy de Lacerda, de 9 de novembro de 1964, pela qual todas as entidades de representação do movimento estudantil ficaram submetidas ao Ministério da Educação e Cultura. As entidades católicas JEC e JUC passaram, na década de 1960 a se vincular ao Movimento de Educação de Base (MEB) e às Ligas Camponesas.

Outro movimento de educação popular desse período foi o Movimento de Cultura Popular, constituído em 1960, em Recife, por estudantes universitários, artistas e intelectuais, em ação conjunta com a prefeitura, à época ocupada por Miguel Arrais. Com o objetivo de alfabetizar adultos e oferecer educação de base, o MCP buscava formar uma consciência política e social nas massas trabalhadoras com o propósito de habilitá-las a participar na vida do país. Sua atuação se deu por meio da transmissão de programas de alfabetização e de educação de base de rádio. Um dos primeiros colaboradores na área da educação do MCP foi Paulo Freire (1921-1997), cujo método de alfabetização de adultos passou a ser aplicado não apenas em Pernambuco, mas em todo o país pelo MEB também.

Sem medo de errar

Para responder sobre a construção da cidadania no Brasil é necessário pensar sobre qual ponto de vista se está tratando. Como visto, a inserção de direitos e o seu exercício muitas vezes são pensados de um ponto de vista de concessão pelo Estado, e menos do prisma das lutas e do pacto social estabelecido entre trabalhadores e o Estado, como pôde ser visto na discussão entre José Murilo de Carvalho e Angela de Castro Gomes. Aliado a isso, a concessão e a supressão de direitos políticos nas idas e vindas das lutas do longo do século XX dificultou o exercício da cidadania e o avanço na conquista de novos direitos, ou mesmo da manutenção de direitos conquistados entre 1945 e 1964. Partir dessa discussão é importante, pois muitos alunos têm um

senso comum sobre o tema, o que leva a interpretações reduzidas sobre o fenômeno dos movimentos sociais no país.

Enquanto professor, torna-se pertinente apresentar os movimentos sociais como sismógrafos da sociedade que, portanto, revelam conflitos intrínsecos entre as forças envolvidas em um determinado contexto histórico. A história brasileira evidencia a presença de conflitos e de movimentos desde a época do Brasil Colônia – como no caso dos movimentos sociais no campo –, e o período entre as décadas de 1940 e 1960 marcam a eclosão de movimentos sociais mais articulados e que se espalharam nacionalmente justamente pelo contexto de redemocratização, que permitiu a abertura do campo político e a ação desses trabalhadores enquanto participantes diretos da estruturação desse campo formal.

O movimento operário, por exemplo, toma nova feição neste contexto, pois começa a se desatrelar do Ministério do Trabalho, além de pleitear e exercer abertamente o direito à greve, o que levou a muitas conquistas alcançadas no chão das fábricas. Ademais, novos líderes surgiram e paulatinamente foram substituindo a liderança ministerialista que ocupava os sindicatos até então.

No campo surgiram as Ligas Camponesas, que de um movimento iniciado para atender de forma pontual problemas urgentes de uma comunidade tornou-se um movimento de nível nacional, que buscava solucionar a questão agrária, além de funcionar como sindicatos, porém fora do alcance do Ministério do Trabalho. As Ligas eram ao mesmo tempo símbolo de resistência para uma parcela da população, e a representação do avanço do comunismo e da ruptura da *pax agraria* para outra. Sua ação foi alvo de preocupação da Igreja Católica a ponto desta criar uma ofensiva por meio do fomento da sindicalização rural e de movimentos para alfabetização e educação, o movimento de Educação de Base (MEB).

Aliás, a eclosão de movimentos de educação e cultura populares não é fortuita neste contexto, pois além da necessidade aumentar um possível eleitorado por meio da alfabetização, eles fazem parte de uma conjuntura de luta por reformas de base, incluindo-se não apenas a reforma agrária, mas reformas de base da educação.

O movimento estudantil, articulado ainda no período varguista, passou a participar e apoiar outros movimentos sociais e questões políticas pela democracia, além de exigir reformas na educação.

Como pode ser visto, a construção da cidadania brasileira se deu a partir dos direitos sociais, em especial os do trabalho, em relações de lutas e em pactos sociais entre trabalhadores e Estado, de acordo com Angela de Castro Gomes (2002, p. 12) por ter assumido uma “(...) posição estratégica para a

vivência da cidadania, (...) se reforçou pela fragilidade dos direitos civis e pelo desrespeito aos direitos políticos, infelizmente muito praticado ao longo do século XX”.

Faça valer a pena

1.

“ (...) Eu trabalho para minha família.
Pedro trabalha para a família dele.
Nossa vida é trabalho e luta.
Nosso trabalho é luta e vida.
O trabalho de cada um ajuda o outro.
O trabalho de todos é para a comunidade?
O trabalho de todos ajuda o trabalho de Deus?”
(CARTILHA “Viver é Lutar”: 2º livro de leitura para adultos, 1963, p. 6).

Levando em consideração o contexto da origem do Movimento de Educação de Base (MEB) é correto afirmar que:

- a) A Igreja Católica ambicionava a disputa do controle do movimento dos trabalhadores rurais e fez uso de movimentos de educação.
- b) O Estado ambicionava a disputa do controle do movimento dos trabalhadores rurais e fez uso de movimentos de educação.
- c) As Ligas Camponesas ambicionavam a disputa do controle do movimento dos trabalhadores urbanos e fez uso de movimentos de educação.
- d) A Igreja Católica ambicionava a disputa do controle do movimento dos trabalhadores urbanos e fez uso de movimentos de educação.
- e) Os sindicatos ambicionavam a disputa do controle do movimento dos trabalhadores rurais e fez uso de movimentos de educação.

2.

“ (...) os novos personagens (...) entravam em cena e evidenciavam o mundo que criavam a partir de baixo – isto é, com suas próprias forças e iniciativas e, ainda mais, a partir de dentro da fábrica, tomando as ruas e mostrando seu poder sobre elas. Hábil em circular mensagens, ideias e valores entre as rodinhas formadas nas praças dos ‘marmiteiros’ e as linhas de ‘peões’ arregimentados nas cadeias de montagem, a cultura da astúcia e autodefesa dos operários os mantinha autônomos o suficiente para deixá-los indiferentes – ou para exporem sua própria vontade –

diante de pretensos senhores e representantes. (NEGRO; SILVA, 2003, p. 78-79).

Considerando a discussão historiográfica sobre a atuação do movimento operário pós 1945 e o excerto é correto afirmar que:

- a) Em uma análise que considera o trabalhismo e o corporativismo enquanto teses, o movimento operário era dependente e exercia suas atividades apenas nas comissões dos chãos de fábrica.
- b) Em uma análise que parte do modelo proposto por Marshall e a sequência da inserção de direitos na sociedade, o movimento operário era dependente, funcionando dentro do âmbito da justiça social e das comissões do chão de fábrica.
- c) Em uma análise que considera o trabalhismo e o corporativismo enquanto teses, o movimento operário não aderiu ao pacto social com o Estado, mantendo-se independente de sua influência.
- d) Em uma análise que parte do modelo proposto por Marshall e a sequência da inserção de direitos na sociedade, o movimento operário aderiu em uma complexa dinâmica ao pacto social com o Estado, mantendo-se passivo à sua influência.
- e) Em uma análise que considera o trabalhismo e o corporativismo enquanto teses, o movimento operário aderiu em uma complexa dinâmica ao pacto social com o Estado, funcionando dentro do âmbito da Justiça social e das comissões do chão de fábrica.

3.

“O povo precisa educar-se para a democracia, exercendo o seu direito de cidadão, votando no candidato que lhe parecer mais progressista e honesto e que possa tornar realidade os seus anseios. (...) Então, vamos, ao menos, ensinar a esses milhões de patrícios nossos a assinar o seu nome (...). (Jornal Tribuna Popular, 9 de agosto de 1945, p. 3).

Considerando o excerto e a discussão da historiografia sobre a construção da cidadania no Brasil é correto afirmar que:

- a) O ponto de vista do jornal Tribuna Popular é de uma cidadania construída em relação clientelista entre o povo e os sindicatos e se aproxima da análise proposta por Angela Maria de Castro Gomes.
- b) O ponto de vista do jornal Tribuna Popular é de uma cidadania construída em pacto social entre o povo e os partidos políticos e se aproxima da análise proposta por José Murilo de Carvalho.

- c) O ponto de vista do jornal Tribuna Popular é de uma cidadania construída em pacto social entre o povo e o Estado e se aproxima da análise proposta por Angela Maria de Castro Gomes.
- d) O ponto de vista do jornal Tribuna Popular é de uma cidadania construída em relação clientelista entre o povo e o Estado e se aproxima da análise proposta por José Murilo de Carvalho.
- e) O ponto de vista do jornal Tribuna Popular é de uma cidadania construída em relação ao pacto social entre o povo e os partidos políticos e se aproxima da análise proposta por José Murilo de Carvalho.

O Governo Dutra e o retorno de Vargas

Diálogo aberto

Um dos aspectos de grande debate na historiografia a respeito dos governos Dutra (1946-1951) e Vargas (1951-1954) é o da política econômica interna e externa. Considerando a conjuntura da **Guerra Fria** e o alinhamento inicial com os Estados Unidos, o Brasil passou de uma dependência passiva em relação à potência estadunidense (VIZENTINI, 2003, p. 198) durante o governo Dutra para uma política nacional-desenvolvimentista no retorno de Vargas ao poder.

Em 1946 formou-se um debate em torno da política do petróleo entre nacionalistas e partidários da interdependência, isto é, grupos que defendiam a soberania e autonomia do Brasil neste assunto e grupos que defendiam a participação de capitais estrangeiros. Esse debate envolvia questões ligadas não apenas aos interesses internos, como também à política internacional adotada pelo governo Dutra. Tal polarização se acirrou com o retorno de Vargas ao poder, principalmente em questões que lidaram com riquezas de fontes naturais, como o petróleo.

O petróleo, cuja importância na economia mundial ganhou destaque após a Primeira Guerra Mundial pelo uso de seus subprodutos, por exemplo em submarinos (motor diesel), teve, ao longo do século XX, lugar de destaque em termos estratégicos. O seu uso e de seus subprodutos em guerras, na indústria automobilística e na eletricidade tornou-se primordial, alterando as relações e as forças econômicas. Nesse sentido, o Brasil, cuja economia baseava-se em bases agroexportadoras, importava grande parte dos subprodutos do petróleo de então. Embora a existência do petróleo já fosse computada desde os tempos do Império, na região da Bahia, foi apenas na década de 1930 que definitivamente o assunto teve andamento, e em 1939 o primeiro poço de petróleo foi encontrado em Salvador, Bahia. Desde o final do século XIX a discussão sobre a exploração do petróleo já era posta, bem como quem poderia realizar a extração, principalmente por conta do papel hegemônico das companhias multinacionais estrangeiras e suas intromissões na política interna dos países latino-americanos. A disputa pelo controle do petróleo brasileiro foi a pauta de grande parte das décadas de 1930 a 1950, principalmente.

Posto que a discussão sobre a abertura para o mercado estadunidense esteve em pauta naquelas décadas e, em alguma medida, permanece relevante na atualidade, imagine que você, enquanto professor, seja questionado por

um aluno sobre o petróleo brasileiro e a venda de áreas de pré-sal para consórcios formados por empresas estrangeiras (MARTÍN, 2016). Seu aluno observa a existência de grupos a favor da venda e outros que são contra e reflete sobre os grupos em debate à época da criação da Petrobrás. Então ele questiona: por que a empresa foi fundada sem participação estrangeira, tendo em vista os benefícios técnicos e financeiros que essa relação poderia ter trazido?

Enquanto professor, como é possível responder a essas perguntas a partir do estudo das políticas econômicas internas e externas dos governos Dutra e Vargas das décadas de 1940 e 1950 e da análise dos grupos em disputa naquele contexto?

Não pode faltar

“ No regime político em que vivemos, no qual houve um tenebroso hiato de quinze anos, a eleição do Presidente da República é o fato de máximo alcance político. Dessa escolha depende tudo mais: a honestidade das eleições para os outros cargos políticos; [...] a ordem no país sob seus múltiplos aspectos. Ora, examinada com serenidade a situação, é, para nós, o Brigadeiro Eduardo Gomes o candidato que reúne o maior número de predicados que possam recomendar um patricio nosso para a suprema magistratura. Alheio até hoje à política, entregue inteiramente a seus deveres profissionais, ele está isento dos velhos vícios que desabonam os peritos em manobras eleitorais (E. B., 1945, p. 41).

A campanha eleitoral presidencial em 1945 era noticiada pela imprensa da época com grande entusiasmo pelo candidato da oposição a Getúlio Vargas, o Brigadeiro Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional (UDN). O artigo da revista *A careta* nos dá a dimensão do posicionamento hegemônico da imprensa, uma vez que se tratava de uma revista ilustrada semanal, que esteve ativa entre 1908 e 1960, fazendo parte do circuito do então Distrito Federal, no Rio de Janeiro.

Após a deposição de Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945 por um golpe militar, a UDN esperava que a candidatura do Brigadeiro crescesse, pois, de acordo com Angela Maria de Castro Gomes e Maria Celina Soares D'Araújo (1987) – a primeira é historiadora da Universidade Federal Fluminense e do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) e a

segunda é cientista social e política da PUC-RJ, bem como foi professora do CPDOC-FGV –, a campanha ainda não era popular o bastante para garantir uma vitória extraordinária. Apesar da candidatura do Brigadeiro ter o apoio da imprensa, dos meios intelectuais, das camadas médias e dos oficiais das Forças Armadas, segundo Jorge Ferreira (2003), historiador da Universidade Federal Fluminense e crítico da teoria do populismo, a legenda não havia mobilizado os trabalhadores. Por outro lado, a candidatura do General Eurico Gaspar Dutra pelo Partido Social Democrático (PSD) tinha pouca visibilidade nos jornais, o que transmitia o aspecto de uma candidatura fracassada e sem muita importância, além de ter o estigma condenável do continuísmo, tendo em vista que Dutra havia sido ministro da Guerra entre 1936 e 1945.

Vargas mantinha-se em silêncio em relação à campanha eleitoral, manifestando-se apenas para convocar o eleitorado a apoiar a legenda do PTB. Gomes e D'Araújo (1987) afirmam que Vargas interferia na natural evolução do crescimento da candidatura do Brigadeiro com seu jogo continuísta. O próprio PTB não lançou candidato no pleito com receio de pulverizar as forças aglutinadas em torno da figura de Vargas. Nesse contexto o posicionamento do PTB era de extrema importância em relação aos rumos da eleição, pois poderia significar o fortalecimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a eleição de Dutra ou até a do Brigadeiro. Isso porque até o golpe o PCB havia adotado a postura de uma “Constituinte com Getúlio”; sem Vargas, a legenda lançou candidato próprio ao pleito, Yedo Fiúza. A expectativa de Dutra e do PSD era poder capitalizar politicamente a participação do General no golpe, “afinal, Dutra era o candidato do PSD, isto é, o candidato que, representando os interesses do governo, dizia não compactuar com sua face ditatorial” (GOMES; D'ARAÚJO, 1987, p. 26). PSD e PTB acabaram criando uma aliança que, entre outras coisas, acordava em oferecer a pasta do Ministério do Trabalho ao PTB. Concomitante ao arranjo entre as legendas, a campanha de Dutra, encabeçada pelo líder queremista Hugo Borghi (1910-2002) – empresário ligado ao ramo algodoeiro que ao longo de 1945 comprou cerca de 130 emissoras de rádio, criando uma cadeia nacional em defesa do governo varguista –, deu uma guinada a partir da propagação de um discurso no qual o Brigadeiro afirmava não precisar dos votos “desta malta de desocupados” que apoiava Vargas. Segundo Ferreira (2003), para o candidato da UDN, “malta” eram aqueles que participaram dos comícios queremistas, pois teriam recebido dinheiro do Ministério do Trabalho. Hugo Borghi verificou que a palavra também poderia ser sinônima de “marmiteiros” e passou a afirmar que o Brigadeiro era o candidato dos milionários, uma vez que declarou não necessitar dos votos dos trabalhadores. Nesse sentido Ferreira (2003) argumenta que a “marmita” foi usada como bem simbólico, de caráter político, ideia que vai ao encontro e complementa à de Gomes e D'Araújo (1987) sobre a polarização que se estabeleceu entre as

candidaturas: o Brigadeiro era caracterizado como um candidato dos milionários, e Dutra era o candidato dos pobres, dos trabalhadores. Segundo as autoras havia a necessidade da palavra de Vargas, apesar da aliança estabelecida entre PTB e PSD. “A campanha do ‘marmiteiro’, precisava do ‘Ele disse: vote em Dutra’” (GOMES; D’ARAÚJO, 1987, p. 31). E o comando veio em 25 de novembro, uma semana antes da eleição, pouco antes do último comício do General, redimensionando a corrida presidencial. Com Vargas concorrendo ao cargo de senador e deputado constituinte, o comício de encerramento de Dutra se configurou em uma exaltação a Getúlio, com seu retrato e legenda, além da recomendação de voto ao General.



Exemplificando

Figura 1.3 | Panfleto da campanha eleitoral de Getúlio Vargas ao Senado

A Canção do Brigadeiro
A' Edú Ardo Gomes

Você não come na "Marmita".
Porque lhe sobra o dinheiro?
Vote, então, na "Favorita"
— A chapa do Brigadeiro.

Mas, se come na "Marmita"
Porque lhe falta o dinheiro,
Então vote, contra a "Dita",
— A chapa do Brigadeiro.

JOÃO SAMPAIO D'ORLA

A Canção dos Marmiteiros...
A' Edú Ardo Gomes

Os que comem na "marmita",
Neste Brasil de "granfinos",
Bagaceira que desdita!
Por azar de teus destinos.

Vão votar — espere a "gita",
Espere até diazinhos —
Só na chapa "Favorita",
Dos desejos "Getulinos"...

Tudo porque, Bagaceira,
Não tem limite a beateira
Do "Major" dos Brigadeiros.

Nêê, só quer que vote
Quem for "dandy"... de "coóte"
E nunca os "tais Marmiteiros"...

JOÃO SAMPAIO D'ORLA

Trabalhadores!
Na defesa de nossas leis sociais e para
garantia de teus direitos, votai em nosso
— amigo e líder —

Getulio Dorneles Vargas
Candidato a Senador e Deputado pelo
NOSSO PARTIDO
Partido Trabalhista Brasileiro.

Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/brigadeiro-faz-gol-contra-no-final-da-partida>. Acesso em: 30 set. 2018.

O panfleto da candidatura de Getúlio Vargas ao senado em 1945 é bastante esclarecedor em relação à posição adotada na reta final pela campanha de Dutra e do próprio PTB: a associação de Vargas com os trabalhadores através da invocação do trabalhismo (“Na defesa de nossas leis sociais e para garantia de teus direitos”); a figura de Getúlio com a

faixa presidencial (“amigo e líder”), passando uma ideia de legitimidade dentro de um contexto de redemocratização; a associação do Brigadeiro e sua chapa com os “granfinos”, em contraposição à chapa “Favorita” dos desejos “Getulinos”, aquela que “os que comem na ‘marmita’, neste Brasil” iriam votar. Um detalhe importante é que em momento algum é citado o nome de Dutra ou a sigla de seu partido; antes é consolidada a associação de Eduardo Gomes com os interesses das classes abastadas e a de Vargas com os dos marmiteiros. Nesse sentido o panfleto passa a impressão de que o voto dos trabalhadores a Dutra só seria possível se fosse parte “dos desejos ‘Getulinos’”.

Dutra acabou sendo eleito presidente da República no pleito de 2 de dezembro de 1945 com 55% dos votos. Embora a pasta do Trabalho estivesse acordada para o PTB em troca de apoio eleitoral, ao longo do Governo Dutra os quatro ministros que ocuparam o cargo não podem ser classificados como pertencentes ao quadro petebista (GOMES; D’ARAÚJO, 1987, p. 42). Como vimos na seção anterior, o movimento operário vinha crescendo desde fins do Estado Novo, ao que o Governo Dutra respondeu com uma política sindical repressiva, representando uma ameaça não apenas aos comunistas, mas também aos sindicalistas ligados ao trabalhismo. Com o clima da Guerra Fria se acirrando e a cassação do registro do PCB, as intervenções nos sindicatos foram acentuadas, ao que Gomes e D’Araújo (1987) explicam que teria congelado o movimento operário e o afastado da política por esvaziamento. Vale ressaltar o aspecto autoritário de Dutra, que desde a década de 1930 lutou contra o comunismo e, durante o Estado Novo, enquanto ministro da Guerra, expurgou os militares dissidentes, embora tenha promovido a modernização das Forças Armadas, “[...] consolidando o papel decisivo exercido pela instituição no jogo político do país” (MALIN, [s.d.]). Esse papel fica expresso no momento de sua posse, quando assumiu a presidência da República fardado, consagrando seu aspecto militar em pleno regime democrático. Porém, como afirma a socióloga Maria Victoria de Mesquita Benevides (2002, p. 36), professora titular da Faculdade de Educação da USP, o marechal Dutra é costumeiramente lembrado como “[...] ‘o homem do livrinho’, por seu suposto amor à Constituição”, além de ter passado para o imaginário nacional como modelo de burrice. É necessário que entendamos, no entanto, as ambiguidades do governo, diferenciando a figura e os papéis do presidente, de seu gabinete e do Congresso.

De acordo com Ferreira (2013), o contexto de um governo eleito democraticamente, porém com um partido cassado por motivos políticos e de grande repressão ao movimento operário, constituiu um grande paradoxo na política brasileira. Embora tenham surgido, como vimos na primeira seção desta unidade, partidos nacionais com programas definidos, pleitos tenham

sido realizados em todos os níveis ininterruptamente até 1964, muitos historiadores têm dificuldade em admitir ou até negam o caráter democrático do regime instaurado em 1946. Alguns dos principais argumentos usados, principalmente pela historiografia marxista, é justamente o que tratamos sobre a ilegalidade do PCB e o cerceamento ao movimento operário. Para o historiador é necessário questionar se naquele período a situação foi distinta da dos Estados Unidos, país no qual agiam, a partir da lógica do macarthismo, comitês de atividades “antiamericanas” cujo objetivo era acuar as esquerdas e o movimento sindical daquele país (FERREIRA, 2013, p. 149-150). Ademais, Ferreira aponta que tanto nos Estados Unidos como na Alemanha Ocidental os partidos comunistas também foram colocados na ilegalidade, porém tais países não foram considerados “não democráticos”. Com o golpe civil-militar de 1964, tomou vulto a desqualificação do regime democrático iniciado em fins de 1945 e consolidado em 1946. As imagens criadas pelas forças políticas apoiadoras e responsáveis pelo golpe cimentaram um imaginário de um período de corrupção, incompetência e demagogia. Assim o imaginário acadêmico firmou-se por muito tempo em torno da ideia de que a sociedade brasileira tinha dificuldade na convivência com instituições democráticas, o que justificaria o fracasso da experiência liberal-democrática no país (FERREIRA, 2013, p. 151). Para Ferreira a dificuldade de alguns historiadores em admitir o caráter democrático do regime deve-se ao fato de basearem-se em um modelo prévio de democracia, desconsiderando que esta é conquistada, expandida, “inventada”, e não algo pronto.

“A democracia não se encontra em lugar determinado no horizonte, tal qual o pote de ouro na ponta do arco-íris, mas resulta de demandas da própria sociedade, de seus conflitos e contradições, inventando e reinventando práticas e instituições democráticas. A democracia é um processo marcado pela incompletude, avançando de acordo com as demandas dos cidadãos e dos grupos sociais que dela participam – e reivindicam. (FERREIRA, 2013, p. 152-153)

Nesse sentido o governo Dutra e o processo democrático brasileiro tiveram grande influência da política internacional daquele momento. Entre 1930 e 1945 o Governo Vargas havia tirado proveito da conjuntura internacional para redefinir a economia brasileira, por isso a política externa foi usada como meio para efetivar a industrialização no país. O Governo Dutra tinha uma dependência passiva em relação à potência estadunidense e, segundo o historiador Paulo G. Fagundes Vizentini (2003, p. 198) – Professor Titular de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul –, possuía uma visão de mundo que assumiu a noção de Guerra Fria

e a liberalização externa da economia. Era uma relação bastante interessante, tendo em vista que Dutra fora simpatizante dos países do Eixo e uma vez no poder tornou-se um aliado dos Estados Unidos. Embora o Brasil adotasse uma política externa alinhada à norte-americana, esta tinha como prioridade os países afetados pela guerra, e não mais uma dimensão regional. De acordo com Vizentini (2003, p. 199), a América Latina se sentiu “abandonada” pelos Estados Unidos, que por sua vez reforçavam a segurança interna contra a esquerda e estimulavam a eliminação de restrições cambiais. Embora a posição estadunidense reafirmasse o pan-americanismo político, revestia-o de anticomunismo, o que pôde ser visto com o Tratado Interamericano da Assistência Recíproca (TIAR) de 1947. Segundo Gerson Moura (2012, p. 200) – (1939-1992), importante historiador das relações internacionais brasileiras e pesquisador do CPDOC-FGV –, o tratado afirmava a ideia de que uma agressão a um Estado americano seria considerada uma agressão a todos os Estados americanos, e, apesar de não haver nenhuma ameaça real nesse sentido em 1947, é necessário considerar o contexto de Guerra Fria, em que a União Soviética tornava-se o inimigo em potencial. Nesse sentido o Brasil de Dutra se julgava um aliado privilegiado dos Estados Unidos por ter auxiliado na Segunda Guerra Mundial e por ter se alinhado automaticamente na Guerra Fria – apesar de efetivamente ter obtido concessões extremamente reduzidas nas relações bilaterais com os Estados Unidos. A ideia de aliado privilegiado era fundamentada pelos pressupostos ideológicos da Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1948, cuja base era a segurança e o desenvolvimento: defesa para o país de “[...] um projeto econômico de capitalismo associado ao bloco internacional, nos quadros de uma Doutrina Interamericana de segurança anticomunista” (VIZENTINI, 2003, p. 199). A ESG tinha como modelo o *National War College* de Washington e fazia parte do Programa Interamericano de Cooperação Militar. Sua concepção se inspirava em doutrinas que combinavam as noções de segurança hemisférica e segurança nacional (MOURA, 2012, p. 207). É relevante ressaltar que o alinhamento com os Estados Unidos em questões político-diplomáticas deve ser problematizado, como aponta Moura (2012), uma vez que havia discordâncias entre o posicionamento do Itamaraty e dos membros que representavam o Brasil na ONU (Organização das Nações Unidas). Um bom exemplo da discordância na política externa brasileira foi o posicionamento em relação aos regimes coloniais, pois ainda que a comissão brasileira na ONU se opusesse à continuação de tal situação, o Itamaraty se posicionou de acordo com as potências ocidentais.

Em relação à política econômica, o Governo Dutra liberalizou o setor externo da economia e priorizou o combate à inflação, nesse sentido reduziu os investimentos públicos a ponto de inviabilizar o Programa de Obras Públicas e Reequipamento, iniciado em 1944. Vargas, agora na oposição,

fazia denúncias sobre a possibilidade de o governo entregar os setores siderúrgicos e petrolíferos aos estrangeiros. De acordo com Moura (2012), a questão do petróleo fazia parte das preocupações estadunidenses, a ponto de haver intensa mobilização norte-americana para influenciar as discussões sobre os recursos do solo e do subsolo na Assembleia Constituinte Brasileira em 1946, contando com o envio de agentes de empresas que pressionaram as autoridades brasileiras para obter uma legislação mais liberal no que diz respeito ao petróleo. O resultado foi lido como positivo, pois a Constituição previa autorizações ou concessões para a exploração de recursos minerais a brasileiros ou “companhias organizadas no Brasil”, abrindo o leque para o capital estrangeiro.



Refleta

Até que ponto a influência internacional pode ter de fato pautado as discussões ou mesmo a elaboração da Constituição de 1946? Considerando o contexto de redemocratização e do palco político que estava se consolidando no Brasil, a ideia de uma interferência tão direta de interesses exteriores em questões internas é totalmente plausível?

Moura (2012, p. 217-218) afirma que, apesar da pressão exterior, a legislação específica do tema não foi aprovada segundo as vontades das companhias de petróleo internacionais, porque a opinião pública brasileira mostrava-se gradativamente partidária da defesa de seus recursos minerais, principalmente do petróleo. Exemplo disso é a discussão em torno da Comissão Brasil-Estados Unidos, cujo objetivo era estudar e elaborar um programa para o desenvolvimento do Brasil; ficou conhecida como Comissão Abbink-Bulhões, chefiada pelo americano John Abbink e pelo brasileiro Otávio Gouvêa de Bulhões. Uma reportagem da revista *O cruzeiro* nos dá a dimensão da forma como parte da grande imprensa tratava o tema, ao dividir os grupos petrolíferos do país em: “[...] nacionalistas, realistas e entreguistas [...] quanto ao terceiro grupo, este que conscientemente procura entregar de mãos beijadas o nosso petróleo aos grandes consórcios internacionais [...]” (WAINER, 1948, p. 30). Nessa perspectiva os nacionalistas chamavam os liberais de “entreguistas”, ao passo que os liberais chamavam os nacionalistas de “comunistas”.

A campanha a favor da defesa do petróleo contra os interesses internacionais reuniu vários espectros políticos – nacionalistas, comunistas e movimentos de direita –, bem como todo o país, envolvendo debates em associações profissionais, instituições científicas, no parlamento e nas forças armadas.



Assimile

Nacionalismos no Brasil contemporâneo

O espectro nacionalista no Brasil contemporâneo assumiu duas principais vertentes: uma liberal e uma de orientação popular (MOREIRA, 1998). A primeira era representada pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB), enquanto a segunda era representada por comunistas, socialistas e trabalhistas. Em geral os nacionalistas tinham como um de seus objetivos constituírem uma economia que fosse voltada para o mercado interno, quebrando com o paradigma da elite latifundiária, voltada à produção para o mercado externo. Para que esse desenvolvimento ocorresse, os nacionalistas acreditavam na necessidade de uma revolução democrático-burguesa para modernizar a sociedade, a economia e criar a nação brasileira. De acordo com a versão isebiana, a revolução necessitaria da união entre burguesia nacional, proletariado, camponeses e nova classe média (setores interessados na industrialização brasileira) para combater os latifundiários, o comércio exportador e a classe média tradicional. Assim, uma economia que se autossustentasse poderia significar, em última análise, a independência da nação no que se refere aos interesses do capitalismo internacional. Nesta ótica o chamado “imperialismo” seria uma ameaça externa ao desenvolvimento do Brasil, e era justamente em torno dela que os dois principais grupos nacionalistas divergiam. Enquanto os liberais apoiavam uma política desenvolvimentista de industrialização com investimentos diretos do capital externo, os chamados populares requeriam um controle rígido da entrada de divisas estrangeiras, preferindo empréstimos entre governos.

A famosa campanha “**O petróleo é nosso**” foi fomentada no Clube Militar entre 1948 e 1950, liderada pela facção nacionalista dos militares, incorporando o coro a favor da campanha do petróleo junto à Liga da Defesa Nacional, organização civil, ao Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, à União Nacional dos Estudantes e as uniões estaduais (MOURA, 2012, p. 217-218). A campanha pode ser entendida em um contexto no qual o Governo Dutra não conseguia aprovação de seu anteprojeto de Estatuto de Petróleo (1948), pois este abria a possibilidade para os interesses estrangeiros ao propor que o refino e o transporte do petróleo de uso doméstico fossem reservados para empresas que tivessem 60% de seu capital sob controle de brasileiros. No mesmo ano tramitou no Congresso um plano projetado pelo Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) que revia a alocação de recursos orçamentários para a saúde, alimentação, transporte e energia – **Plano SALTE**. O projeto, cuja ideia inicial era ser um programa do governo em substituição ao Plano de Obras e Equipamentos, previa também propostas à questão do petróleo, como a construção de

uma refinaria e a expansão da existente, além da aquisição de navios-tanques. O plano só foi aprovado no final do governo, permanecendo em vigor até 1953. Ou seja, apesar da pressão dos Estados Unidos, segundo Moura (2012, p. 218-219), a legislação do petróleo brasileiro ainda permanecera sem mudanças significativas.



Saiba mais

Para entender um pouco mais sobre as manifestações na imprensa e dos movimentos sociais em torno da questão do petróleo, leia da página 90 à 103 do livro referenciado a seguir, que relata os principais embates sobre o tema entre 1946 e 1953:

DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil**: uma história da Petrobras. Rio de Janeiro: CPDOC/Petrobras, 1993. p. 90-103.

Ainda em 1948 a articulação para a eleição presidencial movimentou os partidos que buscavam alianças, discutindo até mesmo a possibilidade de um candidato de união nacional. A tentativa não vingou, ao mesmo tempo em que, de acordo com Gomes e D'Araújo (1987), não despontava uma liderança política popular que fizesse frente ao prestígio de Vargas com o eleitorado. Surgiu uma aliança entre Ademar de Barros – governador de São Paulo – e Getúlio Vargas que deu origem à candidatura deste último apoiado pelo PTB. O resultado foi a vitória no pleito de 3 de outubro de 1950 com 48,7% dos votos, enquanto o candidato da oposição, o Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN), teve 29,7% dos votos. A UDN tentou impugnar o resultado da eleição de 1950, alegando que não havia sido alcançada a maioria absoluta dos votos – requisito que, de acordo com Lucilia de Almeida Neves Delgado (2003), historiadora da Universidade de Brasília e especialista em História do Brasil Republicano, não estava previsto na legislação eleitoral brasileira em vigor. É importante ressaltar que ao longo de sua campanha Vargas colocou-se como um candidato mais do que estritamente partidário, isto é, um candidato que iria governar para os que não tinham conseguido se fazer representar politicamente, seja pelas agremiações partidárias ou pelo poder estabelecido (GOMES; D'ARAÚJO, 1987, p. 55). O seu primeiro gabinete refletiu seu discurso eleitoral, pois o chamado “Ministério da Experiência” procurou a conciliação nacional através da presença de diversos espectros partidários, até a de seus ferrenhos opositores, a UDN. Quanto ao PTB, Vargas designou apenas o Ministério do Trabalho, desenvolvendo uma política de alianças junto a civis e militares, o que levou a uma situação bastante complexa e contraditória. D'Araújo (1992) comenta que parte das pesquisas sobre o governo Vargas eleito em 1950 costuma fragmentá-lo em

dois momentos: o primeiro seria justamente o da política de conciliação com os setores conservadores, no qual a política econômica era pautada por uma conduta de composição com os setores mercantis da burguesia e do capital estrangeiro, em detrimento do nacionalismo e do trabalhismo. O segundo momento se daria a partir de 1953, com o aumento dos movimentos sociais, em que o governo adotou uma direção mais trabalhista, em prejuízo à política de conciliação anterior. Nesse esquema de análise, segundo a autora a crise sucedida em 1954 seria inevitável, além de se constituir em um ensaio para os acontecimentos ocorridos em 1964.

O caso da criação da Petrobrás é altamente significativo em relação aos embates das forças políticas envolvidas naquele período e nos auxilia a problematizar o esquema teórico que D'Araújo refuta. Como vimos, a questão do petróleo permanecera inconclusa, porém Vargas, ainda em 1951, enviou um projeto ao Congresso propondo a criação da "Petróleo Brasileiro S.A." (Petrobras), empresa de economia mista com controle majoritário da União. Com outro projeto já em andamento, a discussão em torno do monopólio estatal era a tônica não apenas no Congresso, mas também na opinião pública.

Importante salientar que no geral o plano econômico adotado por Vargas, de acordo com Vizentini (2003, p. 203), retomava o projeto de desenvolvimento industrial, por meio da substituição de importações – fabricação interna de produtos que eram, até então, importados, a fim de reduzir a dependência que o mercado interno tinha em relação ao mercado externo – e promovendo a indústria de base – indústria que alimentaria outras indústrias (siderúrgica, de mineração e petroquímica), pois transforma matéria-prima bruta em insumos para elas – como forma de atender às mudanças do perfil da sociedade brasileira que impunha novas reivindicações e necessidades. Para isso Vargas implementou o que Vizentini (2003) chama de “barganha nacionalista”, isto é, em troca do apoio aos Estados Unidos em questões políticas, econômicas e estratégicas para a Guerra Fria, esperava-se o auxílio ao desenvolvimento econômico brasileiro. Na prática os resultados foram parcos, levando a uma multilateralização das relações exteriores, ainda que de forma tímida, tendo em vista que os países socialistas ainda eram considerados inimigos, a Europa ocidental e o Japão estavam terminando sua reconstrução econômica e o chamado Terceiro Mundo emergia recentemente descolonizado.

A discussão em torno do petróleo passou a atribuir à campanha “O petróleo é nosso” um caráter nacionalista e de anti-imperialismo, ou, como trabalhamos anteriormente, um nacionalismo popular. O resultado foi a criação de uma empresa nacional que, embora preservasse o monopólio estatal em todas as etapas da indústria petrolífera, abria a exceção para a distribuição de seus derivados.

Sem medo de errar

Compreender o contexto no qual se estabeleceu a discussão sobre o petróleo no Brasil, bem como o da construção da Petrobrás, é de extrema importância para entender os atores envolvidos e a natureza da empresa resultante da década de 1950.

No plano externo, a Guerra Fria pautava as políticas externas e, no caso brasileiro, por conta do alinhamento adotado pelo Governo Dutra (1946-1951), significou uma política de anticomunismo – com raízes históricas na política brasileira e em parte da sociedade do período anterior, como no episódio do Plano Cohen em 1937 – e de liberalismo econômico, aberta ao capital estrangeiro. É necessário salientar que no plano interno o país passava pela redemocratização, com grande movimentação social, o que também contribuiu para a mobilização de setores civis e militares acerca do tema. O espectro nacionalista foi então sendo ideologizado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), numa vertente mais liberal, ou seja, que contemplava a participação do capital estrangeiro para o desenvolvimento industrial do país. Como vimos, havia no campo nacionalista também os anti-imperialistas, o que fazia bastante sentido em uma conjuntura em que as colônias africanas e asiáticas conquistavam sua independência. Por outro lado, havia um grupo que, pautado pelas ideologias difundidas pela Escola Superior de Guerra (ESG), no liberalismo econômico, defendia uma economia capitalista ligada ao bloco internacional. Essas ideologias tinham como fundamento a segurança e o desenvolvimento, isto é, estavam inseridas em um projeto econômico nos moldes de uma Doutrina Interamericana de segurança anticomunista. Neste sentido é compreensível haver posicionamentos como os de Washington Luís, ex-presidente deposto em 1930, para a revista *O cruzeiro* em 1954:

“ — O petróleo é nosso, a areia monazítica é nossa, os minerais são nossos, o café é nosso até quando não sei, mas tenho a impressão de que basta tirá-los da terra para que deixem de ser nossos.
— Julga que deve ser empregado o capital estrangeiro na exploração das nossas riquezas naturais? [...]

— Até certo ponto, sim – disse ele. – Devemos, porém, procurar a qualquer custo novos mercados para compra e venda de produtos essenciais, a fim de que possamos formar um capital bastante amplo e nosso mesmo. [...] No dia em que tivermos recursos suficientes para explorar as nossas enormes riquezas naturais, então o Brasil deslanchará. (FERREIRA, 1954, p. 60)

Isso porque, embora a Petrobrás tenha sido concebida enquanto empresa nacional em 1953, isto é, tinha a propriedade e o controle da exploração, direto ou por subsídio, excetuando-se a distribuição – foi permitida a participação de empresas particulares, incluindo-se as estrangeiras, na distribuição dos derivados do petróleo –, nos primeiros quatro anos de seu funcionamento o Brasil ainda importava a maior parte dos derivados petrolíferos que utilizava. As refinarias existentes não produziam a quantidade necessária para o consumo nacional, visto que naquele momento a industrialização ganhava força, em especial a automobilística. Além de permanecer importando grande parte dos derivados necessários para as indústrias e para seu desenvolvimento econômico, o país lidava com a questão das refinarias de petróleo. Em meio às diversas crises políticas que se seguiram (suicídio de Vargas em 1954, contragolpe preventivo em 1955, a renúncia de Jânio Quadros em 1961, a crise em torno da posse de João Goulart), a Petrobrás cresceu, sofreu crises econômicas, até que durante o governo de João Goulart ela “[...] assumiu a distribuição a granel de derivados de petróleo e obteve o monopólio para o fornecimento de derivados petrolíferos a todos os órgãos públicos” (MELO; BASTOS; ARAÚJO, 2006). Com o golpe, o regime militar passou a incentivar a expansão da iniciativa privada no setor petrolífero, enfraquecendo a política do monopólio estatal. O resultado foi a criação de subsidiárias com participação de capital nacional e multinacional, porém ainda assim incapazes de atenderem à demanda interna de derivados do petróleo. Com a redemocratização e a nova Constituição, a participação de empresas estrangeiras foi proibida, porém o monopólio estatal do petróleo foi quebrado em 1995.

Como vimos, a despeito dos possíveis benefícios da entrada do capital externo na conjuntura da década de 1950 – que no período ditatorial não conseguiu resolver a questão da demanda interna de derivados do petróleo, por exemplo –, é necessário problematizar qual tipo de retorno, não apenas econômico, mas social e cultural, esse tipo de relação poderia efetivamente ter trazido, ainda mais se considerarmos as disputas internas de poder ocorridas após o suicídio de Vargas em 1954.

1.

“O General Dutra, em outros tempos membro da “ditadura Vargas”, por questão de convivência e hereditariedade, teria que possuir ideais duvidosos e propensão para governos ditatoriais. É desalentador ver o atual Presidente da República encetar nova ditadura, quando era lícito esperar-se a redemocratização do país. Digo isso conscientemente e com fundamentos. E as provas dessa iminente traição à Democracia e ao povo aí estão evidentes e inequívocas, nos inúmeros atentados à Constituição; nas interdições de jornais [...]; na cassação de mandatos de parlamentares legitimamente eleitos pelo povo; nos espancamentos de populares reunidos em pacíficos comícios [...]. (COM A PALAVRA..., 1948, p. 32)

Considerando a discussão historiográfica em torno do debate sobre o caráter democrático do Governo Dutra, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. Embora parte da historiografia ponha em dúvida o caráter democrático do governo Dutra, tendo em vista a cassação do Partido Comunista Brasileiro em 1947 e a forte repressão ao movimento operário, tal governo não pode ser considerado uma ditadura como a do Estado Novo, mas um governo democrático.

PORQUE

II. No contexto de pós-Segunda Guerra Mundial e de início da Guerra Fria, os partidos comunistas de países como o dos Estados Unidos foram colocados na ilegalidade, assim como surgiu naquele país comitês de atividades antiamericanas, cujo objetivo era acuar as esquerdas e o movimento sindical, sem ter, entretanto, seu caráter democrático questionado.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta.

- a) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- b) A asserção I e II são proposições falsas.
- c) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- d) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- e) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

2.

“Está aberto o problema da sucessão. As pedras estão sendo movidas no tabuleiro do xadrez político sem que até agora se possa fazer uma previsão sobre o rumo definitivo dos acontecimentos. No Rio Grande do Sul o Ministro da Guerra, General Canrobert Pereira da Costa, declara à imprensa que o “Exército não empossará um candidato como Prestes”. [...] O General Eurico Gaspar Dutra exige apenas que seu sucessor seja um homem capaz de garantir o exercício da democracia no Brasil. Se tiver de intervir – declara-se – será apenas para evitar que o poder seja conquistado pelos “partidos populistas”. (MANZON, 1949, p. 13)

Considerando a disputa presidencial em 1950 e o trecho da Revista O Cruzeiro, é correto afirmar que:

- a) Em 1948 a articulação para a eleição presidencial movimentou os partidos que buscavam alianças, os quais discutiram a possibilidade de um candidato de união nacional, sem contudo chegar a um acordo.
- b) Para as eleições de 1950 não despontou uma liderança política popular que fizesse frente ao prestígio de Vargas com o eleitorado, o que levou a uma aliança entre Dutra e Getúlio Vargas, originando a candidatura deste último, apoiado pela PTB.
- c) O resultado do pleito de 1950 consagrou a vitória de Getúlio Vargas pelo PTB com maioria absoluta dos votos, restando ao candidato da oposição, o Brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN, o segundo lugar.
- d) A legenda da oposição, UDN, tentou impugnar o resultado da eleição de 1950, alegando que não havia sido alcançada a maioria absoluta dos votos, requisito que estava previsto na legislação eleitoral brasileira em vigor.
- e) Ao longo de sua campanha Vargas colocou-se como um candidato comprometido com seu partido, o PTB, o que refletiu em seu primeiro gabinete, privilegiando seus correligionários em relação a seus opositores.

3.

“[...] a única maneira de virmos a possuir gasolina e subprodutos do petróleo nacional será abrir a exploração das jazidas a todos aqueles que queiram atirar-se a esse comércio. [...] O que desejamos os partidários da Petrobrás é uma bandalheira, o que querem os propugnadores da entrega pura e simples à Standard Oil é uma infâmia, do mesmo modo que o que nos pretendem impor os do “petróleo é nosso” é uma idiotice”. (SCHMIDT, 1953, p. 3)

Tendo em vista os diversos posicionamentos em relação à questão do petróleo brasileiro entre as décadas de 1940 e 1950, avalie as afirmações a seguir.

I. Enquanto senador pelo Partido Social Democrático no período de redemocratização, Vargas fez denúncias sobre a possibilidade de o governo Dutra entregar os setores siderúrgicos e petrolíferos aos estrangeiros.

II. A campanha a favor da defesa do petróleo contra os interesses internacionais reuniu vários espectros políticos – nacionalistas, comunistas e movimentos de direita –, envolvendo debates em associações profissionais, instituições científicas, no parlamento e nas forças armadas.

III. O espectro nacionalista no Brasil Contemporâneo assumiu duas principais vertentes: uma liberal – isebiana e anti-imperialista – e outra de orientação popular – comunista, socialista e trabalhista, que defendia o controle da entrada de divisas estrangeiras.

IV. A campanha “O petróleo é nosso” de 1948 foi fomentada no Clube Militar, incorporando o coro a favor da campanha do petróleo junto à Liga da Defesa Nacional, ao Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e à União Nacional dos Estudantes.

É correto apenas o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e III.
- e) II e IV.

Referências

- ABREU, A. A. de. Partido Comunista Brasileiro (PCB). **FGV CPDOC**, [s.d.]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Acesso em: 23 ago. 2018.
- ATLAS FGV. **Segunda Guerra Mundial**. 2006. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/segunda-guerra-mundial/mapas/mapa-segunda-guerra-no-atlantico>. Acesso em: 23 ago. 2018.
- BARBOSA, A. J. Parlamento, política externa e o golpe de 1964. *In*: MARTINS, E. C. de R. (Org.). **Relações internacionais: visões do Brasil e da América Latina**. Brasília: IBRI, 2003. pp. 249-274.
- BENEVIDES, M. V. de M. Presidente Juscelino, os “anos dourados”. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 32-41, mar./maio 2002.
- BENEVIDES, M. V. de M. O velho PTB paulista (partido, sindicato e governo em São Paulo -1945/1964). **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 133-161, jun. 1989. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 set. 2018.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 7.586**, de 28 de maio de 1945. Regula, em todo país, o alistamento eleitoral e a eleições a que se refere o artigo 4º da Lei Constitucional n. 9, de 28 de fevereiro de 1945. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 ago. 2018.
- CALIL, G. G. Reflexões sobre a historiografia da redemocratização brasileira de 1945. **Tempos Históricos**, M. C. Rondon, v. 3, n. 1, p. 91-120, ago. 2001.
- CAPELATO, M. H. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. *In*: PANDOLFI, D. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. pp. 167-178.
- CARNEIRO, F. L. L. A luta pelo petróleo brasileiro. **Fundamentos: Revista de cultura moderna**. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 6-18, jun. 1948. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/102725/per102725_1948_00001.pdf. Acesso em: 20 set. 2018.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CAVALCANTE, B. As esperanças que não morrem: política e cultura na sociedade brasileira na década de 40. **Revista de História das Idéias**, Porto, v. 11, p. 543-575, 1989. Disponível em: https://digitalis-dsp.sib.uc.pt/bitstream/10316.2/42923/1/As_esperancas_que_ nao_morrem.pdf. Acesso em: 15 set. 2018.
- COM A PALAVRA nossos leitores. **Careta**, Rio de Janeiro: Kosmos, 21 fev. 1948, edição 2069, p. 32. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=083712>. Acesso em: 2 out. 2018).

COSTA, H. da. **Em busca da memória**: organização no local de trabalho, partido e sindicato em São Paulo, 1943-1953. 1993. 357 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1993. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279089>. Acesso em: 16 jul. 2018.

D'ARAÚJO, M. C. **O segundo governo Vargas 1951-1954**: democracia, partidos e crise política. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

DELGADO, L. de A. N. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 127-154.

DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil**: uma história da Petrobras. Rio de Janeiro: CPDOC/ Petrobras, 1993. p. 90-103. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6731>. Acesso em: 30 set. 2018.

DOCUMENTOS referentes à redemocratização de 1945. Constam manifestos, estatutos e programas dos partidos atuantes na década de 1940. Documentos sobre as eleições de 1945 e 1950. Além de um relatório do DOPS sobre a atividade comunista e também um pedido de proibição do registro do Partido Comunista do Brasil. Os documentos seriam doados ao departamento de jornalismo da Rádio Presidente Venceslau. **FGV CPDOC**, 1 set. 1939-1949. pp. 88-89. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/AFM/textual/documentos-referentes-a-redemocratizacao-de-1945-constam-manifestos-estatutos-e-programas-dos-partidos-atuantes-na-decada-de-1940-documentos-sobre-as->. Acesso em: 22 ago. 2018.

E. B. Quando se escrever a história... **Careta**, Rio de Janeiro, n. 1952, p. 40-41, 24 nov. 1945. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/careta/careta_1945/careta_1945_1952.pdf. Acesso em: 27 set. 2018.

FERREIRA, J. A Democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 13-46.

FERREIRA, J. A experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964): revisitando temas historiográficos. In: NUNES, J. P. A.; FREIRE, A. **Historiografias portuguesa e brasileira no século XX**: olhares cruzados. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, FGV Editora, 2013, p.147-182. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/38577>. Acesso em: 21 set. 2018.

FERREIRA, J. Falou Washington Luis. **O Cruzeiro**: revista semanal ilustrada. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica O Cruzeiro, 18 dez. 1954, edição 10, p. 58-61. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581>. Acesso em: 2 out. 2018.

FREIRE, A. Entre dois governos: 1945-1950: a constituição de 1946. **FGV – CPDOC**, [s.d.]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/Constituicao1946>. Acesso em: 23 ago. 2018.

- GOMES, A. de C. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. pp. 53-72.
- GOMES, A. de C. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- GOMES, A. de C. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. Edição digital de 2012.
- GOMES, A. de C; D'ARAÚJO, M. C. S. **Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, 1987. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6595/785.pdf>. Acesso em: 19 set. 2018.
- HILTON, S. **O ditador e o embaixador: Getúlio Vargas, Adolf Berle Jr. e a queda do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- HOBBSAWM, E. J. “Da história social à história da sociedade”. In: HOBBSAWM, E. J. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 106-135.
- JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, [s.n.], 8 maio 1947.
- LIGAS camponesas. **Realização de TV O Dia**. Vitória de Santo Antão: TV O Dia, 2014. (5.34 min.), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=334&v=QiqLxHF2_A. Acesso em: 7 set. 2018.
- MALIN, M. Eurico Gaspar Dutra. **FGV CPDOC**, [s.d.]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dutra-eurico-gaspar>. Acesso em: 19 out. 2018.
- MANZON, J. Cidadão Eurico Dutra. **O Cruzeiro** - revista semanal ilustrada, Rio de Janeiro: Empresa Gráfica O Cruzeiro, 26 mar. 1949, edição 23, p. 13. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581>. Acesso em: 2 out. 2018.
- MARTÍN, M. O pré-sal será aberto ao capital estrangeiro: entenda o que muda. **El País**, Rio de Janeiro, 16 nov. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/25/economia/1477353770_864008.html. Acesso em: 20 set. 2018.
- MELO, H. P. de; BASTOS, C. P.; ARAÚJO, V. L. de. A política macroeconômica e o reformismo social: impasses de um governo sitiado. In: FERREIRA, M. de M. **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 79-106.
- MOREIRA, V. M. L. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 329-360, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1 out. 2018.
- MOURA, G. **Relações exteriores do Brasil 1939-1950: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Brasília: FUNAG, 2012.
- MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB). Cartilha “Viver é lutar”: 2º livro de leitura para adultos. Rio de Janeiro, out. 1963. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/cedic/meb/nas-salas-de-aula/arquivos-pdf/2-2-cartilha-viver-lutar.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2018.

NEGRO, A. L.; SILVA, F. T. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 47-96.

OLIVEIRA, L. L. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PRAZERES, L.; REBELLO, A. Fim de linha? Preso, Lula terá dificuldades para indicar um plano B às eleições e para passar bastão do comando do PT. **Uol**, Brasília/São Paulo, 8 abr. 2018. Disponível em: <https://www.uol/noticias/especiais/impacto-lula-prisao.htm#fim-de-linha>. Acesso em: 23 jul. 2018.

SAES, D. Classe média e política. In: FAUSTO, B. (org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo III: o Brasil republicano. Volume 3: Sociedade e Política 1930-1964. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991. p. 449-506.

SCHMIDT, R. O Petróleo não é nosso. **Careta**, Rio de Janeiro, RJ: Kosmos, 23 maio 1953, nº 2343, ano XLV, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=083712>. Acesso em: 2 out. 2018).

SCHMITT, R. A. **Partidos políticos no Brasil: (1945-2000)** (Descobrimo o Brasil). Rio de Janeiro: Zahar, 2000. (e-book Kindle).

SILVA, H. R. da. A democracia ameaçada: repressão política e a cassação do PCB na transição democrática brasileira (1945-1948). **Histórica** – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n. 39, 2009. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao39/materia06/texto06.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2018.

VIZENTINI, P. G. F. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 195-216.

WAINER, S. Nos bastidores do nacionalismo petrolífero. **O Cruzeiro**: revista semanal ilustrada. Rio de Janeiro, RJ: Empresa Gráfica O Cruzeiro, 11 set. 1948, edição 47, p. 27-30, 80, 88, 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581>. Acesso em: 2 out. 2018.

Unidade 2

Desenvolvimento econômico e os limites da democracia brasileira

Convite ao estudo

Caro aluno, nesta unidade você vai explorar alguns dos principais aspectos políticos e sociais do desenvolvimento econômico brasileiro das décadas de 1950 e 1960, além de compreender em linhas gerais as circunstâncias internas e externas que levaram à ruptura com o regime democrático em 1964.

Refere-se a um período de profundas mudanças econômicas, sociais e culturais que tiveram como fio condutor o nacional-desenvolvimentismo, difundido pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). O nacionalismo fazia parte dos desdobramentos das discussões dos grupos em disputa do segundo governo Vargas, bem como da intelectualidade da época. Exemplo desses debates é o depoimento de Fernando Henrique Cardoso, sociólogo da Universidade de São Paulo, que se contrapunha ao pensamento difundido pelo ISEB:

“[...] nós tínhamos um pé atrás com o Iseb, porque o Iseb para nós era ideologia. Nós éramos cientistas. E o Iseb era ligado ao Estado.

[...] Então, a questão nacional era muito importante para o debate da época, não é?! A esquerda – o Iseb não era bem esquerda; era uma coisa mais confusa. Mas, enfim, entendendo por esquerda a visão do Partido Comunista, o que eles diziam? Você tem que ter uma burguesia nacional, que vai se aliar às classes populares, e que vão se opor ao latifúndio e ao imperialismo. Bom, o meu trabalho foi sobre os empresários; era o contrário disso. Os empresários estavam noutra, não é?! (CARDOSO, 2012, p. 20)

Criado em 1955 como órgão do Ministério da Educação e Cultura, a relação entre ISEB e o governo de Juscelino Kubitschek é interessante quanto à adoção do nacional-desenvolvimentismo como plano de governo. Considerada a “meta-síntese” do plano de metas do governo de Kubitschek, a construção de **Brasília** no final da década de 1950 e a transferência da capital

em 1960 vão participar do imaginário que compõe o mito dos anos dourados desse período. No exercício em sala de aula será comum o questionamento de alunos sobre os possíveis avanços e retrocessos do período histórico em questão: se o governo de Juscelino foi o dos anos dourados, como se explica as consequências econômicas na década de 1960?

Concomitantemente à questão econômica, o país enfrentaria dilemas em sua frágil democracia, que havia sido restabelecida aproximadamente duas décadas antes, a ponto de levar à ruptura em 1964, com o agravamento da polarização política que contribuiu para a conspiração civil-militar, culminando no golpe de estado que depôs o presidente João Goulart e suspendeu o projeto das reformas de base que estava em curso. No exercício da docência, você poderá interpretar as correntes historiográficas sobre o golpe, bem como dos agentes envolvidos nesse primeiro momento do regime militar, como forma de explicitar os diversos interesses envolvidos no bloqueio do avanço das reformas que estavam em curso.

Como professor, estudar essas temáticas recentes das pesquisas históricas é importante para a formação crítica da leitura das memórias em disputa pela hegemonia na história oficial. Essas discussões serão necessárias em sala de aula, pois frequentemente você será questionado por estudantes sobre a nomenclatura dos fatos históricos do período: por que não usar o termo “Revolução de 1964” ao invés de Golpe de 1964?

Do segundo governo Vargas a JK

Diálogo aberto

A história econômica brasileira aponta para o desenvolvimento de uma economia baseada, ao longo de grandes períodos, na produção e exportação de produtos do setor agrário. Essa situação vai se dinamizar em meados do século XX, quando da intensificação da industrialização durante o **Estado Novo** (1937-1945), e no segundo governo Vargas (1951-1954), solidificando-se a partir da política calcada na ideologia nacional-desenvolvimentista no governo de **Juscelino Kubitschek** (1956-1961). Com o objetivo de suplantar os grupos da economia agroexportadora que permaneceram no poder até a década de 1930, a política nacional-desenvolvimentista tinha no **Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)** sua teorização, cujo objetivo era que a burguesia industrial brasileira tomasse o lugar daqueles grupos para estabelecer uma economia liberal. Ao mesmo tempo o desenvolvimento, em teoria, deveria ocorrer sem a dependência do capital estrangeiro, uma vez que este estaria empenhado nos setores extrativos e de serviços, não contribuindo para o desenvolvimento industrial. A fim de efetivar o nacional-desenvolvimentismo, JK lançou o chamado **plano de metas**, composto por trinta propósitos econômicos. Mais tarde foi acrescentada aquela que ele chamou de “meta-síntese” de seu governo, a construção da nova capital do país, Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960. Entre a teoria do ISEB e a prática do plano de metas, a questão do nacionalismo e a participação do capital estrangeiro foram tônicas do quinquênio juscelinista.

Imagine que você, enquanto professor, seja questionado por um aluno a respeito da discussão sobre o aspecto nacionalista e o plano econômico liberal do presidente Jair Bolsonaro. Ele apresenta um texto sobre o tema que problematiza a aparente contradição entre a proposta de um programa econômico liberal e seu caráter nacionalista. O estudante questiona: na história brasileira contemporânea já houve um governo que conseguiu articular um desenvolvimento econômico liberal com caráter nacionalista?

Enquanto professor, como você poderia responder essa questão fundamentado nas principais políticas econômicas do governo Juscelino Kubitschek?

“Nesta hora em que o capangismo oficial revela os instintos totalitários do governo, atentando contra a vida de tão intemerato jornalista correligionário e assassinando valoroso oficial de nossas forças armadas, a mocidade udenista coloca-se ao vosso lado, repudiando o terrorismo que tenta amordaçar as vozes da democracia. [...] (PERDURA..., 1954, p. 4)

Proseguindo, disse o Sr. Gustavo Capanema:

[...] é inadmissível, portanto, que misturemos o nosso protesto em face do atentado desta noite, com qualquer atitude de julgamento. [...] neste instante em que todos nos solidarizamos na mesma atitude de indignação e no mesmo pedido de justiça, deploro que se queira pelo grave atentado, responsabilizar o governo, numa acusação de todo injustificável. (CABE..., 1954, p. 2)

Os dois trechos dos jornais *Diários Associados* (Rio Grande do Sul) e *Última Hora* (Rio de Janeiro), respectivamente, traduzem os principais discursos em disputa no cenário político durante o governo Vargas da década de 1950: de um lado um projeto antigetulista, liberal, moralista, anticomunista e elitista que defendia a abertura para o capital estrangeiro, negava a intervenção estatal na economia e nas relações do trabalho, espelhava-se e procurava se aliar aos Estados Unidos, além de desconfiar dos movimentos sociais e da participação popular, em especial do movimento operário e do sindicalismo. Do outro lado, um projeto que vinha em curso desde o fim do Estado Novo: o trabalhismo aliado ao nacionalismo, isto é, a proposta de industrialização e fortalecimento de um capitalismo nacional, criação de empresas estatais em setores estratégicos, valorização do capital humano com redes de proteção social, bem como fortalecimento do Estado em contraposição ao avanço dos interesses econômicos estadunidenses. Segundo Jorge Ferreira (2003), esses dois projetos se enfrentaram durante todo o período de 1945 e 1964, resultando em três momentos de grande conflito, com possibilidade real de guerra civil no país: a crise de agosto de 1954, o golpe preventivo liderado pelo general Henrique Teixeira Lott em novembro de 1955 e a Campanha da Legalidade em agosto de 1961. Nesse sentido consistiram em crises da República brasileira. Apesar de não considerar o governo Vargas entre 1951 e 1954 sob a ótica do golpe de 1964, ou pela inevitabilidade da crise de agosto de 1954, Ferreira, no entanto, privilegia aquilo que Maria Celina D'Araújo (1992) caracteriza como o “caráter dramático” do final do governo, bem como recorre à descrição das principais questões que levaram à deposição de Vargas e sua morte. Tal abordagem é sintomática de grande

parte dos trabalhos sobre o período e tema, dificultando uma compreensão mais aprofundada a respeito do próprio governo Vargas.

O projeto político de Vargas tinha, a princípio, com o “Ministério da Experiência” a presença de diversas correntes partidárias, até mesmo seu maior opositor, a UDN. Já o PTB, seu partido, ficou apenas com o Ministério do Trabalho, embora sua intenção declarada fosse de instaurar um governo trabalhista. Maria Antonieta P. Leopoldi (1994, p. 165) aponta que, apesar de Vargas ter respeitado o Congresso, não ligou a presidência ou sua figura a um ou mais partidos, optando por uma conciliação interpartidária, “o caminho do meio”, que pudesse permitir o impulso desenvolvimentista. O Ministério do Trabalho foi alvo de disputas e crises dentro do governo Vargas, sendo a administração de Segadas Viana um bom exemplo disso, pois ao mesmo tempo em que aumentou o salário mínimo em 1952 (o primeiro desde 1943), colocou em prática medidas repressivas como a religação do serviço de informações do Ministério do Trabalho para controle das lideranças sindicais. Essa administração não agradou ao PTB, aos sindicatos ou mesmo aos trabalhadores, pois o aumento salarial foi considerado insuficiente para correção das perdas salariais. Exemplo disso foram as constantes e sucessivas greves ocorridas a partir de 1953, como vimos na unidade anterior.

A renúncia de Segadas Viana em meio à greve dos marítimos em junho de 1953 e a opção de Vargas por João Goulart é, para Ângela Maria de Castro Gomes e Maria Celina D’Araújo (1987, p. 60), o indício mais notório da crise pela qual o governo passava. Para as autoras, as greves demonstram explicitamente a insatisfação dos trabalhadores com a gestão varguista e, não obstante a atuação de João Goulart ateste a reativação do movimento sindical, isso não significa que houvesse um plano definitivo para favorecer o espectro nacionalista de esquerda entre os trabalhadores (GOMES; D’ARAÚJO, 1987, p. 61). As autoras pontuam que João Goulart inaugurou novo modelo de política trabalhista tanto na legenda, como no ministério e com o sindicalismo. Ao admitir maior liberdade às lideranças sindicais, João Goulart tentava uma reaproximação delas com o PTB, abrindo campo para a atuação do Partido Comunista Brasileiro, na perspectiva de uma possível aliança entre as legendas. Com um estilo mais informal e flexível, João Goulart estabeleceu negociações e fez concessões de forma mais direta, recebendo lideranças sindicais em seu gabinete e comparecendo a eventos de entidades de trabalhadores. Ângela Maria de Castro Gomes e Maria Celina D’Araújo (1987, p. 63-64) consideram que tal conduta tinha forte inspiração varguista, mas inovava ao desmistificar a figura de autoridade, aproximando-se dos trabalhadores e colocando-se ao alcance de suas mãos. Esse posicionamento causou impactos não apenas na questão do trabalho, mas também na política, pois os opositores de Vargas passaram a temer ainda mais a participação política dos trabalhadores, bem como o

crescimento do trabalhismo e da legenda petebista, e a possibilidade de uma república sindicalista no país.

No início de 1954 a conjuntura para a saída de Goulart do Ministério do Trabalho era enorme, do mesmo modo que a deposição de Vargas vai se delineando a partir da chamada “denúncia João Neves”. Ela parte do ex-ministro das Relações Exteriores à imprensa, que declarava estar ciente sobre a existência de um plano secreto entre Vargas e Perón cujo objetivo era formar um bloco continental entre Argentina, Brasil e Chile (Pacto ABC) para enfrentar a hegemonia estadunidense no hemisfério sul. A denúncia vinha seguida de outra que afirmava estar em curso um plano de implantação de uma república sindicalista no modelo peronista por Vargas. Segundo Ângela Maria de Castro Gomes e Maria Celina D’Araújo (1987), é a partir desse momento que a renúncia de Vargas seria solicitada tanto pelo Congresso como pela imprensa, e a UDN, em aliança com setores militares, teve papel intenso nesse trajeto.

Vargas passou por um processo de impeachment sob a alegação de irregularidades administrativas na Comissão Central de Preços, sendo inocentado em junho de 1954. Em novembro do ano anterior a hipótese de impeachment fora apontada no caso da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada para examinar as operações de crédito entre o Banco do Brasil e o Grupo Wainer, proprietário do jornal Última Hora. Fundado em 12 de junho de 1951, o jornal fora uma iniciativa de Samuel Wainer, jornalista, a pedido de Vargas, com quem tinha laços de amizade. Wainer fora acusado por **Carlos Lacerda** – parlamentar da UDN, jornalista e dono do jornal *Tribuna da Imprensa* – de favorecimento ilícito por órgãos públicos, principalmente o Banco do Brasil, para concessão de créditos. Essas situações corroboram o argumento de Maria Antonieta P. Leopoldi (1994, p. 197) de que Vargas submetia ao Congresso as grandes decisões de seu governo, abrindo o debate público sobre sua política econômica. Esse debate era permeado por interesses que envolviam não apenas as questões partidárias, mas também a grande imprensa e a opinião pública. A autora rememora que a chegada da televisão ao Brasil nessa década e o fato de ela se posicionar contra o governo contribuiu para a radicalização das posições. É necessário pontuar, como assinalam Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman (1994), que a relação de Vargas com a imprensa desde a década de 1930 era bastante conflituosa, dentre outros motivos, por causa da censura imposta pelo governo varguista entre 1930 e 1945. Abreu e Lattman-Weltman (1994) consideram até mesmo que a crise de agosto de 1954 teria sido gestada nos principais órgãos de comunicação do país ainda no período da candidatura de Vargas, ao não cobrirem jornalisticamente sua campanha à presidência e atacar suas propostas. Ou seja, para Abreu

e Lattman-Weltman (1994) a crise política que culminou no suicídio de Vargas teria se instalado no momento de sua posse. Jorge Ferreira (2003) considera que a grande imprensa teve papel de desestabilização do regime, difundindo símbolos que a oposição conservadora de Vargas elaborou e que, de alguma forma, imobilizaram a capacidade do governo de se apresentar enquanto poder legítimo. As imagens difundidas eram negativas, procuravam desqualificar o governo e mobilizar a população contra ele.



Refleta

Enquanto historiador, como é possível estabelecer os parâmetros de início e/ou fim de uma crise política? Até que ponto não é anacrônico e teleológico examinar um período histórico, ou um governo, por exemplo, a partir de sua ruptura?

Segundo Maria Antonieta P. Leopoldi (1994, p. 199-200), o ano de 1954 demonstra a “esquizofrenia” pela qual o governo Vargas passava, pois enquanto na economia a Petrobrás entrava em funcionamento, assim como a geração de eletricidade demonstrava crescimento e as indústrias do Centro-Sul produziam elevadamente – o que demonstrava crescimento econômico do ponto de vista da indústria nacional –, na política a oposição ao governo crescia atingindo seu ponto máximo com o atentado contra o jornalista e parlamentar da UDN Carlos Lacerda. A “esquizofrenia” que Leopoldi aponta é a constatação de D’Araújo (1992, p. 34): “[...] a crise política não pode ser entendida como reflexo direto e imediato de uma crise econômica”.

No episódio ocorrido em 5 de agosto de 1954, o major Rubens Vaz foi morto e constatou-se a participação da guarda pessoal de Vargas, levando a uma campanha pela renúncia e deposição do presidente. Os trechos dos jornais com os quais abrimos esta seção fazem parte desse contexto e revelam as forças em debate: de um lado a UDN culpabilizando Vargas pelo atentado; de outro Gustavo Capanema, ex-ministro da Educação no Estado Novo, defendendo o governo das acusações. A aliança civil-militar tomou corpo e, de acordo com Jorge Ferreira (2003), Vargas abriu mão de mobilizar os trabalhadores, pois poderia resultar em lutas sangrentas. Na manhã do dia 24, Vargas presidiu a última reunião ministerial e aceitou a proposta de licenciamento presidencial até a resolução do atentado a Lacerda. Duas horas após a divulgação da notícia, um grupo de generais foi até o Palácio do Catete exigir a renúncia de Vargas, ou seja, ele estava sendo deposto. Ao receber o ultimato, Vargas se recolheu aos seus aposentos e, antes de deitar, entregou um envelope a João Goulart contendo uma carta (carta-testamento) que deveria ser publicada na imprensa gaúcha caso fosse necessário. Por volta das nove horas da manhã a notícia da morte de Vargas era noticiada pela

Rádio Nacional, causando grande comoção na população. A narrativa de Érico Veríssimo no romance-histórico *Incidente em Antares* (1971/1995) nos dá pistas sobre como a notícia foi recebida pela população gaúcha:

“Mal se havia divulgado a notícia do suicídio do Presidente, seus adeptos – primeiro às centenas e mais tarde talvez aos milhares – reuniam-se em vários pontos do centro da cidade, improvisando comícios cujos oradores incitavam o povo contra os partidos e jornais antigetulistas e contra os “agentes do imperialismo ianque”, responsabilizando-os todos pelo dramático gesto do Chefe da Nação. Os manifestantes percorriam aos gritos as ruas do centro, empunhando retratos de Getúlio Vargas e bandeiras nacionais. (VERÍSSIMO, 1971/1995, p. 62-63)

Segundo Jorge Ferreira (2003), o tiro no peito foi uma vingança planejada, pois a desmoralização pretendida por seus inimigos não só não foi atingida como foi revertida, visto que no Rio de Janeiro pairava o sentimento de que Vargas havia sido injustiçado, provocando motins populares, articulações de greves, ataques aos opositores do presidente e representantes do imperialismo. O golpe em curso foi paralisado com o suicídio de Vargas e descartado após a reação popular. Já Maria Celina D’Araújo (1992) credita o fato de não ter havido uma solução militar, isto é, um golpe, à capacidade de administração da crise por parte das elites políticas. Diferentemente de 1964, na crise de 1954 não se percebeu uma imobilidade de decisões governamentais, por isso a participação militar atuou apenas na garantia das articulações partidárias para uma solução civil.



Dica

Neste pequeno artigo você poderá ter acesso ao conteúdo integral das duas versões da carta-testamento de Getúlio Vargas, bem como às discussões e controvérsias em torno dela:

HEYMANN, Luciana Quillet. E ele voltou... o Brasil no segundo governo Vargas: Vargas: para além da vida: a carta-testamento e o legado de Vargas. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, [s.d.].

A presidência foi ocupada por Café Filho, vice-presidente, e as eleições marcadas para outubro de 1955 foram alvo de disputas e contestações dos grupos conservadores que consideravam a necessidade de suspendê-las e o estabelecimento de um regime de emergência a fim de criar condições de instauração da democracia no país. Apesar das discussões o pleito se manteve e foi um dos mais disputados, contando com os candidatos **Plínio**

Salgado (PRP), **Jânio Quadros**, **Juarez Távora** (UDN e PSB), **Ademar de Barros** (PSP). A chapa de **Juscelino Kubitschek** (PSD) e **João Goulart** (PTB) completava o quadro de candidatos, ganhando com 33,82% dos votos válidos. Jorge Ferreira (2003) pontua que a chapa de Juscelino e Jango causou muita polêmica, pois enquanto o primeiro era compreendido enquanto um “getulista” pelos udenistas e “esquerdista” para a ala mais conservadora de seu partido, o segundo era o herdeiro mais próximo de Vargas. Nesse sentido o temor do retorno do getulismo e do trabalhismo era personificado na chapa JK-Jango. Após a eleição iniciou-se uma campanha para impedir a posse de Juscelino, e mais uma vez a UDN usou a tese da “maioria absoluta” como argumento. A crise em torno da posse culminaria no movimento de 11 de novembro, também conhecido como “novembrada”, uma espécie de “contra-golpe” que garantiu a defesa da Constituição e, em consequência, a posse de Juscelino em janeiro de 1956.



Assimile

Movimento de 11 de novembro

O impasse se deu por conta do ato de insubordinação do coronel Jurandir Mamede ao tomar a palavra sem prévia autorização no funeral do general Canrobert Pereira da Costa em 1 de novembro de 1955. Na ocasião, o coronel, então professor da Escola Superior de Guerra – ligada ao Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e, portanto, subordinada à presidência da República –, homenageou o general ao repetir suas palavras sobre democracia (“pseudolegalidade imoral e corrompida”) (FERREIRA, 2003). Lott, ministro da Guerra, considerou o ato uma indisciplina e julgou necessária sua punição, o que só seria possível com a anuência do presidente. Como Carlos Luz – presidente da Câmara dos Deputados, próximo das lideranças udenistas – teve de assumir o cargo em virtude de problemas cardiovasculares de Café Filho, a questão ficou em suspenso, levando à decisão negativa que impedia a punição em 10 de novembro do mesmo ano. Aparentemente Carlos Luz já tinha em plano a substituição de Lott (MALIN, [entre 1983 e 2009]). Considerando uma afronta e uma humilhação, Lott comunicou a exoneração do cargo, levando um grupo favorável ao rompimento institucional a assumir a direção do próprio Exército. A ofensiva foi convocada por Lott, que reuniu parte da cúpula militar e lideranças parlamentares. A saída negociada foi a eleição, com o apoio do PTB, de Nereu Ramos para a presidência da República. Em situação desvantajosa, Carlos Luz e seus aliados embarcaram no cruzador “Tamandaré” com o objetivo de seguir para Santos e lá estabelecer o governo. Após a negativa de apoio do governador de São Paulo (Jânio Quadros) e a movimentação de tropas fiéis a Lott, o grupo legalista do Exército venceu a questão, garantindo a ordem legal.

Vânia Maria Losada Moreira (2003) traz uma perspectiva bastante interessante sobre o conhecido Governo JK (1956-1961): o mais bem-sucedido da experiência democrática entre 1946 e 1964. A historiadora explica que, embora a gestão de Dutra tenha usufruído de estabilidade política, quando comparada à de JK, nota-se que foi menos expressiva no âmbito do desenvolvimento econômico. Ademais, as outras sofreram com crises políticas e institucionais, o que fez com que nenhum dos outros presidentes tenha completa seu mandato, sempre interrompido por um evento dramático: o suicídio de Vargas, a renúncia de Jânio Quadros e o golpe civil-militar de 1964. É preciso salientar, no entanto, que JK enfrentou revoltas militares em 1956 e 1959, embora tenham sido restritas (COSTA, [2002]).

Moreira explica que o perfil desenvolvimentista de Juscelino foi formado quando ainda era prefeito de Belo Horizonte (1940-1945) e depois, quando governador de Minas Gerais (1951-1955), porém foi em sua campanha à presidência e em sua gestão que o nacional-desenvolvimentismo se estabeleceu enquanto um modelo de governo e projeto social e político para o Brasil, tendo como atributos principais a preocupação com a democracia e o crescimento do desenvolvimento da indústria capitalista. O conhecido plano de metas, de acordo com Moreira (2003), era um texto econômico, composto por trinta metas divididas entre setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. Considerada a “meta-síntese”, a construção de Brasília só foi incorporada ao plano ao longo da campanha presidencial, tornando-se uma das prioridades, “a grande meta de integração nacional”. O plano visava intensificar a industrialização por meio do incentivo de investimentos privados de capital nacional e estrangeiro a fim de expandir o parque industrial. Outrossim, antevia grandes investimentos estatais na infraestrutura estatal para resolver os pontos de estrangulamento da economia. Moreira (2003) pontua que JK teve êxito na implementação do plano de metas, tendo em vista os resultados alcançados com as metas de energia e transporte, investimentos indispensáveis para o avanço da industrialização. Exemplo disso é a pavimentação asfáltica, que aliás foi superada pelo previsto no plano em 1960. Aliado ao perfil desenvolvimentista, Moreira (2003) assinala sua feição nacionalista, e foram justamente as alianças políticas estabelecidas com parcelas expressivas do movimento nacionalista que asseveraram ao programa político JK a alcunha de nacionalista. Dentre os setores nacionalistas mais próximos ao presidente temos o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 14 de julho de 1955 como órgão do Ministério da Educação e Cultura. O ISEB era composto por intelectuais prestigiados, como Roland Corbisier, Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré, e funcionava publicando livros, realizando seminários, além de “[...] oferecer cursos regulares a oficiais das Forças Armadas, empresários, sindicalistas, parlamentares, funcionários públicos [...], docentes universitários e do ensino médio,

profissionais liberais, religiosos, estudantes etc.” (TOLEDO, 2005, [s.p.]). O ISEB defendia a plataforma nacional-desenvolvimentista de JK, porém era composto de diversas linhas teóricas. Nesse sentido, o ponto nodal para os isebianos era a defesa da industrialização capitalista e a necessidade da revolução democrático-burguesa, como tratamos na seção anterior.



Exemplificando

Figura 2.1 | Trecho do Jornal *Última Hora*

Não estou de acôrdo com as afirmações do Professor Hélio Jaguaribe no que se refere à participação, que defende, de capitais estrangeiros na Petrobrás, e ainda quanto à entrega dos empreendimentos da petroquímica à iniciativa privada. Minha posição permanece a mesma que adotei desde muito, de intransigente manutenção do monopólio estatal do petróleo, de monopólio estatal da energia nuclear, da energia elétrica, e de muitos outros pontos que constituem, hoje, a política nacionalista.

Fonte: Ainda... (1958, [s.p.]).

Esse trecho de um escrito de Nelson Werneck Sodré a respeito da obra *O nacionalismo na atualidade brasileira* (1958) de Hélio Jaguaribe demonstra o que Caio Navarro de Toledo (2005, [s.p.]) pontua sobre a diversidade que o ISEB possuía entre 1955 e 1960, pois reunia “[...] posições teóricas e políticas divergentes e conflitantes – nacionalistas, socialistas e liberais progressistas [...]”. Setores nacionalistas mais ortodoxos, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), entraram em uma acirrada discussão a partir das formulações defendidas por Jaguaribe em sua obra que ainda estava no prelo, opondo-se à tese de “nacionalismo de fins”, que admitia, por motivos de “eficácia de técnica”, a privatização de setores básicos da economia, como o petroquímico. No trecho em questão, Sodré pontua sua divergência com Jaguaribe justamente em relação a essa tese.

Tendo em vista as incertezas que o sistema democrático colocava e a necessidade da união dos setores que os isebianos julgavam interessados na industrialização era premente a produção e divulgação da chamada “ideologia do desenvolvimento nacional”. A finalidade era consolidar a

aliança desses setores contra os latifundiários, o comércio exportador e a classe média tradicional. O desenvolvimento industrial só seria alcançado mediante ampla propaganda ideológica eficaz em persuadir proletários, camponeses e a classe média a respaldar essa plataforma social e política (MOREIRA, 2003, p. 163). Porém, os mais ativos intelectuais isebianos não apenas formulavam ou difundiam “a ideologia do desenvolvimento nacional”, assim como sustentaram uma relação orgânica com JK, seu primeiro escalão e políticos ligados a ele, como a Ala Moça do PSD – defensora da modernização dos sistemas políticos da legenda, bem como do nacionalismo. Alzira Alves de Abreu (1994), no entanto, não considera que o nacionalismo tenha sido o projeto político que prevaleceu no governo JK, argumentando que a cooperação internacional foi incentivada. Isso porque a autora considera apenas a divisão bipolar entre nacionalismo e liberalismo, enquanto Vânia Maria Losada Moreira (2003) considera o nacionalismo em pelo menos duas vertentes, a nacional-desenvolvimentista e a nacional popular, como havíamos abordado em seção anterior. No entanto, Moreira frisa o caráter eufemístico da ideologia do ISEB e de JK, pois era liberal, burguês, capitalista. Juscelino, contudo, ocultava a dimensão de classe que estava posta no projeto nacional-desenvolvimentista, ofertando o “desenvolvimento nacional” “[...] como algo de todos e para todos, cujo resultado final seria a transição do Brasil para o mundo das nações ricas, modernas e portadoras de bem-estar social” (MOREIRA, 2003, p. 164).

Assim, não obstante a literatura crítica que costuma avaliar Brasília como uma obra faraônica, sem outra maior pertinência do que servir de propaganda simbólica e ideológica do nacional-desenvolvimentismo, Moreira (2003, p. 176) considera que provavelmente será inviável o entendimento do governo JK sem analisar a meta, que, de acordo com Juscelino, representava o “espírito” de seu governo. Abrindo uma via para as possíveis explicações, Moreira (2003) apresenta Brasília como símbolo da união entre o projeto nacional-desenvolvimentista de JK e os interesses dos grupos ruralistas (conservadores, latifundiários), pois teria funcionado efetivamente para integrar territorialmente o país e no sistema produtivo nacional, aliviando as carências de vias de comunicação, juntamente com o cruzeiro rodoviário. Embora não fosse a única alternativa, a proposta de JK com Brasília procurava fomentar a industrialização sem se chocar com os interesses da oligarquia rural, possibilitando a formação de uma aliança política com aquele setor que estava motivado na ampliação das fronteiras agrícolas em regiões até então afastadas do desenvolvimento econômico nacional. Moreira (2003) pontua que as propostas ruralistas não eram contraditórias ou incompatíveis com o programa desenvolvimentista de JK, mas foi com a implementação de Brasília que as relações e interlocuções entre os projetos se tornam patentes.

Compreender como é possível que um governo articule um plano de desenvolvimento econômico liberal com caráter nacionalista é uma tarefa complexa que necessita de algumas distinções prévias em relação aos conceitos e em quais contextos foram utilizados. No caso brasileiro o governo de Juscelino Kubitschek é um bom exemplo da forma pela qual essa articulação foi colocada em prática. Com características muito próprias, o nacional-desenvolvimentismo foi teorizado pelo grupo de intelectuais do ISEB e efetivado pelo plano de metas. O nacionalismo pensado pelo ISEB era diversificado, mas se unia quanto à defesa da industrialização capitalista e à necessidade da revolução democrático-burguesa para o desenvolvimento do país. Já o plano de metas, de acordo com Moreira (2003), era um texto econômico que visava intensificar a industrialização por meio do incentivo de investimentos privados de capital nacional e estrangeiro com o objetivo de expandir o parque industrial brasileiro. O plano previa grandes investimentos na infraestrutura estatal para resolver os pontos de estrangulamento da economia, isto é, setores que inviabilizavam o apropriado andamento da economia, como o de energia, transportes e indústrias de base. Vânia Maria Losada Moreira (2003) pontua que Juscelino teve êxito na implementação do plano de metas, tendo em vista os resultados alcançados com as metas de energia e transporte, investimentos indispensáveis para o avanço da industrialização. Exemplo disso é a pavimentação asfáltica, meta superada antes do previsto pelo plano em 1960.

Em relação ao caráter nacionalista do governo, há divergência entre os pesquisadores sobre o tema, pois Alzira Alves de Abreu ([2002]) não considera que o nacionalismo tenha sido o projeto político que prevaleceu no governo JK, argumentando que a cooperação internacional foi incentivada. Isso porque a autora considera apenas a divisão bipolar entre nacionalismo e liberalismo, enquanto Vânia Maria Losada Moreira (2003) considera o nacionalismo em pelo menos duas vertentes, a nacional-desenvolvimentista e a nacional popular. No entanto, Moreira frisa o caráter eufemístico do nacional-desenvolvimentismo, pois o considera liberal, burguês e capitalista – ou seja, contraditório em relação ao nome e seu conteúdo. Juscelino, contudo, ocultava a dimensão de classe que estava posta no projeto nacional-desenvolvimentista, ofertando o “desenvolvimento nacional” “[...] como algo de todos e para todos, cujo resultado final seria a transição do Brasil para o mundo das nações ricas, modernas e portadoras de bem-estar social” (MOREIRA, 2003, p. 164).

Nesse sentido é fundamental que você, enquanto professor, procure distinguir o contexto no qual está inserido o programa econômico analisado, pois, como vimos, o próprio conceito de nacionalismo é bastante complexo

e foi utilizado por diversos agentes históricos com conotações distintas, quando não contraditórias, ao longo da história brasileira contemporânea. Talvez por isso se expliquem as prováveis dúvidas discentes em relação à temática, uma vez que o conceito tem sido empregado também no debate político da atualidade.

Faça valer a pena

1.

“A ninguém podia ocorrer que o Sr. Getúlio Vargas, tão cioso de sua vida, fosse sacrificá-la só por ter sido derrotado num lance dramático. Forçado a deixar o poder, pela imposição de fatos que ele mesmo provocou, não pôde resistir ao novo destino e se despediu da vida num gesto que poderá ter graves consequências para o País. (DESFECHO TRÁGICO. O Estado de S. Paulo, 25 ago. 1954 *apud* ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 1994, p. 42)

Considerando o trecho do jornal *O Estado de São Paulo* e a crise de 1954, avalie as afirmações a seguir.

I. Parte da historiografia considera que a crise de agosto de 1954 teria se instalado no momento de sua posse, tendo em vista que a grande imprensa teve papel de desestabilização do regime, difundindo imagens negativas que procuravam desqualificar o governo e mobilizar a população contra ele.

II. No ano de 1954 o governo Vargas enfrentava grave crise econômica que se acirrava com a oposição política crescente, atingindo seu ponto máximo com o atentado contra o jornalista e parlamentar udenista Carlos Lacerda.

III. A derrota “num lance dramático” à qual o jornal *O Estado de S. Paulo* trata – a desmoralização pretendida pelos inimigos de Vargas a partir de sua deposição – não apenas não foi atingida como foi revertida, visto que no Rio de Janeiro o golpe em curso foi paralisado com o suicídio de Vargas e descartado após a reação popular.

IV. O atentado ao petebista Carlos Lacerda provocou uma campanha em parte da grande imprensa pela renúncia e deposição de Vargas, pois foi constatada sua participação no incidente, o que o teria “forçado a deixar o poder, pela imposição de fatos que ele mesmo provocou”.

É correto apenas o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.
- e) I e III.

2.

“Contra todas essas tendências, a que chama de espírito de derrotismo, se insurge a Ala Moça do PSD, que agora procura definir a si mesma como ‘nacionalista e desenvolvimentista’. Recusando-se a admitir a derrota, reafirmando, ao contrário, a convicção de que o PSD continua, eleitoralmente, o partido mais forte do País, preconiza uma política de dinamização do Governo Kubitschek. [...] propõe que se afaste a influência excessiva daqueles técnicos e economistas que exercem forte pressão no sentido da estagnação do plano de obras. A isto são levados ao negarem que as teorias econômicas oriundas de países altamente capitalistas e industrializados, possam ser aplicadas em bloco ao Brasil. Reagindo a esses técnicos e economistas, exigem que se prossiga a qualquer preço no desenvolvimento, do qual o PSD deve ser, dentro e fora do Congresso, um dos seus mais ativos arautos. (LIMA, 1958, p. 6)

Considerando a discussão em torno do nacional-desenvolvimentismo e o trecho do jornal, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. Embora o plano de metas visasse a industrialização por meio do incentivo de investimentos privados de capital nacional e estrangeiro para a expansão do parque industrial, foi considerado um modelo nacional-desenvolvimentista de governo, projeto social e político.

PORQUE

II. A Ala Moça do PSD, influenciada pelo nacional-desenvolvimentismo do ISEB, defendia a aplicação de teorias econômicas provenientes de países industrializados para prosseguir com o desenvolvimento do país, em um projeto liberal, ainda que nacionalista.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta.

- a) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- c) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- e) A asserção I e II são proposições falsas.

3. O trecho a seguir pertence ao depoimento de Juscelino Kubitschek à socióloga Maria Victoria de Mesquita Benevides durante o regime militar:

“ Para compreendermos o sentido político do meu governo, temos que remontar um pouco a fatos anteriores. Deve se lembrar que, quando Getúlio foi eleito, já houve um grande movimento contra ele, mas ainda predominou o sentimento civilista, e o próprio Exército garantiu a sua posse. Mas àquela altura, o movimento de 1945, que determinara a deposição de Getúlio, continuava latente, muito explorado pelos políticos civis, de modo que havia uma inquietação muito grande. Aquela [...] preocupação dos políticos de baterem às portas dos quartéis para resolverem seus problemas; naturalmente, sempre com a esperança de que, depois, os militares lhes devolvessem o poder – como vinha acontecendo regularmente no Brasil. (OLIVEIRA, 1979, p. 2)

Levando em conta a fonte do trecho apresentado e o debate historiográfico sobre as crises políticas do período entre 1945 e 1964, pode-se afirmar que:

- a) A crise de agosto de 1954 não resultou em um regime militar, pois a reação popular ao suicídio de Vargas paralisou o golpe em curso.
- b) O golpe preventivo de novembro de 1955 não é considerado uma crise política da República.
- c) A crise de agosto de 1954 não resultou em um regime militar, pois as elites políticas não souberam administrar a crise.
- d) A crise de novembro de 1955 não resultou em um regime militar, pois a reação popular ao suicídio de Vargas paralisou o golpe em curso.
- e) O golpe preventivo de novembro de 1955 é considerado uma crise militar da República.

Nacional-desenvolvimentismo e a fragilidade da democracia

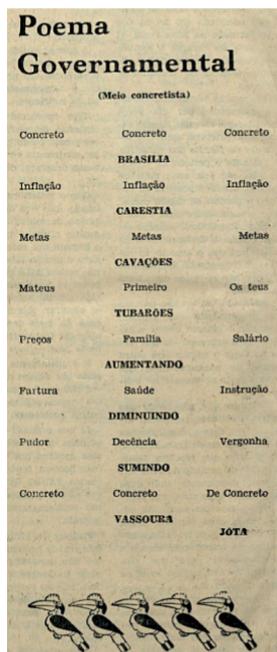
Diálogo aberto

Parte da historiografia brasileira, principalmente aquela influenciada pelos debates oriundos da década de 1960, usa o conceito do populismo como chave interpretativa para estudar os governos entre 1945 e 1964. Embora o conceito tenha entrado em relativo desuso na historiografia nos últimos anos, trata-se de um fenômeno bastante complexo, vago e polêmico, não apenas no meio acadêmico, mas também na esfera política, sendo vez por outra resgatado e empregado em diferentes contextos ao redor do mundo.

Historiadores, sociólogos e cientistas políticos vêm estudando e debatendo desde a década de 1960 a respeito da melhor forma de caracterizar a presença dos setores populares no cenário político brasileiro. Teorizado classicamente por sociólogos como Octávio Ianni e, principalmente, Francisco Weffort, o populismo no caso brasileiro teria surgido como recurso político na transformação do Estado então estruturado durante a República Velha – controlado pelas oligarquias –, e usado como pacto que incluiu os setores populares na política. Dessa forma, o fenômeno populista nacional passou a ser entendido não apenas pelo viés da manipulação dos setores populares pelo líder, como também pelo prisma das satisfações de aspirações das classes trabalhadoras, tal como a legislação social. É com base nessa interpretação que governos como os de Getúlio Vargas e de João Goulart foram muitas vezes estudados e pesquisados.

Baseado nesse breve histórico do conceito, considere a seguinte situação: você está em sala de aula e um aluno lhe apresenta um artigo que explicita o que seria o populismo, termo que tem sido usado para descrever diferentes estadistas da atualidade ao redor do mundo (MOLLOY, 2018). Como são citados alguns políticos com estilos de lideranças e ideologias distintas, o presidente norte-americano Donald Trump e o ex-presidente venezuelano Hugo Chávez, o aluno fica confuso e questiona: “afinal, o que é populismo e quais governos brasileiros poderiam ser considerados populistas?”. Considerando os conteúdos estudados sobre os governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, de que maneira você poderia responder essa questão?

Figura 2.2 | Poema da revista *Careta*



Fonte: Poema... (1960, p. 38).

A poesia “meio concretista” do último número publicado da revista *Careta* é simbólica, não apenas das transformações ocorridas no campo cultural e artístico, como também das mudanças passadas nos campos político, econômico e social ao longo da década de 1950 no Brasil, marcando de forma irônica a representação do governo JK, seu sinônimo de modernidade, e de alta cultura dos movimentos culturais surgidos naquele momento. A abordagem da passagem do governo JK para o governo de **Jânio Quadros** em 1960 é sintomática de uma das novas manifestações literárias que surgiram nos anos 1950, o concretismo. O movimento teve seu lançamento oficial em 1956, com a Exposição Nacional de Arte Concreta, no Museu de Arte Moderna de São Paulo. Embora já tivesse raízes desde o lançamento da revista *Noigrandes*, em 1952, quando os poetas Décio Pignatari, Haroldo de Campos e Augusto de Campos já elaboravam poesia concreta, foi no período do governo JK que o movimento tomou impulso, influenciado pelo crescimento das cidades, dos aparelhos de televisão, bem como dos automóveis – um dos símbolos daquele governo –, tentando capturar aspectos da urbanização e das transformações tecnológicas. Nesse sentido, o movimento não foi circunscrito apenas à literatura, mas também tinha relação com as artes plásticas. Inicialmente o movimento tinha como projeto unificado a valorização da construção “[...] do verbo-visual do poema, substituindo a

estrutura frásica do verso por estruturas nominais capazes de estabelecer relações espaciais [...]” (ROCHA, 2002).

Nos campos do cinema e do teatro, as chanchadas – comédias musicais – e o teatro de revista – gênero teatral que misturava humor e música – tiveram seu auge nos anos de 1950, ao mesmo tempo em que surgiam o Cinema Novo e o Teatro de Arena, cujos apogeus viriam na década de 1960.



Saiba mais

No trecho selecionado, o historiador Marcos Napolitano aborda o campo artístico, mais precisamente o aspecto da arte engajada entre a segunda metade da década de 1950 e a primeira da década de 1960, estabelecendo uma análise sobre o campo teatral e seu público, em especial a partir do Teatro de Arena:

NAPOLITANO, Marcos. A arte engajada e seus públicos (1955/1968).

Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 28, p. 103-112, fev. 2001.

No campo musical, o advento da bossa nova marcaria não apenas o período como seria sinônimo de modernidade, levando à vinculação de Juscelino com o movimento musical, sendo chamado de “presidente bossa nova”. Período de mudanças sociais e de manifestações culturais, a década de 1950 ficou marcada no imaginário popular pela conquista brasileira na copa do mundo de futebol em 1958, a construção de Brasília, correlacionando o desenvolvimentismo à modernização e à democracia. A partir da construção desse imaginário, de acordo com a historiadora Rosilene Dias Montenegro (2001), foi instituída uma nova mentalidade, entusiasmada, otimista com o futuro, resultado da ação do próprio Juscelino ao instigar nos trabalhadores a necessidade e a importância de suas funções para o futuro do país. A construção do período do governo de Juscelino como os “anos dourados” viria, no entanto, posteriormente. De acordo com Angela de Castro Gomes (2002), todos os povos, incluindo o brasileiro, ao passar por crises, buscam no passado “alívio para seus infortúnios”, em uma viagem que pode se materializar em tempos imaginários, como a idade de ouro, a pureza das origens. É a partir daí que o mito dos “bons tempos” é construído e inventado, em um mergulho no passado, que sempre é recriação da geração atual. Com a redemocratização em 1985 e a crise financeira e política da década de 1990, o momento era de dificuldade e desencanto para o povo brasileiro. Para Gomes (2002) é neste momento que o lugar dos anos 1950 foram reinventados, consagrando a identificação desse período com a construção do mito dos anos dourados. A historiadora atribui à Juscelino parte da construção do mito, pois na trajetória de uma República cheia de golpes e governos de exceção, a figura de um presidente civil eleito, empossado e que conseguiu

passar a faixa presidencial ao sucessor era um símbolo democrático. Esse aspecto que já era visível para os intelectuais da década de 1950 (GOMES, 2002), por conta do suicídio de Vargas, vai se consolidar com a renúncia de Jânio Quadros em 1961 e o golpe civil-militar de 1964. Segundo o historiador Marcos Napolitano (2010), a perspectiva alimentada pela memória social sobre anos dourados é problemática, pois não leva em conta contradições específicas do momento histórico, o que leva à valorização dessas contradições pelo viés dos impasses e das decepções que se seguiram.

“O medo da dissolução nacional e social momentaneamente superado pela habilidade política de Juscelino Kubitschek, bem como suas implicações culturais, não pode ser reduzido aos “anos dourados” perdidos para sempre e seguidos pelos “anos de chumbo”. Se esse imaginário cumpre uma função necessária e compreensível no plano da memória, ele representa um obstáculo ao conhecimento historiográfico mais acurado. (NAPOLITANO, 2010, p. 71)

Dessa forma, a historiografia que parte da perspectiva do mito perde de vista ou minimiza a crise econômica enfrentada durante o governo de Juscelino, herdada por Jânio Quadros e João Goulart. O desenvolvimentismo teve seu custo, pois, ao não estabelecer as bases para a reforma agrária, as populações politicamente menos favorecidas do Norte e Centro-Oeste – posseiros, população ribeirinha e povos indígenas – foram as maiores prejudicadas, ficando desprotegidas e mesmo excluídas da “Nova Marcha (oligárquica) para Oeste” (MOREIRA, 2003, p. 186). Posseiros e trabalhadores sem-terra de regiões densamente ocupadas também foram afetados, pois não tiveram “[...] chances de adquirir posse e propriedade rural nas frentes de expansão agrícola” (MOREIRA, 2003, p. 186).

Embora bem-sucedido se pensado exclusivamente do ponto de vista do **plano de metas**, o governo JK não apresentou no campo da cidadania – criação e ampliação de direitos – o mesmo desenvolvimento comparável ao ritmo do ocorrido no campo econômico, pois a maior parte da população continuou à margem dos benefícios gerados pelo crescimento econômico (MOREIRA, 2003, p. 188). Se pensarmos que cerca de 70% da população nacional vivia em zonas rurais e que a reforma agrária não fora realizada, bem como os direitos trabalhistas não foram estendidos para aquela população, “para aquela gente comum e simples, os anos JK foram mais cinza do que dourado” (MOREIRA, 2003, p. 191).

No campo econômico, o crescimento se deu ao custo da elevação permanente da inflação – crescimento de 8,2%, inflação anual de 23% –, o que fica

explícito no poema da revista *Careta* que usamos para abrir esta seção. A sequência “concreto”, “Brasília”, “inflação”, “carestia”, “metas” não é fortuita, pois revela o desenrolar da crise econômica a partir do desenvolvimentismo. A situação se agrava a ponto de o poema associar as palavras “preços”, “família” e “salário” ao verbo “aumentando”, enquanto “fatura”, “saúde” e “instrução” vão “diminuindo”. Ou seja, apesar do aumento do salário mínimo, o custo de vida continuava aumentando de forma desproporcional.

É nesse contexto que a candidatura de Jânio Quadros toma forma para a presidência em 1960. Ex-vereador, ex-deputado municipal e estadual de São Paulo, ex-prefeito e ex-governador do mesmo município e estado, Jânio fora lançado como candidato pelo Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ), de caráter suprapartidário, sendo escolhido pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) como candidato da legenda ao pleito. Com o apoio de três pequenos partidos – o Partido Libertador (PL), o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Republicano (PR) – e o da **União Democrática Nacional (UDN)**, Jânio realizou sua campanha presidencial centrada nos ataques à corrupção do governo anterior, à inflação e à alta do custo de vida. De acordo com o historiador Jefferson J. Queler (2011), a ascensão de Jânio à presidência vinha na mesma linha adotada durante sua carreira política desde seu período como vereador de São Paulo, contando com certo respaldo social, e não apenas com lances histriônicos, como muitos de seus adversários ou grande parte da historiografia aponta. Seus discursos apresentavam propostas para a melhora das condições de vida dos trabalhadores, assim como o catolicismo social e princípios de valorização do homem, mesmo tendo trocado muitas vezes de partido ao longo de sua carreira política. Segundo Queler (2011), Jânio fez uso de sua imagem como instrumento de aproximação do eleitorado mais humilde, assim como para mobilizar paixões coletivas por meio de seus ternos amarrotados, gravatas tortas e gesticulações excessivas.



Exemplificando

[...]

Varre, varre, vassourinha,
Varre, varre a bandalheira,
Que o povo já está cansado
De sofrer desta maneira!

Jânio Quadros é a esperança desse povo abandonado!

Jânio Quadros é a certeza de um Brasil moralizado.

Alerta, meu irmão!

Vassoura, conterrâneo!

Vamos vencer com Jânio!

[...]. (MAUGERI NETO, 1960)

A letra do compositor Maugeri Neto foi um dos símbolos da campanha presidencial de 1960. Em tom de marchinha de carnaval, utilizava da figura da vassoura, recurso de linguagem empregado na campanha de governador do estado paulista em 1954, então “[...] supostamente para ‘varrer os ratos, os ricos e os reacionários.’” (BENEVIDES, 1982, p. 13). Revitalizada, a vassoura é reutilizada como metáfora para a limpeza que Jânio iria realizar no Congresso. A campanha anticorrupção passa pela ideia de moralização (“Jânio Quadros é a certeza de um Brasil moralizado”), ao ponto em que o próprio Jânio se torna, de alguma forma, a “vassourinha”, ao declarar em sua campanha ataques ao desperdício com as obras do governo de Juscelino, em especial a de Brasília. Ao mesmo tempo, Jânio é colocado como a esperança do “povo abandonado”, isto é, dos setores populares que não tiveram seus direitos ampliados e que sofriam com a carestia e a inflação.

A oposição manteve a aliança de 1955 e lançou o marechal Henrique Teixeira Lott como candidato à presidência pelo Partido Social Democrático (PSD) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Como vice-presidente da chapa, **João Goulart** – Jango – foi novamente indicado, apesar da resistência dos setores conservadores do PSD e dos meios militares.

Em outubro de 1960 a chapa Jan-Jan (Jânio Quadros e Jango) foi eleita, sendo que Jânio venceu com 48% dos votos, contra 32% dados a Lott. Pela primeira vez, em 31 de março de 1961, a cerimônia de posse presidencial foi realizada em Brasília, bem como a faixa presidencial foi passada de um presidente civil para outro civil eleito. A crise política viria em menos de sete meses (BENEVIDES, 1982).

Com a escolha de ministros militares ligados ao grupo opositor ao nacionalista e a adoção das medidas recomendadas pelo **Fundo Monetário Internacional (FMI)**, Jânio dava pistas de uma política conservadora e considerada alinhada aos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, no campo da política externa, adotou uma linha independente, aberta a todos os países, até aos socialistas do Leste Europeu. Dentre as políticas assumidas, o posicionamento contrário às ações armadas dos estadunidenses em Cuba foi um de seus marcos, bem como a condenação do colonialismo. Essa aparente contradição do esquema político de Jânio, tal qual a perda do apoio da UDN, foi fragmentando o Executivo e o Legislativo. A UDN não via com simpatia a política externa adotada, muito menos as tentativas de cumprir as promessas de reformas de base aventadas durante a campanha presidencial. Jânio havia prometido controlar a inflação e defendia o desenvolvimento econômico, tal como o fortalecimento da Petrobrás e o controle das remessas de lucros para o exterior – agenda defendida também pelo PTB.

De acordo com Maria Victoria Benevides (1982), uma das principais razões para que houvesse o desencontro das políticas econômicas do governo devia-se à indiferença do presidente ao planejamento. A autora argumenta que o personalismo extremado de Jânio, aliado a um provincianismo de quem ainda pensava em termos locais, propiciava o isolamento político, pois, ao invés de trabalhar em conjunto com os ministros, multiplicava os famosos “bilhetinhos”, não consolidando um grupo de trabalho. O desprestígio do presidente pelo Congresso – “um clube de ociosos” (BENEVIDES, 1982, p. 38) – levou a debates entre os parlamentares sobre a adoção do sistema parlamentarista ainda no início de seu governo. Contrariando essa análise, Jefferson J. Queler (2011) argumenta que a criação de uma imagem pública de um político descontrolado, caricaturado de forma depreciativa, vinha de seus opositores e fora sedimentada na memória coletiva após a renúncia à Presidência em 1961. No entanto, Jânio tinha uma figura de um administrador racional e eficiente, que tinha feito fama por ter escrito seus memorandos à mão quando governou São Paulo – prática que repetiu na presidência da República. Tais memorandos foram anedoticamente apelidados de “bilhetinhos” pelos opositores, até mesmo por parte da imprensa da época, que não os viam como uma contraposição aos entraves da burocracia estadista. Queler (2011) argumenta também que, embora Jânio tivesse equilibrado as finanças do estado de São Paulo, as imagens produzidas na época se esforçaram para apresentar um Jânio desequilibrado e, portanto, incapaz de governar o país. Mesmo suas aparições trajando *slacks* – espécie de blusão com quatro bolsos e cinto, assemelhava-se a uma roupa de safári – procurava “[...] sintetizar seu programa de governo, seja com a manutenção do monopólio estatal do petróleo, a divulgação da PEI [Política Externa Independente]” (QUELER, 2011, p. 67).

No entanto, a crise política foi se aguçando com o anticomunismo mobilizado por Carlos Lacerda e seus aliados, levantando em militares, católicos e classes médias a suspeita de um possível golpismo por parte de Jânio. A crise atingiria seu ápice com a renúncia do presidente, uma semana após um episódio no qual, mais uma vez, a política externa era a tônica: a condecoração de **Ernesto “Che” Guevara**, ministro da Economia de Cuba, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul a 18 de agosto 1961, pelo presidente. Jânio não havia consultado seu ministro das Relações Exteriores ou os ministros militares, nem mesmo os membros do Conselho da Ordem, causando intensa repercussão. Segundo Benevides (1982), Jânio ambicionava retornar “nos braços do povo” ao enviar sua renúncia em 25 de agosto, pois confiava no temor dos militares e da direita em geral diante da posse de João Goulart – herdeiro de Getúlio. Jânio contava com a repercussão na opinião pública e com o fato de que o vice-presidente estava em missão oficial na China, o que atenuaria o temor da esquerda com a possibilidade de instalação

de uma junta militar no governo. Isso lhe garantiria maiores poderes no retorno à presidência. Jorge Ferreira (2003), no entanto, aventa que, embora tudo indique nessa direção, não há comprovação empírica para confirmar que Jânio Quadros planejou um golpe de Estado. É necessário considerar que a análise de Benevides (1982) utiliza o conceito de populismo como chave interpretativa para a análise do governo de Jânio, daí a ênfase na figura e nas habilidades, ou tentativas, de persuasão e demagogia do então presidente. Visto desse prisma, o golpe civil-militar de 1964 era inevitável, uma vez que se tratava da crise do populismo, pois Jânio teria contribuído para a desmoralização do processo eleitoral e, conseqüentemente, da participação democrática (BENEVIDES, 1982).



Assimile

Populismo e a historiografia brasileira

Desde a década de 1960 historiadores, sociólogos e cientistas políticos vêm estudando e debatendo a respeito da melhor forma de caracterizar a presença dos setores populares no cenário político brasileiro. Muitos dos cientistas sociais dessa geração, entre eles Francisco Weffort e Octavio Ianni, passaram a estudar o processo de incorporação dos setores populares ao processo político brasileiro da década de 1930, a partir das políticas sociais estatais, principalmente o modo como a estrutura sindical corporativista foi organizada. Enquanto as políticas sociais teriam servido como forma de “manobrar” os trabalhadores, a estrutura sindical serviu para controlá-los, constituindo o chamado período populista (1930-1964) (DEMIER, 2012). A contribuição de Angela de Castro Gomes (2002) foi fundamental na discussão, ao criticar as análises que conferiam aos trabalhadores do período entre 1930 e 1964 o papel passivo. Sua proposta do trabalhismo foi também uma rejeição implícita ao conceito de populismo, pois este tinha tom pejorativo e era associado a uma relação de manipulação entre um estado/sujeito e trabalhadores/objetos.

Embora a discussão ainda tenha seus desdobramentos na atualidade, grande parte das pesquisas que se dedicaram à análise dos governos entre 1945 e 1964 se valeram do conceito do populismo para interpretar seu objeto de estudo. O fenômeno populista passou a ser entendido não apenas pelo viés da manipulação dos setores populares pelo líder, mas também pelo prisma das satisfações de aspirações das classes trabalhadoras, por exemplo a legislação social. É a partir dessa interpretação que governos como os de Getúlio Vargas e de João Goulart foram estudados e pesquisados.

Em uma crítica revisionista das últimas décadas, Jorge Ferreira (2003) aponta que o populismo é um conceito desmerecedor, pois reduz

a história política do país a uma dicotomia simplista: de um lado, um líder esperto, manipulador, e de outro, os trabalhadores, iludidos por seus conteúdos. Nesse sentido a teoria do populismo seria a teoria do equívoco, e tudo ocorrido entre 1945 e 1964 deveria ser desmerecido, criticado ou condenado. Ferreira argumenta que, assim, os que não consideram esse período como democrático costumam adjetivá-lo, portanto, de populista, logo fadado ao fracasso.

À renúncia de Jânio seguiu-se uma crise política que culminaria no regime parlamentarista como saída negociada para a posse de João Goulart. A Constituição prescrevia que, em caso de vacância da presidência, o substituto deveria ser o vice-presidente e, em sua ausência, o presidente da Câmara dos Deputados. **Pascoal Ranieri Mazzilli** assumiu interinamente o poder em 25 de agosto de 1961, e, segundo Jorge Ferreira (2003), no dia seguinte o país amanheceu em estado de sítio não oficial, com Mazzilli como representante de uma junta militar. Mazzilli enviou uma mensagem ao Congresso Nacional comunicando sobre o manifesto que os ministros militares haviam feito sobre a “inconveniência” do regresso de Jango ao Brasil (FERREIRA, 2003). O impasse em torno da posse de Jango se dava sob a alegação de que significaria uma ameaça à ordem e às instituições, de acordo com os ministros militares e setores da sociedade civil. Ao mesmo tempo, era mobilizado um grande movimento, inicialmente no Rio Grande do Sul, com o governador **Leonel Brizola**, que foi se espalhando pelo país. Após uma ampla resistência com ameaça de bombardeio, Brizola conseguiu o apoio do general José Machado Lopes, comandante do III Exército, ampliando a campanha pela posse de Jango. A Cadeia da Legalidade foi formada com mais de 100 emissoras de rádio que convocavam a população à mobilização pela **Campanha da Legalidade**. Somavam a esse coro lideranças sindicais, eclesiais, estudantis, intelectuais, de associações comerciais e profissionais, enquanto no Congresso os parlamentares rejeitaram o impedimento de posse de Jango, propondo o parlamentarismo. João Goulart aceitou a proposta quando posou em Montevideu e foi empossado em 7 de setembro de 1961. Para Argelina Figueiredo (1993 *apud* FERREIRA, 2003), tratava-se de “um golpe de baixo custo”, pois, ao não conseguirem evitar a posse de Goulart, os ministros conseguiram ao menos conduzir as negociações ao parlamentarismo.



Refleta

Até que ponto tratar o episódio da crise de 1961 enquanto “golpe de baixo custo” não é uma análise a partir do golpe civil-militar de 1964? Não seria uma forma de análise anacrônica que leva à ideia de inevitabilidade dos acontecimentos em 1964?

Além das crises política e militar, Jango assumia a presidência diante de uma grave crise econômica, com um país endividado interna e externamente. Diante do parlamentarismo o presidente ficava impedido de exercer plenamente seus poderes e, portanto, de implementar seu projeto de reformas de base. Com vistas à ampliação de sua base política de apoio ao centro, Jango organizou seu gabinete, o da “conciliação nacional”, sob a chefia de Tancredo Neves (PSD). Um projeto nacionalista foi implementado apesar das limitações e das dificuldades, assim como a política externa independente foi continuada, chegando ao reestabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética em novembro de 1961.

A situação no campo foi se acirrando, chegando ao ponto de Francisco Julião afirmar, dois meses após a posse de Jango, que a reforma agrária seria feita “na lei ou na marra, com flores ou com sangue” (FERREIRA, 2003, p. 349). As discussões se mantinham em torno da Constituição e do pagamento prévio em dinheiro pelas desapropriações feitas por interesse público. Enquanto as esquerdas defendiam que o pagamento deveria ser realizado em títulos da dívida pública, os conservadores não aceitavam a proposta. Segundo Ferreira (2003), o grande problema era que as esquerdas não aceitavam negociar ou conceder. A reforma agrária fazia parte das demandas históricas das esquerdas, das quais Jango pregava havia uns anos: **as reformas de base**. Tratava-se de um conjunto de propostas cuja finalidade era modificar as estruturas econômicas, sociais e políticas, garantindo o desenvolvimento econômico autônomo e diminuindo as desigualdades no país. Dentre as principais reformas, constavam, além da agrária, a bancária, a fiscal, a urbana, a tributária, a administrativa, a extensão do voto aos analfabetos e oficiais não graduados das Forças Armadas e a legalização do Partido Comunista Brasileiro. Os grupos reunidos em torno das reformas eram heterogêneos e nem sempre unidos, em um caleidoscópio que ia desde o PCB, passando pelas organizações de subalternos das Forças Armadas, como os sargentos da Aeronáutica e do Exército, e a UNE. Brizola passou a unificar as esquerdas e liderou a Frente de Mobilização Popular, que reunia as principais organizações de esquerda que defendiam a luta pelas reformas de base. Enquanto as discussões sobre a reforma agrária não avançavam, frustrando as esquerdas e levando a um conflito com João Goulart, este se via impaciente com o parlamentarismo, que lhe tolhia as ações. Após algumas disputas, Goulart conseguiu que o plebiscito que iria decidir sobre a continuidade do regime parlamentarista fosse antecipado para 6 de janeiro de 1963.

O resultado foi positivo, cinco em cada seis votantes aprovava o retorno do regime presidencialista (FERREIRA, 2003). O novo ministério mais uma vez procurava o apoio do centro político, evitando a radicalização. A estratégia de Jango era conciliar medidas de estabilização econômica com

propostas reformistas, por isso a aliança entre PSD e PTB era fundamental para o sucesso do governo. O objetivo era retomar o modelo de desenvolvimento varguista, principalmente com investimentos na infraestrutura econômica e bens de produção, assim como a ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores. João Goulart incentivou a construção do porto de Tubarão, inaugurou a Eletrobrás, “[...] executou o Plano Nacional de Educação, financiou apartamentos em conjuntos habitacionais, inaugurou hospitais regionais da Previdência Social, incentivou a sindicalização rural e regulamentou o Estatuto do Trabalhador Rural [...]” (FERREIRA, 2003). No campo da estabilização econômica, o projeto implementado foi o Plano Trienal, formulado por **Celso Furtado**, ministro do Planejamento, que objetivava angariar o apoio dos grupos conservadores políticos e da opinião pública e obter a confiança dos credores externos, a fim de assegurar o refinanciamento da dívida externa. O plano estabelecia que inicialmente era necessário o combate à inflação sem comprometimento do desenvolvimento econômico, para que, adiante, as reformas fossem implementadas. O ponto de embate era a implicação de restrição salarial, limitação do crédito e dos preços, além dos cortes nas despesas governamentais, perturbando tanto capitalistas quanto trabalhadores. Sua exequibilidade dependia de acordos, ou mesmo de um pacto, entre os dois lados afetados, ou seja, “[...] da capacidade do governo em formar uma coalizão multiclassista, com base em acordos e concessões entre as partes” (FERREIRA, 2003). Tratava-se de um plano com vistas a consequências em longo prazo, sem recorrer exclusivamente a medidas monetaristas. Uma vez com a inflação controlada e o crescimento assegurado, a reforma agrária entraria como impulsionadora de um novo ciclo de crescimento. Apesar das tentativas de diálogo entre lideranças sindicais e empresariais, o acordo não vingou. Pressionado por setores mais exaltados do PTB – que defendiam a realização de reformas de base de cunho radical e a adoção de medidas político-econômicas de caráter anti-imperialista, recusando a política de conciliação com o centro, isto é, com o PSD –, pelo movimento sindical e por setores do empresariado, em maio de 1963 Jango autorizou o aumento do crédito, o aumento salarial para o funcionalismo público de 70% e “[...] concedeu à Companhia Siderúrgica Nacional reajuste de 20% nos preços do aço, encarecendo um produto industrial básico” (FERREIRA, 2003). O esgotamento final do Plano se deu com o aumento das linhas de crédito às montadoras de automóveis. Diante do fracasso do Plano e das críticas que recebia das esquerdas por sua “política de conciliação”, Jango se voltou às reformas, a agrária principalmente.

A tentativa de aprovação de emenda constitucional em abril de 1963 que alterava a Constituição sobre o pagamento prévio para a desapropriação de terras e em relação à desapropriação por interesse social demonstrou o

esgotamento da aliança entre PTB e PSD. Embora a UDN rejeitasse a proposta, o PSD aceitava a emenda, com ressalvas; já o PTB não aceitou nenhum tipo de negociação ou acordo com o PSD. Apesar da intensa campanha que tomou conta das ruas, com comícios, e a possibilidade de greve geral, o Congresso não se comoveu, e o projeto foi recusado.

Sem medo de errar

O conceito de populismo é bastante complexo e vago, pois tem sido utilizado para caracterizar diferentes governos em contextos muito díspares. Nesse sentido é necessário que você, enquanto professor, aborde a forma como ele foi empregado ao longo das últimas décadas no que se refere à historiografia brasileira. Nos materiais didáticos é comum a abordagem que utiliza a chave interpretativa do populismo para analisar o período entre 1945 e 1964, portanto muitas vezes o aluno já teve contato com essa perspectiva.

Como vimos, no Brasil, o uso do conceito se deu a partir da década de 1960 e teve como base os estudos sobre a organização da estrutura sindical corporativista. O período entre 1930 e 1964 foi chamado de populista baseado na análise das políticas sociais estatais da década de 1930, cujo objetivo era a compreensão do processo de incorporação dos setores populares ao processo político brasileiro.

No entanto, há que se salientar que, como vimos, apesar de ser muito utilizado por jornalistas – e ter sido frequente nas reflexões dos historiadores no passado –, o conceito tem sido criticado por diferentes correntes historiográficas das últimas décadas. Do ponto de vista da análise do populismo na América Latina, por exemplo, era comum uma tendência de comparar alguns governos da primeira metade do século XX e tratá-los, aliás, como se fossem processos iguais, porém em países distintos, como é o caso brasileiro de Getúlio Vargas e o argentino de Juan Domingo Perón. Rafael Pavani da Silva (2011, p. 1) aponta para os perigos dessa chave explicativa, “[...] que desconheceu as especificidades históricas regionais, apontou para incapacidades políticas crônicas latino-americanas e, mais recentemente, questionou a legitimidade de qualquer governo que não fosse estritamente neoliberal e tecnocrático”. O caso do estudo de Perón na Argentina foi o ponto de partida para as análises de historiadores e sociólogos do continente, abrindo a discussão para as diversas variações do conceito de populismo, “[...] uma etapa política necessária para os países atrasados ou um estilo político característico latino-americano” (SILVA, 2011, p. 5). Nesse sentido, como apontamos anteriormente na crítica realizada por Angela de Castro Gomes (2002) para o caso brasileiro, o problema do estudo do populismo é compreender o papel dos

líderes governantes sem atribuir o papel de passividade à população. É notável, porém, pontuar, como afirma Silva (2011, p. 6), que nos anos 1930, “governos fortes, de apelo popular, com ênfase no nacionalismo e nos trabalhadores não foi algo raro nesta década”, não apenas na América Latina, como no restante do mundo.

Considerando, então, a multiplicidade de significados do conceito e seu desuso, como responder à questão do estudante relatada na situação-problema desta seção? No campo da historiografia brasileira não há um consenso sobre quais governos se enquadrariam no espectro populista – até porque não há consenso em relação ao próprio conceito de populismo, como vimos. Segundo Maria Lígia Prado (1981), os governos de Getúlio Vargas (1930-1945/1951-1954) e o de João Goulart (1961-1964) podem ser denominados populistas. Já Angela de Castro Gomes (2002, [s.p.] *apud* WELLE, 2018, [s.p.]) afirma que “Na luta política, essa palavra tem o efeito de acusação. Mas, como categoria explicativa, abarca fenômenos muito distintos e produz desconhecimento”. Por isso, nesse sentido acusatório e vago, diferentes governos como os de Getúlio Vargas, Jânio Quadros, Juscelino Kubitschek, João Goulart e, depois da ditadura militar, os de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva também já foram enquadrados pelo termo em algum momento.

Tendo em vista as discussões e as revisões historiográficas sobre o tema, é necessário explicitar ao aluno as possíveis imprecisões e equívocos que essa chave interpretativa pode provocar, por isso as inconsistências no seu uso na atualidade para designar governos tão distintos pelo mundo. Além disso, é necessário ressaltar que o artigo em questão apresentado pelo aluno tem como autor um jornalista inglês (MOLLOY, 2018), que apresenta uma perspectiva do populismo do ponto de vista europeu, o que explica sua abordagem do uso e concepção do termo.

1.

“ - P: Acha que o Brasil vai bem?

- R: Creio que não poderia ir melhor. Na realidade, sob a suprema Chefia de um brasileiro dinâmico e patriota, o Presidente Juscelino Kubitschek, a Nação prospera em ritmo acelerado. Sobem os índices de progresso. As dificuldades reinantes são consequência, em grande parte, de um crescimento que se processa com rapidez. Há, é claro, problemas complexos a resolver, que afetam, sobretudo, a vida das classes menos favorecidas. Mas as soluções serão encontradas, desde que o patriotismo e a boa-vontade se coloquem acima das subalternas cogitações do personalismo e do ódio. A ordem, o trabalho e o bom-senso construirão a nossa grandeza. É questão de tempo. (FALCÃO, 1956, p. 54)

Considerando o trecho da entrevista do marechal Henrique Teixeira Lott, na condição de ministro da Guerra do governo de JK, e o mito dos anos dourados, avalie as afirmações a seguir.

I. Para os intelectuais da década de 1950, por conta do suicídio de Vargas e da trajetória de uma República cheia de golpes, a figura de um presidente militar eleito, empossado e que conseguiu passar a faixa presidencial ao sucessor, era um símbolo democrático.

II. O ritmo de desenvolvimento ocorrido no campo econômico não foi comparável no campo da cidadania, mas a maior parte da população não continuou à margem dos benefícios gerados pelo crescimento econômico.

III. A década de 1950 ficou marcada no imaginário popular pela conquista brasileira na copa do mundo de futebol em 1958 e pela construção de Brasília, correlacionando o desenvolvimentismo à modernização e à democracia.

IV. De acordo com o marechal Henrique Teixeira Lott, as dificuldades econômicas do governo Kubitschek resultavam do crescimento econômico rápido e afetavam principalmente as populações menos favorecidas.

É correto apenas o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) II e IV.
- c) I e III.
- d) III e IV.
- e) III e IV.

2.

“Juscelino Kubitschek:

Excelentíssimo senhor presidente Jânio Quadros, tenho a honra, tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência o comando da República para o qual foi escolhido pela maioria do povo brasileiro.

Jânio Quadros:

Senhor presidente, recebo neste instante de vossas mãos a faixa simbólica do governo de nossa Pátria. Recebo-a com profunda emoção, porque tenho consciência do verdadeiro sentido implícito na singeleza desta cerimônia. Recebo-a não pelas minhas forças, bem eu sei, mas pelo império da lei, expressão permanente e invencível da manifestação da maioria das vontades.

Senhor presidente, o governo de Vossa Excelência, que ora aqui finda, terá marcada na história sua passagem, principalmente porque através de sua meta política logrou consolidar em termos definitivos no país os princípios do regime democrático!

[...]. (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 1961, [s.p.]

Considerando a discussão em torno do debate sobre o mito dos anos dourados e a sucessão presidencial em 1961, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. Embora parte da historiografia ponha em dúvida o caráter democrático do período entre 1946 e 1964, o feito de Juscelino Kubitschek, enquanto presidente civil eleito, empossado e que conseguiu passar a faixa presidencial ao sucessor, era um símbolo democrático.

PORQUE

II. Os adventos do suicídio de Vargas e do golpe civil-militar de 1964 foram crises políticas da democracia que alimentaram a perspectiva da memória social do mito dos anos dourados da década de 1950.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta.

- a) A asserção I e II são proposições falsas.
- b) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- c) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- d) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- e) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

3.

“— Amigos do Brasil, os maiores cartazes do rádio e da televisão também votarão nesta eleição. [...]”

Na hora de votar, eu vou jangar (eu vou jangar),

É Jango, é Jango, é o Jango Goulart

[...]. (GUSTAVO, 1960, [s.p.])

E o verbo jangar, de recentíssima criação entre nós? Dizem que significa votar em Jango, nome familiar do vice-presidente eleito da República. Seus adversários, contudo, fazem-lhe restrições de ordem semântica.

Dizem que jangar é coisa muito pior... (ANACLETO, 1960, p. 28)

Considerando o trecho da revista *Careta* e o vice-presidente João Goulart, é correto afirmar que:

- a) A aliança UDN-PTB se manteve nas eleições de 1960 e lançou o marechal Henrique Teixeira Lott como candidato à presidência e como vice-presidente da chapa, João Goulart, apesar da resistência dos setores conservadores da UDN e dos meios militares que lhe faziam “restrições de ordem semântica”.
- b) Apesar das restrições de ordem semântica de seus opositores, em outubro de 1960 a população “jangou”, e pela primeira vez a cerimônia de posse presidencial foi realizada em Brasília, bem como a faixa presidencial foi passada de um presidente civil para outro militar eleito.
- c) Os opositores do vice-presidente João Goulart acreditavam que sua posse significaria uma ameaça à ordem e às instituições (“Dizem que jangar é coisa muito pior”), por isso se impunham contra seu retorno ao país.
- d) A Campanha da Legalidade contou com lideranças sindicais, eclesíásticas, estudantis, intelectuais, de associações comerciais e profissionais, enquanto os parlamentares propunham o presidencialismo, temendo que “jangar” fosse coisa muito pior.
- e) Embora a política de conciliação de João Goulart não tenha funcionado, o pacto com as esquerdas, o projeto das reformas de base, principalmente a agrária, e a aliança entre o PSD e o PTB foram exitosos, tendo em vista que todos estavam empenhados em “jangar”.

O golpe civil-militar de 1964

Diálogo aberto

A polarização na política brasileira não é novidade historicamente, tendo em vista o contexto da primeira metade da década de 1960, período da Guerra Fria, quando o Brasil observou o acirramento entre as correntes políticas, processo que levaria ao estrangulamento da sua democracia. Nessa conjuntura um dos principais atores da Guerra Fria, os Estados Unidos, teve influência no posicionamento do Brasil diante do conflito mundial. Outro aspecto que deve ser levado em consideração é a conspiração entre civis e militares que levou à deposição de João Goulart em 1964 e interrompeu o ciclo democrático iniciado com o fim do Estado Novo a partir de 1945. Como o tema do golpe ainda é um campo de disputa de memória na sociedade brasileira, como professor você vai lidar com alunos que poderão colocar em questão a nomenclatura do fato histórico, rememorando-o como “Revolução de 1964”, embora, considerando o recente relatório da Comissão da Verdade (BRASIL, 2014), tenham ficado disponíveis informações sobre as violações aos direitos humanos, além de comprovação da participação de civis no regime instalado em 1964.

Suponha que você tenha em sala de aula um aluno que considere esse período o da “Revolução de 1964”. Ao iniciar a discussão sobre o tema você é interpelado pelo estudante, que argumenta que apenas consideram o período de 1964 a 1985 como *golpe* e *ditadura* aqueles alinhados ao comunismo e pergunta se você leu obras que questionam “a visão esquerdista da história”, como o livro *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*, de Carlos Alberto Brilhante Ustra (2006). Como professor, como você poderia debater o tema e sua bibliografia a partir da discussão sobre a nomenclatura atribuída ao golpe civil-militar de 1964?

Não pode faltar

“Unamo-nos e marchemos para a vitória” – disse o Deputado Leonel Brizola dirigindo-se ao povo ontem, por uma emissora de televisão.

[...] “a ordem jurídica há muito não satisfaz nossos anseios, é injusta, desumana e imoral, ninguém mais a aceitando”.

[...] Disse em seguida que “a hora é esta” e que a fome, a miséria, a mortalidade infantil são más conselheiras”. Não está querendo

fazer revolução mas convocando o povo para reclamar aos deputados e senadores que votem as transformações reclamadas. (BRIZOLA..., 1963, p. 2)

Tomando por base os excertos dos jornais *Última Hora* e *Tribuna Popular* de 1963, podemos observar o clima de aguçamento da polarização política no Brasil no período do último ano do governo de João Goulart. O excerto do jornal *Última Hora* de 20 de março de 1963 – pertencente ao grupo apoiador de Getúlio Vargas e, portanto, do trabalhismo e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – apresenta trechos de discurso de **Leonel Brizola** (1922-2004), que pregava a mobilização popular em favor das reformas de base. Como vimos na seção anterior, as reformas eram a grande pauta das esquerdas, a pedra de toque do governo Goulart, levando à discussão da reforma agrária no Congresso naquele ano. A recusa do projeto, segundo Jorge Ferreira (2003), teve consequências decisivas para os rumos políticos do país, pois significou o fracasso da estratégia de conciliação entre medidas ortodoxas e estruturais, assim como serviu de pretexto para que as esquerdas se opusessem à implementação das mudanças econômicas e sociais através do Congresso.

Ao reorganizar outro ministério, Jango intentava reativar a antiga aliança entre seu partido (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD), além de nomear seu quarto ministro da Guerra, o General Jair Dantas. Ferreira (2003, p. 368) afirma que a falta de política no campo militar era uma maneira de Jango evitar que surgissem lideranças fortes nos quartéis. Seu novo ministro da Fazenda, Carvalho Pinto, atendia às expectativas das elites industriais e financeiras paulistas e implementou medidas a fim de tentar auxiliar o país a sair da crise econômica, tal como a **Lei de Remessa e Lucros** e o Plano Trienal readaptado. Mais uma vez Jango procurava implementar as reformas por meio de uma política do centro.

Segundo Ferreira (2003), enquanto a conspiração ia se movimentando e crescendo, Jango era informado sobre o tema. Nova crise política ocorreu em setembro de 1963, por ocasião do julgamento do Superior Tribunal Federal sobre a situação dos sargentos eleitos no pleito do ano anterior. Desde o governo de Juscelino Kubitschek, mas principalmente na década de 1960, organizações dos subalternos das Forças Armadas se mobilizaram, disseminando clubes de suboficiais das três Forças pelo país que reivindicavam estabilidade funcional, influenciados pelo nacionalismo e pelo reformismo. Os sargentos foram o principal grupo que se mobilizou, e, embora a Constituição desse margem a interpretações ambíguas quanto à elegibilidade dos suboficiais, candidatos passaram a ser indicados ao Congresso em seus clubes e associações. Em aliança com o movimento estudantil,

as Ligas Camponesas e o movimento operário, a maioria dos integrantes do movimento dos sargentos passou a seguir Leonel Brizola como líder, autointitulando-se como nacional-revolucionários. Importante pontuar que Brizola surgiu como o petebista mais ousado e radical na defesa dos direitos de Goulart, de quem era amigo e cunhado: ganhando legitimidade não só no partido, mas também nas esquerdas, tornou-se uma das mais importantes lideranças daquele momento. Vale ressaltar que Brizola havia tido papel preponderante na Campanha da Legalidade que garantiu a posse de Goulart em 1961, porém colocava-se contrário à política de conciliação pretendida pelo presidente e, embora defendesse o trabalhismo varguista, opunha-se totalmente ao capital estrangeiro no Brasil. Seu papel e influência na política deram origem ao brizolismo, “[...] caracterizado como a adesão às atitudes políticas e à liderança de Brizola, uma relação entre a figura política do líder Brizola e a criação do mito em seu entorno [...]” (SZATKOSKI, 2008, p. 61).

Sendo considerados inelegíveis e tendo seus mandatos suspensos, os sargentos que haviam sido eleitos em 1962 decidiram desencadear uma insurreição popular armada de âmbito nacional, isto é, tomar o poder pelas armas. Porém, forças legalistas invadiram Brasília, e em poucas horas a insurreição foi sufocada. Jorge Ferreira (2003) analisa que, embora muitos oficiais simpatisassem com a causa nacionalista e até tivessem certa indulgência no que se referia às organizações dos sargentos, o episódio fez com que recuassem, pois, em uma instituição que se baseia no binômio hierarquia/disciplina, a insurreição foi intolerável.

A crise política de 1963 teve novo escalonamento com a publicação em 1º de outubro de uma entrevista que **Carlos Lacerda** (1914-1977) – jornalista, proprietário do jornal *Tribuna da Imprensa* e governador da Guanabara pela União Democrática Nacional (UDN) – havia concedido ao *Los Angeles Time*. Na entrevista o governador da Guanabara fazia denúncias sobre a infiltração comunista nos sindicatos e no governo federal, além de acusar o presidente de ser “caudilho totalitário” e solicitar a intervenção norte-americana no Brasil. Ademais, Lacerda afirmava que, tendo informações seguras, os militares discutiam qual era a melhor maneira de agir em relação a Goulart: “tutelá-lo, patrociná-lo, pô-lo sob controle até o fim de seu mandato ou alijá-lo imediatamente”. A crise política que se instalou dizia respeito à qual medida Goulart adotaria, pois os ministros militares requeriam junto ao presidente a decretação do estado de sítio, uma vez que assim poderiam prender Lacerda. O pedido chegou ao Congresso e causou inúmeras reações de todo espectro político. Segundo Ferreira (2003), Jango sabia que os ministros militares queriam prender não apenas Lacerda, mas também políticos progressistas, principalmente

Miguel Arraes – governador de Pernambuco. Jango procurou apoio das esquerdas e, apesar de ser aconselhado por Brizola a dar um golpe de estado, pois caso contrário “eles o darão contra nós”, o presidente descartava a alternativa.

Ferreira (2003) argumenta que o pedido de estado de sítio foi interpretado tanto por setores da direita como da esquerda enquanto uma estratégia de Jango para derrotá-los para assumir a presidência com plenos poderes. Um bom exemplo dessa desconfiança e da radicalização política do momento é o excerto do jornal *Tribuna Popular* do início desta seção, datado de 3 de outubro de 1963, no qual o articulista alega que Goulart pretendia “[...] *uma alteração do regime, em seu próprio benefício, o que só pode ser conseguido por via militar* [...]”, ou seja, pelo estado de sítio, Goulart pretendia alterar o regime e modificar as regras democráticas de sua sucessão. O pedido foi negado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, e o próprio PTB se alinhou com o PSD e a UDN contra a solicitação do presidente.

Ferreira (2003) pontua que a partir de outubro de 1963 o minoritário grupo civil-militar golpista ganhou campo no plano conspiratório, pois a ele se juntou o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, que duplicou o efetivo da Polícia Militar de seu estado, unindo-se a Lacerda e a Ademar de Barros – governador de São Paulo. Exemplos do avanço da conspiração, segundo Ferreira (2003), foi a entrada de armas no país de forma clandestina, bem como a descoberta do desembarque de um submarino norte-americano no Recife com munições, instalações de campos de pouso de helicópteros em Teresina e o desembarque de quase cinco mil cidadãos estadunidenses apenas no ano de 1962.

É necessário assinalar que a relação do Brasil com os Estados Unidos havia se modificado relativamente principalmente em meados da década de 1950, por causa de diversos fatores, dentre eles a **Revolução Cubana** (1959). O posicionamento brasileiro contra a interferência norte-americana na ilha e o objetivo estadunidense de impedir “[...] o suposto pipocar de ‘outras Cubas’ [...]” (FICO, 2008, p. 59) fomentaram uma política norte-americana que visava combater o pauperismo, pois este era entendido como fomentador de revoluções. Nesse contexto os recursos que se investia no aparelhamento das Forças Armadas latino-americanas deveria ser desviado para a melhoria das condições de vida de suas populações, ou melhor, impunha-se a necessidade de conjugar tanto a doutrina militar da contrainsurgência como promover a cooperação interamericana, isto é, ajuda financeira para o crescimento econômico da região, o que foi efetivado pela Aliança para o Progresso.



Assimile

Aliança para o Progresso

Lançada em 13 de março de 1961 pelo presidente norte-americano **John F. Kennedy**, a Aliança foi assinada pelo Brasil e outros vinte e dois países em agosto do mesmo ano. A cooperação interamericana se daria mediante planos de desenvolvimento que deveriam ser traçados pelos países latino-americanos, os quais deveriam garantir a maior parte das despesas dos programas, enquanto os Estados Unidos se responsabilizariam pelo restante. No caso brasileiro a grande preocupação estadunidense era a situação nordestina, principalmente por causa das ligas camponesas, que eram consideradas um “protossindicalismo”, porém com reivindicações modestas (FICO, 2008, p. 62). A proposta norte-americana para a região era bastante superficial, voltada para impactar a opinião pública, como a implantação de chafarizes em algumas cidades. Porém foi efetivado um programa de modernização e reequipamento das polícias civis.

Segundo Carlos Fico (2008), o presidente norte-americano John F. Kennedy tinha uma visão catastrófica da América Latina, considerando-a a área mais perigosa do mundo. Por isso as iniciativas de Kennedy serviam como instrumento de controle para a região no contexto da Guerra Fria, tendo em vista que até a década de 1960 a região não havia sido afetada diretamente como na Europa e na Ásia. Seu sucessor, o vice-presidente Lyndon B. Johnson, manteve a Aliança com a doutrina anti-insurrecional, que unia as ideias de segurança interna do continente americano e combate à pobreza, esta vista como fomentadora de regimes de esquerda. Esse entendimento levou Johnson a engajar líderes civis estadunidenses na causa anticomunista.

O Brasil se tornou preocupação para os Estados Unidos justamente porque, segundo Carlos Fico (2008), era inadmissível para o governo norte-americano que o maior país da América do Sul tivesse um regime com pretensão esquerdista. Para o historiador, isso explicaria a campanha de desestabilização de João Goulart, bem como o apoio estadunidense ao golpe em 1964. Fico (2008) ressalta, porém, a necessidade de dimensionar o significado do Brasil para o governo estadunidense, pois corria-se o risco de pensar que o país fosse a maior e única preocupação dos Estados Unidos. O historiador explica que, embora o país não fosse importante na estratégia militar para os norte-americanos, o poderio destes só poderia ser exercido no globo caso predominassem de forma incontestante no continente americano, principalmente na América Latina.

Além disso, inúmeras empresas estadunidenses tinham investimentos no Brasil ou planejavam ter, contexto que levou o embaixador norte-americano no país, Lincoln Gordon, a iniciar uma discussão a respeito de um “plano de contingência” no segundo semestre de 1963. O plano visualizava alguns possíveis cenários para buscar antecipar o desdobramento à determinada situação e, assim, estabelecer linhas de ação alternativas. Fico (2008) esclarece, no entanto, que há uma confusão na literatura em relação à Operação Brother Sam e o plano de contingência que a previu, pois há menção do plano em documentos sobre a operação, porém o plano era mais amplo que a força-tarefa naval. Além disso, Fico explica que a confusão decorre do fato de que o plano não havia sido visto até então, sendo divulgado na imprensa brasileira em 2006. O plano não fora feito às vésperas do golpe, nem previa apenas apoio logístico como entregas de armas e exercícios navais nas costas brasileiras para intimidação das forças legalistas. Prevendo quatro cenários possíveis e quatro linhas de ação, o plano pressupunha que embora um golpe direitista não devesse ser fomentado, a embaixada manteria contato secreto com grupos de conspiradores brasileiros a fim de informar-se e influenciá-los. Além disso, o plano visualizava que os militares brasileiros seriam a única força nacional com capacidade para alterar o regime. O cenário desejado era o de uma resistência organizada de forças democráticas, com apoio militar que se pusessem contra uma tentativa de Goulart de obter o poder de forma autoritária, tal como o fechamento do Congresso, pois assim o governo norte-americano poderia reconhecer como legítima a formação de um governo alternativo pelas “forças democráticas” e, assim, descartar Goulart. Para Fico (2008), o que surpreende nos acontecimentos de 1964 é a coincidência entre as diretrizes definidas em 1963 e o que os conspiradores realizaram ao final de março de 1964. O historiador argumenta que é um indício de que os agentes envolvidos na derrubada de Goulart observaram as sugestões do plano de contingência norte-americano. Para o historiador, as diretrizes norte-americanas foram acertadas com os brasileiros, em uma ação conjunta, incluindo a nomeação de Afonso Arinos como secretário do governo mineiro. Entretanto, a Brother Sam não foi necessária.

A radicalização de 1963 cresceu a ponto de que Brizola tinha horário próprio na Rádio Mayrink Veiga, emissora carioca, de onde pregava reformas imediatas. De outro lado, o acordo entre os empresários Roberto Marinho (**Globo**), Nascimento Brito (**Jornal do Brasil**) e João Calmon (Tupi) deu origem à Rede da Democracia, articulação de uma cadeia de rádios nacionais que difundiam e denunciavam o suposto perigo comunista, a política econômica do governo e o próprio Goulart. Os parlamentares do centro, amedrontados com a escalada das esquerdas, saudaram a formação da Rede da Democracia.



Exemplificando

“ Para se entender um comunista é preciso entender, antes de mais nada, o significado que ele dá às palavras, bem diferente de tudo aquilo que as mesmas significam para nós. Essa duplicidade de linguagem tem permitido aos técnicos marxistas (não me refiro aos nossos tupiniquins) obter o apoio para atingir os seus fins. Para não nos deixarmos iludir – precisamos aprender a decifrar essa espécie de código secreto da traição. Por isso organizei este estudo sinótico.

[...]

SIGNIFICADO DEMOCRÁTICO	SIGNIFICADO COMUNISTA
DEMOCRACIA POPULAR – Governo popular. Do grego, Demokratia. Logo, democracia popular é bobagem. Democracia é o sistema de organização política em que a autoridade imposta foi substituída pela autoridade universal. Consagra a vontade da maioria.	DEMOCRACIA POPULAR – Ditadura do Partido Comunista sobre toda a população em nome do proletariado, Embora chamada de Democracia Popular – nada tem a ver com a Democracia, pois toda a autoridade se concentra nas mãos de um pequeno grupo ou de uma só pessoa. Nada tem de popular. (NASSER, 1963, p. 4-5)

O artigo do jornalista David Nasser de setembro de 1963 nos dá a dimensão da propaganda política anticomunista da imprensa do período. Publicado na revista *O Cruzeiro*, do grupo de Assis Chateaubriand, o artigo explicita e demarca o comunista como o “outro” versus “nós”, os “democratas”. Tal distinção fica explícita até mesmo na disposição das colunas e na necessidade de diferenciar e “decifrar essa espécie de código secreto da traição” que seria o linguajar comunista. Embora Nasser afirme que os nossos técnicos marxistas tupiniquins não têm atingido seus fins, ele explica a primordialidade de compreender esse linguajar para não se deixar iludir, ou seja, o alerta para o perigo do comunismo em território brasileiro. Ao distinguir o significado de democracia popular para democratas e comunistas, o jornalista pontua o aspecto negativo da concepção comunista na concentração do poder nas mãos “de um pequeno grupo ou de uma só pessoa”, ao que ele chama de “Ditadura do Partido Comunista sobre toda a população em nome do proletariado”, que nada teria de popular, pois, ao contrário da concepção democrática, não consagraria a vontade da maioria. Ou seja, o proletariado não seria a maioria; mais uma vez o “outro” versus o “nós” se coloca no discurso de Nasser de forma a desqualificar, caricaturar e deslegitimar os governos comunistas daquele momento.

Após as tentativas frustradas de conciliação, Goulart voltou-se para os grupos e organizações que haviam sustentado sua trajetória política: trabalhadores e seus sindicatos, camponeses, as Ligas, movimento estudantil e partidos das esquerdas. Em dezembro de 1963 Jango reaproximou-se de Brizola e nomeou o almirante Cândido Aragão – brizolista – para o comando do Corpo de Fuzileiros Navais, além de realizar uma série de medidas nacionalistas e de ampliação de benefícios sociais, como a extensão dos direitos da **Previdência Social aos trabalhadores rurais** e a revisão das concessões de exploração das jazidas minerais. Na tentativa de reverter o quadro da crise política e econômica, Goulart assinou a regulamentação da **Lei de Remessa de Lucros para o Exterior**, assim como tratou de elaborar um decreto que permitisse a desapropriação de vinte quilômetros de cada lado das rodovias federais, ferrovias, açudes e rios navegáveis, a fim de iniciar uma espécie de reforma agrária.

Jorge Ferreira (2003) afirma que alguns setores da esquerda acreditavam que somente pelo embate, sem recuo, as reformas de base seriam implementadas. Sobre a possibilidade de um golpe militar, tais setores eram céticos, pois acreditavam que o Exército era democrático e estava com o povo. Ferreira (2003) argumenta que esses setores da esquerda confiavam na vitória em caso de uma guerra civil, tendo em vista a **Campanha da Legalidade** em 1961 – cujo objetivo foi a defesa da democracia e da Constituição –, mas se esqueciam de que em 1964 os conservadores defendiam a ordem legal com a alegação de que a Constituição era intocável. Ferreira (2003) conclui que as esquerdas passaram de uma posição defensiva e legalista em 1961 a uma posição de ofensiva e de rompimento institucional.

Goulart optou por aliar-se às esquerdas e, apesar de contrariar seu estilo, escolheu a radicalização e o embate, o que permitiu, segundo Ferreira (2003), que os legalistas de oposição ao seu governo suspeitassem de suas intenções e cedessem à direita golpista. Vale ressaltar que Goulart tinha suas origens em São Borja, cidade natal de Vargas, na qual geriu os negócios agropecuários de sua família, ou seja, vinha de uma elite político-agrária que lhe havia proporcionado a proximidade com Vargas e a introdução na política.



Refleta

Até que ponto a análise que visualiza o golpe a partir do radicalismo dos atores envolvidos – principalmente das esquerdas – não retoma, na prática, o discurso dos agentes envolvidos no golpe e na desestabilização do governo de João Goulart, por exemplo a imprensa ligada à Cadeia da Democracia?

Um dos marcos da radicalização do clima político foi o comício de 13 de março de 1964 na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, que reuniu líderes do governo, do movimento sindical urbano, com os trabalhadores rurais e as esquerdas, principalmente o PCB e a ala radical do PTB, selando a aliança entre esses grupos. No mesmo planaque subiram Goulart, Brizola e Arraes, ao mesmo tempo em que a direita se mobilizava contra as reformas defendidas pelo presidente. O centro da conspiração era o Estado-Maior das Forças Armadas, e seu chefe, o general Castelo Branco, tornou-se o líder do movimento.

No comício, Brizola defendeu o fechamento do Congresso, e Jango tomou a palavra de improviso, atacando setores da elite, criticando a propaganda anticomunista e pontuando a indispensabilidade de revisão da Constituição. Além de explicar sobre as medidas do decreto que viabilizaria a apropriação das terras próximas de vias, rodovias, etc., o presidente comentava sobre as próximas medidas que enviaria para o Congresso, como a reforma eleitoral, que permitiria que todo alistável também fosse elegível – uma clara menção ao caso dos sargentos.

Em 19 de março de 1964, em contrapartida, fora realizado um ato ligado a setores da direita, que, segundo Ferreira (2003), foi desprezado pelas esquerdas: a **Marcha da Família com Deus pela Liberdade**. A tônica do evento foram os discursos contra o presidente, mas ainda assim o ato não foi considerado pelas esquerdas, que julgavam ser uma manifestação de classe média, que não era representativa do povo, bem como seu caráter religioso a tornava indigna de nota.



Saiba mais

Para compreender um pouco mais sobre o papel de setores civis na arquitetura do golpe de 1964, bem como a historiografia que tem sido desenvolvida com enfoque nessa temática, este artigo fornece dados sobre algumas das pesquisas mais recentes da área:

ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. Braços civis de uma intervenção militar: estudos discutem participação de setores da sociedade no golpe de 1964. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, ed. 218, abr. 2014, p. 19-25.

As crises militares que serviram como estopim na conjuntura para o golpe de 1964 se deram em torno de episódios que envolviam questões de hierarquia e disciplina. Diante da proibição pelo ministro da Marinha, Sílvio Mota, de um ato público de comemoração da fundação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, os subalternos da Marinha de Guerra programaram novo ato no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. A reação do ministro da Marinha foi a ordenança da prisão dos

envolvidos. Porém, a tropa de choque enviada ao local, comandada pelo contra-almirante Cândido Aragão, negou-se a atacar os colegas e aderiu à revolta. Goulart enviou ordens de que os marinheiros não fossem atacados, o que não apenas indignou os oficiais da Marinha, como levou à renúncia do ministro da Marinha, que se sentiu desprestigiado. Em contrapartida os oficiais também se rebelaram, deliberando que não embarcariam nos navios enquanto o almirante Aragão não fosse punido. Ferreira (2003) argumenta que a anistia aos marinheiros e a Aragão atingiu justamente os fundamentos mais básicos do que exprimia o ser militar, isto é, a disciplina e a hierarquia estavam subvertidas. A partir desse episódio a maioria dos oficiais das três Forças, que estavam reticentes em relação ao golpe às instituições, passou a ceder aos argumentos da minoria golpista, pois consideraram que estava em risco a corporação militar.

Outro episódio que marcou a crise militar do período foi a presença e o discurso de Jango na festa de posse da diretoria da Associação dos Sargentos no Automóvel Clube, em 30 de março. Segundo Ferreira (2003), o entendimento de Jango sobre disciplina e hierarquia alimentaram os argumentos dos militares insatisfeitos, assim como muniram amplos setores sociais que já vinham assustados com o comunismo e o radicalismo das esquerdas.

Em 31 de março a grande imprensa criticava o presidente e pedia sua deposição, assim como o presidente do Senado lançou um manifesto no qual declarava o rompimento daquela casa com o governo e solicitava a intervenção das Forças Armadas no processo político. Naquele mesmo dia Jango soube da movimentação das tropas do general Olímpio Mourão Filho – comandante da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria do I Exército, sediadas em Juiz de Fora, Minas Gerais – e passou a avaliar a situação junto a seus ministros.

Ferreira (2003) pontua que várias iniciativas de resistência ocorreram no país, porém, como a população estava desarmada, não tinha como reagir. Já os suboficiais aguardaram ordens para resistir, contudo elas não vieram. Aragão também aguardava ordens de Goulart para prender Lacerda, atitude que Ferreira (2003) considera decisiva no desfecho para conter o avanço dos golpistas. A ordem também não veio. Além de evitar uma guerra civil, Goulart baseou-se nas informações de San Tiago Dantas (deputado federal por Minas Gerais e ex-ministro das Relações Exteriores) sobre a presença de uma frota norte-americana no litoral brasileiro que se aproximava do Rio de Janeiro. Após tentar convencer os comandantes dos quatro Exércitos a manterem fidelidade ao governo por meio de telefonemas, o ministro da Guerra enviou o Regimento Sampaio e o 1º Agrupamento de Obuses para barrar a marcha de Mourão.

Com a perda progressiva do apoio dos comandantes dos quatro Exércitos, a notícia de que o Regimento Sampaio aderira aos revoltosos foi recebida como sinal de derrota. Ferreira (2003) avalia que a resistência não ocorreu pela falta de uma voz de comando, que, em última instância, obedecia à Goulart. Como a ordem não vinha do Palácio das Laranjeiras, a desorientação tomou conta dos legalistas, e somente Porto Alegre destacou-se na resistência, transformando-se em bastião trabalhista, até mesmo com destaque para Leonel Brizola, que se manteve no país até maio de 1964, seguindo para o exílio no Uruguai.

No dia 1º de abril, Jango deixou a Guanabara por falta de segurança e seguiu para Brasília. O ato foi lido como fuga, capitulação ou renúncia, sendo comemorado com festas pela cidade carioca. Ao chegar em Brasília, Goulart lançou um manifesto à Nação denunciando as forças reacionárias e o poder econômico que reagiam à implementação das reformas de base, à elevação do nível de vida da população e à democratização da sociedade. A seguir foi para Porto Alegre.

Com Goulart ainda no Brasil, o cargo da presidência da República foi declarado vago, e Ranieri Mazzilli foi convocado para assumir a chefia do governo. O golpe estava consumado.

Sem medo de errar

A disputa de poder pela história oficial faz parte das discussões em relação a diversos temas, principalmente àqueles que se referem à esfera política de um país. Quando tratamos de assuntos mais contemporâneos, cujos agentes ainda estão na sociedade, a memória coletiva sobre o evento está em constante elaboração e ressignificação, sendo notórios os embates de memórias na escrita da história oficial.

Como professor, ao tratar sobre o período da ditadura militar, cujo campo de disputa é bastante intenso na atualidade – haja vista as discussões levantadas no contexto da Comissão da Verdade –, não é incomum lidar em sala de aula com questionamentos sobre a natureza do regime. Tais questionamentos são próprios dos embates das memórias em torno do tema. Marcos Napolitano (2016) comenta que o primeiro livro que tentou sintetizar os acontecimentos que levaram ao golpe foi a obra organizada por Alberto Dines, *Os idos de março e a queda em abril*, lançada em junho de 1964. O livro fora redigido por uma equipe de jornalistas do *Jornal do Brasil*, periódico que havia auxiliado na deposição de Goulart. A obra apresenta

“Um presidente fraco, ainda que eventualmente bem-intencionado; líderes das esquerdas “autoindulgentes e delirantes”, embriagados por comícios oficiosos, mas sem “base popular” efetiva; conspiradores pululando, vistos como reação necessária e quase natural das “classes armadas” e das “classes produtoras” ao desgoverno de João Goulart e ao radicalismo supostamente vazio das esquerdas. (NAPOLITANO, 2016, p. 2)

Essa descrição vai justamente na linha daquela defendida pelo aluno que questiona sobre o uso do termo “golpe” para se referir ao acontecimento histórico em questão. Nesse sentido você pode problematizar o ponto de vista adotado, tomando por base os agentes envolvidos durante a crise do governo Goulart, discutir o papel da propaganda anticomunista, a própria figura de João Goulart, debater o que eram as reformas de base e diferenciar o ponto de vista dos militares – isto é, o que a quebra de hierarquia e disciplina representam no contexto da instituição militar? Dessa forma será possível apresentar argumentos ao seu aluno de forma a fomentar um debate crítico em sala de aula sobre as disputas de poder e de memórias em torno do fato histórico em questão. Ao compreender os diversos atores envolvidos no episódio, será possível explicitar as diferenças entre *golpe de estado* e *revolução*, assim como o uso dessas terminologias em determinados contextos históricos segundo o ponto de vista de determinados agentes históricos como forma de legitimar suas ações no poder.

Faça valer a pena

1.

“O comício foi um escândalo! Um presidente da República deixa seu Palácio e vai para a praça pública fazer comício como um simples demagogo, aplaudido por comunistas que empunhavam faixas com a foice e o martelo! E o pior, no palanque, nas barbas do Ministério da Guerra, com a assistência de todos os ministros. Toda esta subversão garantida por tropas das três armas do Exército! O fim da picada. Temos de partir contra eles enquanto é tempo. (MOURÃO FILHO, 1978, p. 351 *apud* SOARES, 2001, p. 365)

Considerando a discussão em torno do debate sobre os eventos que levaram ao golpe civil-militar de 1964 e o excerto do general Mourão Filho, ex-comandante do 4ª Região Militar (Juiz de Fora - MG), publicado seis anos após a sua morte, em 1978, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. Embora parte da historiografia explique os acontecimentos que levaram ao golpe civil-militar de 1964 como consequência do radicalismo atribuído aos discursos das esquerdas em relação às reformas de base, João Goulart não conseguiu efetivar a reforma agrária pretendida pelas esquerdas.

PORQUE

II. O comício de 13 de março de 1964 na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, marcou a radicalização das esquerdas, com a defesa do fechamento do Congresso e da revisão da Constituição como forma de efetivar as reformas de base, o que levou ao acirramento da reação conservadora e conspiratória civil e militar.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta.

- a) A asserção I e II são proposições falsas.
- b) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- c) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- d) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- e) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

2.

“Na conversa que tive com Jango [em 1961], observei que ele estava realmente preocupado, e fez questão de me dizer, de forma bem clara, bem contundente, que não era capaz de chegar ao socialismo; seu ideário chegava até o programa de Vargas. Ele defendia, com o seu partido, o programa de Vargas, e não chegaria mais além.

[...]

Quando se dizia que o Jango era um homem que estava levando o país ao comunismo, considero que era apenas um argumento para justificar-lhe o derrocamento, a caída. Em verdade, o Jango não era um homem capaz de levar o país nem sequer ao socialismo.

[...]

O Jango estava interessado em aplicar o programa da Aliança Para o Progresso, fazer uma reforma fiscal e democratizar as relações entre camponeses e senhores da terra, melhorando, por conseguinte, de certo modo, a situação dos camponeses nas regiões onde havia mais conflitos. Por isso, estava disposto a defender um programa para distribuir terras, mas de forma muito bem pensada, bem moderada, e eu estava em uma posição naturalmente muito mais consequente [sic], mais avançada. (PAULA, 1982, p. 134, 136, 137)

Considerando o trecho do depoimento de Francisco Julião (líder das Ligas Camponesas), concedido enquanto estava no exílio no México, em 1977, e o contexto da Guerra Fria e da polarização política no Brasil da primeira metade da década de 1960, é correto afirmar que:

- a) Temendo a “comunização” do Brasil, um plano conspiratório foi colocado em ação na década de 1960, conhecido como operação “Brother Sam”, cujo objetivo era a derrubada de João Goulart da presidência.
- b) A Aliança para o Progresso era uma cooperação interamericana que tinha como premissa a ideia de segurança interna do continente americano e combate à pobreza, por meio da qual Goulart pretendia implementar as reformas de base e combater o comunismo.
- c) O temor de que Goulart implantaria um regime com feições esquerdistas na década de 1960 era infundado, tendo em vista que Jango defendia o trabalhismo de Vargas e, segundo Francisco Julião, não seria “capaz de levar o país nem sequer ao socialismo”.
- d) Os projetos de reforma agrária discutidos no Congresso na década de 1960 foram derrotados, pois não conseguiram atender aos interesses dos parlamentares ligados às Ligas Camponesas, que defendiam “uma posição [...] mais avançada” sobre o tema.
- e) A política de conciliação que Goulart procurou implementar em grande parte de seu governo tinha como objetivo conseguir o apoio necessário para realizar as reformas de base, sobretudo a reforma agrária, que não foi implementada devido aos entraves constitucionais.

3.

“Saber ganhar – eis a questão principal numa vitória democrática. Não é apenas uma opinião nossa, mas a opinião unânime de um povo bom e trabalhador, sabidamente generoso – o povo brasileiro. Um povo que soube, com as suas Forças Armadas, vencer uma das maiores crises políticas de sua História, sem derramamento de sangue. Um povo inteligente e já amadurecido intrinsecamente democrata e cristão, que sabe perdoar os que erram e não admite a violência e o esmagamento dos vencidos.

A violência gera o ódio, e ninguém pode prever o desencadeamento de uma reação popular quando se tripudia sobre políticos vencidos numa batalha pelo Poder, e se incendeia, e se depreda, se prende e se mata. Basta de violências. O Exército democrático brasileiro, lado a lado com o povo, evitou uma guerra civil, não cometeu violências e ganhou a batalha. A batalha não foi ganha por um, ou poucos, ou vários líderes políticos. A batalha foi ganha pela consciência democrática nacional, pela decisão inarredável das Forças Armadas em garantir a democracia e evitar a comunização do País, foi ganha por políticos também, e foi ganha principalmente pelo povo brasileiro. Foi uma vitória brasileira. (ANCHIETA, 1964, p. 63)

Considerando o trecho da edição especial da Revista *O Cruzeiro*, do grupo de Assis Chateaubriand, intitulada “Edição Histórica da Revolução”, e o debate sobre os acontecimentos que levaram ao golpe civil-militar de 1964, avalie as afirmações a seguir.

I. Alertado sobre a possibilidade do apoio dos Estados Unidos ao movimento liderado pelo governador mineiro e temendo uma guerra civil com intervenção estrangeira, João Goulart recuou em tomar medidas enérgicas com relação à movimentação das tropas do general Olímpio Mourão Filho.

II. A iniciativa da formação da Rede da Democracia foi um acordo entre os empresários das principais redes de rádio nacionais (*Globo, Jornal do Brasil e Mayrink Veiga*) com o objetivo de combater a demonização do comunismo no discurso político do Brasil.

III. Embora João Goulart estivesse no Brasil, sua saída da Guanabara para Brasília foi entendida como capitulação, por isso o cargo da presidência da República foi declarado vago, sendo convocado o general Olímpio Mourão Filho para assumir a chefia do governo.

IV. Parte da historiografia avalia que, embora a resistência ao golpe em 1964 não tenha ocorrido pela falta de uma voz de comando, Porto Alegre transformou-se em um bastião trabalhista, destacando-se a atuação de Leonel Brizola.

É correto apenas o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

Referências

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 23-60.

AINDA sobre o livro de H. Jaguaribe: opina o Prof. Nelson Werneck Sodré. **Última Hora**, Rio de Janeiro, [s.n.], 13 dez. 1958. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355152/mss1355152.pdf. Acesso em: 18 dez. 2018.

ANACLETO. A origem dos nomes. **Careta**, Rio de Janeiro, n. 2731, 29 out. 1960, p. 28. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/careta/careta_1960/careta_1960_2731.pdf. Acesso em: 24 out. 2018.

ANCHIETA, José de. Cochichos. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, ed. extra, 10 abr. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/003581/151583>. Acesso em: 7 nov. 2018.

ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. Braços civis de uma intervenção militar: estudos discutem participação de setores da sociedade no golpe de 1964. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, ed. 218, abr. 2014, p. 19-25. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2014/04/24/braços-civis-de-uma-intervencao-militar/>. Acesso em: 7 nov. 2018.

BENEVIDES, Maria Victoria. **O governo Jânio Quadros**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014. v. 1. (recurso eletrônico). Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 21 dez. 2018.

BRIZOLA prega mobilização popular para as reformas. **Última Hora**, Rio de Janeiro, ed. 4.000, 20 mar. 1963, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/87657>. Acesso em: 7 nov. 2018.

CABE ao Poder Judiciário punir os autores do covarde atentado. **Última Hora**, Rio de Janeiro, ed. 964, 6 ago. 1954, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/386030/per386030_1954_00964.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Fernando Henrique Cardoso**: depoimento, 2011. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL, 2012. 57 p.

COSTA, Célia Maria Leite. **O governo de Juscelino Kubitschek**: o Brasil de JK: revolta de Aragarças. Rio de Janeiro: CPDOC, FGV, [2002]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Politica/Aragarcas>. Acesso em: 10 out. 2018.

D'ARAÚJO, M. C. **O segundo governo Vargas 1951-1954**: democracia, partidos e crise política. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

DANTAS, Dimitrius. Toffoli diz que não usa mais 'golpe' nem 'revolução', mas sim 'movimento de 64'. **O Globo**, São Paulo, 1 out. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/toffoli-diz-que-nao-usa-mais-golpe-nem-revolucao-mas-sim-movimento-de-64-23116536>. Acesso em: 21 nov. 2018.

DEMIER, Felipe Abranches. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 4, n. 8, p. 204-229, jul.-dez. 2012.

FALCÃO, Armando. Lott responde a Falcão: deputado entrevista o ministro da Guerra. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, ed. 5, 17 nov. 1956, p. 54. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>

docreader/DocReader.aspx?bib=003581. Acesso em: 24 out. 2018

FARO, Clovis de; SILVA, Salomão L. Quadros da. A década de 1950 e o programa de metas. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **O Brasil de JK**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 67-105.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 301-342.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 343-404.

FICO, Carlos. O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA. In: FICO, Carlos *et al.* **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **O Brasil de JK**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

GOMES, Ângela Maria de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987. Disponível em: <https://bibliotecas.digital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6595/785.pdf>. Acesso em: 19 set. 2018.

GUROVITZ, Helio. Quem é o Bolsonaro real? **Portal G1**, 17 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/blog/helio-gurovitz/post/2018/10/17/quem-e-o-bolsonaro-real.ghhtml>. Acesso em: 30 out. 2018.

GUSTAVO, Miguel. Vamos Jangar. 1960. In: **Memorial da Democracia**, [entre 2015 e 2017]. Disponível em: http://memorialdademocracia.com.br/ajax_audio_extra_item/1295. Acesso em: 24 out. 2018.

HEYMANN, Luciana Quillet. **E ele voltou... o Brasil no segundo governo Vargas**: Vargas: para além da vida: a carta-testamento e o legado de Vargas. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, [s.d.]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/AlemDaVida/CartaTestamento>. Acesso em: 9 out. 2018.

HISTÓRIA DA DITADURA. Entrevista Daniel Aarão Reis (Parte 2). Série 1964: História, historiografia e memória. Disponível em: <https://youtu.be/0mboH3rDjUo>. Acesso em: 8 nov. 2018. (**Vídeo do Youtube**)

HISTÓRIA do Brasil por Bóris Fausto: período democrático. Direção de Antônio Augusto Silva. Roteiro: Vitor Navas; Mônica Simões. 2002. (28 min.), son., color. Série História do Brasil por Bóris Fausto. Disponível em: <https://tvescola.org.br/tve/video/historia-do-brasil-por-boris/-fausto-periodo-democratico>. Acesso em: 24 out. 2018.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54). In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 161-204.

LIMA, Medeiros. Por traz da cortina: reestrutura-se o PSD para enfrentar próximas batalhas. **Última Hora**, Rio de Janeiro, ed. 2, 5 dez. 1958, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/386030/per386030_1958_00002.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

LUPION, Bruno. Populismo: palavra útil ao debate ou termo vago que confunde? **Deutsche Welle**, 18 jun. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/populismo-palavra-%C3%BAp-til-ao-debate-ou-termo-vago-que-confunde/a-44273059>. Acesso em: 6 nov. 2018.

MALIN, Mauro. Carlos Coimbra da Luz (verbete biográfico). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC, FGV, [entre 1983 e 2009].

MAUGERI NETO. Varre, Varre, Vassourinha. 1960. In: **Memorial da Democracia**, [entre 2015 e 2017]. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/um-presidente-da-udna-um-vice-do-ptb>. Acesso em: 24 out. 2018.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Trecho da cerimônia de posse do Presidente Jânio Quadros. 1961. Disponível em: <https://youtu.be/0ixnvgkchI>. Acesso em: 24 out. 2018. (**Vídeo do Youtube**)

MONTENEGRO, Rosilene Dias. **Juscelino Kubitschek**: mitos e mitologias políticas no Brasil moderno. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2001.

MOLLOY, David. O que exatamente significa o populismo, usado para descrever de Trump a Chávez? **BBC News**, 11 mar. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43322313>. Acesso em: 6 nov. 2018.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 155-194.

MÜLLER, Vinícius. Menos histeria, menos gritaria: lições de História a partir de Getúlio Vargas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 nov. 2018. Blogs. Estado da Arte. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/blogs/estado-da-arte/menos-histeria-menos-gritaria-licoes-de-historia-a-partir-de-getulio-vargas/>. Acesso em: 21 nov. 2018.

NAPOLITANO, Marcos. A arte engajada e seus públicos (1955/1968). **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 28, p. 103-112, fev. 2001. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2141/1280>. Acesso em: 24 out. 2018.

NAPOLITANO, Marcos. A música brasileira na década de 1950. **REVISTA Usp**, São Paulo, n. 87, p. 56-73, set./nov. 2010.

NAPOLITANO, Marcos. Roteiro de leituras para o estudo do Golpe Civil-Militar de 1964. In: FARIA, João Roberto (Coord.). **Guia bibliográfico da FFLCH**. São Paulo: FFLCH/USP, 2016. Disponível em: <https://www.flch.usp.br/sites/flch.usp.br/files/2017-11/Golpe%20civil-militar%20de%201964.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

NASSER, David. A guerra dos vocábulos. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, n. 50, 21 set. 1963, p. 4-5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/003581/151203>. Acesso em: 6 nov. 2018.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. **Juscelino Kubitschek I**: depoimento, 1974. Rio de Janeiro: CPDOC, 1979. p. 2. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista165.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

PAULA, Francisco Julião Arruda de. **Francisco Julião**: depoimento, 1977. Rio de Janeiro: CPDOC, 1982.

PEDREIRA, Fernando. O Congresso sabe o risco que corre, mas não sabe como se defender. **Tribuna Popular**, Rio de Janeiro, ed. 3.165, 3 out. 1963, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_02/1377. Acesso em: 5 nov. 2018.

PERDURA ainda o mistério. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, RS, ed. 129, 7 ago. 1954, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=093726_03. Acesso em: 10 out. 2018.

POEMA governamental (meio concretista). **Careta**, Rio de Janeiro, n. 2.731, p. 38, 29 out. 1960. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/careta/careta_1960/careta_1960_2731.pdf. Acesso em: 24 out. 2018.

PRADO, Maria Lígia. **O populismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981.

QUELER, Jefferson J. A roupa nova do presidente: a politização da imagem pública de Jânio Quadros (1947-1961). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 45-69, dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142011000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 out. 2018.

ROCHA, Dora. **O governo de Juscelino Kubitschek: o Brasil de JK: literatura**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Literatura>. Acesso em: 24 out. 2018.

SILVA, Rafael Pavani da. Um inventário das diferenças: Cárdenas, Vargas e Perón. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**, São Paulo: ANPUH, 2011.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SZATKOSKI, Elenice. **O jornal *Panflet* e a construção do Brizolismo**. 2008. 190 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa da Pós-Graduação em História, Curso de História das Sociedades Ibéricas Americanas, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3842/1/000400300-Texto%2bCompleto-0.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2018.

TOLEDO, Caio Navarro de. 50 anos de fundação do ISEB. **Jornal da Unicamp**, Campinas, 8-14 ago. 2005, p. 11.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2006.

VERÍSSIMO, Erico. (1971). **Incidente em Antares**. 45. ed. São Paulo: Globo, 1995.

Unidade 3

Regime Militar

Convite ao estudo

Caro aluno, seja bem-vindo! Nesta unidade, você irá estudar e conhecer mais sobre os acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais no Brasil durante o chamado **Regime Militar**, instaurado pelos militares brasileiros após o golpe de 31 de março de 1964, e que durou até o processo de redemocratização em 1985.

O estudo do Regime Militar é importante também para pensarmos nas diferenças institucionais entre ditaduras e democracias, ou seja, quais práticas e medidas configuram um regime autoritário. Entre 1946 e 1964, o Brasil passou por um período de instabilidade e de crescente polarização política que resultaram no fim desse período constitucional, com a derrubada do governo do então presidente João Goulart e na instauração de um regime militar que tinha entre suas características principais as eleições indiretas para presidente, a suspensão dos direitos políticos, a cassação de mandatos, o exercício da censura. Para alcançar os objetivos do novo regime, reestruturou-se a estrutura repressiva do Estado, aliando práticas antigas com novas, baseadas na Doutrina de Segurança Nacional. Portanto, precisamos compreender as formas por meio das quais o Regime Militar se institucionalizou para entender as diferenças entre ele e os períodos democráticos que os precederam e que os seguiram. Vemos surgir vez ou outra, nos dias de hoje, discursos que acusam que “vivemos uma ditadura”, quando isso não ocorre na prática. Logo, o estudo do período ditatorial permite discutir e valorizar os mecanismos de participação democrática que temos no presente.

Além disso, todo período do passado é fonte de disputas entre diferentes sentidos produzidos no presente a seu respeito. No caso do período do Regime Militar, tais disputas se agravam por se tratar de um período marcado por uma sistemática violação aos direitos humanos e aos direitos dos cidadãos realizada a partir do aparato do Estado. Por esse motivo, há uma demanda contínua de parte da sociedade que exige informações sobre o ocorrido com as vítimas da repressão e de familiares de mortos e desaparecidos e de ex-perseguidos políticos por reparação. Para eles, o Regime Militar foi um período de violência, um trauma histórico ainda não resolvido. Essa produção de sentido vai de encontro com o discurso de algumas instituições, como as Forças Armadas, que defendem o golpe e o Regime Militar como

intervenções necessárias para afastar o Brasil naquele momento do perigo do comunismo. A essa negativa, soma-se um senso comum de que vivemos uma ditadura mais suave, na qual houve desenvolvimento econômico no país. No cenário atual isso se agrava quando ressurgem com força total discursos que relativizam a tortura e as violações aos direitos humanos ocorridas durante os vinte e um anos de ditadura.

O período do Regime Militar é, assim, uma das principais portas de entradas para pensarmos nas relações entre o fazer historiográfico e a circulação de memórias, entendendo-as como práticas e discursos produzidos sobre uma experiência passada. As tensões e conflitos entre as interpretações históricas desse passado recente se reproduzem, do mesmo modo, na sala de aula. Qualquer professor de história, mesmo aquele que não se vê como um especialista nos anos do Regime Militar ou que acredita não ter um posicionamento político marcante se verá, ao tratar o tema, diante de uma série de debates e posições exaltadas de seus estudantes. Você está preparado para fundamentar historicamente esses debates?

A importância de estudarmos o período se dá justamente pelo entendimento dessas diferentes visões produzidas sobre ele. Analisar a participação da sociedade civil brasileira no regime e os seus momentos de aproximação com o seu programa de governo, por exemplo, ajudam a compreender a produção de discursos que reivindicam positivamente o que foi realizado pelo Regime Militar. Além disso, nos permite problematizar alguns silêncios e esquecimentos que esses discursos produzem, principalmente em relação à violência praticada pelo Regime, como, por exemplo, o mito da ditabrandia, segundo o qual vivemos uma ditadura mais suave no Brasil, quando comparada a outras experiências autoritárias.

Governos Castelo Branco, Costa e Silva e Médici: o endurecimento do regime militar

Diálogo aberto

Em 17 de fevereiro de 2009, o jornal *Folha de S.Paulo* publicou um editorial no qual afirmou que, entre 1964 e 1985, houve no Brasil uma chamada “ditabranda”, ao fazer um contraponto entre o Regime Militar brasileiro e outros regimes ditatoriais na América Latina.

As reações negativas a esse editorial fizeram com que logo depois, no dia 8 de março, o jornal publicasse uma declaração do proprietário e diretor de redação, Otavio Frias Filho, reconhecendo que o uso da expressão tinha sido “um erro”, uma “conotação leviana” que não dava conta da gravidade do tema, já que todas as ditaduras eram “igualmente abomináveis”. Porém, ele voltou a afirmar que a ditadura brasileira, apesar de toda a sua truculência, havia sido “menos repressiva” que as outras.

Segundo o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, divulgado em 10 de dezembro de 2014, 434 cidadãos e cidadãs brasileiras foram mortos ou desaparecidos por motivação política durante o Regime Militar. Na apresentação do relatório final, a CNV afirma que se trataram de “tragédias humana” que não podiam “ser justificadas por motivação de nenhuma ordem”.

O Regime Militar é um dos episódios mais traumáticos da história recente do país. Os dois pontos de vista apresentados, num intervalo breve de tempo entre um e outro, o da *Folha de S.Paulo* e o da Comissão Nacional da Verdade, demonstram que não há um consenso sobre como ressignificar esse período e as violações de direitos dos cidadãos então cometidas. As próprias práticas e estratégias adotadas pelos militares brasileiros contribuíram para uma negação e um silêncio sobre os atos cometidos pela repressão para afastar o país do “perigo comunista” e da “doutrinação subversiva”. O resultado disso é o risco de reafirmarmos discursos de negação dos fatos denunciados por sobreviventes da repressão e familiares das vítimas, ou de não compreendermos em sua totalidade as violações então cometidas. Violações essas que não se resumiam à sua expressão máxima nos assassinatos, nos desaparecimentos e nos abusos corporais cometidos durante a tortura. Logo, uma ditadura ter tido um menor número de mortos e desaparecidos a tornaria menos violenta ou menos repressiva que outra? Foi nesse argumento que a *Folha de S.Paulo* se baseou para afirmar que tínhamos vivido uma “ditabranda”. Dessa forma, os 434 casos reconhecidos oficialmente são interpretados como “excessos” e

não como consequência de um plano de extermínio da oposição política. A questão que se coloca é: é possível medir os efeitos de uma ditadura apenas a partir do seu número de vítimas?

Para evitarmos o negacionismo ou a relativização das violações cometidas durante esse período pelo Estado brasileiro, é importante compreender de que maneira o Regime Militar se institucionalizou após o golpe de 1964, e quais as medidas institucionais e repressivas adotadas para o exercício da intolerância, buscando afastar do cenário político o outro indesejado pelas Forças Armadas. Além disso, a compreensão sobre o funcionamento do Regime Militar nos permite entender a permanência de alguns dos seus legados institucionais que até hoje resultam na supressão de alguns direitos dos cidadãos brasileiros.

Por outro lado, não podemos deixar de reconhecer de que não há apenas uma visão sobre o passado e isso não ocorreria com um período para o qual ainda há uma disputa de sentidos como o Regime Militar. Logo, a questão que se coloca no exercício da docência é: como entender a permanência de um conflito por sentidos sobre o recente passado ditatorial? Nesse sentido, é possível afirmar que o que houve no Brasil ao longo de 21 anos foi uma “ditabranda”?

Não pode faltar

Em 1964, um conjunto de eventos entre 31 de março e 1º de abril culminaram no início de 21 anos de Regime Militar no Brasil. Com o golpe, foi deposto o então presidente João Goulart, gerando um corte institucional que diferenciou esse período da democracia constitucional que marcava o cenário político brasileiro desde 1946. O período do Regime Militar é ainda hoje um dos momentos mais traumáticos da história recente brasileira. Entre os historiadores que se dedicam ao tema é comum se referir a ele tratando-o como um “passado que não passa”, pois, de maneira recorrente, ele é recuperado, reivindicado e ressignificado na esfera pública por diferentes atores sociais que buscam impor a sua versão desse passado.

Por esse motivo, as ditaduras militares que durante as décadas de 1960, 1970 e 1980 dominaram o cenário institucional dos países da América do Sul – Brasil, Uruguai, Paraguai, Chile e Argentina – tornaram-se o objeto principal de análise de historiadores e cientistas sociais interessados em questões referentes às relações entre memória e história. Entendem por memória as práticas e representações produzidas sobre uma experiência do passado, num processo de seletividade entre o que recordar e o que esquecer ou silenciar. Logo, o sentido ativo no presente do passado da ditadura se relacionaria à dificuldade de se gerar um consenso entre os diversos atores

sociais sobre o que significou para a história nacional essa experiência. Não se trata de uma exclusividade desse período: em relação a qualquer experiência passada é impossível encontrar uma memória, uma interpretação única do passado compartilhada por toda uma sociedade. O que diferenciaria o Regime Militar de outras experiências no passado, em relação ao processo de produção e de circulação de memórias, é o fato dele estar associado às violações aos direitos humanos e ao uso da violência pelo Estado, trazendo à tona questões como a responsabilidade pelas violações cometidas, o direito à informação sobre o ocorrido com os mortos e desaparecidos pela repressão e a reparação das vítimas e dos seus familiares.



Assimile

O período do Regime Militar está associado às violações massivas aos direitos humanos contra aqueles considerados como opositores políticos do regime. Uma das práticas que configuraram esse quadro eram as detenções ilegais ou arbitrárias. A detenção é considerada ilegal quando é realizada sem ordem expressa de autoridade, violando garantias individuais e normas constitucionais ou outras medidas legislativas adotadas pelo Estado. Durante o Regime Militar, elas eram realizadas sem expedição de mandado de prisão. Além da ilegalidade, eram detenções arbitrárias, pois tinham como critério a associação política ou a participação em atos públicos, possíveis de serem imputados como condutas subversivas. Segundo dados do relatório “**Brasil: Nunca Mais**”, produzido em 1985 pela Arquidiocese de São Paulo, a partir de dados de inquéritos da Justiça Militar, houve no período 7.367 acusados judicialmente. Geralmente, à prisão se seguia o interrogatório com a utilização da tortura. Convenções assinadas pelo Estado brasileiro antes do Regime Militar, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, estabelecem que ninguém deve ser submetido a torturas, nem a penas ou tratamento cruéis, desumanos ou degradantes. Essas convenções, assim como outras normas garantidas pelo Estado brasileiro, não foram respeitadas, submetendo os presos a torturas físicas e psicológicas, que se tornaram o método sistemático de interrogatório. Outra prática comum do período foi a execução sumária de alguns dos opositores políticos. Ela poderia acontecer devido ao uso arbitrário da força por parte de agentes das forças de segurança ou quando a pessoa estava detida sob custódia do Estado. Após o assassinato, os corpos de alguns desses indivíduos não eram devolvidos a suas famílias, e a sua detenção era negada pelas versões oficiais, além disso, eram dadas explicações ambíguas pelas forças estatais quando os seus familiares saíam em busca de notícias. Essa prática configurou o desaparecimento forçado de pessoas, um fenômeno sistemático e generalizado,

que marcou a história recente da América Latina ao ser implementada como política de Estado durante as Ditaduras Militares dos anos 1960 a 1980. A diferença do desaparecimento para a morte seguida da entrega do corpo aos familiares é que ele impossibilita a distinção binária entre vivos ou mortos, impossibilita a etapa do luto, e dificulta a confirmação do que realmente ocorreu com aquele indivíduo, permitindo assim a negação da violação cometida.

Segundo Elizabeth Jelin, uma das referências nos estudos sobre memória e história das ditaduras do Cone Sul latino-americano, o passado ditatorial possui nos países do Cone Sul um sentido ativo devido à dificuldade de se gerar um consenso entre os diversos atores sociais sobre a sua significação. Com as respectivas aberturas políticas, habilitou-se uma esfera pública na qual foram incorporadas, além do relato político dominante produzido pelas ditaduras, narrativas e relatos que até então estavam contidos na esfera privada e censurados. Logo, atores sociais diversos, com diferentes vínculos com a experiência passada, passaram a conviver sob o marco das regras do funcionamento democrático e a se enfrentar para afirmar como legítima e verdadeira a sua versão do passado, mantendo-o assim como um tema recorrente na agenda pública dos países da região (JELIN, 2002, p. 39-47).

Em relação ao Regime Militar brasileiro, vemos ganhar força atualmente interpretações que tendem a relativizar as violações aos direitos humanos e dos cidadãos praticadas sistematicamente a partir da estrutura do Estado, silenciando o fato de se tratar de um período marcado pela intolerância política e pelo uso da violência para afastar o “perigo comunista” das esferas políticas, culturais e sociais do país. Para tanto, como veremos ao longo da exposição, após o golpe, as Forças Armadas através dos chamados Atos Institucionais adotaram uma série de normas institucionais, como o fim das eleições, a cassação de mandatos de políticos eleitos e a extinção dos direitos políticos; e implementaram um aparelho repressivo que, apesar de manter algumas práticas de vigilância e de perseguição política que já eram utilizadas antes do golpe, trazia outras que eram novas.

Uma das características do Regime Militar brasileiro foi a preservação de uma suposta legalidade como forma de obter legitimidade entre a sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que eram utilizadas práticas repressivas clandestinas e ilegais. A rotatividade das eleições presidenciais durante todo o regime, o funcionamento do Congresso Nacional, a manutenção do sistema partidário e a instituição de leis garantiam essa legalidade aparente. Consequentemente, essa manutenção de uma legalidade institucional, somada ao número de mortos e desaparecidos políticos no Brasil, quando comparados às experiências de outras ditaduras vizinhas, como o Chile e a

Argentina, contribuíram para o chamado “mito da ditabranda”. Entretanto, de acordo com Caroline Silveira Bauer, mais do que explicar a ditadura militar brasileira, essa noção de que ela teria sido “menos pior” que as outras seria uma estratégia de negação que reabilitaria a imagem do regime, relativizando a existência da estratégia de implementação do terrorismo de Estado no Brasil (BAUER, 2012, p. 32-33).



Exemplificando

Com o fim das ditaduras, coloca-se a questão sobre o número de pessoas mortas e desaparecidas por motivações políticas. Devido ao ocultamento de informações e à dificuldade de acesso aos arquivos das forças repressivas e de segurança, que continuam em poder das Forças Armadas que argumentam que os documentos teriam sido destruídos, a cifra nunca está plenamente estabelecida e varia de acordo com novos casos denunciados e investigados. Para tanto, desempenham um papel importante as políticas de memória adotadas pelo Estado, como a criação de comissões investigadoras; e a militância de movimentos sociais e dos familiares de vítimas em busca de informação. No final da ditadura brasileira, os familiares de mortos e desaparecidos, organizados em torno do Comitê Brasileiro pela Anistia, contabilizaram num dossiê 339 mortes e 144 desaparecimentos no Brasil e no exterior. Em 1995, esse dossiê foi revisado, ampliado e publicado com o título “Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964” e, com informações novas provenientes de parentes, amigos e companheiros de militantes mortos e desaparecidos políticos, chegaram num total de 358 vítimas, sendo 138 desaparecidas. A circulação de informações nesse momento se relacionou ao fato de que em 4 de setembro de 1990 foi aberta a Vala de Perus, em São Paulo, onde se encontraram ossadas que poderiam ser de militantes políticos desaparecidos, provocando uma maior mobilização da opinião pública. Isso gerou a aprovação da Lei no 9.140/95, na qual o Estado reconheceu como mortas 136 casos de pessoas desaparecidas após detenção por participação ou acusação de participação em atividades políticas entre 2 de setembro de 1961 e 5 de outubro de 1988; e a instalação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 2009, mais uma vez o dossiê foi republicado com o nome “Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)”, apontando 237 mortos e 159 desaparecidos. Em 2014, a Comissão Nacional da Verdade – instituída em 2012 pela presidenta Dilma Rousseff para apurar as denúncias de violações de direitos humanos cometidas entre 1946 e 1988 –, apontou no seu Relatório Final que

havia reunido ao longo da sua investigação 434 casos vítimas, dentre as quais estariam 210 desaparecidos, 191 mortos e 34 corpos localizados. Entretanto, o número de vítimas do Regime Militar brasileiro pode ser ainda maior, devido ao desconhecimento sobre número de camponeses que morreram em conflitos pela terra, que segundo o “Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)”, variava entre 1.188 e 1.781 casos; e sobre os crimes cometidos contra os indígenas. Em relação aos indígenas, em 2013 foi encontrado o “Relatório Figueiredo”, depois de 45 anos desaparecido, que dá conta de matanças de tribos inteiras, torturas e crueldades cometidas contra indígenas pelos grandes proprietários de terras e por agentes do Estado. O Relatório Final da Comissão da Verdade estima que cerca de 8.350 indígenas foram mortos, mas que se trata de um número que deve ser exponencialmente maior, pois apenas uma parcela restrita dos povos indígenas afetados foi analisada durante suas investigações.

Durante os anos de 1964 e 1969, o regime se utilizou da edição de **Atos Institucionais** que buscavam garantir a permanência e o exercício do poder pelos militares. Os três primeiros Atos Institucionais, assinados pelo primeiro presidente do Regime Militar, **Humberto de Alencar Castelo Branco** (1900-1967), buscaram realizar mudanças que a Constituição de 1946 não permitia, implementando assim o novo regime. Nesse sentido, o Ato Institucional Nº 1, de 9 de abril de 1964, colocava um fim no período constitucional, conferindo aos Comandantes-em-chefe das Forças Armadas o poder de suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos, sem que tais atos fossem investigados judicialmente, de modo a afastar a “ameaça comunista” que já havia se “infiltrado” na cúpula do governo e nas suas dependências administrativas, através dos nacionalistas reformistas representados pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do projeto de Reformas de Base do governo de João Goulart.

Os militares brasileiros baseavam-se, principalmente, na chamada **Doutrina de Segurança Nacional**. No cenário da Guerra Fria, essa concepção partia da ideia de que era importante buscar uma unidade nacional, sem quaisquer antagonismos ou questionamentos sociais. Essa coesão pressupunha o fim do pluralismo político e a rejeição da divisão da sociedade em classes sociais com demandas e interesses próprios como condições essenciais para a resolução dos conflitos nacionais. Os interesses da nação estariam sendo ameaçados por “ideologias estranhas”, estrangeiras, subversivas, e aqueles cidadãos identificados com elas foram tratados como o “inimigo interno”.

A influência da **Revolução Cubana** (1959) fez com que a Doutrina de Segurança Nacional se tornasse o escopo que justificou e materializou a aplicação de políticas de contra insurgência para vencer a “guerra interna” no Brasil contra o comunismo. Para tanto, o Estado que deveria ser uma estrutura de mediação e de proteção da sociedade, foi utilizado, principalmente após o golpe de 1964, como o mecanismo que deveria derrotar o “inimigo interno” através do uso da força e da violência, em detrimento do respeito aos direitos dos cidadãos. As práticas e ações adotadas configuraram um sistema de terrorismo de Estado, no qual o aparato estatal deixou de lado o marco jurídico tradicional e recorreu a métodos ilegais para eliminar a oposição política e o ativismo social, sejam eles armados ou desarmados (PADRÓS, 2008, p. 144-150).



Saiba mais

O volume 1 do Relatório Final da Comissão da Verdade denuncia que, logo após o golpe e a divulgação do AI Nº 1, houve uma escalada repressiva no país resultando na cassação do mandato de políticos eleitos e na perseguição política a indivíduos e organizações identificados como “esquerdistas”.

Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Brasília: CNV, 2014, p. 98-99.

Enquanto o AI Nº 1 resultou no início da onda repressiva depuradora da política brasileira, o AI Nº 2, de 27 de outubro de 1965, estabeleceu as eleições indiretas para presidentes e governadores e dissolveu todos os partidos políticos. No final de novembro deste ano, foi definida uma reorganização partidária, que instalou no país o bipartidarismo: de um lado, a **Aliança Renovadora Nacional (ARENA)** e, de outro, o **Movimento Democrático Brasileiro (MDB)**.



Refleta

De acordo com um levantamento realizado pelo portal UOL, em 2014, havia no Brasil 717 escolas públicas com nomes de ditadores do regime militar, das quais 97.2% eram escolas públicas.

EDUCAÇAUOL. Gerais da ditadura dão nome a 717 escolas do Brasil; públicas dominam lista de homenagens.

Por outro lado, principalmente a partir de 2014, notamos em todo o país um movimento de alunos, ex-alunos, professores, pais e autoridades para que algumas dessas escolas mudassem de nome, deixando de homenagear ex-ditadores e valorizando algumas vítimas da ditadura, como Carlos Marighella, ou figuras vinculadas a ideais democráticos.

Como podemos entender esse processo de questionamento dos nomes das escolas?

Em 13 de dezembro de 1968, foi decretado o AI-5 pelo marechal **Arthur da Costa e Silva**, eleito indiretamente pelo Congresso Nacional em 3 de outubro de 1966. Este é considerado o Ato Institucional que resultou no fechamento do Regime Militar, pois aprofundava a autorização para as cassações políticas, ao estabelecer que o presidente, sem as limitações constitucionais, poderia suspender os direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de dez anos, e cassar mandados eletivos federais, estaduais e municipais; suspendia a garantia do *habeas corpus*, instrumento jurídico usado pelos presos e perseguidos políticos da ditadura para garantir a sua liberdade; e permitiu ao presidente decretar estado de sítio.

O período iniciado com o AI-5, que se teria se estendido do final do governo Costa e Silva e durante todo o governo do general **Emílio Garrastazu Médici**, tornou-se conhecido posteriormente como os “**anos de chumbo**”, no qual o Regime Militar teria atingido sua forma plena. Essa forma se relacionaria, de um lado, pela supressão de direitos básicos do cidadão e de suas garantias constitucionais; do outro, pelo aperfeiçoamento do aparato repressivo e de censura. Apesar de no governo Médici, o Regime Militar ter respondido à ação da oposição principalmente dos grupos de luta armada, com uma truculência até então inédita, não podemos analisar a repressão durante o Regime Militar como um fenômeno apenas desse momento.

Com o golpe de 1964, os militares iniciaram a organização de um complexo aparato de segurança e informação que vigiava e reprimia os movimentos sociais e indivíduos entendidos como “inimigos internos” do regime. Para a obtenção de informação, foi instituído em 1964 o **Serviço Nacional de Informações (SNI)**, órgão que deveria coordenar em todo o território nacional as atividades de informação e de contrainformação que fossem de interesse da Segurança nacional. As ações do SNI eram orientadas pela “lógica da suspeição”, partindo do pressuposto de que todos poderiam ser culpados pela “subversão” (RESENDE, 2015, p. 57). Nesse quadro, foram incorporadas à estratégia vigilante e repressiva do regime os órgãos de informação subordinados às Forças Armadas e às Delegacias de Ordem Política e Social (Dops) que alimentavam o SNI com informações sobre cada um dos Estados. Criado em 30 de dezembro de 1924, o órgão tinha a função de assegurar a ordem no país, monitorando e reprimindo ao longo do século XX aqueles considerados “inimigos”.

Ao longo dos anos, e amparado pelas medidas legais adotadas pelo regime, essa rede extensa de informação e segurança foi se aprimorando, principalmente para combater e eliminar os grupos armados de esquerda. Há um senso comum que associa a opção pela luta armada como uma resposta à promulgação do AI-5 em 1968. Porém, segundo Marcelo Ridenti, os diversos grupos de luta armada que surgiram durante o Regime Militar

foram fruto da crise de representação nos partidos e movimentos mais atuantes antes do golpe. Principalmente o **Partido Comunista Brasileiro (PCB)** era entendido como um dos responsáveis pela derrota da esquerda em 1964. As cisões e debates no interior da esquerda geraram a formação de diversas organizações e partidos, como a **Aliança Libertadora Nacional (ALN)**, o **Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)**, o **Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)** e a **Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)**, entre outros (RIDENTI, 2007, p. 28). Para além de justificar e explicar a lutar armada como resposta ao AI-5, precisamos pensar a violência como ação e opção política entendida como válida por setores da classe média e da classe trabalhadora, nos anos 1960, influenciados, principalmente, pelo sucesso da Revolução Cubana, em 1959.

Essa nova modalidade de ação, que ganhou notoriedade principalmente entre 1968 e 1973, resultou numa repressão mais intensa, violenta e sofisticada por parte do Regime Militar. Por um lado, foi constituído um aparato de segurança que se centrasse no combate a essa oposição, através da criação, em julho de 1969, da **Operação Bandeirantes (Oban)**, que contava com representantes das Forças Armadas e das forças policiais, além de recursos de empresários. Por outro, foram suspensos outros direitos, através da decretação do banimento aplicado a presos políticos que, ao serem enviados ao exílio, perdiam o direito à nacionalidade; e o decreto da pena de morte e da prisão perpétua; ambos em 1969. É preciso reforçar que já desde 1964 havia um plano sistemático de eliminação dos que não estavam alinhados aos ideais do Regime Militar. Se no governo Médici há uma investida mais aberta, violenta e direta contra a oposição é porque já estavam estabelecidas medidas de caráter autoritário que permitiram aos militares aprimorar o aparato repressivo e a sua atuação clandestina e ilegal.

Além disso, não podemos perder de vista que as medidas autoritárias pelo regime não atingiram apenas aqueles que foram presos, torturados, assassinados e desaparecidos. A sociedade brasileira como um todo foi atingida quando os direitos básicos da sua cidadania foram suprimidos e cassados pela legislação autoritária promulgada pelo Regime Militar.

Um exemplo disso são os militares perseguidos. Segundo dados do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, pelo menos 6.591 militares, sendo 3.340 da Aeronáutica, 2.214 da Marinha, 800 do Exército e 237 das Forças Policiais estaduais foram perseguidos durante o Regime Militar, principalmente, devido à sua participação nas mobilizações políticas entre 1946 e 1964. O relatório afirma que, proporcionalmente, os militares seriam a categoria social que sofreu o maior número de violações de direitos ao longo do período. Eles foram perseguidos de diversas formas: mediante expulsão ou reforma, sendo instigados a solicitar passagem para a reserva

ou aposentadoria; sendo processados e presos arbitrariamente e, quando inocentados, não sendo reintegrados às suas corporações ou, caso reintegrados, sofrendo discriminação no avanço de suas carreiras militares. Menos de 3% dos militares que foram perseguidos durante o Regime Militar teriam se envolvido com a militância nos grupos de luta armada.

Em relação aos trabalhadores, o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade afirma que o Regime Militar aprimorou e ampliou o que havia de mais repressivo na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), violando sistematicamente os direitos dos trabalhadores por meio do aumento do controle estatal e da exploração da força de trabalho.



Saiba mais

O Volume II do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade reúne nove textos temáticos, dos quais sete estão divididos a partir da categoria social e do tipo de violações aos direitos humanos que ela sofreu durante o Regime Militar. Um desses textos tem como título “Violações de Direitos Humanos dos Trabalhadores”, e demonstra como a Ditadura negou de forma contínua alguns direitos da classe trabalhadora.

Comissão Nacional da Verdade. **Violações de Direitos Humanos dos Trabalhadores**, p. 64-71.

Sem medo de errar

Caro aluno, como você pôde ler ao longo da exposição, durante os governos de Castelo Branco, Costa e Silva e Médici, o Regime Militar brasileiro passou por um processo de implementação de normas e de práticas autoritárias, que o diferenciam do período constitucional que o antecedeu. De um lado, notamos a promulgação de Atos Institucionais que permitiram que os militares se mantivessem no poder, ao mesmo tempo em que suprimiram a institucionalidade democrática e alguns direitos básicos do cidadão. De outro, há a sofisticação de um aparato de repressão e de vigilância que buscou eliminar o outro indesejado, o “inimigo interno”, identificado graças à influência da Doutrina de Segurança Interna e ao anticomunismo, como o militante de esquerda. Logo, devemos pensar nesse quadro geral de funcionamento do Regime Militar brasileiro, que aliava uma pretensa legalidade com uma repressão clandestina e ilegal, se é possível afirmar que a nossa experiência de autoritarismo foi mais leve. Nesse sentido, devemos refletir se o argumento numérico é válido para validar o mito da “ditabranda”, se a perda de vidas humanas pode ser mensurada ou não.

Por último, devemos compreender que a permanência desse mito se vincula ao fato de que o Regime Militar é uma experiência passada que não

se encontra concluída no presente, devido aos seus efeitos sobre a sociedade brasileira, o que gera um conflito de memórias e o surgimento de representações que relativizam essa experiência de violência. Existe até hoje por parte dos militares uma negação sobre as violações aos direitos humanos cometidas durante o Regime Militar. Familiares de mortos e desaparecidos políticos ainda buscam informações sobre o ocorrido com seus entes queridos, assim como ex-perseguidos políticos continuam exigindo que o Estado assuma e repare as experiências de violência às quais eles foram submetidos.

Além disso, ao longo da nossa exposição, podemos observar outras formas através das quais o Regime Militar cerceou os direitos e a cidadania no Brasil, afetando não só aqueles que foram presos, torturados, assassinados e desaparecidos. A repressão sobre grupos sociais como os indígenas, os camponeses, os trabalhadores e os militares demonstram uma lógica de controle que vai para além do uso da violência física e arbitrária. Enquanto temos esses setores da sociedade civil demandando por um reconhecimento da sua experiência, por outro lado, ainda circulam versões como a do “mito da ditabranda” que relativizam o ocorrido nesse período histórico. Versões essas que tem ganhado cada dia mais força. Justamente o choque entre diferentes interpretações, somado a uma demanda de reparação, fazem com que o tema do Regime Militar não se esgote e continue gerando debates no presente.

Faça valer a pena

1.

AÍ, O AI-5



Fonte: <http://saxmagazine.com/wp-content/uploads/2014/05/cartum-ziraldo-AI-5.jpeg>. Acesso em: 21 dez. 2018.

As legendas dizem: Cobra 1: “Te cuida que a barra tá pesando para as cobras”. Elefante: Mas... eu não sou cobra. Cobra 2: “Prova pra eles...”

A partir da análise da charge de Ziraldo, podemos afirmar que:

- a) Não houve uma mudança significativa na lógica de controle e de suspeição do Regime Militar com a publicação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5).
- b) O Ato Institucional Nº 5 (AI-5) garantiu a proteção de alguns direitos individuais com os direitos políticos.
- c) O Ato Institucional Nº 5 (AI-5) permitiu que o Regime Militar ampliasse a sua lógica de suspeição e vigilância.
- d) Ao dizer “prova para eles”, a cobra está dizendo ao elefante que o Ato Institucional Nº 5 (AI-5) garantia o seu direito de defesa.
- e) O Ato Institucional Nº 5 iniciou a perseguição política durante o Regime Militar brasileiro, sobretudo daqueles considerados opositores políticos do regime.

2.

“Um beco sem saída, com entrada guardada por um portão de ferro. Descrita dessa forma, a Rua Doutor Sérgio Fleury, em São Paulo, parece simbolizar o destino de tantos opositores da ditadura que cruzaram o caminho do ‘homenageado’. Em 1980, a Câmara Municipal de São Paulo condenou a ruela a assumir o nome do delegado do Departamento de Ordem Política e Social responsável por comandar o assassinato de dezenas de militantes de esquerda entre 1969 e 1979 (...)

Fabiola Hass, de 36 anos, tomou conhecimento das atrocidades cometidas por Fleury recentemente. No ano passado, assessores do então vereador Orlando Silva, do PCdoB, foram à rua para colher assinaturas dos moradores em defesa do projeto de substituir o nome da travessa para Frei Tito, militante da Juventude Estudantil Católica, torturado pelo delegado em 1969. Fabiola e a maioria dos vizinhos desconheciam a história de ambos. Em um primeiro momento, a oposição à mudança do nome foi quase unânime, mas não por motivos ideológicos. (...) Hoje, Fabiola conhece mais sobre os crimes cometidos e aprova a mudança. ‘Não tive tanto contato com esses temas na escola. Conheço mais sobre os horrores do nazismo do que da ditadura.’ Disponível em: <https://old01.cartacapital.com.br/revista/866/na-mesma-praca-8697.html>. Acesso em: 2 dez. 2018.

A partir da leitura do trecho da reportagem aponte a afirmativa correta:

- a) Os moradores da Rua Doutor Sérgio Fleury, em São Paulo, conheciam o homenageado pelo nome do logradouro em que viviam e concordavam com essa homenagem.
- b) Trata-se de um exemplo de disputas em torno da memória da ditadura, entre uma homenagem instituída no passado a um agente da repressão, questionada no presente, a partir do conhecimento sobre os atos por ele cometidos.
- c) Apesar do conhecimento sobre a participação de Sérgio Fleury na repressão, por motivos ideológicos, os moradores não concordaram com a mudança do nome.
- d) Houve uma participação direta dos moradores na escolha do nome do logradouro, o que gerou resistências à proposta de mudança.
- e) O exemplo da moradora apresentada demonstra que há por parte da sociedade brasileira um total conhecimento sobre o ocorrido durante o Regime Militar.

3.

“Fiquei uns quatro anos na clandestinidade sem ser presa aqui em São Paulo, de 1969 a 1972. Fui presa em 1972. Vim para cá numa época muito brava, porque era o AI-5, então, era só clandestinidade, só trabalhando, copiando ponto, correndo para cá e para lá. Eu não fazia ação armada, mas andava com arma, a ideia era que se acontecesse qualquer coisa você atirava, mas imagina, acho isso engraçado, porque uma coisa é a ideia, outra coisa é você fazer”. (RAGO, 2013, p. 68)

A partir da análise do testemunho acima transcrito, podemos afirmar que a experiência histórica que ele descreve corresponde a:

- a) Características da militância na luta armada durante o Regime Militar brasileiro, especificamente, após o AI-5, quando os espaços de militância se tornaram mais limitados.
- b) Participação de mulheres nos grupos da esquerda armada brasileira, que militavam em situação de igualdade com os homens.
- c) Características da militância na luta armada durante o Regime Militar brasileiro, reavaliada pela testemunha de maneira negativa, devido ao despreparo de suas militantes.
- d) Episódios que resultaram na prisão da testemunha, como a opção por armada para se defender dos agentes das forças de segurança.
- e) Clandestinidade na militância na luta armada, após o AI-5, que não era total, permitindo que os militantes mantivessem atividades do seu cotidiano prévio ao seu ingresso nos partidos.

O governo Médici: “milagre econômico”, censura e repressão

Diálogo aberto

Segundo o historiador francês e estudioso da censura durante o Antigo Regime, Robert Darnton, a definição de censura é ampla e abraça todo tipo de sanção, legal ou ilegal, emanada de autoridades do Estado, de instituições privadas, de grupos de colegas e professores. Porém, identificar censura com coerções de todo tipo seria trivializá-la. O problema é que a censura seria um ingrediente da realidade social que permeia a psique individual e a mentalidade coletiva em toda parte e qualquer época. Logo, por ser onipresente, seria difícil distingui-la de um instrumento de coerção propriamente dito, a serviço dos interesses do Estado. Dessa forma, para falar em “censura” seria necessário analisar a normativa da sua prática, que consiste na ação do Estado através de múltiplos agentes (censores, policiais, juízes, Ministério Público) para impor sanções contra a circulação de ideias (DARNTON, 2016).

No caso da história recente do Brasil, a censura não foi uma novidade do Regime Militar, porém ela foi sistematizada e aprimorada durante aquele período, principalmente, a partir do governo Médici, o qual estudaremos nesta seção. A censura prévia se tornaria uma das ferramentas do autoritarismo daquele momento, até ser abolida enquanto prática sistemática do Estado com a Nova República e a Constituição de 1988.

Apesar disso e dos anos democráticos em que vivemos nas décadas seguintes, nos últimos anos no Brasil vimos surgir a denúncia de inúmeros casos de “censura”, os quais podemos dividir em dois tipos. De um lado, o crescimento de medidas tomadas por instituições estatais ou privadas para impedir a circulação de obras artísticas consideradas ofensivas. O caso mais exemplar foi o da exposição *Queermuseu: Catografias da Diferença na Arte Brasileira*. A *Queermuseu* abrange 223 obras de 84 artistas, datadas dos anos 1950 até hoje, e busca investigar o impacto cultural, conceitual, artístico e histórico da palavra *queer*, expressão da língua inglesa que significa estranho, excêntrico, que era usada pejorativamente para se referir a homossexuais, mas que foi reivindicada por movimentos LGBTI+, passando a designar comportamentos que não se encaixam em padrões normativos de gênero. Primeiro, em outubro de 2017, ela foi encerrada às pressas na cidade de Porto Alegre (RS), pelo Santander Cultural, como resposta às críticas de grupos que viram nas suas obras apologia à pedofilia, zoofilia e blasfêmia e que ameaçaram um boicote ao grupo Santander. Alguns dias depois, o Ministério Público do Rio

Grande do Sul concluiu que as obras da *Queermuseu* não faziam “nenhuma apologia ou incentivo à pedofilia” e recomendou a sua reabertura pelo banco, o que não foi feito. Um mês depois, a *Queermuseu* foi vetada pelo prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, interrompendo os planos de levá-la para o Museu de Arte do Rio (MAR). Tanto a atitude do grupo Santander quanto a do prefeito do Rio de Janeiro foram entendidas como censórias, pois se baseavam em critérios morais e religiosos para impedir a liberdade de expressão e a livre circulação de obras de arte.

Diferentemente dessa acusação de censura, vemos hoje circular, principalmente na Internet, denúncias de que haveria no Brasil uma “censura do politicamente correto”, que impediria a liberdade de expressão, principalmente no que diz respeito aos grupos sociais minoritários. De acordo com essa visão, o “politicamente correto” seria uma imposição autoritária de valores e padrões culturais por parte de determinados grupos políticos e sociais. Eles criticam, por exemplo, a decisão tomada desde o Carnaval de 2017 por alguns blocos de Carnaval do Rio de Janeiro de deixar de tocar marchinhas consideradas como ofensivas, por trazer nas suas letras conteúdo machista, racista ou homofóbico. Entraram na lista algumas marchinhas clássicas do Carnaval no Brasil, como *Maria Sapatão*, *Cabeleira do Zezé*, *Índio Quer Apito* e *O Teu Cabelo Não Nega*. Segundo uma das organizadoras de um dos blocos que tomou essa decisão, elas não deveriam fazer coro a algo “considerado ofensivo” e que essas músicas deveriam ser discutidas. Para os que veem nessa atitude uma “ditadura do politicamente correto”, seria mais um exemplo de censura (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2017).

A discussão que se coloca a partir desses dois exemplos e do que foi exposto por Robert Darnton é: quando podemos afirmar que houve ou não uma censura? É possível igualarmos a preocupação com falas ofensivas, principalmente em relação às minorias sociais, com uma atitude tomada deliberadamente pelo Estado ou por uma instituição privada? Podemos afirmar que vivemos uma censura da “ditadura do politicamente correto” no Brasil?

Não pode faltar

Os anos do governo do **General Emilio Garrastazu Médici** (1905–1985), entre 1969 e 1974, são tidos como os “*anos de chumbo*” do Regime Militar brasileiro. Essa metáfora é utilizada, principalmente, com a edição do AI-5, em 1968: naquele momento, a ditadura militar teria entrado no seu período mais repressivo. Por outro lado, trata-se também do período do “**milagre econômico**”, que surge na memória dos brasileiros como um dos saldos positivos da ditadura. De acordo com o historiador Carlos Fico, quando pensamos na ditadura, é fácil identificá-la a duas facetas principais.

De um lado, a repressão, o conservadorismo e o autoritarismo. Do outro, o crescimento econômico representado pelo chamado “milagre econômico”, as obras de infraestrutura, os avanços das telecomunicações, etc. Este “lado bom” do Regime Militar geraria uma contradição para o senso comum que costuma associar uma ditadura apenas à primeira faceta: um “período de trevas”, de regressão e inteiramente repressivo (FICO, 2017, p. 29). Além disso, este “lado bom” pauta discursos nostálgicos que reivindicam positivamente a ditadura como um momento em que a economia teria crescido como nunca. Logo, o estudo do “milagre econômico” nos permite compreender as relações entre Regime Militar e a sociedade civil brasileira naquele momento em um registro que não se limita a maniqueísmos, assim como a emergência de uma memória positiva do período que vem ganhando força no presente. Não podemos perder de vista que o sucesso do “milagre econômico” dependeu não apenas do plano econômico adotado pela ditadura, mas também de um cenário econômico internacional favorável e, principalmente, do caráter autoritário do regime, da censura e da repressão, que permitiram que um projeto de capitalismo fosse implementado no país sem maiores barreiras ou questionamentos.

A que nos referimos quando falamos em “milagre econômico”? De acordo com o Dicionário Histórico-Biográfico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Faculdade Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) o “milagre econômico” faz referência a um momento específico na história da economia brasileira, entre os anos 1967 e 1973; um mesmo período do ponto de vista da política econômica, quando Delfim Neto esteve à frente do Ministério da Fazenda. Tratou-se de um momento de altas taxas de crescimento econômico, como nunca antes vistas na história do país. O uso da metáfora do “milagre”, inclusive, faria referência a outras experiências prévias de rápido crescimento em outros países, como o Japão do pós-Guerra.

Para entendermos o “milagre econômico”, é necessário analisar a política econômica implementada pelo Regime Militar no pós-golpe. Ao assumir o governo, os militares encontraram um cenário de desgaste econômico, fruto do fracasso do Plano Trienal, do governo de João Goulart, com desequilíbrio fiscal, inflação alta e desemprego. Para reverter essa situação, o governo do general **Castelo Branco** (1900 –1967) iniciou uma política econômica que visava integrar o Brasil ao capitalismo ocidental e abrir o país para os fluxos do capital internacional. De modo geral, no plano econômico, o que o Regime Militar buscava era estabilizar a economia e as finanças; constituir um autêntico mercado de capitais no país; incentivar as exportações; e atrair grandes investimentos de capitais privados. Para tanto, passou a adotar medidas afinadas às políticas econômicas do **Fundo Monetário Internacional (FMI)**: combate da inflação com cortes nos gastos públicos, contenção de crédito e

arrocho salarial. Ao final do governo, os resultados foram poucos convincentes, principalmente em relação à inflação, que baixou, mas não foi controlada. Consequentemente, no final do primeiro governo do Regime Militar, este estava associado à insatisfação popular, à recessão e à repressão que, como vimos na seção anterior, foi forte já nos primeiros meses após o golpe (REIS FILHO, 2000, p. 19-23).

O sucessor de Castelo Branco, o general **Arthur da Costa e Silva** (1899-1969) iniciou o seu governo com um discurso de aposta no desenvolvimento, visando dar um fim à recessão econômica e à impopularidade do Regime Militar. Nomeou, então, um novo Ministro da Fazenda, **Delfim Neto** (1928), cujos esforços se voltaram a controlar a inflação, entendida como necessário para retomada do crescimento econômico do país. O diagnóstico de sua equipe econômica era que o país sofria de dois problemas básicos: a debilitação do setor privado, que se manifestava, por exemplo, na ociosidade do setor produtivo industrial; e a pressão excessiva exercida pelo setor público. Logo, era necessário diminuir o papel do último para estimular o crescimento do setor privado, que, por sua vez, geraria empregos, aqueceria o mercado interno e produziria bens para o comércio exterior. Foram adotadas então algumas medidas como a expansão do crédito ao consumidor e à agricultura, subsídios, facilidades de créditos e redução de entraves burocráticos para aumentar exportações e diversificar os mercados internos de produtos manufaturados. Um exemplo das medidas tomadas foi o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que ampliou um projeto de 1957, e criou o que viria a ser a **Zona Franca de Manaus**, estabelecendo incentivos fiscais por 30 anos para a implantação de um polo industrial, comercial e agropecuário na Amazônia. Além disso, no plano externo, formava-se um quadro de crescimento do mercado internacional e de disponibilidade de capitais para investimento e financiamento. A consequência da combinação entre as medidas do governo com as condições favoráveis externas foi que o país registrou um crescimento duas vezes maior de um ano para o outro, entre 1967 e 1968 (REIS FILHO, 2000, p. 31).

Entretanto, os índices de crescimento econômico não foram suficientes para enfrentar o descontentamento existente na sociedade brasileira, principalmente de um setor social que passou a cobrar protagonismo nas manifestações contra o regime nas grandes cidades: o movimento estudantil. O processo de mobilização dos estudantes culminou, em 1968, na chamada **Passeata dos Cem Mil**, no Rio de Janeiro, na qual, se somaram aos estudantes universitários e secundaristas, outras categorias sociais urbanas, algumas que inclusive haviam apoiado o golpe, mas que se encontravam descontentes com os rumos do Regime Militar e com a repressão utilizada para frear as mobilizações contrárias a ele: os sindicatos, os religiosos, os artistas, os jornalistas, etc.



Assimile

O movimento estudantil e a oposição ao Regime Militar

O movimento estudantil foi uma das principais frentes de massa de oposição à ditadura. Antes do golpe, suas entidades, como a União Nacional de Estudantes (UNE) e as Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs) haviam participado das mobilizações por mudanças progressistas no país. Com o golpe, em 1 de abril de 1964, a sede da UNE no Rio de Janeiro foi incendiada e, logo, as entidades estudantis foram colocadas na ilegalidade e os centros acadêmicos fechados. Em 27 de outubro de 1964, foi aprovado no Congresso um decreto que extinguiu a UNE e proibia as greves e atividades políticas nas universidades. Esse processo de sufocamento dos canais de mobilização dos estudantes se consolidou em 9 de outubro de 1964, quando foi aprovada a “Lei Suplicy”, que intervinha diretamente nos órgãos de representação nas universidades. Alguns desses órgãos foram apropriados pelo movimento estudantil, e a UNE foi mantida na clandestinidade. Em 1966, os estudantes voltaram às ruas em grandes manifestações. Opunham-se, principalmente, ao projeto de reforma educacional proposto pelo Regime Militar, baseado num acordo entre o MEC e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) que, na visão dos estudantes, era uma tentativa de implementar no país um modelo de educação similar ao desenvolvido nos Estados Unidos. Esse processo de mobilização culminou no ano de 1968, quando o movimento estudantil se converteu num dos principais canais de oposição à ditadura e seus atos em momentos de conversão de outros setores que se manifestavam contra a legitimidade do regime, a repressão e a favor da liberdade de expressão. 1968 é considerado um ano emblemático no Brasil e no mundo para as mobilizações políticas jovens e, principalmente, dos estudantes. No caso brasileiro, destacam-se alguns episódios principais, dentre os quais está a “Passeata dos cem mil”, no Rio de Janeiro. Segundo Maria Paula Araújo, ela representou o ponto máximo da mobilização dos estudantes da época e um dos símbolos do processo político ocorrido no país no ano de 1968 (ARAÚJO, 2008, p. 110). Em 13 de outubro, novecentos estudantes que participavam do XXX Congresso da UNE em Ibiúna, no estado de São Paulo, foram presos. Consequentemente, o movimento estudantil teria entrado “em refluxo”, com uma parte significativa da sua liderança se dirigindo para as organizações de luta armada. Essa opção teria sido para Maria Paula Araújo uma resposta ao endurecimento do regime, influenciados pelos processos políticos de luta e de emancipação que ocorriam em outros países como Cuba, China e Vietnã, e também uma busca por espaços onde canalizar a sua energia de mobilização liberada ao longo do ano de 1968 (ARAÚJO, 2008, p. 110-111). Em 1969, o Decreto

nº 477 proibiu qualquer atividade política nas universidades, permitindo a expulsão de quem a desobedecesse. A retomada da mobilização dos estudantes só se daria em 1973, com o assassinato de Alexandre Vannuchi Leme, em 17 de março, estudante de Geologia da USP e militante da Aliança Nacional Libertadora (ANL), morto nas dependências do DOI-CODI de São Paulo. A missa em sua homenagem, celebrada na Catedral da Sé pelo então arcebispo de São Paulo, Don Evaristo Arns, reuniu 3.000 pessoas.

Em dezembro de 1968, num momento em que a oposição institucional também estava sob controle com a publicação do AI-2, o governo de Costa Silva utilizou-se da recusa do Congresso em autorizar o processo contra o deputado Márcio Moreira Alves, então acusado de um discurso ultrajante às Forças Armadas, para decretar o AI-5. Para Daniel Aarão Reis, foi justamente sob as “asas do terror do AI-5” que o Regime Militar conseguiu concretizar o seu plano de construir um país próspero e dinâmico, o país do “milagre econômico”, graças à soma de um contexto internacional favorável, o apoio de um conjunto de medidas e incentivos estatais, e de um autoritarismo que calava as oposições e garantia o sucesso institucional do Regime (REIS FILHO, 2000, p. 35-36).

Esse cenário se concretizou no governo Médici. Entre 1970 e 1973, o Produto Nacional Bruto (PNB) cresceu cerca de 10% ao ano. A produção industrial passou por um salto quantitativo na produção, principalmente a indústria automobilística e a de eletroeletrônicos (REIS FILHO, 2000, p. 36). Consequentemente, o setor passou a empregar mais pessoas, expandindo também o consumo interno. O que marcou a política econômica nesse momento foi a união entre os interesses do Estado e dos capitais privados nacionais e estrangeiros, protegidos das flutuações da inflação, por uma chamada correção monetária. O Estado fortalecido incentivava, regulava, financiava, protegia e intervinha em diferentes setores da economia, principalmente através das estatais. Um dos setores mais beneficiados nesse momento foi o de infraestrutura, por isso é comum se utilizar a metáfora do “canteiro de obras” para se referir ao Brasil desse momento, com a aposta da ditadura em grandes obras como a Ponte Rio-Niterói, a usina de Itaipu, as usinas nucleares de Angra dos Reis e a Rodovia Transamazônica.



Exemplificando

A ditadura e o desenvolvimento da televisão brasileira

Atualmente, a televisão está na maioria dos lares brasileiros, como um dos principais meios de informação e de entretenimento. A história do crescimento desse meio de comunicação está atrelado diretamente à política de desenvolvimento e integração nacional do Regime Militar, e às possibilidades de consumo abertas com o “milagre econômico”. Segundo Esther Hamburger, desde a inauguração da primeira emissora de TV, a TV Tupi, em 1950, o Estado influenciou diretamente na indústria televisiva, detendo o poder de conceder e cancelar concessões de TV e estimulando as emissoras comerciais. Entretanto, foi no Regime Militar que essa ingerência aumentou qualitativamente, pois as telecomunicações foram consideradas um dos setores estratégicos para o desenvolvimento do país. Os militares investiram então na infraestrutura necessária à ampliação da abrangência da televisão, através da estatal EMBRATEL, enquanto aumentaram seu poder de ingerência na programação por meio da censura. As novas políticas beneficiaram, principalmente, a Rede Globo, uma emissora nova, criada em 1965, que cresceu vertiginosamente graças a suas relações amistosas com o regime; sintonia com o incremento do mercado de consumo, principalmente através de um dos seus principais produtos, as telenovelas; e uma lógica de produção e administração que aliava a qualidade das produções e uma lógica de marketing e propaganda (HAMBURGER, 1998, p. 454-472).

O Brasil viveu, então, uma “euforia desenvolvimentista” (REIS FILHO, 2000, p. 35), que se expressou claramente, por exemplo, durante a Copa do Mundo de 1970. Segundo Livia Magalhães, os investimentos na infraestrutura televisiva e o aumento significativo na venda de aparelhos televisores tornaram o evento num espetáculo midiático, aproveitado pela Ditadura para a divulgação de seu projeto político de país e para exaltar as conquistas do “milagre econômico”, através da inserção de filmes de propaganda durante os jogos. A campanha bem-sucedida da seleção brasileira, que resultou na vitória do tricampeonato, foi utilizada também pelo regime para promover a suposta união nacional e o diálogo e identificação entre ele e importantes parcelas da sociedade brasileira, num espaço que não era associado ao político: o futebol (MAGALHÃES, 2014, p. 80-81, 107-110).

Nesse quadro de “conquista”, “euforia” e “milagre”, a propaganda desempenhou um papel fundamental. Em 1968, durante o governo Costa e Silva, foi criada a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP). Entretanto, foi a partir do governo Médici, quando o Coronel Otávio Costa (1920) assumiu o órgão, que a propaganda da ditadura ganhou força. De acordo com Carlos

Fico, a AERP, que antes buscava nas suas peças publicitárias estabelecer uma “cidadania decorativa”, que lembrava o cidadão os motivos pelos quais ele deveria enaltecer o regime, assumiu outra estratégia retórica, de afirmação “do contrário do que se vivia”, um clima de paz resultado da governança dos militares (FICO, 2007, p. 193-196; MAGALHÃES, 2014, p. 118). Havia por parte da AERP uma negação de que estava produzindo “propaganda política”, como se nota, por exemplo, no próprio nome do órgão, dedicado às “relações públicas”. Logo, em vez de produzir propagandas típicas dos regimes autoritários, como foi feito pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) durante o Estado Novo, a AERP entendia a propaganda como uma peça de mobilização para estimular valores como “amor à pátria”, “coesão familiar”, “dedicação ao trabalho” e “confiança no governo”. Num contexto de desenvolvimento dos meios de comunicação, sobretudo da televisão, que logo poderia transmitir em cadeia nacional as peças publicitárias do regime, Otávio Costa teria optado pela produção de “filmetes”, curtos, com narração breve, imagens elaboradas, um “gancho” musical que prendesse o telespectador e, no final, um slogan, reproduzido em outros meios como cartazes impressos. Esses filmes de curta duração dividiam-se em dois grupos principais: os de natureza educativa, como campanhas de saúde, por exemplo; e os de caráter ético-moral que tratavam dos temas mais diversos, como o papel simbólico dos heróis nacionais, o papel dos jovens na sociedade, as relações entre pais e filhos, a importância do trabalho, a harmonia, etc. Os principais slogans foram *Ninguém segura o Brasil*, resultante da conquista da seleção brasileira na Copa de 1970; e *Esse é um país que vai pra frente* (FICO, 2007 p. 197-198).

De acordo com Daniel Aarão Reis, dentre os setores da sociedade brasileira que saíram mais beneficiados pelo “milagre econômico” foram os estratos da classe média, que tiveram acesso ao crédito fácil e farto, podendo assim adquirir a casa própria e bens de consumo duráveis, como os automóveis; e os funcionários públicos, principalmente os das estatais, que viveram um período favorável devido a planos assistenciais do governo. Porém, houve um outro lado da moeda para outros setores que viram as suas condições de vida piorarem devido ao aprofundamento das desigualdades sociais e da concentração de renda. Ocorreu nesse período, por exemplo, um forte êxodo rural devido a uma crescente concentração fundiária e à busca por melhores oportunidades de emprego próximo aos centros urbanos, que não estavam preparados para a chegada de um contingente grande de pessoas do interior (REIS FILHO, 2000, p. 36-37).



Exemplificando

A concentração de renda durante o Regime Militar



No início da ditadura militar, em 1964, o 1% mais rico da população brasileira detinha entre 15-20% de toda a renda acumulada do país. No fim da ditadura, passou a controlar 30%, o que demonstra um aumento da concentração de renda no período.

BARRUCHO, L. 50 anos do AI-5: Os números por trás do 'milagre econômico' da ditadura no Brasil.



Refleta

O Regime Militar e a corrupção

Um dos argumentos utilizados para se reivindicar aspectos positivos do Regime Militar é o de que naquela época não havia práticas de corrupção, como, por exemplo, desvio de recursos públicos e pagamento de propinas. Em sua investigação, o historiador Pedro Henrique Campos demonstra como o poder de algumas empresas de engenharia e empreiteiras cresceu durante a ditadura, num momento sem liberdade de imprensa, sem órgãos de controle e fiscalização e sem a participação da sociedade sobre as decisões do Estado. (CAMPOS, 2012). A consequência disso foi a formação de um cenário ideal para práticas ilegais, num período de crescimento das verbas destinadas pelo Estado para obras de infraestrutura e de favorecimento para a atividade dessas empresas. Consequentemente, o poder desse grupo de empresários teria crescido e não teria acabado com o fim do regime.

Essa conclusão pode nos levar a questionamentos como: as práticas ilícitas de grandes empresas nas suas relações com o Estado, que estão ganhando as notícias seriam uma novidade dos últimos governos? Ou se

tratariam do fruto de um poder conquistado por alguns desses grupos empresariais durante a ditadura e que se manteve com o final do regime?

Ao analisarmos os anos do governo de Médici, precisamos levar em consideração também que, naqueles anos, como afirmou o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, o Regime Militar teria “atingido sua forma plena” em relação à sua estrutura repressiva (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 102). Uma arquitetura legal que permitia o controle da atividade política; um sistema repressor complexo que se aperfeiçoou ao longo dos anos, que permeava as estruturas administrativas dos poderes públicos e exercia uma vigilância permanente sobre as principais instituições da sociedade civil; uma burocracia de censura que intimidava ou proibia a manifestação livre de opiniões e de expressões culturais; e o uso sistemático da tortura, do desaparecimento e do assassinato, eram os elementos que caracterizavam a “política de controle” daqueles anos.

Em relação à repressão aos grupos de luta armada, durante o governo Médici, a maior parte das suas lideranças estavam mortas, presas ou exiladas, e a resistência armada se encontrava praticamente neutralizada. Segundo dados da Comissão Nacional da Verdade, das 180 mortes fruto da repressão na ditadura, 89 ocorreram durante o governo Médici. Além disso, nota-se uma transformação na forma de atuação dos órgãos repressores que paulatinamente passam a adotar o desaparecimento forçado de pessoas como método de extermínio e de ocultamento dos crimes cometidos. Um dos maiores exemplos disso foram as operações iniciadas em 1972 contra a guerrilha do Araguaia, organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), na região limítrofe entre os estados do Pará, Maranhão e Goiás, às margens do Rio Araguaia. A maior parte dos militantes que havia se estabelecido ali foi morta em combate na selva ou executada após a sua captura pelos militares e seus corpos ocultados, sendo considerados atualmente como desaparecidos.

Em relação à censura, observamos no governo Médici o funcionamento de uma censura centralizada em âmbito federal e que combinava critérios ético-morais com político-ideológicos. Segundo Miliandre Garcia, tanto a censura à imprensa, como a censura às diversões públicas, não foi criada no Regime Militar para atender às demandas da época, e, sim, redefinidas pelas lideranças militares de acordo com as determinações políticas que se impunham. Enquanto na década de 1940, a censura era entendida como mantenedora dos valores éticos e dos princípios morais, no Regime Militar foi agregada a preocupação com a manutenção da ordem política e da segurança nacional, justificativas que resultaram na reestruturação do organismo censório e de suas práticas (GARCIA, 2010, p. 235-236). De acordo com Adriana Setemy, baseando-se na lógica da **Doutrina de Segurança Nacional**,

a censura passou a ser pensada como uma estratégia contra o comunismo, pois a liberdade de expressão era propagadora de ideais que ameaçavam os valores morais pregados pelo regime. A partir dessa lógica, uma das estratégias do comunismo internacional seria instaurar uma “crise moral”, por intermédio dos meios de comunicação de massa e dos produtos culturais, desencadeando o processo subversivo, que deveria ser combatido através do controle do que era produzido e consumido (SETEMY, 2018, p. 179).

Para tanto, os militares voltaram-se para um processo de centralização da censura, através de várias medidas para sistematizar o seu trabalho em âmbito nacional e estruturar o seu trabalho em Brasília. Em 9 de fevereiro de 1967, foi promulgada a nova “Lei de imprensa”, que estabelecia a **censura prévia** de espetáculos, cinema, rádio e televisão, considerando criminosa qualquer publicação que fizesse “propaganda de processos para a subversão da ordem política e social” e proibindo a circulação daquelas que “atentassem contra a moral e os bons costumes”, ampliando assim a ação da censura no país. Além disso, a necessidade de enviar a sua produção para ser aprovada em Brasília e, não, em cada estado, como ocorria antes, gerou uma menor tolerância com os setores artísticos que negociavam com autoridades locais e que agora precisavam fazer todo um trânsito burocrático entre os estados e a Capital Federal. Além disso, nota-se até o início da década de 1970 uma preocupação em produzir normas doutrinárias que regulassem e sistematizassem os critérios da censura, de modo a evitar “conflitos de interpretação” (GARCIA, 2014, p. 100).

A preocupação com a produção cultural e com a liberdade de expressão relaciona-se ao fato do Brasil nos anos 1960 ter se tornado um cenário de transformações sociais, culturais e comportamentais que encontraram na música, no cinema, no teatro, na literatura e nas artes plásticas seus canais de expressão. Por esse motivo, a esfera da cultura era vista pelos militares com suspeição e deveria ser controlada, tornando-a conseqüentemente num espaço de resistência ao Regime Militar.

A censura às chamadas “diversões públicas” incluíam o controle sobre a produção musical, teatral e cinematográfica. Em relação à música, ela recebeu a atenção do Regime Militar, de maneira diferente a depender do gênero a qual ela pertencia, por exemplo: (1) a MPB, por suas letras entendidas como engajadas, associadas às canções de protesto; (2) o samba, por ser a expressão de resistência de uma vertente da cultura popular urbana, ameaçada pelos ideais de modernização da ditadura; (3) a música brega, por trazer em suas letras algumas das mudanças comportamentais e de costumes entendidas como obscenas ou ameaçadoras aos valores morais, como o divórcio e o uso da pílula anticoncepcional; (4) o rock’n’roll, devido ao seu apelo à liberdade comportamental dos jovens das grandes cidades (CARACHA, 2006, p. 190-191). Para os

compositores e intérpretes, as possibilidades de resistir e manter a sua produção livre se dava através de algumas estratégias como a chamada “linguagem de frestas”, com letras musicais que faziam sentido nas entrelinhas, através do uso de figuras de linguagem, de metáforas, invenção de palavras, etc.

O processo de análise de uma composição se iniciava com o seu envio pelo compositor ou pela gravadora para ser reestudada pelos censores que se dedicavam à análise de músicas. Geralmente, cada obra era analisada por três censores diferentes que posteriormente enviavam a sua decisão final, autorizando ou não aquela gravação. Os argumentos para a censura de partes da letra da música ou da música inteira geralmente giravam em torno da defesa dos valores tradicionais e para evir referências a temas como o uso de droga e o homossexualismo. Após receberem o relatório dos censores, a gravadora e o compositor tinham direito ao “grau de recurso”, medida imposta da prática jurídica que permitia recorrer à decisão tomada, geralmente através da alteração da letra original (CARACHA, 2006, p. 208).

Além da censura, muitos cantores sofreram a vigilância e a perseguição dos órgãos da ditadura, principalmente aqueles vinculados à MPB, tida como declaradamente crítica ao regime. Alguns cantores como Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil, por exemplo, tiveram que passar um período no exílio após a publicação do AI-5. De acordo com Marcos Napolitano, a preocupação dos agentes do DEOPS com os cantores da MPB era a sua capacidade de aglutinação de pessoas nos eventos nos quais eles se apresentavam. Paulatinamente, o sufocamento dos espaços de expressão de muitos desses músicos, principalmente com o fim dos festivais, os levou a participar dos chamados “circuitos universitários”, fazendo com que a vigilância entre estudantes e músicos se retroalimentassem, uma justificando a outra (NAPOLITANO, 2004).



Saiba mais

A produção cultural e artística durante o Regime Militar

O “Memoriakl da Democracia” é um museu virtual produzido com o objetivo de contribuir para o resgate da memória das lutas da sociedade brasileira por democracia. Ele tem uma proposta multimídia, oferecendo textos, fotos, charges, panfletos e documentos, etc. Um dos módulos do museu virtual dedica-se aos “21 anos de resistência e luta”, fazendo referência ao Regime Militar. Nele é possível ver um panorama da produção cultural e da sua resistência ao Regime Militar. Dividido em seis abas – música, cinema, literatura, artes plásticas, charge e teatro – cada uma delas conta com exemplos de produções artísticas e culturais combativas ao Regime Militar, a sua relação com a censura, assim como material de apoio como entrevistas com alguns dos realizadores.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA - Resistência Cultural.

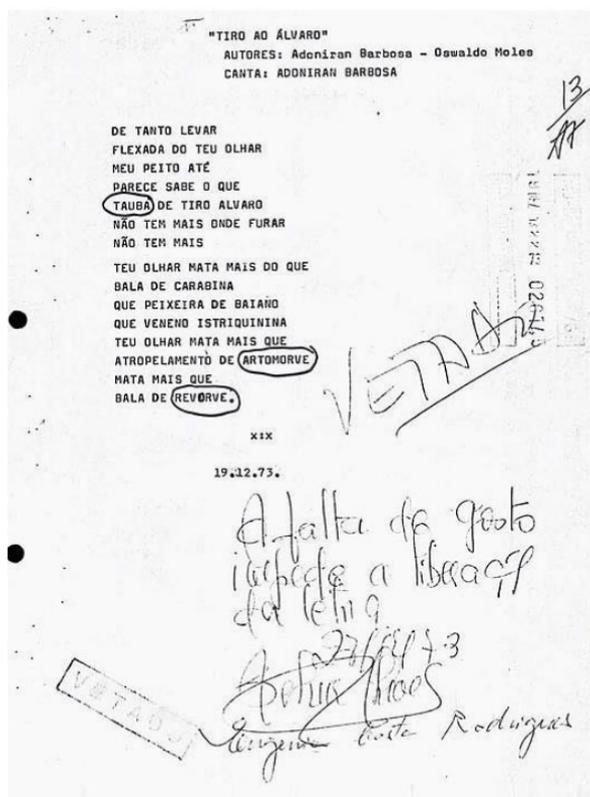


Assimile

Censura e música

O site “Documentos Revelados” disponibiliza em sua página documentos digitalizados referentes ao período do Regime Militar. Dentre os documentos, estão alguns pareceres dados por censores para que algumas composições não fossem liberadas, nos quais podemos ler alguns dos diferentes argumentos utilizados por eles.

Figura 3.1 | Censura à canção “Tiro ao Álvaro”, de Adoniran Barbosa



Fonte: <https://www.documentosrevelados.com.br/repressao/documento-mostra-censura-da-letra-de-tiro-ao-alvaro-de-adoniram-barbosa/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

Em 1973, cinco canções do compositor e cantor Adoniram Barbosa foram censuradas, algumas das quais já haviam sido gravadas na década de 1950. Uma delas foi a música “Tiro ao Álvaro”, censurada por constar na sua letra o jeito coloquial de falar próprio dos paulistanos. Ao observarmos o documento acima, podemos ver que a censura circulou as palavras “tauba”, “revorve” e “artormove”, concluindo que “a falta de gosto impede a liberação da letra”.

Figura 3.2 | Censura à canção “Em qualquer lugar”, de Odair José

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

Processo No 8934/73

Título: EM QUALQUER LUGAR
Autor: Odair José
Classificação Etnia: ...NÃO LIBERAÇÃO

Espécie: Letra musical Com cortes: --
Boa Qualidade: -- Livre P/Exportação: --
Dublado: -- Legendado: --
Verdade a Exploração Comercial: Sim

Censar: ---

Época: Atual Gênero: --
Linguagem: Licenciosa, manifestando prática sexual.
Tema: Prática sexual em qualquer lugar.

Personagem: --
Mensagem: Negativa.
Enredo: Ao dirigir-se à pessoa amada, personagem dispõe-se à prática sexual, em quaisquer condições, a fim de agradar ao outro.

1 - Cortes:

2 - Conclusão: Considerando a natureza desta comunicação, opinio pela sua não liberação, invocando o Decreto nº 20.493/64, art. 41, letra a.
Brasília, 10 de maio de 1973.

DALMO PIAIXO
DPF-607

Fonte: <https://www.documentosrevelados.com.br/geral/censura-a-musica-brega-durante-a-ditadura-civil-militar/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

Além disso, a análise desses documentos demonstra que a censura na música brasileira durante a ditadura não agiu apenas contra os cantores e compositores associados à política, como Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil. Os cantores de música brega também foram perseguidos, principalmente por cantar nas suas músicas algumas das novidades comportamentais que surgiam naquele momento. Em 1973, o cantor Odair José teve sua canção “Em qualquer lugar” totalmente interdita pela censura por ser considerada pornográfica: em sua letra, fazia alusão às “atitudes comportamentais alusivas ao desejo sexual”.

Outra faceta da censura durante o Regime Militar foi a censura à imprensa. De acordo com Carlos Fico, foi o AI-5 que permitiu uma atividade censória mais sistemática da atividade da imprensa, mesmo não havendo um instrumento legal específico para a atividade (FICO, 2007 p. 189). Com a edição do AI-5, segundo Beatriz Kushnir, alguns órgãos de imprensa passaram a regular a sua cobertura jornalística, num limiar entre a autocensura e a colaboração

com o Regime Militar. Ela cita o caso do jornal *Folha da Tarde*, periódico que era publicado pelo grupo Folha da Manhã, em São Paulo, que se tornou o atual Grupo Folha de São Paulo. O *Folha da Tarde* abordava questões nacionais e de efervescência política, e tinha uma linha editorial de oposição ao Regime, tom dado pelo desenrolar do panorama nacional e do posicionamento dos seus jornalistas. Com o AI-5, inicia-se uma “caça às bruxas” a alguns desses jornalistas, que foram demitidos do jornal. Outros, foram presos ou tiveram que partir para a clandestinidade, por serem simpatizantes ou fazerem parte da rede de apoio de militantes de esquerda. Paulatinamente, o jornal foi mudando a sua equipe, inclusive com a presença de jornalistas de formação que atuavam como censores ou policiais na redação; e modificando o tom das matérias publicadas, que passaram a difundir versões de informes oficiais que corroboravam com o ideário autoritário oficial (KUSHNIR, 2004).

Foi somente no governo Médici que o Decreto-Lei nº 1.077 regulamentou a censura-prévia a livros e periódicos. A censura aos jornais e periódicos se baseava na vontade de proibição de um assunto específico por parte dos órgãos do governo. Essa poderia se dar através do exame por censores dos textos jornalísticos antes de serem publicados, exame este que poderia ocorrer inclusive na própria redação, sem a necessidade de envio do texto para Brasília. A censura era exercida também através de recomendações que afetavam a técnica e a prática jornalística como a proibição do uso de algumas expressões, da publicação de manchetes escandalosas e de fotografias consideradas obscenas (FICO, 2007 p. 190-191).

Para burlar a censura, alguns jornalistas contrários ao Regime Militar buscaram o humor como forma de manifestar suas opiniões e suas insatisfações, principalmente através de quadrinhos e charges. Além disso, nota-se no período o crescimento de uma imprensa alternativa, através do surgimento de publicações menores, em formato de pequenos tabloides, mais baratos, e com matérias que se utilizavam desde o humor contra o regime a análises políticas. Um dos exemplos mais representativos foi *O Pasquim*, semanário surgido no Rio de Janeiro em junho de 1969, e que contou com ilustradores, chargistas e jornalistas como Ziraldo, Millôr Fernandes, etc. Vendido nas bancas de jornal e com um tom fortemente crítico ao regime, *O Pasquim* foi vítima da censura e seus realizadores chegaram a ser presos.

Caro aluno! Como você pôde ver ao longo da exposição, no governo Médici (1969-1974) ocorreram transformações significativas nas formas como a censura prévia às diversões públicas e à imprensa agia no Brasil. A censura não foi uma invenção do Regime Militar, porém notamos que houve, principalmente nesse período, um esforço de sistematização e normatização das suas práticas, de modo a evitar com que se expressassem não só opiniões divergentes ao regime, como também práticas e condutas tidas como contrárias à moral ocidental e cristã defendida pelos militares.

Hoje, podemos ver que a palavra “censura” voltou a circular nos meios de comunicação. Mas como pudemos observar nesta seção, uma censura estatal depende de uma estrutura burocratizada montada a partir do Estado, algo que hoje não temos no Brasil. No caso do *Queermuseu*, tanto o Santander quanto a prefeitura do Rio de Janeiro agiram de formas censórias quando interromperam e impediram a exposição de ficar em cartaz. São atitudes que demonstram como, depois de todo um século XX no qual a censura esteve vigente no país, até 1988, ela ainda surge como uma solução para certas situações, em detrimento de uma discussão no espaço público. Muitas vezes impedir é mais fácil do que discutir. Por outro lado, a partir de um caso como esse não podemos afirmar que exista hoje uma censura vigente no país. Existem, sim, casos isolados, mas que não devemos deixar de discutir para que a prática não se naturalize.

Em relação à afirmação de que haveria uma “ditadura do politicamente correto” que cesuraria algumas opiniões contrárias aos grupos de minorias sociais, não podemos entender isso como uma censura como aquela que havia durante o Regime Militar. Em primeiro lugar, porque não parte do Estado a sua proibição. Ele toma uma série de políticas públicas de modo a conscientizar a sociedade sobre os malefícios de práticas e discursos discriminatórios. Essas políticas públicas encontram eco em uma sociedade em constante mudança, tanto nos seus parâmetros culturais, quanto comportamentais. Nos últimos anos, vemos assim surgir uma discussão no espaço público sobre o respeito ao outro e sobre como alguns discursos e práticas devem ser evitados para impedir que a sua própria cidadania seja colocada em questão. Logo, quando aqueles que apoiam isso questionam algumas práticas discriminatórias já naturalizadas, o que eles estão buscando é algum tipo de mudança no sentido de construir uma sociedade mais inclusiva, e não a censura da opinião do outro.

1.



Fonte: <http://www.cartografiasdaditadura.org.br/mapa/praca-presidente-emilio-garrastazu-medici/>. Acesso em: 4 dez. 2019.

A partir da análise da charge acima, podemos afirmar que seu autor reafirmou como principal aspecto do período Médici:

- A ampliação das liberdades democráticas, com o início do processo de abertura política que resultou no final do Regime Militar.
- A maior “política de controle” da sociedade brasileira, principalmente da atividade política, graças a uma sofisticação do aparelho repressivo da ditadura, que passou a adotar paulatinamente o desaparecimento como método repressivo por excelência.
- Os baixos níveis de desenvolvimento social e econômico, o que resultou numa grande insatisfação social com o seu governo, como se observa com a sua estátua abandonada e coberta por teias.
- Uma memória no presente negativa sobre a sua presidência, principalmente devido à assinatura do Ato Institucional N° 5 (AI-5).
- Foi o momento de maior repressão ao movimento estudantil, principal força opositora ao seu regime, como ficou demonstrada na realização da Marcha dos Cem Mil.

2.

Eu te amo meu Brasil

(Dom e Ravel)

Escola

Marche

As praias do Brasil ensolaradas

Lá lá lá lá

O chão onde país se elevou
Lá lá lá lá
A mão de Deus abençoou
Mulher que nasce aqui
Tem muito mais amor

O Céu do meu Brasil tem mais estrelas
Lá lá lá lá
O sol do meu país, mais esplendor
Lá lá lá lá
A mão de Deus abençoou
Em terras brasileiras vou plantar amor

Eu te amo, meu Brasil, eu te amo
Meu coração é verde, amarelo, branco, azul-anil
Eu te amo, meu Brasil, eu te amo
Ninguém segura a juventude do Brasil (...)

“Eu te Amo, Meu Brasil” foi uma canção que fez sucesso em 1970, composta pela dupla de cantores e compositores Dom e Ravel, e gravada pelo conjunto “Os Incríveis”.

A partir da análise do trecho da letra acima citado e dos seus conhecimentos sobre o período do governo Médici, podemos afirmar que:

- a) A canção se insere na categoria de “canção de protesto”, muito popular no final dos anos 1960, que tinha como uma de suas principais características o fato de trazer nas suas letras marcas de uma brasilidade e regionalismos.
- b) Ao afirmar que “ninguém segura a juventude do Brasil”, a música está reconhecendo essa categoria social como uma força política importante, principalmente, no contexto de meados da década de 1960, quando os estudantes brasileiros ganharam as ruas em oposição ao Regime Militar.
- c) A música foi composta e lançada no período do “Milagre Econômico”, quando o país conseguiu controlar as suas taxas inflacionárias, mas não conseguiu o crescimento industrial e o desenvolvimento da sua infraestrutura, como esperado pelo Regime Militar.
- d) A presença da onomatopeia “Lá lá lá lá” é um claro demonstrativo de que se trata de uma canção que foi censurada e que, para ser autorizada, os seus compositores tiveram que alterar a letra original, através da chamada “linguagem de fresta”.
- e) Nota-se na letra da música um tom ufanista, que dialogava com o discurso utilizado pelo Regime Militar na propaganda oficial produzida no governo Médici, e que buscava exaltar as características positivas do país, frente às violações aos direitos humanos e da cidadania.

3.

“Djavan estava louco para gravar o primeiro disco. Em meados de 1974, o alagoano de 27 anos que se apresentava como crooner em boates cariocas compunha vertiginosamente para ter muitas canções para mostrar ao produtor musical Aloysio de Oliveira, que já havia lançado nomes como Tom Jobim e, então na Som Livre, decidira apostar nele. Quando chegou a 60 músicas, Djavan gravou-as em fitas cassete e entregou todas a Aloysio. O produtor escolheu 12, e assim nasceu o álbum “A voz, o violão, a música de Djavan”, a estreia formal do músico, em 1976.

Entre as 48 canções que tinham ficado de fora, no entanto, estava uma das preferidas de Djavan. Intitulada “Negro”, seria a única em toda a sua carreira que abordaria explicitamente o racismo. Algum tempo antes, de passagem por São Paulo, ele tinha sido preso pelo fato de ser negro. Foi o próprio policial quem falou: “Vai preso porque é preto”. A raiva virou música, mas a música virou só uma lembrança distante, assim como todas as outras.

(...) Até a última quinta-feira. Foi quando o músico finalmente reencontrou a letra de cinco canções daquele montante, entre elas “Negro”, 41 anos depois de tê-la composto. Surpreso, arriscou uma melodia sobre os versos — “Negra é a luz que se fechou no ar/ Negro, lágrimas, correntes/ Que identificam a gente/ De maneira má/ Negro de coração forte/ Negro eu, negro você, vida negra” — e já cogita até regravá-la.

(...) A história de “Negro” guarda ainda outro mistério: a letra passou por três pareceres de censores diferentes, como era praxe na época. Um a vetou, com a justificativa de que “traz à tona problema racial”, mas outros dois a aprovaram. Apesar do carimbo definitivo liberando a canção, ela nunca mais voltou às mãos de seu autor. (Fonte: <https://oglobo.globo.com/cultura/musica/digitalizacao-de-documentos-da-ditadura-revela-cancoes-ineditas-17747347#ixzz5bwYZZMNU> Acesso em: 30 dez. 2018)

A partir do caso da música “Negro” composta por Djavan e censurada pelo Regime Militar, podemos afirmar sobre a censura durante o Regime Militar:

- a) A censura de sua música relaciona-se ao fato do cantor em questão ter tido uma passagem pela prisão antes de enviar a composição para ser analisada pelos censores federais.
- b) A maior parte das músicas censuradas durante o Regime Militar era por motivos políticos, como fica claro no caso da música “Negro”, pois seu compositor naquele momento estava envolvido em movimentos sociais que lutavam pela igualdade racial.
- c) Podemos entender a censura à música “Negro” e o argumento da censura que diz

que a composição “traz à tona a desigualdade racial a partir da Doutrina de Segurança Nacional, um dos pilares do Regime Militar, que se fundamentava na crença de que não havia divisões no interior da nação como as divisões raciais.

d) A censura durante o Regime Militar era desorganizada e não se encontrava centralizada, como fica claro pelo fato de que, apesar da música de Djavan ter sido liberada, a composição nunca foi devolvida ao compositor.

e) Apesar da censura prévia ter sido uma prática que já existia antes do Regime Militar, foi nesse período que ela deixou de ser utilizada apenas para o teatro e cinema, passando a atingir outras manifestações artísticas, como a música.

Governos Geisel e Figueiredo: “transição lenta e gradual”

Diálogo aberto

Dimas Antônio Casemiro nasceu em Votuporanga (SP), em 6 de março de 1946. Ao longo de sua vida foi corretor de seguros, vendedor de carros e tipógrafo. Ao mudar-se para a cidade de São Paulo, ele passou a militar clandestinamente em organizações da esquerda armada, tornando-se dirigente do Movimento Revolucionário Tiradentes. Aos 25 anos de idade, em 17 de janeiro de 1971, Dimas desapareceu após cair numa emboscada armada pelas forças de segurança em um “aparelho” do MRT, em São Paulo. De acordo com a versão oficial do Regime Militar, ele teria morrido nesse dia, atingido por disparo de arma de fogo, após ter resistido à voz de prisão dada por agentes do Estado. Entretanto, o seu corpo nunca foi devolvido para a sua família para que pudesse ser sepultado. Segundo o laudo do exame realizado pelo Instituto Médico Legal (IML), no dia 19 de abril, o corpo de Dimas teria sido encaminhado para o cemitério de Perus, em São Paulo, no dia 20 do mesmo mês. Entretanto, de acordo com investigações da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), Dimas foi preso e torturado, e o seu corpo só teria dado entrada no IML depois que a sua morte foi noticiada nos meios de comunicação, em 18 de abril. As datas mencionadas e a versão de “morte em tiroteio” não seriam assim, para a CEMDP um erro, mas uma tentativa de encobrir a sua morte sob torturas enquanto estava sob custódia do Estado brasileiro.

Quarenta e sete anos depois da sua morte, a família de Dimas pôde finalmente sepultá-lo, após os seus restos mortais terem sido identificados em fevereiro de 2018 entre os milhares de ossos encontrados numa vala comum que funcionou durante a ditadura no Cemitério de Perus, em São Paulo. Para o filho de Dimas, Fabiano Casemiro, que tinha quatro anos quando o seu pai desapareceu, o sepultamento, ocorrido em 30 de agosto de 2018, representou um alívio, já que seu pai não era mais um desaparecido político. Em reportagem publicada pelo site PONTE, ele afirmou: “Não se trata de receber ‘pêsames’. Se trata de encerrar essa parte da história da minha família” (DORIGON, 2018).

Dimas Casemiro é um dos mais de 200 desaparecidos políticos que constam no relatório final da Comissão Nacional da Verdade. O desaparecimento forçado de pessoas foi uma prática da repressão que se tornou cada vez mais sistemática com o avanço dos anos 1970. Geralmente associada ao governo do general Médici e aos chamados “anos de chumbo”, essa prática

não se interrompeu quando o general Ernesto Geisel foi indicado para a presidência em 1974. Ao invés disso, o número de desaparecidos só aumentou, e se tornou majoritário esse perfil de vítima, quando comparado aos mortos oficiais reconhecidos pelo regime que tiveram seus corpos devolvidos para as suas famílias. No seu caso, a identificação dos restos mortais permitiu que a sua família colocasse um ponto-final numa história de décadas sem respostas. Entretanto, o mesmo não ocorre para todos os familiares de desaparecidos, que ainda lidam com o silêncio das Forças Armadas e com a busca do seu ponto-final para também encerrarem “essa parte” de suas histórias familiares.

A questão dos desaparecidos é fundamental para discutirmos uma das visões cristalizadas sobre a gestão do general Geisel. No seu governo, se iniciou o processo de transição da ditadura militar para a democracia. A intenção de alguns setores das Forças Armadas ligadas ao presidente-general era controlar totalmente esse processo, de modo a garantir uma abertura dentro da ordem. Entretanto, as pressões exercidas por parte dos militares e por setores da sociedade civil que passaram a se reorganizar na metade da década de 1970 fizeram com que algumas demandas e pautas fossem colocadas e fizessem parte desse processo. Uma delas foi o esclarecimento sobre o ocorrido com os mortos e desaparecidos políticos durante a Ditadura. Tido como um general “moderado”, Geisel não só optou por manter o pacto de silêncio em torno das violações aos direitos humanos, como também se utilizou das práticas de sequestro, tortura e extermínio para atingir setores opositores. Logo, entender de que maneira se deu o processo de abertura política no Brasil é essencial para questionarmos memórias como essa, que veem nas medidas implementadas por Geisel e, principalmente, na **Lei de Anistia**, alguns dos pilares da nossa redemocratização.

Além disso, permite levantar questões sobre os motivos que fazem do Regime Militar um assunto ainda pendente na agenda pública, principalmente no que diz respeito aos seus legados. Um desses legados é o drama dos desaparecidos, vivido por familiares como os de Dimas Casemiro, que ainda se organizam e se mobilizam por respostas do Estado e das Forças Armadas sobre o que ocorreu com seus entes queridos. Entretanto, essa luta é questionada por setores da sociedade brasileira que acreditam que devemos virar a página do passado ditatorial, em prol de uma agenda conciliatória. Além disso, nossa sociedade questiona: frente aos casos atuais de violência, qual o sentido de falarmos dos desaparecidos políticos no presente democrático?

Em julho de 2013, o pedreiro Amarildo Dias de Souza, morador da Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, desapareceu após ser levado por policiais militares à sede da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) para prestar esclarecimentos. Dois dias depois, a sua família registrou o desaparecimento dele. O caso mobilizou parte da sociedade brasileira que passou a

cobrar do governo uma solução e respostas. A história de Amarildo ganhou repercussão internacional, tornando-se símbolo de casos de abuso e violência policiais nas cidades brasileiras.

Frente a casos como o de Amarildo, um desaparecimento ocorrido em plena democracia, fruto de uma ação das forças de segurança, percebemos que algumas práticas da época da ditadura não caíram em desuso. Surge então o questionamento sobre como trabalhar em sala de aula esses desaparecimentos do passado e do presente? De que maneira o estudo do período do regime militar nos ajuda a compreender e analisar alguns casos de violações de direitos humanos no presente, como o caso de Amarildo?

Não pode faltar

Em 15 de março de 1974, o general **Ernesto Geisel** (1907-1996) assumiu a presidência da República, tornando-se o quarto presidente militar da Ditadura. Na memória coletiva, ele se tornou conhecido como o “presidente da distensão”, responsável pelo processo de abertura do regime militar para a democracia. Esse processo é conhecido por ter sido uma “**Abertura lenta, gradual e segura**”, totalmente controlada por uma parte das Forças Armadas, num projeto que teria sido iniciado por Geisel e finalizado pelo seu sucessor, o general **João Batista Figueiredo** (1918- 1999). Tal visão entende a redemocratização brasileira como um projeto coerente, articulado e controlado pelo alto, desconsiderando a importância da pressão exercida por outras forças civis e militares que, mais do que um *projeto*, o tornaram, nas palavras da cientista política Maria Celina D’Araújo, um *processo*, cujo rumo foi determinado por muitas forças sociais em disputa (D’ARAÚJO, 1995, p. 39).

De acordo com Daniel Aarão Reis, no plano político-institucional, o governo Geisel teria definido uma *abertura lenta, gradual e segura*. Esse projeto de redemocratização previa a adoção de um conjunto de medidas políticas liberalizantes, controladas pelos setores das Forças Armadas que estavam no Poder Executivo, dentre os quais estavam a suspensão parcial da censura prévia à imprensa e à revogação gradativa de alguns dos mecanismos que limitavam as liberdades públicas e democráticas e os direitos individuais e constitucionais. Entretanto, esse projeto de “distensão” não significava que os militares brasileiros haviam revalorizado a democracia. Tratava-se de um projeto entendido como uma “saída” para que as Forças Armadas se retirassem do poder “em paz e ordem” (REIS FILHO, 2000, p. 39). Entretanto, esse projeto entrou em choque com setores da sociedade civil que estava se reorganizando politicamente em diferentes espaços, e com a oposição de parte das próprias Forças Armadas. Segundo Pâmela Resende, a segunda metade da década de 1970 seria marcada pela negociação tanto

com setores mais radicais das Forças Armadas quanto com a oposição civil que se organizava e exigia o esclarecimento das circunstâncias das mortes e desaparecimentos; a punição dos envolvidos; a Anistia ampla, geral e irrestrita; o retorno do Estado Direito; os direitos trabalhistas; etc. (RESENDE, 2015, p. 28).

Quando Geisel assumiu a presidência, ele teve de enfrentar uma crise econômica causada por uma conjuntura externa distinta e desfavorável. Entre outubro de 1973 e março de 1974, o preço do petróleo aumentou 400%, desestabilizando a economia do mundo todo e barrando os altos índices de crescimento do Brasil, que caracterizaram o chamado “milagre econômico”. Os efeitos da chamada “crise do petróleo” foram sentidos também nas urnas: nas eleições legislativas de 24 de novembro de 1974, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) conseguiu uma ampla vitória contra a ARENA. Dentro da lógica bipartidária, implementada pela Ditadura com o Ato Institucional Nº 2, o MDB era tido como um partido opositorista, enquanto o Arena endossava mais claramente as medidas adotadas pelo Regime Militar. Logo, a sua vitória eleitoral, conquistando 16 das 22 vagas no Senado Federal, 160 cadeiras na Câmara dos Deputados, e a maioria das assembleias estaduais do Acre, Amazonas, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara, foi entendida como uma derrota para os militares que buscavam orientar a abertura política a partir da ótica governamental de que a oposição e a contestação política deveriam ser controladas. Consequentemente, o MDB saiu das eleições de 1974 como um instrumento efetivo de oposição democrática que ameaçava o projeto governamental de controlar o processo de abertura. Para evitar que o partido avançasse nas urnas, o Regime Militar tomou algumas medidas antes das eleições de 1978, como a “**Lei Falcão**” (1976) que estabelecia regras restritas para a propaganda que poderia ser veiculada pelos meios de comunicação no horário eleitoral gratuito; e o “**Pacote de Abril**” (1977) que dava à Arena maior controle do Legislativo com o aumento das bancadas do Norte e do Nordeste na Câmara dos Deputados e a eleição indireta de um terço dos senadores.



Saiba mais

O MDB e a campanha eleitoral de 1974

Um dos temas importantes para ser analisado no processo de transição da ditadura para o regime democrático no Brasil é o comportamento dos partidos políticos. A respeito da temática, sugerimos a leitura de: CARVALHO, Alessandra. **Partidos e abertura nos anos 1970: o MDB nas eleições de 1974 e 1978.**

Além do fortalecimento de uma oposição partidária, o governo Geisel lidava também com uma crise interna gerada por setores das Forças Armadas que viam na abertura política uma ameaça à sua permanência no poder. Entretanto, apesar de ter desempenhado um papel importante no processo de abertura, não podemos explicar o fim da ditadura apenas na divergência entre os militares sobre como e quando voltar aos quartéis. Segundo João Roberto Martins Filho, os militares brasileiros tinham uma “unidade na desunião”, havendo dissensos e crises no interior da corporação militar desde 1964 (MARTINS FILHO, 1995, p. 116-122). O reconhecimento dessas diferenças fez com que ainda hoje seja comum classificar os militares durante a Ditadura em dois grupos hegemônicos: os “duros” versus os “moderados”, os “linha dura” versus os “castelistas”. Os “duros” ou “linhas duras” seriam os militares tidos como radicais que defendiam o endurecimento do regime, insatisfeitos com os rumos da transição, e que temiam o retorno ao governo brasileiro dos quadros políticos civis de antes do Golpe Militar de 1964. Ligados principalmente aos órgãos repressivos e interessados na manutenção de suas prerrogativas, eles teriam esbarrado principalmente nas tentativas do governo Geisel de conter as atividades dos órgãos de repressão policiais e militares. Discordavam assim do grupo “moderado”, os “castelistas” ou “grupo da Sorbonne”, que viam o Regime como uma etapa transitória que terminaria com o retorno dos civis ao poder.



Saiba mais

O Estudo *Polity IV* é uma classificação dos regimes políticos do passado e do presente, realizado pela ONG *Center for Systemic Peace*, criada e patrocinada pela *Political Instability Task Force*, fundada pela agência norte-americana **CIA**, em 1994. Em sua análise os países são classificados com uma nota entre 10 e -10, da democracia mais plena à mais repressiva autocracia. Os termos utilizados nas suas conclusões são **democracia**, com nota entre 6 e 10; **anocracia** (um governo que mistura características ditatoriais e democráticas), com pontuação entre 1 e 5; **anocracia fechada**, entre -1 e -5; e **autocracia**, sinônimo para um regime autoritário, entre -6 e -10. A partir de 1965, em pleno regime militar, ano que terminou com a divulgação do AI-2, responsável pela extinção das eleições diretas para presidente e pela criação do bipartidarismo, a nota do Brasil foi para -9. Essa nota se manteve até o processo de abertura implementado pelo general Geisel, num demonstrativo de que, para o estudo utilizado pela CIA e respaldado por estudiosos estadunidenses, o que vivemos no Brasil foi uma autocracia, ou seja, um regime autoritário. Tais conclusões vão de encontro com discursos que tendem a relativizar a experiência autoritária vivida pelo país, referindo-se, por exemplo, à ditadura militar como um “movimento” ou como a “revolução de 1964”,

num discurso muito próximo ao utilizado pelos militares para legitimar o Golpe de 1964.

POLITY IV. **Contry Report 2010:** Brazil.

Entretanto, essa interpretação é limitadora e insuficiente para analisarmos os posicionamentos dos militares durante vinte e um anos de ditadura. Um exemplo disso é a forma como a figura de Geisel se cristalizou na memória coletiva da sociedade brasileira. Associado ao grupo de “moderados” – e por ter iniciado o processo de democratização, opondo-se a setores “mais radicais” das Forças Armadas –, ele geralmente é recuperado, segundo a historiadora Maud Chirio, com “os traços de um democrata” (CHIRIO, 2012, p. 172). Ao analisarmos o seu governo, porém, segundo Maria Celina D’Araújo, é possível notar que este se caracterizou como extremamente autoritário, apesar de acenar com medidas liberalizantes que garantissem o sucesso do processo de abertura (D’ARAÚJO, 2002, p. 23). Um exemplo disso é a continuidade durante o seu governo da política de extermínio de militantes de esquerda e, principalmente, na ampliação do número de desaparecidos políticos. Em 1973, ano anterior à sua posse, já havia se verificado um aumento na quantidade de casos de desaparecidos políticos no Brasil. Dessa forma, segundo Janaína de Almeida Teles, diminuía os casos de assassinatos mascarados pela versão oficial de suicídio ou tiroteio e surgia com força a figura do desaparecido, sobre o qual não havia notícia da morte, um corpo, um atestado de óbito. Além disso, o desaparecimento forçado de pessoas dificultava as denúncias contra o Regime Militar, assim como a atribuição de responsabilidades, por se tratar de uma morte em suspenso, negada pelos canais oficiais e difícil de ser investigada (TELES, 2010, p. 255-259).

O processo de abertura política que marcaria o governo Geisel não atenuou as violações aos direitos humanos cometidas pelo Regime Militar. Ao invés disso, aumentou o número de casos de desaparecidos. Em 1974, segundo a Comissão Nacional da Verdade, foram registrados 54 desaparecimentos políticos, o maior número do regime (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 104). A adoção dessa prática contribuiu também para reforçar a representação de Geisel como um “presidente moderado”, ao ser comparado, por exemplo, ao seu antecessor, o general Médici. Além do uso sistemático do desaparecimento forçado de pessoas como metodologia repressiva, durante o governo Geisel, o Brasil passou a colaborar com a chamada **Operação Condor**, nome que se deu a um sistema secreto de informações de ações criadas na década de 1970, por meio do qual alguns Estados da América do Sul compartilharam informações de inteligência e realizaram operações extraterritoriais de sequestro, tortura, execução e desaparecimento forçado de opositores políticos exilados.



Assimile

A participação brasileira na Operação Condor

Durante as décadas de 1970 e 1980, o cenário político-institucional da América do Sul foi marcado pela coincidência de ditaduras militares, o que refletiu numa cooperação regional para o “combate à subversão”, conhecido como “Operação Condor”. Influenciadas pela “Doutrina de Segurança Nacional”, os acordos no campo político e militar favoreceram a ideia de que as ditaduras formavam um bloco sul-americano de países “anticomunistas”.

Um dos antecedentes diretos da Operação Condor foi o treinamento de militares latino-americanos na chamada “Escola das Américas”, criada pelo então presidente norte-americano John Kennedy, com a missão de divulgar a doutrina americana e ensinar militares dos países aliados da América Latina a combater o avanço do comunismo. Além de importante para a disseminação do anticomunismo na América Latina, a Escola das Américas permitiu a convivência dos militares, especialmente os do Cone Sul. Os laços criados a partir de meses de treinamento, assim como a formação de um pensamento comum, segundo Samantha Quadrat, podem ser apontados como um dos fatores principais para o estabelecimento de ações conjuntas entre os países (QUADRAT, 2002, p. 174-175). De acordo com essa lógica, se a “subversão” não respeitava fronteiras, tampouco o combate a ela deveria respeitar.

A Operação Condor teve algumas características definidas: a sua natureza multinacional; a sua ação transfronteiriça dirigida a pessoas exiladas no estrangeiro; a sua estrutura paraestatal de funcionamento; a seleção precisa de alvos entre os dissidentes; e o uso de tecnologia avançada para acesso a um banco de dados comum (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 222). O Brasil participou da reunião de fundação da Operação Condor, no Chile, em novembro de 1975, convocada pela ditadura militar chilena do general **Augusto Pinochet** (1915-2006). Entretanto, muito antes disso, a ditadura brasileira já mantinha colaboração ativa com os governos de outros países da América Latina para restringir a liberdade de expressão e a liberdade de locomoção de exilados brasileiros (QUADRAT, 2002, p. 167-168).



Saiba mais

Documentário “Condor”

Em 2007, o diretor brasileiro, Roberto Mader, lançou o documentário “Condor”. O filme trata das ações repressivas atribuídas à chamada “Operação Condor” e das respostas de setores da sociedade civil a ela e ao silêncio e esquecimento impostos ao final das ditaduras.

Ver: **Condor** (2007, dir: Roberto Mader).

O governo Geisel foi marcado ainda pelo fortalecimento da oposição de importantes organizações civis. Na segunda metade da década de 1970, surgiram novos movimentos sociais, entidades e sindicatos se reorganizaram e se fortaleceram os movimentos sindical e estudantil. Um desses novos movimentos se reuniu em torno da pauta da luta pelos direitos humanos e pelo esclarecimento oficial sobre os assassinatos e desaparecimentos. Desde 1969, setores da Igreja Católica começaram lentamente a se engajar na luta pelos direitos humanos e na solidariedade aos presos políticos e aos familiares de mortos e desaparecidos. As missas de protesto e de homenagem a vítimas da ditadura na catedral da Sé, em São Paulo, por exemplo, tornaram-se importantes momentos de resistência e denúncia públicas e de quebra do isolamento vivido pelos familiares (TELES, 2010, p. 266-268). Nesse processo, destacou-se a figura de **Dom Paulo Evaristo Arns** (1921-2016), cardeal de São Paulo, que além de celebrar algumas dessas missas, participou da criação da Comissão Justiça e Paz de São Paulo (1972), organismo encarregado de cuidar dos assuntos jurídicos dos presos políticos; e que entre 1979 e 1985 coordenou com o pastor **Jaime Wright** (1927-1999), clandestinamente, o **Projeto “Brasil: Nunca Mais”**, que resultou na cópia de mais de um milhão de páginas de processos do Superior Tribunal Militar (STM), constituindo-se num dos principais acervos documentais sobre as violações aos direitos humanos cometidas durante a ditadura.

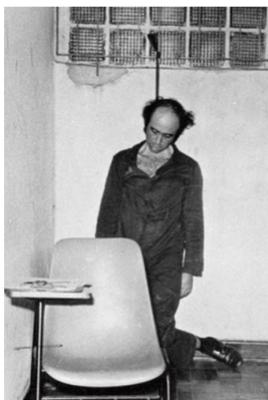
A denúncia dos crimes cometidos pela ditadura havia se iniciado no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 pelos exilados políticos. As trocas de prisioneiros políticos por diplomatas sequestrados pelas organizações da esquerda armada fizeram da denúncia das torturas, mortes e desaparecimentos o eixo principal da luta no exílio, mobilizando uma ampla cobertura da mídia internacional. Além disso, junto com alguns familiares, eles começaram a denunciar o caso de vítimas brasileiras em espaços internacionais dedicados à defesa dos direitos humanos, como, por exemplo, a **Comissão Interamericana de Direitos Humanos** (CIDH) da **Organização dos Estados Americanos** (OEA) (TELES, 2010, p. 257).

Em 1975, o assassinato do jornalista **Wladimir Herzog** nas dependências do DOI-CODI/SP demonstrou a mobilização de setores da sociedade civil em torno das denúncias das mortes e desaparecimentos causados pela repressão. Durante o governo Geisel, iniciou-se uma ofensiva contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nesse quadro, Wladimir Herzog, diretor-responsável do Departamento de Jornalismo da TV Cultura de São Paulo, apresentou-se espontaneamente em 25 de outubro no DOI-CODI da capital paulista para prestar esclarecimentos sobre o seu suposto envolvimento com o PCB. No dia seguinte, as autoridades militares emitiram uma nota oficial comunicando que Herzog havia sido encontrado morto por enforcamento numa das celas, um aparente suicídio. Segundo Janaína Teles, a mobilização do Sindicato de Jornalistas, da OAB e de estudantes garantiu que o caso Herzog abalasse a opinião pública, permitindo à família recorrer à Justiça, o que resultou numa sentença favorável a ela ao declarar a União responsável pela morte de Herzog. Um dos exemplos dessa mobilização foi o culto ecumênico realizado na semana seguinte na Praça da Sé, em São Paulo. Realizado pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, pelo rabino Henry Sobel, e pelo reverendo evangélico Jayme Wright, o culto reuniu cerca de 8.000 pessoas, tornando-se uma das maiores manifestações públicas de repúdio ao Regime Militar.



Assimile

A farsa em torno do suposto suicídio de Vladimir Herzog



Disponível em: <https://goo.gl/RdQV4x>. Acesso em: 24 jan. 2019.

A morte de Vladimir Herzog é um exemplo emblemático para analisar as estratégias utilizadas pela ditadura para criar versões falsas sobre o que ocorreu com os presos políticos mortos e desaparecidos. Às 22:08 do dia 25 de outubro de 1975, a Agência Central do Sistema Nacional de Inteligência (SNI), em Brasília, recebeu uma mensagem que informava

que o jornalista Vladimir Herzog havia se suicidado no DOI-CODI. Ele teria se amarrado pelo pescoço numa grade a 1,63 m do chão, com a cinta de pano do macacão que usava. O corpo de Herzog foi entregue à Polícia Técnica e levado ao Instituto Médico Legal (IML), onde foi fotografado com seus próprios trajes. O laudo, assinado por dois médicos civis, concluiu que se tratava de um “quadro médico legal clássico de asfixia mecânica por enforcamento”. Nessa mesma noite, seu corpo foi enviado ao Hospital Albert Einstein para que fosse enterrado, sem permitir brechas para que a sua morte fosse contestada (AVENTURAS NA HISTÓRIA, 2018).

Herzog era judeu e a tradição judaica manda que os suicidas sejam sepultados em local separado. Entretanto, durante a preparação do seu corpo, o rabino Henry Sobel (1944), líder da comunidade da qual ele fazia parte, viu no seu corpo as marcas de tortura e decidiu que ele deveria ser enterrado no centro do Cemitério Israelita do Butantã, em São Paulo, o que significava se opor e desmentir publicamente a versão oficial de suicídio (FOLHA DE SÃO PAULO, 2004). No dia do seu sepultamento, cerca de 30 mil estudantes da USP, da PUC-SP e da Fundação Getúlio Vargas entraram em greve. O culto ecumênico em sua homenagem se tornou um símbolo da união de diferentes segmentos contra o Regime Militar.

Um dos elementos catalizadores das mobilizações ao redor dos questionamentos em torno da morte de Herzog foi a fotografia divulgada nos meios de comunicação na qual o jornalista pode ser visto enforcado com um cinto, endossando a versão oficial da ditadura militar, segundo a qual ele teria se enforcado na sua cela. Em 28 de maio de 2013, o fotógrafo Silvaldo Leung Vieira, autor da imagem, prestou depoimento à Comissão da Verdade. Ele era aluno do curso de fotografia do Instituto de Criminalística da Academia de Polícia Civil quando foi convocado pelo Dops para tirar fotos de “um preso morto”. Em seu depoimento, o fotógrafo alegou ter achado estranha a posição em que o corpo foi encontrado: apesar de estar enforcado, tinha os pés no chão (SANTIAGO, 2013).

Apenas em março de 2013, a família de Herzog recebeu a certidão de óbito corrigida com a verdadeira causa da morte do pai: lesões e maus-tratos sofridos durante interrogatórios nas dependências do segundo Exército DOI-CODI, em São Paulo (JIMÉNEZ, 2018).

Além de iniciativas fruto de casos individuais, como o caso da família de Herzog, a partir de 1974 começou a se formar no Brasil o que se tornaria posteriormente a Comissão de Familiares, com o objetivo de denunciar e apurar os crimes cometidos pela ditadura e obter o apoio da sociedade civil. Os familiares de vítimas da repressão se conheciam em encontros realizados

na Comissão de Paz e Justiça, no Rio de Janeiro e em São Paulo, ou nos escritórios dos advogados. Conjuntamente, passaram a denunciar, principalmente, os desaparecimentos por meios de pedidos de *habeas corpus*, cartas às autoridades brasileiras e estrangeiras e para instituições de defesa de direitos humanos de todo o mundo, e de publicações na imprensa brasileira (TELES, 2010, p. 267-270).



Refleta

Luís Fernando Veríssimo e o trauma dos desaparecidos políticos

Em 4 de novembro de 1982, o escritor Luís Fernando Veríssimo publicou uma crônica no jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, tratando da questão dos desaparecidos e da sua ausência/presença. A inexistência de um corpo e de uma explicação para a causa da morte dificulta o trabalho cultural e social do luto dos familiares, fazendo do desaparecido uma ausência/presença. Consequentemente, tornam-se um trauma, não só para aqueles que estão no seu entorno social e familiar, mas também para toda a sociedade, que não consegue elaborar tal experiência de violência completamente. Isso fica claro no seguinte trecho da crônica, “Como na Argentina”:

“Os corpos brotam do chão, como na Argentina. Corpo não é reciclável. Corpo não é reduzível. Dá para dissolver os corpos em ácido, mas não haveria ácido que chegasse para os assassinados do século. Valas mais fundas, mais escombros, nada adianta. Sempre sobra um dedo acusando. O corpo é como o nosso passado, não existe mais e não vai embora. Tentaram largar o corpo no meio do mar e não deu certo. O corpo bóia. O corpo volta. Tentaram forjar o protocolo – foi suicídio, estava fugindo – e o corpo desmentia tudo. O corpo incomoda. O corpo faz muito silêncio. Consciência não é biodegradável. Memória não apodrecem. Ficam os dentes. Os meios de acabar com a vida sofisticam-se. Mas ainda não resolveram como acabar com o lixo. Os corpos brotam da terra, como na Argentina. Mais cedo ou mais tarde os mortos brotam da terra. (VERÍSSIMO, L. F. **Como na Argentina**. <http://www.ponto.altere.org/Livros/Doc/veris4.html>. Acesso em: 15 jan. 2019)

Segundo Caroline Silveira Bauer, a questão dos desaparecidos é um tema que liga o presente dos governos democráticos com um passado sobre o qual se buscam fáceis resoluções, sem aferir a responsabilidade criminal, moral e política nos atos de violência. Para alguns setores da sociedade

brasileira e das Forças Armadas, os governos não devem seguir as investigações sobre os desaparecidos, nem atribuir responsabilidades criminais, pois é necessário “virar a página” desse passado, “não mexer nessa ferida”, em prol do futuro e da conciliação nacional. Entretanto, é possível pedir a um familiar que “siga em frente” quando ele não tem um corpo para enterrar e não sabe as condições que resultaram na morte do seu ente querido?

Muitos desses familiares se reuniram também em torno dos movimentos de luta pela Anistia. De acordo com Pâmela Resende, devido à sua capacidade de mobilização e a abrangência de suas demandas, a campanha pela “Anistia ampla, geral e irrestrita”, se tornou a principal bandeira agregadora de diferentes segmentos sociais que demonstravam a sua capacidade organizativa e resistência à ditadura. A partir da constituição de movimentos pela Anistia, iniciado em 1975, com a criação, em São Paulo, do Movimento Feminino pela Anistia (MPFA), a *Anistia* paulatinamente se tornou a palavra de ordem central entre as demandas dessa oposição, reunindo estudantes, intelectuais, lideranças de esquerda e uma rede de solidariedade formada no exterior. Além disso, não podemos perder de vista o inegável protagonismo feminino no movimento, sobretudo, de mães, companheiras, irmãs e filhas de presos e desaparecidos que se mobilizaram na busca de informações sobre seus entes e que aos poucos puderam, a partir do movimento pela Anistia, inserir no espaço público outras reivindicações de caráter feministas. Nesse momento, houve um fortalecimento da demanda não só pela anistia dos presos políticos e dos exilados pelo regime, mas pelo desmonte do Estado autoritário, pela responsabilização pelos crimes da ditadura e pelo retorno à democracia (RESENDE, 2015, p. 37-42).



Assimile

O exílio político

Retorno do político Miguel Arraes do exílio (1979)



Fonte: <https://goo.gl/PhyiWe>, Acesso em: 22 jan. 2019.

O retorno de alguns brasileiros exilados e a sua chegada aos aeroportos no Brasil foi uma das imagens que marcou o processo de redemocratização brasileiro. Entretanto, muitas vezes tendemos a diminuir a experiência do exílio político frente a outras experiências de violência, como a tortura e a prisão política. Segundo a historiadora Denise Rollemberg, o exílio dos anos 1960 e 1970 deve ser entendido na mesma lógica da prisão política, dos assassinatos e da imposição à clandestinidade, como uma tentativa de afastar e eliminar as gerações que contestavam, a partir de um projeto, a ordem política e/ou econômica identificada à ditadura militar. Tratou-se, assim, não de uma opção pessoal, mas de um esforço dos militares para controlar a liberdade de expressão e a manifestação intelectual, da destruição de toda a criação contestatória e de uma determinada experiência política. Frente à possibilidade da morte sob tortura, do desaparecimento ou de cumprir penas sem a possibilidade de defesa, para os exilados saírem do país representou a derrota de um projeto político e pessoal, afastando-os do cenário político e de todo o universo de referência que lhes dera identidade. É evidente que não se tratou de uma experiência homogênea: as vivências e experiências foram variadas a depender dos motivos que levaram o indivíduo ao exílio; o país de acolhida; as origens e as referências sociais no Brasil, como o tipo de atividade socioeconômica que ele ou ela desenvolviam aqui; etc. Além disso, o retorno para o Brasil não foi simples nem fácil diante dos problemas de readaptação, a necessidade de reformular e reconsiderar seus projetos pessoais, assim como o sofrimento das perdas de antigos companheiros de militância (ROLLEMBERG, 1999, p. 47-53; 277-281).



Saiba mais

O exílio político no cinema nacional

O tema do exílio político durante o regime militar brasileiro foi abordado por algumas obras cinematográficas que podem ser utilizadas para se aprofundar melhor nele:

O ano em que meus pais saíram de férias (2006, dir: Cao Hamburger).

Em teu nome (2010, dir: Paulo Nascimento).

O ano de 1979 teria sido, assim, decisivo na luta pela anistia, devido à intensificação das mobilizações nas ruas e no Congresso, e ao embate entre a “anistia ampla, geral e irrestrita” defendida pelos movimentos pela anistia; versus a “anistia parcial”, do projeto de lei proposto pelo regime, encaminhado pelo então presidente, **o general João Batista Figueiredo**, ao Congresso Nacional. Para os militares, era necessário, apesar de todas as pressões, conduzir o processo de abertura política e as discussões em torno da aprovação da lei. Para tanto, cristalizaram na opinião pública e nos

meios parlamentares a visão de que uma “anistia ampla, geral e irrestrita”, como queriam os movimentos pela Anistia, era uma bandeira de setores “revanchistas” que não queriam promover a conciliação da sociedade brasileira, e que “comprometeria o processo de abertura”. Em agosto de 1979, foi aprovada a Lei nº 6.683, concedendo anistia a todos que cometeram crimes políticos ou eleitorais, entre 2 de setembro de 1961 e 5 de agosto de 1979, com exceção daqueles que haviam sido condenados por terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal. Além disso, estabelecia, através da determinação dos chamados “crimes conexos”, uma conexão inexistente entre os crimes cometidos por civis e aqueles cometidos pelo Estado e pela repressão. Consequentemente, consagrou-se uma interpretação ainda vigente de que a Lei de Anistia teria sido “recíproca”, por anistiar os dois lados, torturadores e vítimas do regime. Entretanto, os presos políticos que cumpriam pena em 1979 não saíram da prisão em decorrência dessa lei e, sim, graças a benefícios processuais decorrentes da nova Lei de Segurança Nacional, de 1979, que reduziu as penas previstas pela legislação anterior. Alguns exilados também só puderam retornar ao país depois que as suas penas tivessem sido cumpridas. Além disso, todos os que haviam sido condenados por seu envolvimento no “terrorismo” tiveram que pagar de alguma forma pelos seus crimes, seja através do julgamento em Justiça Militar seguido da pena computada, ou da perda de direitos políticos e da cidadania ao ser exilado ou banido; enquanto este não pode ser afirmado sobre os envolvidos na repressão, cujos atos até o momento não foram judicialmente investigados nem condenados (RESENDE, 2015, p. 45-46; AZEVEDO, 2015).

Outro setor que se mobilizou nesse quadro geral de resistência ao Regime Militar foi o movimento sindical. Com o golpe de Estado de 1964, o movimento sindical brasileiro foi duramente atingido com a prisão de nomes importantes e a desestruturação do trabalho nos sindicatos e nas fábricas. Mesmo assim, ao longo da ditadura, ocorreram importantes mobilizações, paralizações e greves, como as greves de Contagem e Osasco, em 1968, mas que muitas vezes não repercutiram publicamente, o que gera uma falsa impressão de que não teria havido atuação da classe trabalhadora durante o período da ditadura. O movimento sindical só voltou a cobrar protagonismo público com a greve iniciada em 12 de maio de 1978 pelos trabalhadores metalúrgicos da Scania, em São Bernardo dos Campos (SP). Segundo Iram Jácome Rodrigues, apesar da greve ter sido mobilizada em torno da luta pela reposição salarial e das perdas reais do salário dos trabalhadores com os cálculos inflacionários realizados pelo governo e utilizados nas negociações entre trabalhadores e empresários, a luta dos metalúrgicos também pode ser entendida como a expressão de uma luta mais geral por direitos de cidadania no interior da sociedade brasileira, com demandas que passavam pelo cotidiano fabril, o bairro, a questão da moradia, melhores condições de vida

e trabalho, e a afirmação de uma classe trabalhadora que não aceitaria mais uma cidadania limitada (RODRIGUES, 1997, p. 19). Nesse sentido, Marco Aurélio Santana aponta que as greves ocorridas entre 1978 e 1980 atingiam em cheio a lógica de ação do Regime para o mundo do trabalho, ao se opor ao autoritarismo do Regime e das relações de trabalho (SANTANA, 2018, p. 20-21). Apesar do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) ter considerado a greve ilegal, ela foi o início de uma onda de mobilizações que alcançou grandes, médias e pequenas empresas, desenvolvendo tipos variados de greves e com duração diversa, atingindo o ABC Paulista, Osasco e São Paulo, e tornando-se um passo fundamental para a retomada do movimento operário e sindical brasileiro e do seu papel na cena política do país, como ficou claro nas greves gerais de março 1979 e entre os meses de abril e maio de 1980. Esta foi ainda fundamental para a formação de dois espaços para a mobilização da classe trabalhadora a partir da década de 1980: o **Partido dos Trabalhadores (PT)**, fundado em 1980; e a **Central Única dos Trabalhadores (CUT)**, fundada em 1983. Nesse cenário de mobilizações, **Luis Inácio Lula da Silva** foi um dos líderes das greves ocorridas no ABC Paulista, tornando-se um dos fundadores do PT, e iniciando sua carreira política nas eleições para governador de São Paulo, em 1982.

Apesar da reforma partidária e do retorno dos partidos para a arena política, segundo Flávia Burlamaqui Machado, as eleições por via direta não estavam ainda na cena institucional: em 1982, os eleitores votariam em todos os níveis, menos para presidente (BURLAMAQUI, 2006, p. 28). Em resposta, em maio de 1983, fruto de um acordo entre alguns partidos, o deputado federal do MDB, **Dante de Oliveira** (1952-2006) apresentou ao Congresso Nacional uma emenda constitucional propondo o fim do Colégio Eleitoral e o retorno das eleições diretas para presidente e vice-presidente para as próximas eleições, que ocorreriam em 1985.

A possibilidade de se conseguir o direito ao voto para presidente se tornara palpável devido ao desgaste passado pelo governo Figueiredo, fruto da crise econômica; e das polêmicas envolvidas na apuração do atentado ao Riocentro, em 1981. Segundo José Pedro Macarini, ao iniciar-se o governo Figueiredo, a crise econômica na qual se encontrava a economia brasileira, fruto do desgaste da política econômica adotada a partir do chamado “Milagre Econômico, já não podia ser ignorada, principalmente com o avanço da inflação (MACARINI, 2008).

De acordo com Pâmela Resende, a gestão de Figueiredo foi marcada por atentados perpetrados por militares que buscavam deter o processo de abertura política, pois reafirmavam a resistência de alguns setores no interior das Forças Armadas às medidas adotadas. O mais emblemático foi o ataque do Riocentro, em 30 de abril de 1981. Realizado por dois militares do

DOI-CODI do Rio de Janeiro, o objetivo era depositar artefatos explosivos num show comemorativo do Dia do Trabalho que ocorria no local, porém uma das bombas terminou explodindo no colo de um dos sargentos que participava da ação, que acabou morrendo (RESENDE, 2015, p. 35-36). Nesse contexto, comícios organizados pelos movimentos de oposição ganharam as grandes cidades, configurando o movimento que se tornou conhecido como “Diretas Já”, sendo amplamente coberto pela mídia, em 1984. Era um demonstrativo de que uma discussão que havia se iniciado no interior da arena política, entre partidos, tomava as ruas. Apesar da mobilização, em abril de 1984, a emenda Dante de Oliveira não alcançou os necessários 2/3 dos votos na Câmara dos Deputados, e terminou sendo rejeitada.

Entretanto, a ampla mobilização pelas “Diretas Já” e a demonstração pública do desejo de mudança da situação política fortaleceram o lançamento da candidatura de **Tancredo Neves** (1910-1985) e de **José Sarney** (1930) como candidatos indiretos à presidência e à vice-presidência, respectivamente, na chamada “Aliança Democrática”, que reuniu os partidos de oposição ao regime, liderados pelo PMDB. Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral reuniu-se, elegendo Tancredo Neves para presidente e colocando um fim no Regime Militar.

Sem medo de errar

Caros alunos! Nesta seção nós discutimos de que maneira ocorreu o processo de transição política no Brasil, após 21 anos de ditadura, em 1985. Vimos também como a prática do desaparecimento forçado de pessoas tornou-se recorrente na repressão à oposição política, tornando-se uma das questões ainda não resolvidas desde o final da ditadura.

Apesar de ter uma imagem cristalizada na memória coletiva da sociedade brasileira como um dos “pais da democracia”, ao longo da seção vimos que a gestão de Ernesto Geisel, assim como as anteriores à dele, e apesar de tomar algumas medidas liberalizantes, como a revogação da censura prévia aos meios de comunicação e a revogação do AI-5, foi autoritária e continuou se utilizando sistematicamente da repressão como forma de controlar a oposição política. Porém esse controle já não pôde mais ser total, pois se tratou de um momento em que diversos setores da sociedade brasileira voltaram a se organizar numa onda de questionamento da ditadura e de pedido pelo retorno do Estado de Direito e pelo reconhecimento pleno da sua cidadania. Nesse contexto, os casos de mortos e desaparecidos passaram a ocupar a agenda pública, tornando-se uma das principais demandas dos movimentos sociais e um dos eixos de resistência às práticas autoritárias da ditadura. Entretanto, as medidas adotadas durante a abertura política não

responderam às demandas daqueles que buscavam um esclarecimento oficial sobre o destino final dos 434 mortos e desaparecidos durante vinte e um anos de ditadura. Logo, não é à toa que mesmo com a aprovação da Lei de Anistia, a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos e de outros setores sociais reunidos em torno da bandeira dos direitos humanos, por verdade, memória, justiça e reparação, não se interrompeu. Para esses familiares, os desaparecidos não são apenas um trauma do fórum íntimo, de perda de um ente querido; mas uma ferida no tecido social, já que foi praticado pelo Estado através de suas instituições. Dessa forma, além das questões ligadas ao fato de que numa esfera privada essas pessoas merecem saber o que, como e onde ocorreu a morte do seu familiar, socialmente trata-se de uma demanda necessária para podemos rever e questionar algumas práticas repressivas do Estado brasileiro, que não se restringem apenas aos anos da ditadura, como demonstram casos de desaparecimento sob custódia das forças do Estado após a redemocratização.

Vimos que no processo de discussão e de aprovação da Lei de Anistia, optou-se por uma lei que não responsabilizaria os responsáveis pelas violações aos direitos humanos cometidas pela repressão durante a ditadura. Logo, devemos nos questionar quais os efeitos dessa lei para uma cultura de impunidade no Brasil, sobretudo das forças de segurança, militares e policiais. O caso Amarildo apresentado na situação-problema que abriu a seção é um demonstrativo disso. Um homem que, estando sob tutela do Estado e da polícia militar, que desapareceu, cabendo à sua família ir em busca de respostas. A recorrência de casos como esses demonstram a importância de falarmos do Regime Militar, estudarmos a repressão e reconhecermos a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, para nos ajudar a apontar e discutir os legados do regime autoritário. Além disso, nos dão ferramentas para abordar casos recentes em sala de aula, mesmo se tratando de regimes institucionais diferentes. E questionar até que ponto uma ruptura institucional resulta numa mudança das práticas de setores vinculados ao regime anterior, como é o caso das forças de segurança.

Faça valer a pena

1.

“O documento foi elaborado pelo então diretor da CIA, William Egan Colby, e endereçado ao secretário de Estado dos EUA Henry Kissinger. Colby relata um encontro que teria acontecido em 30 de março de 1974.

Dele, participaram Geisel e João Batista Figueiredo, que era chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) e que viria a ser presidente entre 1979 e 1985, além dos generais Milton Tavares

de Souza, que comandava o Centro de Inteligência do Exército (CIE), e Confúcio Danton de Paula Avelino, que viria a substituí-lo no CIE.

O general Milton, segundo o documento, disse que o Brasil não poderia ignorar a “ameaça terrorista e subversiva”, e que os métodos “extra-legais deveriam continuar a ser empregados contra subversivos perigosos”.

No ano anterior, 1973, 104 pessoas “nesta categoria” foram sumariamente executadas pelo CIE. Segundo o diretor da CIA, Figueiredo apoiou a política e pediu a sua continuidade.

Geisel pediu para pensar durante o fim de semana. No dia 1º de abril, Geisel e Figueiredo decidiram seguir com ações, mas destacaram que apenas “subversivos perigosos” deveriam ser executados. Figueiredo concordou que, quando o CIE apreendesse alguém, ele seria consultado e aprovaria ou não a execução (Disponível em: <https://goo.gl/5ZDJjS>. Acesso em: 16 jan. 2019)

A partir da leitura do trecho acima, responda a afirmativa correta sobre a repressão durante o governo do general Ernesto Geisel:

- a) Durante a gestão do general Ernesto Geisel, a ditadura brasileira não foi mais responsável pela morte ou pelo desaparecimento de opositores políticos, já que essas práticas iam de encontro com o projeto de abertura lenta, gradual e segura.
- b) Podemos afirmar que o general Ernesto Geisel não tinha conhecimento das mortes e desaparecimentos realizados pelos militares da linha-dura, envolvidos na repressão, pois a sua gestão era contra que essas práticas continuassem sendo realizadas.
- c) O governo do general Ernesto Geisel, apesar de iniciar o processo de distensão, não interrompeu a repressão aos opositores políticos, pois, durante a sua gestão, aumentou a prática do desaparecimento forçado de pessoas, prática esta que ele mesmo concordava, como descrito no trecho.
- d) O principal responsável pelo desaparecimento forçado de pessoas durante a ditadura militar brasileira foram os Estados Unidos que deram o treinamento aos militares brasileiros responsáveis pelo sequestro, tortura e eliminação física dos militantes de esquerda.
- e) Uma das medidas implementadas pela gestão do general Ernesto Geisel foi o desmantelamento do aparelho repressivo. Por isso, os desaparecimentos e mortes aos quais a reportagem faz referência foram praticados por esquadrões da morte, formados por policiais e militares, extraoficialmente.

2.

“Nesse contexto, o longo e duradouro processo de transição política, que se intensificou na passagem da década de 1970 para a de 1980, vai ser marcado por uma crescente busca de visibilidade e cidadania. Diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil desempenharam um papel fundamental na democratização do regime, lutando pelas liberdades públicas, por participação política, por justiça econômica e pelo reconhecimento de suas identidades.

Em particular, o ano de 1978 representou um marco fundamental na redemocratização do Brasil e na história do movimento LGBT. Isso porque, entre as diversas forças políticas que se engajaram nessas lutas democráticas como as mulheres e os negros, merece também destaque o então chamado “movimento homossexual brasileiro” (MHB).

Com efeito, no primeiro semestre de 1978, foi organizado em São Paulo o “Somos – Grupo de Afirmação Homossexual”, coletivo pioneiro na articulação do MHB. Pouco tempo antes, havia começado a circular o já mencionado mensário *Lampião da Esquina*, a primeira publicação de abrangência nacional, claramente engajada nas lutas políticas travadas pela imprensa alternativa e feita por homossexuais para homossexuais. A partir do *Somos*, vários outros grupos foram organizados em diversas partes do país.

É verdade que as homossexualidades e as transgeneridades têm uma história muito mais antiga no Brasil. Desde os tempos mais remotos, é possível identificar registros de comportamentos sexuais e de gênero dissidentes ao padrão imposto pelo sujeito pretensamente universal (homem, branco, europeu, heterossexual, cisgênero, católico e proprietário). Também se podem identificar, nessa longa história, modos diferentes de ação política e de contestação por parte dos corpos e desejos “desviantes”.

Contudo, é nesse momento peculiar da recente ditadura civil-militar que emerge, em sentido sociológico e político específico, um movimento social de luta pelo reconhecimento, pela visibilidade e pelo respeito das diversidades sexuais e de gênero. (Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/dossie-o-movimento-lgbt-brasileiro-40-anos-de-luta/>. Acesso em 16 jan. 2019)

A segunda metade da década de 1970 foi um momento no qual diferentes setores da sociedade brasileira voltaram a se organizar, formando uma onda democrática e de reivindicação por direitos e pela cidadania plena. A partir dos seus conhecimentos sobre esse momento e do trecho citado acima, podemos afirmar que:

- a) As minorias sexuais e raciais não foram atingidas pelas medidas autoritárias e repressivas implementadas pelo Regime Militar, como fica claro pelo fato de que elas estiveram atuantes e organizadas politicamente ao longo de todo esse período.
- b) Uma das novidades do final dos anos 1970 foi o surgimento de movimentos de segmentos minoritários da sociedade, como os movimentos negros e o movimento gay, hoje conhecido como movimento LGBT, que, ao questionar algumas práticas, discursos e condutas da sociedade brasileira, questionavam também o próprio Regime Militar.
- c) As pautas minoritárias no Brasil só ganharam força e visibilidade pública no contexto das discussões em torno da Constituinte de 1988, conhecida como “Constituinte Cidadã”. Antes, qualquer manifestação pública era reprimida ou censurada.
- d) As organizações homossexuais foram um fenômeno apenas do Rio de Janeiro e de São Paulo, pois, no restante do país, imperava não só o forte autoritarismo e controle do Regime Militar, como também uma cultura de machismo e preconceito, que impedia qualquer possibilidade de organização.
- e) A história da homossexualidade no Brasil se iniciou na segunda metade da década de 1970, não havendo registro de práticas, condutas ou discursos que se associem ao que hoje entendemos como cultura queer ou LGBT no país.

3.

“ Nós (da Comissão de Anistia) o que fizemos foi reformular a questão da anistia, de forma que deixasse de significar um ato através do qual o Estado perdoava as pessoas que havia perseguido no passado e passasse a ser entendida como um pedido de desculpas do Estado para todos os indivíduos indevidamente afetados pelos atos de exceção. Essa mudança hermenêutica no conceito de anistia no Brasil trouxe consigo o problema da ambiguidade associada ao termo pelo seu contexto de produção, ou seja, o contexto histórico no qual aquela lei foi aprovada no país. Diferentemente de outros países, no Brasil a Anistia foi objeto de uma disputa social, foi uma conquista da sociedade. E, ao mesmo tempo, significou a impunidade para todos os perpetradores das violações aos direitos humanos. O termo carregava consigo uma derrota da ditadura, que não admitia qualquer tipo de anistia, sobretudo se gerava somente a liberdade dos presos políticos ou habilitava qualquer medida de reparação. É essa dupla cara que tem a lei de 1979 no Brasil. Por um lado, significou

a tentativa de uma imposição de esquecimento e de impunidade e, por outro, a liberdade dos presos políticos, as primeiras medidas de reparação, as possibilidades e a abertura concreta de um marco jurídico em nosso processo de transição'. TOLENTINO, Marcos. "En Brasil hemos derrotado el miedo a discutir el pasado". **Clepsidra. Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria**. Volumen 3, Número 6, Octubre 2016. Disponível em: <https://goo.gl/4XhJnQ>. Acesso em: 16 jan. 2019.

Paulo Abrão é o atual Secretário Executivo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA) e foi Presidente da Comissão Brasileira de Anistia, responsável pelas políticas oficiais de memória e reparação para as vítimas do Regime Militar.

A partir da fala de Paulo Abrão, podemos afirmar sobre a Lei de Anistia e os processos de memória e justiça no Brasil:

- a) O conceito de Anistia não passou por transformações semânticas no Brasil, sendo entendida desde o começo como o perdão aos militares responsáveis pelas violações aos direitos humanos, e o esquecimento dos crimes cometidos pela repressão ditatorial.
- b) Não houve participação da sociedade brasileira em torno da discussão e da aprovação da Lei de Anistia, pois ela fazia parte do projeto de abertura lenta, gradual e segura, implementado pelo governo Geisel, e completamente controlado pelos militares.
- c) Os processos de memória e justiça no Brasil se interromperam com a aprovação da Lei de Anistia em 1979, não havendo qualquer mudança ou desenvolvimento desde então, já que não há como avançar nessa questão desde que se mantenha a impossibilidade de se julgar os responsáveis pelas violações aos direitos humanos então cometidas.
- d) Apesar de não ter sido aprovada uma lei que contemplassem os movimentos sociais, Paulo Abrão reconhece a importância das mobilizações em torno da Lei de Anistia para que esta fosse aprovada, pois foi preciso que os militares se adequassem a algumas das demandas postas, garantindo assim a liberdade dos presos políticos e o início de um processo de reparação.
- e) Paulo Abrão defende que a Lei de Anistia não seja revisada, pois foi uma conquista social da sociedade brasileira no final da década de 1970, que garantiu não só a liberdade dos presos políticos e o retorno dos exilados, como, também, a viabilidade do processo de redemocratização, sendo assim um dos seus pilares.

Referências

- ARAÚJO, Maria Paula. “1968, nas teias da história e da memória”. In: **CLIO-Série Revista de Pesquisa Histórica**. N. 26, 2008.
- ARAÚJO, Maria Paula. “Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970”. In: FICO, Carlos (org.) *et al.* **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- AVENTURAS NA HISTÓRIA. **Há 43 anos, Vladimir Herzog era ‘suicidado’ no DOI-CODI**. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-morte-vladimir-herzog.phtml>. Acesso em: 24 jan. 2019.
- AZEVEDO, D. Nossa anistia foi ampla, geral e irrestrita? Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Principios-Fundamentais/Nossa-anistia-foi-ampla-geral-e-irrestrita-/40/32650> Acesso em 15 jan. 2019.
- BARRUCHO, L. **50 anos do AI-5: Os números por trás do ‘milagre econômico’ da ditadura no Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- BAUER, C. S. **Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória**. Porto Alegre: Medianiz, 2012.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1370.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- CAROCHA, Maika Lois. “A censura musical durante o regime militar (1964-1985)”. In: **História: Questões & Debates**. N. 44, 2006, Editora UFPR.
- CARVALHO, A. Partidos e abertura nos anos 1970: o MDB nas eleições de 1974 e 1978. In: ANPUH. **Anais eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História**. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364609900_ARQUIVO_AlessandraCarvalhoAnpuh2013.pdf. Acesso em: 11 jan. 2019.
- CATELA, L. da S. **Situação-limite e memória**. A reconstrução do mundo dos familiares e desaparecidos na Argentina. São Paulo: Hucitec, 2001.
- CHIRIO, M. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS; IEVE – Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado. **Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014, p. 98-99. Disponível em: http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relat%-C3%B3rio%20cnv%20volume_1_digital.pdf. Acesso em: 4 dez. 2018.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. “Violações de direito humanos dos trabalhadores”. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>. Acesso em: 17 dez. 2018.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório Final. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>. Acesso em: 17 dez. 2018.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório volume I**. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Ministério da Justiça: o lado duro da transição. In: CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Org.). **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumaré, 1995.

DARNTON, Robert. **Censores em ação: como os Estados influenciaram a literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, 2007, v. 12, n. 23. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042007000200007&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 14 jan. 2019.

DORIGON, Luana. **É um alívio poder dizer que meu pai não é mais um desaparecido político**. Disponível em: <https://ponte.org/e-um-alivio-poder-dizer-que-meu-pai-nao-e-mais-um-desaparecido-politico/> Acesso em 16 de jan. 2019

EDUCAÇAO.UOL. **Generais da ditadura dão nome a 717 escolas do Brasil; públicas dominam lista de homenagens**. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/infograficos/2014/04/14/escolas-publicas-dominam-lista-com-nomes-de-ex-presidentes-do-regime-militar.htm>. Acesso em: 3 dez. 2018.

FICO, C. *et al.* (org.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FICO, C. *et al.* (org.). **Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar**. Rio de Janeiro: RECORD, 2001.

FICO, C. *et al.* (org.). Ditadura Militar Brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. In: Tempo & Argumento. **Revista de História do Tempo Presente**. V. 9, n. 20, 2017.

FICO, C. *et al.* (org.). Censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, C. *et al.* (org.). 'Prezada Censura': cartas ao regime militar. In: Topoi. **Revista de História**. Vol. 3, Número 05, julho-dezembro 2002.

FICO, C. *et al.* (org.). **Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar**. Rio de Janeiro: RECORD, 2001.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Jornalista morreu sob tortura em 1985**. 19 out. 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1910200419.htm> Acesso em: 24 jan. 2019.

GARCIA, Miliandre. Quando a moral e a política se encontram: a centralização da censura de diversões públicas e a prática da censura política na transição dos anos 1960 para os 1970. In: **Dimensões**. Vol. 32, 2014.

GARCIA, Miliandre. 'Ou vocês mudam ou acabam': aspectos políticos da censura teatral (1964-1985)". In: Topoi. **Revista de História**, v. 11, n. 21, jul./dez. 2010.

- GASPAROTTO, A. **O terror renegado**: a retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1075). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.
- HAMBURGER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. *In*: NOVAIS, Fernando A., SCHWARCZ, Lília M. (org.). **História da Vida Privada no Brasil (volume 4)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.
- JIMÉNEZ, Carla. Ivo Herzog: 'O Brasil insiste em virar a página da ditadura, mas sem escrevê-la antes. **El País**, 24 maio 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/21/politica/1526935775_966311.html Acesso em: 24 jan. 2019.
- KUSHNIR, Beatriz. Calar é consentir! Jornalistas colaboradores e censores no pós-1964. **Revista Contemporânea**, Ano 1, n. 1, 2011.
- KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda**: Jornalistas e Censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MACARINI, José Pedro. Crise e política econômica: o Governo Figueiredo (1979-1984). *In*: **Texto para Discussão**. Instituto de Economia/UNICAMP, n. 144, junho 2008. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1774&tp=a>. Acesso em: 24 jan. 2019
- MAGALHÃES, Livia. **Com a taça nas mãos. Sociedade, Copa do Mundo e Ditadura no Brasil e na Argentina**. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ, 2014.
- MARTIS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. São Paulo: EdUFSCar, 1995.
- MEMORIAL DA DEMOCRACIA - Resistência Cultural. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/resistencia-cultural#>. Acesso em: 24 dez. 2018.
- MINISTÉRIO DO INTERIOR. **Relatório Figueiredo**. Disponível em: <https://www.documentos-revelados.com.br/geral/relatorio-figueiredo-na-integra/>. Acesso em: 17 dez. 2018.
- NAPOLITANO, Marcos. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981)". **Revista Brasileira História**, v. 24, n. 47, 2004.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. **Marchinhas clássicas começam a ser banidas de blocos de carnaval do Rio**. 31 jan. 2017. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,marchinhas-classicas-comecam-a-ser-banidas-de-blocos-de-carnaval-do-rio,70001647658>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- PADRÓS, E. S. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. *In*: FICO, Carlos (org.) *et al.* **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- PEREIRA, A. W. **Ditadura e repressão**: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- POLITY IV. **Contry Report 2010**: Brazil. Disponível em: <https://www.systemicpeace.org/polity/Brazil2010.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.
- QUADRAT, S. V. A emergência do tema dos direitos humanos na América Latina. *In*: RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escritas de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

QUADRAT, S. V. Operação Condor: o 'Mercosul do terror'. In: **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXVIII, n. 1, junho 2002.

REIS FILHO, D. A. (org.) *et al.* **O golpe e a ditadura militar**. 40 anos depois (1964-2004). Bauru: EDUSC, 2004.

REIS FILHO, D. A. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

REIS FILHO, Daniel Aarão (org.) *et al.* **O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

RESENDE, P. de A. **Os vigilantes da ordem: a cooperação Deops/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

RESENDE, Pâmela de Almeida. **Os vigilantes da ordem: a cooperação Deops/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

RIDENTI, M. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RODRIGUES, Iram Jácome. **Sindicalismo e política: a trajetória da CUT**. São Paulo: Scritta, Fapesp, 1997.

ROLLEMBERG, D. **Exílio: entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SANTANA, Marco Aurélio. Classe trabalhadora, conflito político e democracia: o ciclo de greves do ABC Paulista e os desafios do Sindicalismo atual. **Lua Nova. Revista de Cultura e Política**. 2018, n. 104.

SANTIAGO, Tatiana. 'Não me senti cúmplice', diz fotógrafo de Herzog na Comissão da Verdade. **G1 SÃO PAULO**, 28 maio 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/05/nao-me-senti-cumplice-diz-fotografo-de-herzog-na-comissao-da-verdade.html>. Acesso em: 24 jan. 2019.

SETEMY, Adriana Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante o regime militar. In: Topoi. **Revista de História**, v. 19, n. 37, jan./abr. 2018.

TELES, Janaína de Almeida. "Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por 'verdade e justiça' no Brasil". In: TELES, Edson & SAFATLE, Wladimir. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

Unidade 4

A democracia na Nova República

Convite ao estudo

Caro aluno, nesta unidade, você irá estudar e conhecer mais sobre os acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais do Brasil durante o que ficou conhecido como **Nova República**: os governos democráticos que se iniciaram ao fim da ditadura militar e deram origem ao período mais longo de democracia ininterrupta de nossa história.

Depois de vinte e um anos de ditadura, em 1985, **José Sarney** [1985-1989] se tornou o primeiro civil a ocupar o posto de presidente da República desde a deposição de João Goulart com o Golpe civil-militar de 1964. Logo, o estudo do período aberto com o seu governo é importante para analisarmos as mudanças institucionais que se deram com o final do Regime Militar e o retorno ao regime democrático. Além disso, tais mudanças permitem compreender as reconfigurações políticas sofridas pelo Brasil com o retorno à democracia, sobretudo os diferentes projetos políticos em disputa que, a partir de então, passaram a ser propostos para resolver os nossos problemas políticos, econômicos e sociais. Nesse sentido, ao compararmos, por exemplo, os governos de **Fernando Collor de Mello** [1990 – 1992], dos presidentes **Fernando Henrique Cardoso** [1994-2002] e **Luís Inácio Lula da Silva** [2003-2010], é possível perceber projetos diferentes em muitos aspectos, com soluções e conjunturas próprias – projetos estes que ainda disputam e fazem parte do cenário político brasileiro. Apesar das muitas diferenças entre os governos citados, todos eles partilham uma característica, inexistente entre 1964 e 1989: todos foram eleitos diretamente pelo voto popular, em eleições livres e pluripartidárias; lidaram com uma imprensa livre; enfrentaram oposição e questionamentos públicos sem que seus opositores fossem perseguidos, exilados, torturados ou mortos por suas convicções políticas.

Por isso, como dissemos inicialmente, o período abarcado por esta unidade, iniciado em 1985, é considerado como o mais longo período democrático da história política brasileira. Logo, o seu estudo é importante para analisarmos as práticas democráticas que se institucionalizaram no Brasil com o fim da ditadura, e os desafios e limites encontrados por elas, como a permanência de práticas e de questões que não foram resolvidas apenas com a passagem institucional da ditadura para a democracia.

Além das questões políticas, as décadas de 1980, 1990 e as primeiras décadas dos 2000 foram momentos de importantes transformações sociais e culturais no Brasil. Assim, nesta unidade, estudaremos de que maneira a sociedade brasileira se reconfigurou ao longo desses anos, num período marcado por inovações tecnológicas, pela globalização, pelos debates em torno da diversidade, etc. A censura que limitava a liberdade de expressão durante a Ditadura Militar acabou em 1988 e, com isso, ao estudar esse período é necessário ter em conta a diversidade de vozes, realidades sociais e demandas que encontraram primeiro nas produções culturais e artísticas, e posteriormente na tecnologia, espaço para dar eco às suas vozes.

Finalmente, por se tratar do estudo de um passado recente – quando não de situações absolutamente contemporâneas -, como historiador e professor, você, estudante, terá que se preparar para enfrentar debates com interlocutores muitas vezes mais marcados pelas paixões da política e seus maniqueísmos, do que por uma análise propriamente histórica dos eventos. Nesse sentido, a sala de aula está sempre permeada pelas discussões que se dão generalizadamente pela sociedade e suas aulas não escaparão de debater esses espinhosos temas. A questão geral que se coloca, então, é: como o professor de história pode analisar em detalhe os temas da Nova República mobilizando os estudantes para um debate que evite os esquematismos e simplismos do senso comum?

O processo de redemocratização: de Sarney ao Plano Real

Diálogo aberto

A década de 1980 é um período da nossa história recente ao qual, para muitos, são associados a nostalgia e o desencanto. Trata-se de uma época cujos costumes, moda e produção cultural são recuperados de maneira recorrente no presente, como uma fonte de inspiração, muitas vezes envolta pelo sentimento de nostalgia. Por outro lado, ao buscamos sobre os anos 1980 na internet e nos meios de comunicação brasileiros, eles geralmente são representados como “a década perdida”. Por se tratar de um passado relativamente recente, esse imaginário ambíguo é muito presente também na sala de aula: como professor, você encontrará relatos e memórias familiares que ora reafirmarão o senso comum nostálgico de um passado em que “tudo era melhor”, ora reafirmarão aquele momento como uma “década perdida”.

Segundo a historiadora Samatha Viz Quadrat (2015), essa expressão teria sido criada pelos economistas e derivaria do baixo crescimento econômico do país na época. Entretanto, ela se tornou uma referência quando o período é recuperado, para além das questões econômicas. Para a autora, os anos 1980 são um período em que a euforia e a frustração foram sensações permanentes no Brasil. Foi o momento de retorno dos brasileiros às ruas e de uma retomada positiva de símbolos nacionais, com o hino e a bandeira. Fruto dos movimentos em torno das “Diretas Já!”, foi também um momento de introdução de uma nova geração de brasileiros na política. Somava-se também uma vibrante produção cultural de jovens artistas que davam espaço e voz aos anseios dessa nova geração. Logo, haveria na sociedade brasileira um entusiasmo, relacionado à crença de que a democracia resolveria todos os nossos problemas políticos, sociais e econômicos. Entretanto, a derrota da emenda Dante de Oliveira (que decidiria sobre o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República), as crises econômicas, os problemas fruto da crescente desigualdade social e a descoberta do vírus da Imunodeficiência Humana Adquirida (HIV) contribuíram para a construção no imaginário social de que se tratava de uma década de sucessivas decepções (QUADRAT, 2015, p. 7-8).

Segundo Gelsom Rozentino de Almeida (2011), para além do ponto de vista do crescimento econômico, o consenso de que a década de 1980 havia sido perdida para o Brasil, relacionava-se a um sentimento compartilhado de oportunidades que teriam escapado entre os dedos dos brasileiros. Nesse

sentido, ele aponta que a década de 1980 pode ser considerada uma “década perdida” para a imensa maioria da população que se encontrava à margem do mercado, prejudicada por políticas econômicas recessivas, arrochos salariais, desemprego, dificuldade de acesso à saúde e à educação, em meio a uma espiral inflacionária. Porém, argumenta que a conquista da democracia e de coisas banais, como a liberdade de escolha sobre o que ver, ler, ouvir e dizer, de se reunir e de se organizar, de votar, coloca em cheque essa noção de um “tempo perdido”. Ele afirma que, apesar de todos os problemas, foi justamente nos anos 1980 que se consolidou a transição para o regime democrático, com a normalização das instituições e a revitalização da política, e, sobretudo, o desenvolvimento da sociedade civil. Considere que diante desse cenário aparentemente ambíguo, ao estudar a segunda metade dos anos 1980 seus futuros estudantes poderão trazer para as aulas a questão em termos bem mais simples e diretos: “foram os anos 1980 ‘uma década perdida’”? Como responder a esse breve questionamento sem reproduzir simplismos e reiterar interpretações maniqueístas? Como sintetizar didaticamente um balanço dos processos de que estamos tratando?

Não pode faltar

Os anos 1980 no Brasil foram o período no qual se consolidou o processo de transição do Regime Militar para a democracia, iniciado pelo general Ernesto Geisel, em 1974, e assegurado por seu sucessor, o general João Baptista Figueiredo. Em 1985, com a derrota da emenda Dante de Oliveira, que propunha o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República no país, Tancredo Neves (1910-1985) e José Sarney (1930) foram eleitos pelo colégio eleitoral presidente e vice-presidente, respectivamente. Encerrava-se, assim, depois de vinte e um anos, o Regime Militar.

Segundo Samantha Quadrat (2015), há uma polêmica na nossa historiografia sobre qual seria o marco para o fim do Regime Militar: 1979, quando o AI-5 é revogado; 1985, quando Tancredo Neves, que viria a falecer logo em seguida, e José Sarney assumiram a presidência da República, marcando o retorno dos civis ao poder após vinte e um anos de ditadura militar; 1988, quando é produzida uma nova Constituição; ou 1989, quando os brasileiros elegeram por voto direto o presidente da República, numa disputa vencida por Fernando Collor de Mello (QUADRAT, 2015, p. 7). Todos esses fatos configuram o processo de nossa “longa transição” e foram importantes para consolidar uma mudança institucional no país, da ditadura militar para a democracia.

Após a rejeição da emenda Dante Oliveira no Congresso Nacional, em abril de 1984, ficou-se estabelecido que os militares passariam o poder para os civis por meio de uma eleição indireta para a Presidência da República. A disputa se formou entre **Paulo Maluf** (1931-), candidato do Partido Democrático Social (PDS), indicado pelo governo militar; e **Tancredo Neves** (1910 – 1985), candidato de um bloco de partidos chamado Aliança Democrática. Mesmo com as eleições indiretas, Tancredo Neves contou com forte apoio popular, capitalizado a partir da sua importante participação na campanha pelas eleições diretas, o que depositava na sua candidatura a representação da consolidação da democratização. No seu programa, ele contemplava a convocação de uma Assembleia Constituinte, os problemas sociais, as eleições diretas, a dívida externa, o emprego, a liberdade sindical e o Estado de Direito. Ocorridas em janeiro de 1985, as eleições lhe deram a vitória por 480 votos, contra os 180 de Paulo Maluf. Para designar o seu período de governo, Tancredo Neves cunhou o termo “Nova República”, que ainda hoje é utilizado de maneira reiterada para se referir ao período institucional iniciado em 1985. A posse do primeiro civil eleito para o cargo de Presidente da República, desde a eleição de Jânio Quadros, em 1960. Entretanto, no dia anterior à sua posse, ele adoeceu gravemente, passando por uma série de cirurgias no Instituto do Coração do Hospital das Clínicas de São Paulo. Durante semanas, boletins médicos eram acompanhados pelos brasileiros, que alimentavam um falso otimismo sobre o seu estado de saúde. Tancredo Neves faleceu no dia 21 de abril de 1985, e o seu cortejo fúnebre saiu de São Paulo, passou por Brasília e Belo Horizonte, até chegar a São João Del-Rei (MG). A cobertura do telejornalismo do período, na cobertura da sua eleição, doença e morte em 1985 contribuiu para produzir uma memória de que Tancredo Neves teria sido o grande articulador da redemocratização e o grande responsável pelo fim da ditadura militar, garantindo a sua presença no panteão dos políticos brasileiros rememorados mais positivamente na história brasileira, apesar de ter morrido antes de tomar posse (DIAS, 2015, p. 258-259).



Saiba mais

A memória produzida em torno da figura de Tancredo Neves

Figura 4.1 | Funeral do presidente Tancredo Neves; cortejo em São Paulo, SP



Fonte: Mafalda (1985).

No artigo *Representações da nação: a morte e os funerais de Tancredo Neves*, o historiador Douglas Attila Marcelino analisa os discursos e as representações veiculados na conjuntura marcada pela doença e pela morte de Tancredo Neves, importantes na consolidação da sua figura como herói cívico e único político capaz de promover a superação da crise política nacional, no quadro aberto com o final da ditadura.

MARCELINO, Douglas Attila. *Representações da nação: a morte e os funerais de Tancredo Neves*. XIII Encontro de História Anpuh – Rio, 2008.

Com a morte de Tancredo Neves, o vice-presidente eleito junto com ele, José Sarney, tornou-se o Presidente da República. O seu governo foi marcado, principalmente, pelos planos econômicos implementados para contornar a crise econômica e pelo desenfreado processo de inflação que assolava a economia brasileira. O primeiro deles foi o **Plano Cruzado**, uma reforma monetária implantada por sua equipe econômica em 1986. De acordo com Charleston José de Souza Assis, o Cruzado provocou um enorme impacto no cotidiano dos brasileiros, pois decretou a mudança da moeda; a mudança no cálculo das dívidas, da caderneta de poupança, dos investimentos, dos alugueis e das prestações do BNH; o reajuste e o congelamento de salários; e, principalmente, o congelamento geral de preços e tarifas pelos seus valores em 27 de fevereiro de 1986. Inicialmente, o congelamento de preços teve enorme sucesso, contando com uma mobilização inédita, constituída por multidões decididas a impor o tabelamento de preços do governo ao empresariado, num movimento em que os brasileiros e o governo pareciam estar do mesmo lado. Além disso, os objetivos do plano foram alcançados: a

inflação chegou a atingir valores negativos e houve um aumento do consumo. Consequentemente, Sarney atingiu uma aprovação popular alta, apesar de ser um político associado à ditadura militar - por ter sido presidente da ARENA e exercido durante o Regime Militar os cargos de governador e Senador pelo estado do Maranhão, e das frustrações em torno da morte de Tancredo Neves (ASSIS, 2015).

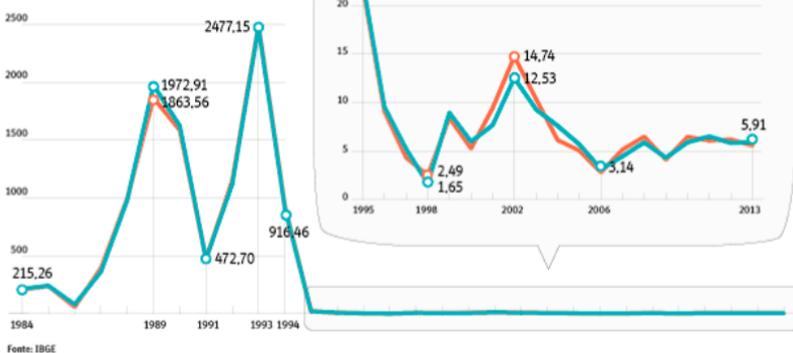
A inflação na Nova República

Figura 4.2 | Representação do histórico da inflação

HISTÓRICO DA INFLAÇÃO Confira a evolução dos preços desde 1984, em %

— IPCA - Índice oficial do país, usado pelo governo para estabelecer a meta de inflação para o ano. Abrange as famílias com renda entre 1 e 40 salários mínimos

— INPC - Índice usado no reajuste do salário mínimo e dos benefícios previdenciários, além de base para acordos salariais. Abrange as famílias com renda de 1 a 5 salários mínimos



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/06/1477505-pais-teve-varios-planos-economicos-para-controlar-a-inflacao-conheca.shtml>. Acesso em: 28 fev. 2019.

Entretanto, depois de alguns meses, o crescimento do consumo levou o plano à falência. O tabelamento dos preços retraiu alguns setores produtivos, gerando uma escassez e inclusive o desaparecimento de alguns bens de consumo das prateleiras dos supermercados. Em resposta a isso, o governo empregou as reservas cambiais do país na obtenção de algumas mercadorias essenciais que desapareceram da economia nacional. Essa fuga de reservas gerou por sua vez um processo de crise econômica, marcado pela moratória – o não pagamento dos juros da dívida externa brasileira. O controle dos preços tornou-se insustentável, disparando novamente a inflação. Dois novos planos foram implementados – o **Plano Bresser**, em 1987; e o **Plano Verão**, em 1989, ambos incapazes de superar os efeitos do processo inflacionário na economia brasileira. As medidas econômicas adotadas pelo governo Sarney encontraram oposição principalmente da Central Única de Trabalhadores (CUT) e da Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Em conjunto, as duas centrais

sindicais convocaram três grandes greves gerais entre 1986 e 1989, cada uma delas em resposta aos planos econômicos do governo (ALMEIDA, 2011).



Assimile

O “novo sindicalismo”: o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT)

O enfrentamento à ditadura e o processo de redemocratização no Brasil resultou no surgimento de novos espaços de ativismo e militância para os trabalhadores, configurando o chamado “novo sindicalismo”. O novo sindicalismo desafiou a legislação antigreves do Regime Militar e começou a romper as amarras da organização sindical subordinada ao Estado, modelo implantado no país desde a década de 1940. Os trabalhadores impulsionaram a luta pela redemocratização, criando o seu próprio partido, o Partido dos Trabalhadores, (PT), em 1980; e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. Articulado com outros movimentos sociais, o Novo Sindicalismo levaria a pauta dos trabalhadores às ruas, aos processos eleitorais e à Assembleia Constituinte (1987-1988). O PT surgiu a partir das mobilizações em torno das greves operárias no ABC paulista, iniciadas em 1978. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP), então presidido por Luiz Inácio “Lula” da Silva (1945-), desempenhou um papel-chave nesse contexto, principalmente para dar força à ideia de criação de um partido dos trabalhadores, atraindo outros setores como militantes de agrupamentos de esquerda, intelectuais, participantes de diversos movimentos sociais e membros das comunidades eclesiais de base (CEBs). Após encontros realizados pelos estados, em 1979, o novo partido foi estruturado e, em fevereiro de 1980, ocorreu o ato oficial de fundação do PT em São Paulo. Os discursos iniciais do PT tiveram como eixo o acesso da classe trabalhadora ao poder, associando a luta pela ampliação dos direitos de cidadania ao conteúdo de classe de suas propostas, expresso no slogan da campanha de Lula em 1982, “Trabalhador vota em trabalhador”. A partir desse ano, os resultados eleitorais demonstraram um crescimento continuado do partido, elegendo oito deputados federais e doze deputados estaduais em todo o país, nas suas primeiras eleições, e chegando à administração de algumas das cidades mais importantes do país, como São Paulo e Porto Alegre, nas eleições municipais de 1988. A eleição presidencial de 1989, apenas nove anos após a fundação do partido, foi um momento crucial, pois o seu candidato, Lula, disputou o pleito marcado pelo alto número de candidatos, 22 no total; e chegou ao segundo turno numa disputa acirrada com Fernando Collor de Mello (FERREIRA; FORTES, 2008).

A CUT também surgiu a partir de setores ligados às greves do ABC paulista. Ela foi formada em 1983, como um projeto para a organização, representação e mobilização nacional dos trabalhadores e, devido aos pontos de semelhança nas suas origens, contou com uma presença majoritária de petistas dentre os adeptos de sua formação. Não se tratava, entretanto, de um braço sindical do PT, pois havia na sua origem militantes ligados a outros partidos, conferindo-lhe um caráter suprapartidário. De acordo com Gelsom Rozentino de Almeida (2011), a CUT pode ser caracterizada como uma central dos trabalhadores brasileiros que pretendia representar não só o movimento sindical, mas também outros movimentos sociais, o que a levou a representar tanto os trabalhadores brasileiros das cidades como os do campo. Além disso, estiveram entre suas demandas não só questões concretas do cotidiano do trabalhador, mas também questões ligadas à melhoria das suas condições de vida. Em 1986, as entidades sindicais que participavam da CUT já somavam um contingente de aproximadamente 12 milhões de brasileiros (ALMEIDA, 2011, p. 108-109).

Além da questão econômica, o governo Sarney foi marcado também pelas movimentações políticas em torno da **Constituição de 1988**. A proposta de uma nova Constituição para o Brasil ganhou força crescente ao longo das décadas de 1970 e 1980, e esteve relacionada ao reconhecimento da necessidade de construção de uma nova cidadania no Brasil, que superasse os entraves e o legado autoritário da ditadura militar. Logo, a instalação da Assembleia Constituinte no Brasil, entre os anos de 1987 e 1988, respondeu a um amplo movimento social, marcado por embates políticos pela afirmação de direitos e pela ampliação das garantias de cidadania, contando com a participação de diversas instituições da sociedade brasileira, sindicatos, associações trabalhistas e de moradores e grupos sociais organizados em torno de movimentos pelos direitos das mulheres, dos negros, das pessoas portadoras de deficiência física, dos idosos, indígenas, crianças e adolescentes, etc., que concordavam em relação à necessidade de uma Constituinte que respondesse a essas diversas demandas. Essa mobilização foi fruto de iniciativas que irromperam em todo país para incentivar a participação da sociedade no processo da Constituinte, entendida como elemento-chave de afirmação da vontade política dos brasileiros. Em 28 de junho de 1985, Sarney enviou ao Congresso a proposta do governo de convocação de uma nova Assembleia Constituinte no Brasil. A sua proposta visava a organização de uma Constituinte “congressual”, formada pelos deputados federais e senadores eleitos. Esses parlamentares acumulariam, assim, as funções legislativas e constituinte, o que contrariava a ideia de uma Constituinte formada exclusivamente para esse fim, defendida por expressiva parcela da sociedade.

Apesar das pressões dos movimentos sociais, em 27 de novembro esse projeto foi aprovado, sendo instalada a Assembleia Nacional Constituinte em 1 de fevereiro de 1987. Mesmo se tratando de uma Constituinte “congressual”, foram organizados congressos e debates públicos, envolvendo os parlamentares, de modo a selar compromissos entre os constituintes, a sociedade e os partidos políticos, em relação às diferentes demandas sociais. Nesse quadro, foi aprovado o instrumento das “emendas populares”, que garantia a possibilidade de qualquer eleitor apresentar emendas ao projeto da Constituição, o que resultou na formalização de 122 emendas populares, assinadas por quinze milhões de brasileiros, que refletiam a pluralidade e os enfrentamentos então presentes na sociedade brasileira (VERSIANI, 2010).



Exemplificando

Figura 4.3 | A participação das mulheres no processo da Constituinte de 1988 e a luta pela igualdade entre gêneros



Fonte: <http://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/constituinte/index.html>. Acesso em: 28 fev. 2019.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) foi criado em 1985, vinculado ao Ministério da Justiça para promover políticas públicas que visassem acabar com a discriminação de gênero e assegurar a participação feminina nas atividades políticas, econômicas e culturais do país. No contexto da mobilização em torno da Constituinte, com o lema “**Constituinte pra valer tem que ter os direitos da mulher**”, o CNDM redigiu uma série de propostas durante o seu Encontro Nacional realizado em 26 de agosto de 1986. Suas reivindicações específicas abarcavam pontos relacionados ao direito da família, como a plena igualdade entre os cônjuges e a proteção da lei contra a violência conjugal; o direito do trabalho, como a equiparação salarial entre homens e

mulheres; e o direito à saúde, como a garantia de assistência integral à saúde da mulher em todas as fases da sua vida. Além da mobilização coletiva, vinte e seis parlamentares mulheres participaram das sessões em torno da Constituição de 1988. Uma de suas conquistas foi a inclusão no artigo 5º da Constituição que afirma a igualdade de direito entre homens e mulheres. Algumas das demandas do CNDM estão em pauta até hoje na nossa sociedade, que busca cada vez mais uma igualdade política e social entre gêneros. Leiam abaixo um trecho da carta enviada pelo CNDM para os parlamentares que participara da Constituinte:

“ Nós, mulheres, estamos conscientes que este país só será verdadeiramente democrático e seus cidadãos e cidadãs verdadeiramente livres quando, sem prejuízo de sexo, raça, cor, classe, orientação sexual, credo político ou religioso, condição física ou idade, for garantido igual tratamento e igual oportunidade de acesso às ruas, palanques, oficinas, fábricas, escritórios, assembleias e palácios. (CARTA..., 1986, [s.p.])

A nova Carta Magna foi debatida durante 20 meses por 559 parlamentares – 72 senadores e 487 deputados federais -, que integraram a Assembleia Nacional Constituinte. Houve, ainda fruto dessas mobilizações, a participação de representantes da sociedade civil, como entidades sociais e religiosas e lideranças indígenas. Em 5 de outubro de 1988, uma nova Constituição foi promulgada contendo 245 artigos, uma das mais longas do mundo. Os seus artigos forjaram os princípios do que se entende por um Estado de bem-estar social, no qual o Estado tem participação ativa na organização social e econômica do país. Nesse sentido, a Constituição foi entendida como um meio para combater alguns problemas crônicos do país, principalmente a desigualdade social. Logo, entre os primeiros artigos estão assegurados alguns direitos sociais a todos os brasileiros: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados. Tratam-se de princípios que nortearam a formatação de políticas públicas nacionais, como o **Sistema Único de Saúde (SUS)**, a previdência pública e a educação pública como responsabilidades da União, dos estados e dos municípios. Além disso, foram estabelecidos direitos trabalhistas essenciais, como a unificação do salário mínimo em todo o país, a definição da jornada de trabalho, o 13º salário, implantando e ampliando temas previstos na CLT de 1943 (VENTURINI, 2018).



Refleta

Os direitos dos povos indígenas e quilombolas

Figura 4.4 | Povos indígenas nas galerias do Congresso: luta pela demarcação de terras



Fonte: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/constituinte/index.html>. Acesso em: 28 fev. 2019.

Um dos debates que se colocou durante a votação da Constituinte foram os direitos dos povos indígenas e dos povos quilombolas, principalmente a questão da demarcação das terras em que viviam suas comunidades. Tais debates refletiam o confronto entre duas visões político-econômicas: de um lado, a construção de um país igualitário e culturalmente plural, que entendia a terra como um patrimônio coletivo; do outro, a visão de uma estrutura culturalmente hierarquizada, que sustentava a concentração de riquezas e terras na esfera privada, e que não respeitava o direito das terras pelos indígenas (DUARTE, 2017, p.105-112). Atualmente, estamos revivendo essa discussão, principalmente, em torno de quem tem a autoridade de decidir e discutir sobre o direito à terra por indígenas e por populações quilombolas. Nesse sentido, fica o questionamento: o território ocupado por alguns povos indígenas e pelos quilombolas é seu por direito? Devemos ter instrumentos que garantam que essas terras não sejam tomadas por processos de desenvolvimento econômico?



Assimile

A produção cultural nos anos 1980: rock, samba e redemocratização

A promulgação da Constituição de 1988 resultou também no fim da censura no Brasil, garantindo assim o direito à liberdade de expressão e a livre manifestação cultural. Desde o início da década de 1980, um dos

principais alvos da censura federal era o rock nacional, então adotado pela juventude brasileira como a sua maneira de pensar e de exteriorizar seus anseios e sentimentos. Uma nova geração de artistas que surgiu a partir dos anos 1980, como Cazuzu e Renato Russo, capitalizou, então, as novas linguagens e percepções da sua geração, configurando um movimento artístico-cultural que se tornou conhecido como “BRock”, feito por e para jovens brasileiros. Segundo Aline do Carmo Rochedo (2011), os grupos de rock dos anos 1980 abordaram com suas canções temas que exteriorizavam o momento vivido, pelo prisma pessoal, cotidiano e da política. (ROCHEDO, 2011).

De acordo com Tiajaru D’Andrea (2016), em relação aos setores mais populares e às classes trabalhadoras, o samba se tornou um importante canal de expressão. O movimento de rodas de samba que proliferou no decorrer dos anos 1980 teria surgido, para ele, também como uma forma de resistência à ditadura, fruto de uma necessidade da população mais pobre de se reafirmar festivamente nos anos da abertura política. Principalmente o Rio de Janeiro foi tomado por rodas de samba ou “pagode”, nome que então se dava a esses encontros musicais, tornando-se locais onde se podia cantar sambas, fortalecer relações de afeto, encontrar-se e reencontrar-se e reconhecer-se enquanto comunidade e enquanto classe social. Essas rodas de samba foram importantes para o surgimento e a consolidação de artistas e grupos como Fundo de Quintal, Beth Carvalho e Leci Brandão, que, paulatinamente, passaram a cantar nas letras de suas músicas a redemocratização e temas importantes naquele contexto, como a afirmação e a valorização de suas raízes africanas e o engajamento em associações de moradores e em prol das demandas das comunidades. (D’ANDREA, 2016).

Os debates em torno da Constituinte demonstraram uma ampliação do horizonte da percepção das possibilidades da redemocratização, com a presença mais relevante de atores com distintas propostas de encaminhamento para o regime democrático, fenômeno que se repetiu nas eleições de 1989. As análises dessas eleições apontam para algumas características da arena político-partidária brasileira e do jogo eleitoral que se mantêm até o presente. Ao levantar os perfis e as trajetórias dos 22 candidatos à presidência e vice-presidência nesse pleito, um número recorde para as eleições presidenciais no Brasil, Alessandra Carvalho (2015) pontua que a diversidade dentro de um grupo heterogêneo refletiu a maneira como a arena política e partidária brasileira se reconfigurou, colocando em interação experiências, trajetórias, tradições e ideologias forjadas em tempos distintos, num contexto de transformação institucional, fruto, sobretudo, da reforma partidária de 1979 e da liberdade concedida à organização de siglas, em 1985. Havia candidatos que

apresentavam pouca ou nenhuma experiência político-partidária anterior ao pleito de 1989 e suas candidaturas ligaram-se às modificações feitas na legislação partidária no decorrer do governo Sarney, que permitiram maior liberdade ideológica e reduziram as exigências para a criação e o registro provisório de legendas, após décadas de enquadramento autoritário. Havia aqueles que deram seus primeiros passos na política nos anos da ditadura, como os dois candidatos que disputaram o segundo turno, **Lula** e **Fernando Collor de Mello**, com experiências políticas e ideológicas construídas, sobretudo, a partir da segunda metade dos anos 1970, e que fortaleceram suas carreiras nos contextos político-partidários estabelecidos a partir de 1979. Por último, havia políticos cujas trajetórias se iniciaram antes do golpe de 1964, dentre os quais estavam figuras que haviam sido afastadas da política pela ação repressiva da ditadura, como **Leonel Brizola** (1922 – 2004)

A formação das chapas refletiu questões de cunho social, econômico, político, mas também racial, religioso e ecológico que ganharam a cena pública com as discussões em torno da Constituinte; assim como a perda da hegemonia do PDMB e do PDS, dois grandes partidos originados na Arena e no MDB, e que haviam acumulado grande capital político durante o sistema bipartidário que vingou na ditadura. As eleições de 1989 foram marcadas também pela crise econômica e de legitimidade política que geraram grande insatisfação social. Diante disso, surgiu o sentimento de decepção entre o eleitorado brasileiro com a chamada “Nova República” e com os políticos, o que explicaria o sucesso de candidaturas tidas como “novas”. Tais candidaturas ganharam força, principalmente, através dos meios de comunicação e do horário gratuito de propaganda eleitoral, dando ao marketing político um papel central nas campanhas e na construção da imagem pública dos candidatos. Um dos candidatos que melhor capitalizou o espaço da mídia foi Collor, que foi apresentado como um político jovem, moderno e com experiência administrativa, além de determinado no combate à corrupção e crítico ferrenho do governo Sarney. No segundo turno, a disputa entre sua candidatura e a de Lula gerou uma polarização ideológica entre esquerda e direita. Além disso, episódios ocorridos no final da disputa indicaram a ação deliberada dos meios de comunicação para favorecer a candidatura de Collor, tornando-se um marco na história da imprensa no Brasil, gerando reflexões acerca dos parâmetros da atuação dos jornalistas em uma ordem democrática (CARVALHO, 2015).

Em 17 de dezembro de 1989, Collor tornou-se o primeiro presidente eleito conforme a Constituição Democrática de 1988, quase trinta anos depois da última eleição direta para presidente. A proposta de seu governo era implementar políticas neoliberais, com a redução do papel do Estado na economia, a liberalização do fluxo de capitais, a abertura para as importações e a flexibilização das leis trabalhistas. Naquele contexto, o neoliberalismo

tomava impulso com o colapso dos regimes socialistas, sendo embalado pelas políticas econômicas adotadas por Augusto Pinochet no Chile, Margaret Thatcher na Grã-Bretanha e por Ronald Reagan nos Estados Unidos, na década de 1980. Segundo a sua lógica, a economia deveria ficar no âmbito da iniciativa privada (produção e distribuição de bens e serviços), cabendo ao mercado patrocinar o desenvolvimento, e, ao Estado, uma função mínima, por meio de uma política de privatização de estatais (PEREIRA, 1995).

O Plano Nacional de Desestatização (PDN) do governo Collor, segundo Monica Piccolo, constitui-se em peça fundamental para a remodelação do Estado, a partir de um diagnóstico de ineficiência e de gigantismo das estatais (PICCOLO, 2013). Como uma de suas primeiras medidas, Collor anunciou um pacote de modernização nos setores administrativos e econômicos, por meio do plano Collor I, que previa entre outras coisas o retorno do Cruzeiro como moeda; o congelamento de preços e salários; o bloqueio de contas correntes e poupanças; a demissão de funcionários e a redução de órgãos públicos. O objetivo desse plano era conter a inflação e cortar gastos desnecessários do governo, porém suas medidas não alcançaram os resultados esperados, causando uma profunda recessão, desemprego e insatisfação popular. Para controlar a recessão, foi lançado o Plano Collor II, que, dentre outras coisas, propunha a redução das empresas estatais e o investimento no setor privado para retomar a atividade produtiva.

Além do desgaste causado pelos planos econômicos e pelo processo inflacionário, o governo Collor foi acusado de estar envolvido em diversos casos de desvio de dinheiro público. O mais notório deles foi “caso PC Farias”, no qual o irmão do presidente, Pedro Collor, denunciou o esquema realizado pelo tesoureiro de sua campanha, Paulo César Farias, que depositava verbas públicas em contas fantasmas para as despesas do presidente e de sua família. Diante dessas denúncias, a população, principalmente os jovens, ganharam as ruas manifestando-se pelo impeachment do presidente, num movimento que se tornou conhecido como “os caras-pintadas”. Em setembro de 1992, a maioria da Câmara dos Deputados votou favoravelmente ao pedido de impeachment redigido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Entretanto, Collor renunciou à presidência antes do impeachment ser efetivado. A cassação do seu mandato e a perda dos direitos políticos por oito anos foi confirmada em dezembro pelo Senado e Collor, definitivamente impedido de exercer o seu mandato, foi sucedido pelo seu vice-presidente, **Itamar Franco** (1930-2011).



Saiba mais

O Massacre do Carandiru e a crise carcerária no Brasil

Em 1992 ocorreu na Casa de Detenção do Carandiru, São Paulo, o maior massacre da história do sistema prisional brasileiro, resultando no assassinato de pelo menos 111 detentos por policiais militares que tentavam controlar uma rebelião num dos pavilhões do complexo prisional. Enfrentando problemas de superlotação, o presídio tinha em 1992 uma população carcerária de cerca de 8.000 detidos.

Em 2003, o complexo prisional foi demolido e no local onde funcionava o extinto presídio foi inaugurado o Espaço Memória Carandiru: trata-se de um “espaço de memória” que, ao ocupar e ressignificar o espaço original da prisão, busca preservar a memória de uma das maiores tragédias da crise carcerária vivida ainda hoje pelo Brasil.

Algumas obras a respeito da prisão e do massacre se tornaram especialmente célebres, como o livro *Estação Carandiru*, de Dráuzio Varela (1999) e a canção “Diário de um detento” do grupo Racionais MCs (1997).

Quando Itamar Franco assumiu interinamente a Presidência da República, o país estava mergulhado em uma crise política e econômica. Em decorrência da recessão, a arrecadação tributária não era suficiente para cobrir as despesas governamentais, que se utilizava da prática de imprimir dinheiro, o que, por sua vez, gerava um aumento da inflação. O governo buscou então uma saída para um problema que vinha há mais de uma década em que a inflação de preços anuais encontrava-se sempre acima dos 100%.

Em maio de 1993, Itamar Franco nomeou **Fernando Henrique Cardoso** (1931-) para o Ministério da Fazenda. Por ter grande prestígio por sua trajetória acadêmica e intelectual, a sua indicação foi recebida com entusiasmo pelos investidores. A sua equipe implementou, então, o **plano real**, cujo objetivo era lançar uma moeda cujo valor fosse, mesmo que atrelado num primeiro momento, próximo ao dólar para controle da inflação. Para gerar credibilidade, o plano real foi anunciado como uma estratégia com várias fases de estabilização econômica, da qual a reforma monetária seria apenas um momento, e não necessariamente a mais importante.

“O plano era dividido em três fases: a primeira era o de ajuste das contas públicas, através de um corte do Orçamento; a segunda, com a implementação da Unidade Real de Valor (URV), uma unidade monetária virtual que, posteriormente, na terceira fase, foi transformada em real, a nova moeda brasileira. Foi estabelecida a paridade nos valores entre reais e dólar, o que gerou uma atração do capital especulativo internacional para o país e o aumento das importações, fazendo com que a indústria nacional

crescesse menos e perdesse competitividade. Apesar disso, ainda hoje o Plano Real é celebrado como o plano econômico que garantiu o controle da inflação no país e que gerou o seu desenvolvimento econômico; além de ser tido com o responsável pela vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições para a Presidência, em 1994. (PLANO..., [s.d.], [s.p.]

Com a consolidação do plano real e a vitória de Cardoso no pleito de 1994 – vencendo a candidatura de Lula pelo PT –, iniciava-se um período político marcado pela força de um partido nascido da redemocratização do país: o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Com o cumprimento de seu mandato, FHC, como ficou conhecido, seria o primeiro presidente eleito a cumprir integralmente seu mandato desde Eurico Gaspar Dutra, nos anos 1950. A Nova República parecia, então, finalmente consolidar sua trajetória para uma democracia estável.

Sem medo de errar

Iniciamos a nossa seção com o questionamento a respeito da década de 1980: ela poderia ser considerada uma “década perdida”? A tabela com os índices inflacionários que vimos ao longo da seção pode parecer indicar que sim: a hiperinflação só seria superada na metade dos anos 1990. A situação econômica do país, com sucessivos e fracassados planos econômicos, é a principal evidência daqueles que responderiam “sim” à questão colocada por nosso estudante da abertura do texto.

No entanto, como vimos, a segunda metade dos anos 1980 também assistiu a uma série de eventos associados à consolidação do processo de transição de vinte e um anos de ditadura militar para a “Nova República”. A eleição de um presidente civil em 1985, uma nova Constituinte, em 1988; e o retorno das eleições presidenciais, em 1989, são alguns dos episódios que compõem esse cenário de mudança institucional.

Além disso, nesse quadro, vimos também que a segunda metade dos anos 1980 foi um período de mobilização política por parte da sociedade brasileira, seja por meio da formação de novos espaços vinculados ao “novo sindicalismo”, ou do seu engajamento nas discussões em torno da Constituinte de 1988. Soma-se a isso o surgimento de um importante movimento cultural e artístico através da música (como o rock nacional e o samba), que se tornou a forma de expressão de uma nova geração que buscava se posicionar frente às mudanças que se impunham no novo cenário aberto com o final da ditadura. Logo, entender os anos 1980 como um “tempo perdido”, nas palavras do cantor e compositor Renato Russo, é priorizar uma análise desses anos

baseadas em dados econômicos, em detrimento de toda uma mobilização política e cultural que marcou a sociedade brasileira, que voltava a reocupar a arena política, a expressar-se livremente, e a organizar-se politicamente.

Resumidamente, podemos considerar que a resposta à questão colocada pelo estudante – assim como qualquer debate sobre processos históricos – deve partir de uma análise que considere diferentes aspectos da realidade. Os dados econômicos, apesar de importantes, não são, eles próprios, “a” realidade. Entre lutas, impasses e soluções que se apresentaram, os anos 1980 representam uma década de grandes avanços na construção de uma sociedade mais democrática e plural.

Faça valer a pena

1.

“Depois de quase 30 anos sem votar para presidente da República, a população brasileira se viu diante de 22 candidatos em 1989, um número recorde ao posto mais alto do Executivo. A principal reivindicação das Diretas Já finalmente virava realidade e várias linhas políticas buscavam chamar a atenção e ganhar o voto do eleitor.

Políticos que participaram juntos da campanha pela volta das eleições diretas, como Ulysses Guimarães e Leonel Brizola, agora estavam em campos opostos. (MIRANDA, 2014, [s.p.]

A partir da leitura do texto-base, sobre o processo eleitoral para presidente da República em 1989, pode-se afirmar que:

- a) Após a reforma partidária, ocorrida no fim da Ditadura Militar, observamos nas eleições de 1989, pela primeira vez, o fim do bipartidarismo, o que inviabiliza a participação de muitos partidos políticos.
- b) As eleições de 1989 ficaram marcadas como um momento de renovação dos políticos eleitos no Brasil, já que as antigas figuras vinculadas ao processo eleitoral durante a Ditadura Militar foram impedidas de participarem do pleito.
- c) As eleições de 1989 já estavam previstas desde a Constituição Federal de 1967 e foram asseguradas pela Emenda Dante de Oliveira (1969), garantindo que as eleições presidenciais por meio de voto direto fossem realizadas naquele ano.
- d) As eleições de 1989 foram marcadas por campanhas eleitorais bem distintas, notoriamente marcadas por iniciativas de marketing e de mercado por parte de todos os candidatos, o que facilitaria a escolha dos eleitores.
- e) Após quase 30 anos de eleições indiretas, em 1989 o eleitor esteve diante de um número recorde de candidatos à presidência e à vice-presidência, reflexo do surgimento de novos partidos com a reforma partidária e o final da Ditadura Militar.

2.

“O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), disse nesta segunda-feira (30/5) que o *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Melo foi apenas um “acidente” na história do Brasil. Sarney minimizou o episódio em que Collor, que atualmente é senador, teve seus direitos políticos cassados pelo Congresso Nacional. “Eu não posso censurar os historiadores que foram encarregados de fazer a história. Mas acho que talvez esse episódio seja apenas um acidente que não devia ter acontecido na história do Brasil”, disse o presidente do Senado. Sarney foi perguntado sobre a exclusão do *impeachment* dos painéis que contam a história do Senado desde o Império. Os painéis foram remontados e recolocados hoje – em substituição aos anteriores – no chamado “Túnel do Tempo” da Casa. “Não é tão marcante como foram os fatos que aqui estão contados, que foram os que construíram a história e não os que de certo modo não deveriam ter acontecido”, completou o senador. O trecho que conta a história do processo sofrido por Collor – que foi aberto pela Câmara dos Deputados e votado pelo Senado – já havia sido retirado do Túnel do Tempo do Senado em 2007, um dia antes de Collor tomar posse como senador. Posteriormente, o episódio foi recolocado nos painéis que ficam no corredor que liga o prédio principal ao anexo, onde estão as salas das comissões. (SARNEY..., 2011, [s.p.]

A partir dos fatos em torno do impeachment do presidente Fernando Collor de Mello e do que foi dito pelo também ex-presidente José Sarney, podemos afirmar que:

- a) O impeachment de Collor foi um “acidente”, como afirmado por José Sarney, pois não se tratou de um processo resultado de mobilizações da sociedade brasileira e, sim, de uma decisão judicial posteriormente revisada, que permitiu a Collor retomar os seus direitos políticos.
- b) Podemos entender a afirmação de José Sarney, de que o impeachment de Collor teria sido menos marcante que os outros fatos da história política brasileira, como uma tentativa de esquecimento desse episódio e de produzir uma narrativa histórica conciliadora, que não abarca os conflitos enfrentados pelo sistema democrático brasileiro.
- c) Não há argumentos suficientes para refutar as afirmações de José Sarney, pois, por se tratar de um episódio recente na história política brasileira, o impeachment de Collor se tornou ainda um objeto de estudo para os historiadores, que não possuem ferramentas metodológicas suficientes para analisá-lo.
- d) O impeachment de Collor seria um “fato menos marcante” por ter se tratado de um presidente que foi eleito indiretamente pelo colégio eleitoral, logo o seu mandato não deve fazer parte da narrativa histórica produzida no prédio do Senado.

e) O impeachment de Collor foi um “acidente”, como afirma José Sarney, pois a democracia brasileira e as suas instituições encontravam-se ainda fragilizada no ano em que ele aconteceu, em 1992, depois de vinte e um anos de Ditadura Militar.

3.

“A promulgação da Constituição Federal de 1988 consolidou a volta da democracia no Brasil, após mais de 20 anos de ditadura militar. Refletindo os anseios populares, a Constituição Cidadã – como ficou conhecida – trouxe uma série de avanços ao arcabouço jurídico do País. Uma das inúmeras conquistas obtidas com a Carta Magna foi a definição, até então inédita no Brasil, de que o racismo constitui crime inafiançável e imprescritível.

Meses após a proclamação do texto constitucional, a Lei nº 7.716 definiu os crimes que se enquadram como racismo, de acordo com os preceitos estipulados pela Constituição recém-criada. Pela primeira vez na história, a legislação brasileira determinou penas para infrações como negar empregos, recusar o acesso a estabelecimento comercial ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino por motivos raciais, entre outros crimes.

(...) Ainda hoje, as estatísticas mostram que a democracia racial ainda não foi alcançada e que há muito a se fazer para combater as desigualdades no Brasil, como evidenciam os dados sobre violência contra negros. Segundo o Atlas da Violência de 2018, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros: 16% contra 40,2%.

O estudo ainda mostra que, no Brasil, o índice de homicídios de negros aumentou 23,1% entre 2006 e 2016, período em que a taxa de homicídios de não negros apresentou queda de 6,8%. Outra pesquisa do Ipea, intitulada “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça”, revela que a educação também reflete essas desigualdades. Em 2015, apenas 4,9% das mulheres brancas com 15 anos ou mais eram analfabetas; entre mulheres negras, essa porcentagem mais que dobrava: 10,2%. O levantamento indica que, entre homens, a distância é similar.

Além disso, a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, com dados referentes ao segundo trimestre de 2018, aponta que o desemprego atinge mais os negros. De acordo com as informações colhidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desocupação dos pretos está em 15%, acima da média nacional, de 12,4%. Já a dos brancos é de 9,9%. (CONSTITUIÇÃO..., 2018)

De acordo com a leitura do trecho acima, podemos afirmar sobre a Constituição de 1988 e a questão racial no Brasil:

- a) A Constituição de 1988 representou um avanço por considerar o racismo como crime. Até então, e principalmente durante a Ditadura Militar, prevalecia no imaginário sociocultural brasileiro o chamado “Mito da Democracia Racial”, uma visão conciliatória das relações raciais no país. Ao definir que racismo era crime, a Constituição reconheceu a existência dessa prática e a condenou legalmente.
- b) O fato da situação dos homens e mulheres negros no Brasil não ter mudado substancialmente após a promulgação da Constituição de 1988 é um demonstrativo de que a carta constitucional encontrou fortes barreiras na sociedade brasileira e de que as discussões e mobilizações em torno da sua aprovação não foram significativas.
- c) A conquista do reconhecimento legal de que racismo é crime tornou-se um divisor de águas nas relações raciais no Brasil, nos últimos trinta anos, pois hoje não podemos afirmar que existam práticas ou discursos racistas que circulem publicamente.
- d) Apesar de ter reconhecido que o racismo era crime, a Constituição de 1988 avançou pouco no que diz respeito aos direitos dos povos quilombolas, que não tiveram reconhecido o seu direito de posse das terras ocupadas por suas comunidades.
- e) A questão racial não foi um dos temas que ganhou relevância pública no Brasil no contexto da redemocratização, sendo necessária a promulgação da Constituição de 1988 e o reconhecimento legal do racismo como crime para colocar a discussão em pauta na sociedade brasileira.

O Brasil entre dois projetos políticos: os governos FHC e Lula

Diálogo aberto

A política brasileira foi marcada nas últimas três décadas, entre outras coisas, por uma polarização entre dois partidos. De um lado, o Partido dos Trabalhadores, o **PT**, formado a partir das lutas metalúrgicas no ABC paulista no final dos anos 1970, e que desde a década de 1980 se apresentou como uma possibilidade de renovação na política brasileira, de um espaço para a atuação na política das classes trabalhadoras em vez das elites econômicas; de desenvolvimento de um projeto de justiça social em vez do desenvolvimento econômico desigual. Do outro, o Partido da Social Democracia Brasileira, o **PSDB**, surgido no final dos anos 1980 a partir de um racha no interior do PMDB, por políticos que decidiram se desvincular do partido devido às suas pautas mais progressistas, que não encontravam espaço entre antigos líderes políticos da época do Regime Militar e que propunham a necessidade de modernização do Estado e da economia do país, baseados nos preceitos neoliberais.

Essa polarização se materializou na figura de dois políticos dos dois partidos que se sucederam na presidência da República. Em 1994 e 1998, **Luís Inácio Lula da Silva** e **Fernando Henrique Cardoso** se enfrentaram nas urnas e, nas duas oportunidades, FHC venceu os pleitos ao ser apontado como o candidato/presidente do Plano Real, aquele que modernizaria o país, enquanto Lula poderia ser visto como uma aposta na incerteza, como havia sido na eleição de Collor. Entretanto, o desgaste do PSDB nos oito anos de governo de FHC e os problemas na economia do país, que geraram índices recordes de rejeição ao presidente, fizeram com que, em 2002, o quadro se invertesse, e Lula foi eleito com expressiva votação para o seu primeiro mandato. Contou ao seu favor também uma mudança na maneira como a sua candidatura foi apresentada publicamente, um Lula mais moderado, conciliador, que se distanciava do líder mais radical das greves sindicais do final dos anos 1970. Seu governo foi marcado por aproximações e distanciamentos com as políticas adotadas nos anos anteriores – ora mais próximo das políticas neoliberais, como na escolha de Henrique Meirelles para o Banco central, ora com investimentos mais massivos em políticas sociais e na ampliação da ação estatal – crescimento econômico e alta popularidade – apesar das acusações de corrupção que tomaram a mídia, sobretudo no caso do Mensalão. Ainda assim, em 2010, Lula, que terminava seu segundo

mandato, foi eleito um dos líderes mais influentes do mundo pela revista norte-americana “Time”. Além do prestígio internacional no país, o seu segundo mandato se encerrou com níveis recordes de aprovação.

Atualmente, porém, sobretudo com sua prisão, a figura pública de Lula se tornou altamente controversa. De um lado, estão os que defendem o seu poder de liderança e a sua capacidade de ainda realizar mudanças estruturais no país, do outro, aqueles que o veem como uma metonímia do político corrupto, que merece o ostracismo da arena política nacional. FHC, por outro lado, nos últimos anos teve a sua imagem reabilitada. Nas eleições de 2018, ressurgiu na mídia como uma liderança política a ser escutada. Além disso, as suas intervenções públicas nas quais costuma defender pautas progressistas parecem afastá-lo do político tucano que governou o país durante oito anos e aproximá-lo do sociólogo, ex-exilado, acadêmico.

Apesar dos pontos em comum nas duas trajetórias políticas e de algumas aproximações nas formas como governaram o país em seus respectivos mandatos – como veremos ao longo da seção – Lula e FHC parecem representar dois campos opostos do espectro político brasileiro. Para os historiadores e para os professores de História, a questão que se coloca a partir dessas duas trajetórias e dos efeitos que elas despertam no Brasil atual é: como trabalhar com figuras históricas que despertam sentimentos contraditórios e polarizações naqueles que reivindicam suas figuras? É possível superar possíveis polarizações no nosso trabalho? Como pensar a história de um passado tão recente sem as paixões da política?

Não pode faltar

Um dos temas centrais para o debate político no Brasil da Nova República foi – e ainda é – o papel e o tamanho do Estado. Se no governo **Sarney** (1985-1989) chegamos a ter uma economia com preços e salários congelados e controlados diretamente pelo Estado, desde a eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989, o discurso hegemônico na economia e na política passou a reiterar uma perspectiva de enxugamento da “máquina pública”. Aos poucos, diante do avanço das influências neoliberais que se consolidavam no Chile de **Pinochet**, na Inglaterra de **Thatcher** e nos EUA de **Reagan**, “modernizar” se tornava sinônimo de “privatizar” ou de diminuir as funções do governo.

A história das influências do neoliberalismo em projetos políticos e econômicos no Brasil não se iniciam, porém, com o governo Collor. Ainda no final do Regime Militar brasileiro, com a candidatura de **Paulo Maluf** nas eleições indiretas de 1984 para presidente, já se postulava que a solução da crise econômica brasileira e a estabilização da economia viriam por meio do fim da intervenção estatal, do corte dos subsídios para as empresas estatais, do

aprofundamento das lógicas de mercado e da abertura do país para a entrada de produtos estrangeiros de tecnologia avançada (SALLUM JR., 1994). Com a derrota de Maluf e o falecimento de **Tancredo Neves** (1910-1985), o seu vice-presidente, José Sarney, assume com um governo marcado por planos econômicos que não conseguiram superar as crises nem deter a inflação.

Segundo João José de Oliveira Negrão (1996), o neoliberalismo ganhou então espaço como alternativa à crise que se manteve por todos os anos 1980. Foi no governo de Fernando Collor de Mello que efetivamente ele se tornou a ideologia econômica dominante entre os setores do capital, os partidos políticos de direita e do centro do espectro político, da imprensa e de setores do pequeno e do médio empresariado. Ocorreu então o início do processo de privatização das estatais; o Brasil abriu sua economia para o capital estrangeiro; e o mercado se tornou o agente organizador da economia, enquanto os trabalhadores paulatinamente começaram a perder os seus direitos. Apesar de Collor ter sofrido o processo de impeachment, tendo assim o seu mandato interrompido, o neoliberalismo não perdeu espaço como alternativa de projeto político e econômico para o país. Na disputa eleitoral sucessória a **Itamar Franco**, em 1994, dois projetos se apresentaram ao eleitorado. De um lado, o de Luís Inácio Lula da Silva, que se propunha a ampliar o mercado interno, buscando agregar ao consumo a massiva população de excluídos do país; a ampliação da democracia do campo da política para os campos social, econômico e cultural; e a presença do Estado nos setores fundamentais e estratégicos. Do outro, o de Fernando Henrique Cardoso, que era visto como continuador de um projeto modernizante de tendências neoliberais (NEGRÃO, 1996, p. 7-8)

Elsio Leonardão (2008) aponta que o neoliberalismo se consolidou no Brasil principalmente por meio do “discurso da modernização”, que relacionava a “modernidade” a três coisas: (1) enxugar o Estado com as privatizações e a redução dos gastos públicos com os direitos sociais; (2) importar tecnologias de ponta; (3) gerir os interesses do mercado financeiro nacional e internacional. As reformas neoliberais eram entendidas, então, como “políticas de modernização”, associação esta que era utilizada por FHC nos seus discursos ao apontar para a necessidade de “modernizar” a administração pública” e “racionalizar a gestão do Estado” (LEONARDÃO, 2008, p. 202).

De acordo com Francisco de Oliveira, como consequência dos problemas econômicos e sociais dos anos 1980, as eleições de 1994 foram marcadas por uma tensão entre a proposta de uma mudança social progressista, como uma política que viesse a reduzir as desigualdades sociais, representada pela candidatura de Lula, candidato do PT; e a ânsia por ordem e estabilidade, representada pela candidatura de FHC, candidato do PSDB (OLIVEIRA, 1995). A resposta para isso se deu, segundo Roberto Amaral, através de um

voto conservador, a favor da manutenção do Plano Real e pela recusa do eleitorado de votar no “desconhecido”, como havia feito antes com Collor, e que resultou na eleição de FHC no primeiro turno (AMARAL, 1995). Logo, a sua vitória relaciona-se, sobretudo, ao êxito da política monetária de Itamar Franco, o Plano Real, que debelou uma inflação crônica que abalava a economia do país. A candidatura tucana ganhou força principalmente quando a nova moeda começou a circular, a partir de julho do mesmo ano. Em agosto, com o êxito da moeda forte e dos preços estabilizados, FHC assumiu a liderança das pesquisas, que, até o ano anterior, era de Lula.

Claúdio G. Couto e Fernando Abrucio apontam que o primeiro governo de FHC foi marcado por duas agendas principais: a estabilização monetária e as reformas constitucionais. A bem-sucedida política anti-inflacionária promovida pelo Plano Real tornou-se um importante recurso de poder para FHC, facilitando a sua vitória eleitoral e a construção de coalizões depois de eleito. Após a sua posse, a preservação dos sucessos iniciais do Real e o seu prosseguimento eram apresentados como prioridade máxima do país, defendendo-se, assim, como sinal de responsabilidade política, a adesão e o apoio à agenda do Plano Real, o que implicava também reformas estruturais apontadas como vinculadas à estabilidade de longo prazo. Se por um lado isso reduzia o campo de negociação da oposição; por outro, facilitava a formação de uma aliança que envolvia parlamentares e governadores ao redor do governo. Essa aliança incluiu os dois partidos que compunham a chapa presidencial (PSDB e PFL); o PTB, que integrava a coligação eleitora; e incorporou depois as adesões do PMDB e do PPB. Proporcionou, assim, ao Executivo uma sustentação parlamentar de cerca de 75% das cadeiras na Câmara e no Senado; uma maioria suficiente para aprovar as emendas constitucionais necessárias que garantissem as reformas propostas pelo governo (ABRUCIO; COUTO, 2003, p. 276-277).

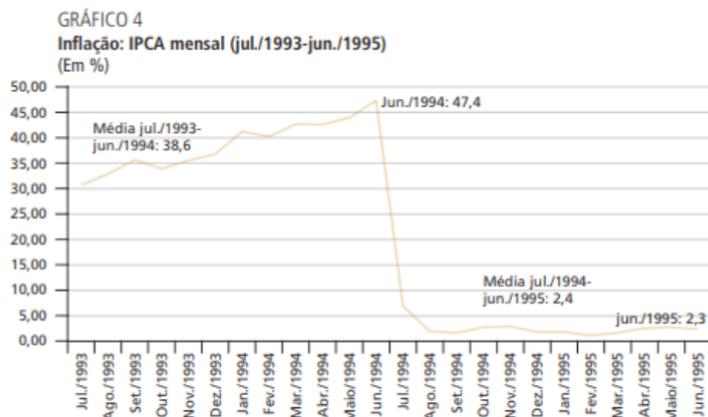
Para além das alianças partidárias, a chegada ao Palácio do Planalto em 1994 com a eleição de FHC iniciou o período da chamada “hegemonia tucana” no cenário político nacional. Nas eleições seguintes, o PSDB conquistou vários governos estaduais, fortalecendo ou consolidando a sua posição em diversas regiões do país. Além disso, aumentou expressivamente o tamanho e o peso da sua bancada nacional, processo que culminou na vitória de **Aécio Neves**, deputado federal do Estado de Minas Gerais, para presidente da Câmara Federal, em 2001 (ABRUCIO; COUTO, 2003, p. 289).



Exemplificando

Queda da inflação e estabilização da economia entre 1993 e 1995

Figura 4.5 | Inflação – IPCA mensal (1993-1995)



Fonte: IBGE e Ipeadata.

Fonte: Bastos *et al.* (2015).



Assimile

A trajetória do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)

Fundado em 1988, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) surgiu de divergências surgidas no interior do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que se tornaram mais fortes durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Naquele momento, um grupo de políticos insatisfeitos com as práticas políticas peemedebistas, que estava mais à esquerda no PMDB, decidiu sair do partido e criar uma sigla própria, dentre os quais estavam **Mário Covas** e **Fernando Henrique Cardoso**. Em 6 de julho de 1988, foi publicado o programa do partido, que indicava a sua pretensão de ocupar um espaço de centro-esquerda na política brasileira. Nas eleições de 1989, o partido lançou Mário Covas como candidato, mas ele não chegou a ir para o segundo turno. O partido acabou então apoiando o candidato do PT, Lula. Foi a única vez que essa aliança ocorreu numa eleição nacional. Nas eleições de 1994, ocorreu a expansão do partido em território nacional, elegendo além de FHC à presidência, mais seis candidatos a governadores, dentre os quais estava Mário Covas, no estado de São Paulo. Desde então, o PSDB venceu todas as disputas eleitorais para governador do estado de São Paulo. Ao longo do primeiro mandato de FHC, o PSDB foi benefi-

ciado pela troca de legendas: apesar de ter eleito 62 deputados federais, em 1997 o partido tinha a segunda bancada, com 95. Em 1998 o PSDB continuou crescendo, elegendo os governadores de sete estados. As eleições de 2002 marcaram o fim da bem-sucedida aliança nas eleições anteriores com o PFL, principalmente devido a desavenças decorrentes da inviabilização da candidatura própria deste partido. A vitória eleitoral de Lula nesse ano resultou no fim de oito anos de “hegemonia Tucana”, e, a partir de então, o PSDB se tornou o principal partido nacional de oposição, mantendo-se o cenário de polarização com o PT. Entretanto, essa polarização levou o partido a dialogar com políticos e com setores mais conservadores da sociedade brasileira, afastando-se em algumas pautas do eixo social democrata que resultou na criação do partido. Saiba um pouco mais sobre o partido consultando o verbete indicado a seguir:

CPDOC. Partido Social da Democracia Brasileira (PSD). *In: Dicionário Histórico-Biográfico.*

Um dos pontos centrais da agenda do primeiro governo de FHC foi a privatização de empresas estatais. Segundo Brasília Sallum Jr., citando o próprio ex-presidente, a sua proposta era de “encerrar a Era Vargas”, entendida como um modelo desenvolvimentista no qual o Estado havia se constituído desde a década de 1930 (SALLUM Jr., 1999). Para tanto, se fazia necessária a aprovação de mudanças constitucionais, pois a Constituição de 1988 impedia a atuação do setor privado em setores em que o monopólio era do Estado, como os setores de gás canalizado, mineração, telecomunicações e petróleo. FHC lançou então as bases do que seria um novo modelo da relação entre Estado e mercado, que passaria para o setor privado o controle de um patrimônio acumulado ao longo das últimas décadas através das estatais (ABRUCIO; COUTO, 2003, p. 278). Dentre as empresas que foram vendidas nesse período, estiveram a **Vale do Rio Doce**, a Empresa Brasileira de Telecomunicações (**Embratel**), e a **Companhia Siderúrgica Nacional**.

Em relação à estabilização monetária, foram tomadas medidas como a paridade do câmbio frente ao dólar, o estímulo à concorrência com a abertura comercial para a entrada de produtos estrangeiros; e os altos juros para atrair capital estrangeiro, mantidos diante do risco de fuga de capitais, devido a reiterados choques causados por crises externas, como a Crise do México (1994), do Sudeste Asiático (1997) e da Rússia (1998). Os juros altos e a política de investimento das importações para o país geraram o aumento da dívida pública, o fechamento de empresas que não conseguiam concorrer com os produtos importados e a demissão de trabalhadores. Consequentemente, entre 1995 e 1998, a taxa de desemprego cresceu 38% e atingiu cerca de 9%

da população economicamente ativa no país, gerando uma onda de mobilizações de movimentos sociais contrários às políticas econômica de FHC (TOLEDO, 1999).



Assimile

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o governo de FHC

Os dois mandatos de FHC foram marcados pela força dos movimentos sociais em fazer oposição ao governo, com as invasões no campo, greves e protestos urbanos e rurais. Um dos movimentos sociais que se destacou nesse cenário foi o **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. Ele nasceu de um conjunto de conflitos fundiários no Sul do país, que eclodiram como consequência do processo de modernização da agricultura brasileira a partir da década de 1970, e tinham como característica de ação fundamento à ocupação como forma de pressão para a conquista da terra. Nascido com apoio de setores da Igreja, principalmente a Comissão Pastoral da Terra, o MST estava ligado às oposições sindicais que se desenvolveram em diversos pontos do país na década de 1980.

No primeiro mandato de FHC a questão agrária se agravou com um aumento do êxodo rural provocado pela ação dos bancos contra pequenos agricultores endividados. Além disso, os trabalhadores rurais foram vítimas de dois episódios de violência contra eles: o **massacre de Corumbiara** (1995), em Rondônia; e o de **Eldorado dos Carajás**, no Pará, quando dezenove trabalhadores rurais sem-terra foram assassinados pela polícia militar do Estado.

Aprofunde seus conhecimentos sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra lendo o verbete indicado a seguir:

CPDOC. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). *In: Dicionário Histórico-Biográfico.*

Segundo Cláudio G. Couto e Fernando Abrucio, todas essas turbulências tiveram um resultado politicamente paradoxal: apesar da crise econômica e do iminente colapso financeiro. Na campanha eleitoral de 1998, mais uma vez o eleitorado escolheu o certo em vez do duvidoso, novamente encarnados nas figuras de FHC e Lula. Para os autores, a reeleição de FHC era um elemento importante na estratégia política do governo, pois, ao assegurar um novo mandato, ele garantiria a possibilidade de dar continuidade, num segundo governo, às reformas que já havia iniciado, tendo os mesmos aliados do primeiro governo. Por isso, houve um empenho por parte do governo para

conseguir a aprovação, em 1998, da emenda constitucional que habilitou a reeleição para os cargos de governadores, prefeitos e presidentes da República (ABRUCIO; COUTO, 2003, p. 283). O processo que resultou na aprovação da emenda da reeleição foi envolto por denúncias de corrupção e de compra de votos. Em 13 de maio de 1997, o jornal Folha de São Paulo publicou uma reportagem denunciando a compra de votos para aprovação da emenda da reeleição. Entretanto, apesar das provas reunidas pelo jornal, o caso não foi investigado. O PT e os partidos de oposição tentaram aprovar sem sucesso um pedido de requerimento de CPI. Além disso, o então procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, não acolheu nenhuma representação que pedia a ele o envio de uma denúncia ao Supremo Tribunal Federal.

Apesar do sucesso eleitoral, o segundo governo de FHC não realizou o projeto que ele e seu partido buscavam, de mudar a bandeira política do governo da agenda estabilizadora para a retomada do crescimento sustentado. O projeto de mudança de rumos apresentado nas eleições foi abalado por uma crise cambial que impediu o crescimento do país e a geração de empregos, o que reduziu a popularidade do presidente e do Plano Real. Além da incapacidade de reformular o modelo econômico de modo a gerar maior crescimento, outros dois fatores contribuíram para gerar um desgaste da imagem de FHC durante o seu segundo mandato. O primeiro foi a crise energética, em 2001, que obrigou o Executivo a propor medidas de racionamento, as quais geraram uma redução no nível da atividade econômica. Além disso, o episódio que ficou conhecido como “**apagão**” atingiu a confiança da sociedade brasileira na suposta eficiência técnica de FHC e na capacidade administrativa do governo. O segundo fator foi o enfraquecimento das bases políticas do governo, cujo estopim – a disputa pelo poder e pela liderança no Senado entre o PFL e o PMDB – gerou a perda na aprovação de projetos de emendas constitucionais como o que limitou os poderes do Executivo de editar e reeditar medidas provisórias em 2001 (ABRUCIO; COUTO, 2003, p. 283-293).

Às vésperas das eleições de 2002, o governo de FHC apresentava uma avaliação negativa. Por outro lado, algumas conquistas do governo, sobretudo a estabilidade econômica, eram reconhecidas pela população, por analistas políticos e econômicos. O clima na opinião pública apontava para um governo desgastado, mas com um presidente ainda prestigiado, o que poderia se expressar nas urnas em um desejo de mudança, mas sem desprezar os avanços conseguidos pelos oito anos de governo (COUTINHO, FIGUEIREDO, 2003, p. 96-97).

De acordo com Alexandre Fortes e John French, aproveitar a oportunidade representada pelo desgaste do governo FHC exigia a construção de uma alternativa política percebida pela maioria da população como adequada e

viável, o que teria reverberado na maneira como Lula e o PT conduziram a sua candidatura no pleito de 2002. Para tanto, uma das iniciativas adotadas foram as chamadas “Caravanas da Cidadania”, com as quais Lula cruzou o país de ponta a ponta, integrando ao seu discurso político exemplos concretos e relevantes de realidades com as quais ele pôde entrar em contato. Ele se tornou, assim, um porta-voz político legitimado não apenas pelos movimentos sociais organizados, que sempre foram a base de apoio do PT, mas de um espectro social mais amplo, de comunidades vivendo em situação de pobreza absoluta a setores empresariais prejudicados pelas políticas econômicas neoliberais (FORTES, FORTES; FRENCH, 2012, p. 203-204).

Entretanto, um dos desafios que se colocava para a candidatura de Lula eram os estigmas produzidos em torno de sua figura: sua inexperiência administrativa; sua imagem solidificada como líder radical de esquerda, promotor de greves; o fato de não ter um diploma superior. Lula precisava demonstrar ao eleitorado brasileiro como pretendia governar o Brasil num cenário complexo, marcado por crises sucessivas no mercado financeiro internacional. A solução encontrada pelo marketing político do candidato, que ganhou muita importância no pleito de 2002 devido ao tempo de televisão aproveitado por cada candidato, foi mostrar uma outra imagem sua, mais conciliadora, mais realista, trajado de modo elegante, e amparado por uma equipe de estudiosos e técnicos que o ajudariam nos desafios que surgissem com a presidência (COUTINHO, FIGUEIREDO, 2003, p. 114). Para além do marketing político, a diminuição dos seus índices de rejeição relacionou-se também, por um lado, ao fato de Lula ter se tornado um símbolo de preocupação com justiça social; do outro, a experiência positiva de governos locais do PT que demonstravam a capacidade do partido de produzir inovação na gestão pública. Sua campanha tomou medidas que acalmaram o eleitorado temeroso com as possíveis políticas econômicas, como a divulgação em 22 de junho de 2002 da “Carta ao Povo Brasileiro” (FORTES; FRENCH, 2012, p. 204-205). Esse documento sintetizava o que viria a ser conhecido como o “novo pacto social” dos governos Lula, fundamentado na capacidade do político de mobilizar em torno de si tanto os movimentos sociais e sindicais, que historicamente foram a base de apoio do seu partido, quanto parte do empresariado. Esse “pacto social” deveria gerar uma agenda programática baseada no diálogo e no consenso entre setores que historicamente sempre se enfrentaram, em torno de temas prioritários para a economia. Segundo Tales Ab’Sáber, dessa forma, o programa de governo se configurava “a favor de tudo”, de forma a pacificar e integrar as imensas tensões sociais brasileiras, tendo como mediador a figura de Lula (AB’SÁBER, 2011, p. 20).

Em janeiro de 2003, Lula assumiu a presidência, após vencer o segundo turno das eleições contra **José Serra**, candidato do PSDB, dando início à chamada “Era Lula” que se concluiria com o final de seus dois mandatos

(2003-2010). Para alguns analistas se tratou de um fato com grande carga simbólica, por se tratar de primeira vez na história democrática brasileira que o cargo de presidente da República era ocupado por um representante de origem popular, um ex-metalúrgico, e vinculado a uma coalizão sob hegemonia de um partido de esquerda. Segundo Alexandre Fortes e John French, a sua vitória continha todos os elementos para gerar impactos de longo prazo sobre a cultura política brasileira, sobretudo no que diz respeito à crença da classe trabalhadora de gerar mudanças sociais significativas. Entretanto, a chegada de Lula e do PT à presidência, sem qualquer alteração substantiva num sistema político estabelecido para produzir desigualdades, representava um grande paradoxo se levadas em conta as bandeiras históricas do partido. A esse paradoxo se somava o fato de Lula ter sido eleito como resultado tanto de uma ampla mobilização popular crítica ao projeto neoliberal, quanto como decorrência do pacto com os empresariados e o mercado (FORTES; FRENCH, p. 208-209).

Tais paradoxos geram disputas teóricas e políticas sobre o real significado do governo Lula e sobre seus principais avanços, limites, contradições, heranças e potencialidades. Ao analisar algumas dessas interpretações da “Era Lula” dividindo-as entre as mais positivas e as mais negativas, Fernando Perlatto pontua que enquanto as interpretações mais positivas do chamado “lulismo” se equivocariam na louvação da experiência petista, enfatizando em demasia seus aspectos virtuosos; as mais negativas pecam ao não reconhecerem os avanços que tiveram em curso nos últimos anos na sociedade brasileira. O autor conclui que, para se ter um panorama mais amplo e plural do que representou a “Era Lula” na história recente brasileira, seria necessário reconhecer as contribuições de ambos os lados da moeda (PERLATTO, 2015).

Uma das críticas feitas aos dois mandatos de Lula é o fato do PT não ter sido capaz de superar a agenda neoliberal, principalmente no que diz respeito ao não enfrentamento da agenda econômica herdada do período anterior. Segundo Perry Anderson, ao assumir seu primeiro mandato, Lula se viu dominado pelo legado econômico de seu predecessor: enorme dívida pública, déficit em conta, altas taxas de juro e a desvalorização do real, processo que se acelerou durante as eleições. Logo, para restaurar a confiança dos investidores, ele nomeou uma equipe econômica ortodoxa no Banco Central e no Ministério da Fazenda, que elevou ainda mais as taxas de juros e fez cortes nos investimentos públicos para atingir um superávit primário maior do que o recomendado pelo Fundo Monetário Internacional – FMI. Se por um lado, num primeiro momento, isso resultou numa alta dos preços e do desemprego; por outro, em 2004 o crescimento do país voltou, com a recuperação das exportações. Entretanto, o governo continuou com a política de alta dos juros e de endividamento público, o que fez com que surgissem

críticas que apontavam para a continuidade entre Lula e FHC (ANDERSON, 2011, p. 23). Uma dessas críticas partiu, por exemplo, do sociólogo Francisco de Oliveira que, ao partir da metáfora do ornitorrinco, um animal que “não é isso nem aquilo”, buscou enfatizar as convergências programáticas entre PT e PSDB, como, por exemplo, a submissão do governo Lula às políticas de desestatização e de expansão do capital financeiro, que reforçariam a posição subordinada do país na globalização capitalista (OLIVEIRA, 2006).

Essa crítica se contrapõe àqueles que defendem que a “Era Lula” foi importante para a alteração da conjuntura brasileira a favor de um projeto de esquerda, que havia retomado a importância do papel do Estado na economia. Nesse sentido, Emir Sader aponta que os efeitos da ditadura militar e dos governos neoliberais de Collor e de FHC teriam imposto dificuldades para a implementação de uma nova era de desenvolvimento econômico e social no país. Para superar esses entraves, a política econômica de Lula teria priorizado três agendas: investimento em políticas sociais; avanço nos processos de integração regional com os países da América do Sul e na construção de uma política externa mais soberana; e a retomada do Estado como indutor do crescimento econômico e da distribuição de renda. Consequentemente, segundo o autor, os governos de Lula constituíram o “eixo do modelo pós-neoliberal”, comum aos chamados países progressistas latino-americanos daquele momento, que conjugariam a superação do neoliberalismo com a construção de projetos autônomos de integração regional em relação aos Estados Unidos (SADER, 2013).

A agenda social seria um dos elementos que distinguiriam os governos de Lula dos seus antecessores, por trazer novamente para o centro do debate público a questão da desigualdade social. De acordo com Maria Hermínia Tavares de Almeida, durante a campanha eleitoral, Lula e seus aliados tinham um discurso forte e eficaz que enfatizava a magnitude da pobreza e das desigualdades existentes no país, apresentando o seu programa de governo como o mais capaz de enfrentá-la. Ao mesmo tempo em que ignorava alguns avanços sociais em consequência da ação de governos, técnicos e movimentos sociais desde a redemocratização, esse discurso ressaltava a natureza secular dos problemas sociais brasileiros, condicionando a mudança à vitória de Lula. Entretanto, afirma a autora, para além das mensagens de campanha, o PT não havia formulado durante seus anos na oposição um diagnóstico mais denso dos desafios na área social, capaz de obter consenso partidário e de fundamentar prioridades de ação claras. Consequentemente, os primeiros passos do novo governo na área social foram na direção de iniciativas de forte impacto simbólico em âmbito nacional e internacional. Um mês após assumir o governo, Lula lançou o **Programa Fome Zero**, que se propunha a integrar políticas estruturais e emergenciais no combate à fome. Ele se compunha de uma multiplicidade de ações como: a transferência de renda monetária

por meio do cartão alimentação que possibilitava às famílias a compra direta de alimentos; a distribuição de cestas básicas; a criação de restaurantes populares; a construção de poços artesanais e moradias populares; a distribuição de leite; e a alfabetização. Entretanto, a autora aponta que o Programa carecia de substância e objetivos claramente definidos e de problemas estruturais para a sua implementação, que demonstravam um estilo centralizador do governo federal que atuava diretamente nos municípios (ALMEIDA, 2004, p.12-15). Ao Fome Zero somaram-se outros programas ao longo dos dois mandatos de Lula como o Bolsa Família (2004), que visava combater a desigualdade social por meio da transferência de renda; e o Luz é para todos (2009), que beneficiava famílias de baixa renda em áreas isoladas do interior sem acesso à luz elétrica.

Além dos chamados programas sociais, fizeram parte da agenda social da “Era Lula” a implementação de políticas afirmativas direcionadas a parcelas historicamente marginalizadas na sociedade brasileira. Ao analisar os principais programas e ações federais com recorte racial implantados durante o primeiro governo de Lula, Márcia Lima pontua algumas das características nas quais se basearam a implementação de políticas públicas, como a abertura de formas de diálogos com os movimentos sociais de modo a atender às suas demandas específicas. Nesse sentido, ela afirma que o início do governo de Lula marcou uma mudança profunda na condução das políticas com perspectiva racial e na relação do Movimento Negro com o Estado. Anteriormente, essa relação era de exterioridade, com poucos atores na condição de demandantes e com pouca inserção no aparato governamental. A partir de então, essa relação se transformou, e o movimento negro passou a ser um ator envolvido na formulação de políticas, ocupando cargos, e como representante da sociedade civil nos espaços de controle social instituídos pelo governo (LIMA, 2003). Entretanto, a maneira como as políticas públicas implementadas durante os governos de Lula sofreram críticas por terem sido construídas “de cima para baixo”, sem a participação ativa, politizada e autônoma de setores da sociedade civil e dos movimentos sociais. Além disso, elas gerariam uma naturalização das políticas de transferência de renda focalizadas, sem maiores preocupações com a construção de agendas de enfrentamento mais radical de aspectos estruturais da desigualdade socioeconômica brasileira. Nesse sentido, José Souza Martins afirma que apesar da agenda social de Lula ter contribuído para reduzir de maneira limitada as desigualdades sociais, elas teriam como resultados negativos o fato de ter se ancorado em políticas assistencialistas e compensatórias, que não poderiam ser consideradas transformadoras da estrutura socialmente desigual da sociedade brasileira; e de ter contribuído para a desmobilização, para o conformismo e a para despolitização da sociedade civil e dos movimentos sociais (MARTINS, 2011).



Refleta

O ensino de História e Cultura afro-brasileira

Durante muito tempo, foi ensinado nas escolas que a sociedade brasileira é fruto da mistura de três etnias: o branco europeu, o negro africano e o indígena nativo. Entretanto, enquanto o conteúdo ensinado nas aulas de histórias se centrava sobretudo numa história eurocêntrica, a história da população negra se encontrava praticamente restrita à escravidão. Isso começou a mudar a partir da sanção da Lei nº 10.639 por Lula, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases, tornando obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e particulares de ensino médio e fundamental. A questão que se coloca na aprovação de leis como essa é: qual a importância de ensinarmos a história e a cultura afro-brasileira em sala de aula?

Outro paradoxo dos governos de Lula é o fato dele não ter conseguido romper com a lógica das alianças partidárias e do chamado “acordo da governabilidade”, o que resultou num amplo e instável arco de alianças com partidos que se identificavam com diversos espectros da política brasileira. A busca pela governabilidade seria a raiz de uma das principais crises enfrentadas por Lula no seu primeiro mandato: o escândalo do Mensalão. O estopim foi uma gravação divulgada em maio de 2005 que mostrava um ex-funcionário da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos negociando propina com um empresário interessado em participar de uma licitação, na qual o nome do deputado federal **Roberto Jefferson** (PTB-RJ) era citado como um político que daria respaldo para o esquema. Em junho, Jefferson denunciou em entrevista que o governo comprava votos dos deputados de modo sistemático, assegurando assim sua maioria na Câmara. O encarregado da operação era o Ministro da Casa Civil, **José Dirceu** (1946); e o dinheiro era proveniente de fundos ilegais controlados pelo PT e distribuídos pelo seu tesoureiro, **Delúbio Soares** (1955). **Marcos Valério**, publicitário e dono das agências que mais detinham contratos de trabalho com órgãos do governo, seria o operador do esquema, arrecadando dinheiro junto a empresas estatais e privadas e em bancos, através de empréstimos que nunca foram pagos. Outras figuras de destaque no governo e no PT também foram apontadas como participantes, como José Genoíno (presidente do PT), Sílvio Pereira (Secretário do PT), João Paulo Cunha (Presidente da Câmara dos Deputados) e Antonio Palocci (Ministro da Fazenda). Todos os acusados foram afastados do cargo que ocupavam.

Entretanto, nem mesmo os efeitos sobre a figura pública de Lula e sobre a confiança no PT do escândalo do Mensalão impediram a sua reeleição em 2006, principalmente devido a dois fatores: a volta do crescimento econômico

sustentado e os sucessivos aumentos substanciais do valor do salário mínimo entre 2005 e 2006, ganhos reforçados pela introdução de novas linhas de crédito para a compra da casa própria. Em conjunto, a melhoria econômica resultou no crescimento do consumo popular, na expansão do mercado interno e propiciou a criação de novos empregos. Estimulado pelo sucesso socioeconômico e pelo apoio principalmente dos mais pobres e dos idosos - beneficiados pela aprovação do Estatuto dos Idosos - Lula foi reeleito em 2006, derrotando o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin (ANDERSON, 2011, p. 24-30).



Assimile

O “Centrão” e as alianças políticas

De acordo com Marcos Nobre, o chamado “Centrão” teria surgido na Assembleia Constituinte, com um bloco de parlamentares que buscavam controlar o ritmo da agenda de transformações em curso naquele momento. Formado principalmente por políticos ligados ao PMDB, eles configuraram o que o autor chama de “*pemedemismo*”: uma cultura política que se estabeleceu nos anos 1980, e que hoje é identificada no espectro político brasileiro como o “Centrão”. Ele ganhou força principalmente durante o impeachment de Collor em 1992, ao estabelecer a ideia segundo a qual seria necessário assegurar através de alianças as maiorias partidárias para evitar crises e garantir a governabilidade do mandato em curso. Teria surgido, então, o chamado “**acordo da governabilidade**”, ancorado no arranjo pemedebista, uma das marcas fundamentais até hoje da política brasileira. Nos dois mandatos de Lula, segundo o autor, a sua relação com o pemedebismo teria duas fases. A primeira, entre 2003 e 2005, quando Lula manteve e, em alguns casos, aprofundou as políticas neoliberais do período anterior, ao mesmo tempo em que estabeleceu as condições para garantir uma maioria parlamentar independente do PMDB; e uma segunda, iniciada em 2006, após a crise do “Mensalão”, quando o PT, que até então se colocara como o principal representante do “antipedemismo” na política brasileira, passou a se assegurar nesse arranjo, garantindo a governabilidade através da construção de maiorias parlamentares e abrindo, assim, possibilidades para avançar em políticas sociais importantes que dependiam da aprovação da Câmara. Segundo Marcos Nobre, apesar desse arranjo ter garantido o avanço de alterações importantes na vida social brasileira, vinculadas à implementação de políticas de transferência de renda, as alianças com o chamado “Centrão” impediu transformações mais significativas no país, devido à identificação dos seus parlamentares com pautas mais conservadoras (NOBRE, 2013).

O segundo governo de Lula foi marcado pela sua alta popularidade nacional e internacionalmente, e pelos benefícios conquistados através do crescimento econômico e das políticas de distribuição de renda, resultando na maior redução da pobreza na história brasileira (ANDERSON, 2011, p. 29). Em 2007, o Governo Federal lançou o “Programa de Aceleração do Crescimento” (PAC), que previa grandes obras de infraestrutura e tinha como objetivo eliminar entraves que impediam o crescimento, como a garantia do emprego e renda e a consequente continuidade do consumo, mantendo, assim, a economia aquecida. O PAC materializa também o chamado “pacto social” postulado na candidatura de Lula em 2002, pois, ao mesmo tempo em que viabilizava o aumento da produtividade das empresas e estimulava o investimento privado, respondia a demandas sociais como a redução das desigualdades através, por exemplo, de programas como o Minha Casa Minha Vida, com foco na construção de moradias populares subsidiadas pelo Estado.

A implementação de programas como o PAC só foi possível devido aos resultados do crescimento econômico. A balança comercial do Brasil encerrou o ano de 2006 com o maior saldo positivo de sua história, fruto do aumento nos preços internacionais de *commodities* (produtos de origem primária) especialmente carnes, grãos e minérios, exportados pelo Brasil. O crescimento se expressou também em um reconhecimento internacional do Brasil como uma das potências econômicas em ascensão no mundo. Em 2009, era veiculado nos meios de comunicação que, pela primeira vez na sua história, o Brasil havia deixado de ser devedor do FMI, para se tornar credor (COSTA; VERSINI, 2009), o que gerou mais confiança nos investidores estrangeiros.

O segundo mandato de Lula foi marcado também por uma queda na taxa de juros básicas. A queda dos juros reais no Brasil, um dos mais altos do mundo quando Lula assumiu, era uma de suas promessas de campanha desde o primeiro mandato. Em 2003, a taxa real estava em 11% ao ano. Quando terminou o seu segundo mandato, em 2010, a taxa estava em 4,8% (SAVARESE, 2010).



Exemplificando

A popularidade do governo Lula

A capa da revista *The Economist*, de 2009, se tornou um dos símbolos do otimismo diante do segundo mandato de Lula. Nela, o Cristo Redentor decolava, como símbolo do que seria a trajetória da economia do país naquele momento.

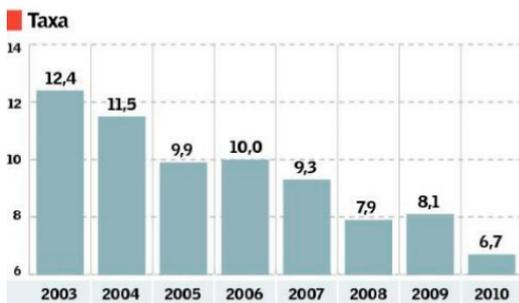


Fonte: <https://www.economist.com/sites/default/files/20091114issuecovUS400.jpg>. Acesso em: 1 mar. 2019.

Figura 4.7 | Evolução da taxa de desemprego

Cai o desemprego

Evolução da taxa de desocupação (%)



Fonte: IBGE

Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/publico/image/16664>. Acesso em: 1 mar. 2019.

O governo Lula se encerrou com uma alta popularidade do presidente. Em 16 de dezembro de 2010, uma Pesquisa Ibope encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) demonstrou que o então presidente, Luís Inácio Lula da Silva, chegava ao último mês do seu mandato com recorde de aprovação e popularidade de 87% (BONIN, 2010). Essa popularidade foi importante para a eleição de sua sucessora, escolhida por ele dentro do partido, Dilma Rousseff. Dilma tinha ocupados postos estratégicos nos dois governos de Lula, como ministra de Minas e Energia, entre 2003 e 2005; e substituindo José Dirceu após a sua queda no escândalo do “Mensalão”, como ministra-chefe da Casa Civil. Entretanto, a sua campanha, marcada por ataques pessoais, boatos na Internet e debates religiosos foram um demonstrativo da polarização na sociedade brasileira após oito anos de governos do PT. Apesar disso, ela foi eleita, derrotando o candidato do PSDB, José Serra.

Sem medo de errar

Caro aluno, como você pôde ver nesta seção, nos últimos vinte anos, a cena política brasileira esteve marcada por uma polarização entre dois partidos que disputaram os segundos turnos nas eleições para presidentes da República e que se sucederam nesse cargo: o PSDB e o PT. Os dois mandatos do PSDB na presidência, com a eleição e reeleição de Fernando Henrique Cardoso, foram marcados pelo avanço de práticas políticas e econômicas neoliberais no Brasil. Essas práticas visavam uma suposta modernização do Estado e conseqüentemente do país, através, principalmente, das privatizações e de uma maior inserção do Brasil na lógica do mercado financeiro internacional. Em detrimento disso, foram colocadas num segundo plano de políticas públicas que visassem diminuir as desigualdades sociais e econômicas do país, as quais inclusive se agravaram devido às dificuldades de se manterem a euforia e a estabilidade conquistadas com o Plano Real.

Com a eleição de Lula, as práticas neoliberais não foram deixadas de lado, assim como as antigas formas de se fazer política parlamentar, por meio dos acordos que visavam uma maioria no Congresso como requisito para a governabilidade. Por outro lado, os dois mandatos de Lula foram marcados por avanços sociais e econômicos, por meio das políticas públicas de redistribuição de renda, de geração de empregos, de combate às desigualdades e de reparação das minorias, num quadro internacional favorável à economia brasileira.

A análise dos governos de FHC e de Lula demonstram que a trajetória de nenhum presidente enquanto ele ocupa o seu cargo é linear. Algumas políticas se aproximam do seu histórico de participação na vida pública brasileira. Porém, a estrutura partidária e a necessidade de se aliar e negociar com outros partidos de modo a garantir que o mandato termine com estabilidade

faz com que o presidente abra concessões, muitas vezes contraditórias. Para além disso, demonstram o desafio que se coloca nas análises históricas para trabalhar com as figuras de grandes líderes, respeitados por sua atuação em diferentes campos. Se entendermos que as suas possibilidades de agência são limitadas pelos seus tempos históricos, o que gera contradição nas suas formas de agir publicamente, poderemos assim analisar de maneira mais crítica e historicamente precisa os seus mandatos.

Faça valer a pena

1.

“Oito meses após o início de seu segundo mandato, o presidente reeleito Fernando Henrique Cardoso enfrentava uma grande manifestação contra seu governo. O ato organizado por entidades da sociedade civil, sindicatos e partidos de oposição reuniu cerca de 100 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios em protesto contra as privatizações e a negligência do governo com casos de corrupção. Embora o comando do PT tivesse vetado a palavra de ordem “Fora FHC”, manifestantes exibiram faixas com a expressão.

Os números de participantes da marcha são controversos. A polícia do Distrito Federal calculou a multidão em 40 mil manifestantes. Uma vista aérea produzida pelas redes de televisão sugeriu que eram pelo menos 75 mil. Os organizadores calcularam cem mil pessoas, número pelo qual a manifestação ficou conhecida.

O presidente Fernando Henrique classificou a marcha de golpista, comparando-a às que antecederam o golpe militar.

Logo nos primeiros dias após a posse do presidente reeleito, ficou claro que era insustentável manter a paridade entre o real e o dólar. Embora o Plano Real tenha sido exitoso no combate à inflação, os juros elevadíssimos e o câmbio fixo produziram uma situação insustentável, com altos déficits nas transações correntes, que passaram de 0,3% do PIB, em 1994, para 3,34% em 2006. No auge da crise de 1998 alcançou 4,43% do PIB. O dólar sobrevalorizado fortaleceu os setores importadores da economia, prejudicando a indústria nacional e os exportadores, cujos produtos perderam competitividade. O governo mantinha o real sobrevalorizado para não afetar as chances de reeleição do presidente Fernando Henrique. A Marcha dos 100 mil, em agosto, foi apenas a primeira grande manifestação contra o governo. A popularidade de FHC, conquistada pelo êxito do Plano Real no

primeiro mandato, caiu ao longo do segundo período, não permitindo que o presidente elege-se seu sucessor em 2002. (ALONSO, 2018, [s.p.]).

Em 26 de agosto de 1999, FHC enfrentou o que foi considerado o maior ato contra o seu governo: a “Marcha dos 100 Mil”. A partir da leitura do trecho acima, podemos afirmar:

- a) A “Marcha dos 100 Mil” foi a expressão da insatisfação de setores da sociedade brasileira com as políticas neoliberais implementadas pelo governo de FHC, que priorizaram a busca por estabilidade econômica, a redução do Estado e a adaptação da economia brasileira, diante de outros problemas sociais que afligiam o país.
- b) Apesar da “Marcha dos 100 Mil”, a popularidade de FHC se manteve alta, pois, ao dar continuidade ao Plano Real, FHC manteve a inflação sob controle, garantiu o crescimento econômico do país e a geração de renda e empregos durante todo o segundo mandato.
- c) A “Marcha dos 100 Mil” foi um ato organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em resposta ao “Massacre de Eldorado dos Carajás” e demandando por mudanças na política de Reforma Agrária do governo de FHC.
- d) Segundo o texto, FHC classificou a marcha como golpista, pois estava em curso um processo similar ao ocorrido anos antes com Fernando Collor de Mello, que resultou no seu impeachment.
- e) A “Marcha dos 100 Mil” foi uma exceção na relação estabelecida entre o governo FHC e os movimentos sociais, pois estes encontraram nos seus dois mandatos o espaço para o diálogo e a negociação, resultando na implementação de políticas públicas que atendessem às suas demandas

2.

“Programada para ser uma celebração apoteótica da nacionalidade e uma confraternização com os descobridores, a festa dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, em Porto Seguro (BA), termina com confronto entre polícia, índios e outros manifestantes. Na localidade de Coroa Vermelha, onde ocorreu o desembarque de Pedro Álvares Cabral, foram realizadas uma missa e uma solenidade oficial com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso e do seu colega português, Jorge Sampaio.

Desde a véspera da celebração, os acessos à cidade foram bloqueados por forças policiais para impedir a entrada de índios, estudantes, militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do movimento negro e punks. Revoltados, os manifestantes fizeram protestos nas estradas e, quando tentaram

se aproximar do local do evento, foram duramente reprimidos. (MEMORIAL..., 2000, [s.p.]

“O presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu na noite deste domingo uma carta de protesto de índios xavantes e mehinakus. A carta foi entregue a FHC logo após os índios terem dançado para o presidente brasileiro e o de Portugal, Jorge Sampaio, na abertura da ‘Mostra do Redescobrimento’ – megaexposição de arte que se realiza em comemoração dos 500 anos do Brasil. A carta (...) diz que os índios ‘não estão comemorando nada’. ‘Esta não é uma comemoração’, diz o texto, assinado pelos índios Eurico, xavante, e Ciucarte, mehinaku, e distribuindo pela ONG Instituto de Desenvolvimento das Tradições Indígenas. (FOLHA DE SÃO PAULO, [s.d.]).

Durante o segundo mandato de FHC, o Brasil comemorou os 500 anos da chegada dos portugueses a Porto Seguro. De acordo com a leitura dos trechos acima, podemos afirmar sobre essa efeméride:

- a) As comemorações dos 500 anos de chegada dos portugueses ao Brasil reforçaram o chamado “mito da igualdade racial”, já que os eventos foram marcados pela convivência pacífica entre afrodescendentes, povos indígenas e as autoridades brancas do Estado.
- b) As comemorações dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil foram consequência de uma dificuldade dos diversos movimentos sociais em encontrar uma pauta em comum para reivindicar um espaço próprio nos eventos oficiais organizados pelo governo de FHC.
- c) Os conflitos em torno dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil foram fruto da presença de autoridades portuguesas, o que demonstraria para alguns movimentos sociais a manutenção de uma relação vertical entre os dois países.
- d) As comemorações dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil demonstraram que algumas minorias étnicas e sociais questionavam a validade dos eventos oficiais, já que se sentiam excluídos de um evento o qual não comemoravam, sobretudo, por significar o início da violência contra as populações indígenas.
- e) As tensões em torno das comemorações dos 500 anos de chegada dos portugueses ao Brasil foram fruto do cenário econômico brasileiro nesse momento e do esgotamento da suposta estabilidade garantida pelo Plano Real.

3.

“O sucesso do funk ostentação, inicialmente produzido e consumido na periferia de São Paulo, rapidamente superou limites geográficos e sociais e se manteve independente da lógica de mercado das grandes gravadoras, graças ao meio de divulgação escolhido – a internet.

Esse fenômeno da explosão de sucessos nas plataformas digitais, consumidos gratuitamente pelos internautas, não se restringiria ao funk: artistas de tecnobrega, rap, sertanejo universitário e pop também acumulariam milhões de visualizações com seus clipes e vídeos, alguns deles produzidos e publicados pelos próprios fãs. A classe C se destacaria como grande produtora e consumidora do som da primeira década dos anos 2000, ocupando espaços nas rádios, clubes e casas de shows anteriormente restritos às classes A e B.

O eixo Rio-São Paulo logo deixaria de ser o único produtor de tendências musicais, com o sucesso do tecnobrega (vindo do Pará), do forró eletrônico (do Ceará) e da nova cena do brega romântico (Pernambuco). (MEMORIAL..., 2009, [s.p.]

A partir da leitura do trecho acima, podemos afirmar sobre os padrões de consumo durante o segundo mandato do governo de Lula:

- a) No segundo mandato do governo de Lula, houve a emergência da chamada classe C. Porém, não se tratou de um grupo socioeconômico que aqueceu a economia brasileira, pois o seu consumo se voltou principalmente para setores informais de produção, como a pirataria.
- b) A emergência da classe C e do seu poder de consumo trouxe transformações para a produção e circulação de música no Brasil, expandindo os polos de produção e diversificando os estilos musicais consumidos pelos brasileiros.
- c) A classe C foi a grande responsável pela expansão da Internet no Brasil e, através dela, do sucesso de artistas tidos como regionais e que então passaram a ser consumidos em grandes centros urbanos brasileiros, como o Rio de Janeiro e São Paulo.
- d) A Classe C não foi um fenômeno do governo Lula. Ela surgiu graças à estabilidade conquistada com o Plano Real que ampliou o poder de consumo das classes trabalhadoras. A política de valorização de salários dos governos de FHC permitiu, então, uma ascensão social e a sua afirmação como classe social.
- e) O sucesso do funk ostentação é um demonstrativo das mudanças em algumas estruturas sociais e culturais brasileiras, derrubando barreiras e preconceitos, para o consumo de músicas até então vistas como periféricas.

Continuidades e rupturas da democracia brasileira

Diálogo aberto

Em 7 de junho de 2016, 40 historiadores profissionais, entre professores titulares das mais diversas universidades de todo o país e jovens historiadores, viajaram por conta própria à Brasília onde foram levar solidariedade e um vídeo manifestado à Dilma Rousseff, presidente afastada por um processo de impeachment desde 12 de maio de 2016. Eles faziam parte do movimento “Historiadores pela Democracia”, com mais de 500 membros em uma rede social, que nasceu da ideia de reunir profissionais de história que vinham se manifestando publicamente sobre o processo sofrido pela presidente, entendido por eles como um golpe parlamentar. No manifesto em vídeo, os depoimentos dos profissionais endossam essa hipótese, além de reafirmar os riscos à democracia e aos direitos inscritos na Constituição de 1988 representados pelas políticas que já vinham sendo implementadas pelo governo interino de Michel Temer. Outros afirmavam a necessidade do engajamento dos intelectuais na disputa pela narrativa dos atuais eventos políticos. Além dos depoimentos que formam o vídeo de 7 minutos, nas duas semanas que antecederam o encontro no Palácio da Alvorada, mais de 80 historiadores gravaram em vídeo seu apoio à presidente reeleita em outubro de 2014 com mais de 50 milhões de votos. Eles têm em comum a defesa da legalidade democrática e do mandato de Dilma Rousseff.



Saiba mais

Saiba mais sobre o movimento dos historiadores lendo o texto indicado a seguir:

MATTOS, H. Historiadores pela Democracia. **Carta Maior** [recurso eletrônico].

Em 21 de agosto de 2016, a Câmara do Senado cassou o mandato de presidente da Dilma Rousseff, colocando um fim em 14 anos de governos do PT. Eleita em 2010, Dilma se tornou a sucessora dos governos de Lula, iniciando o seu primeiro mandato em 2011 com forte popularidade, apoio parlamentar e num momento de crescimento da economia brasileira. Porém, já nos primeiros anos do seu governo, as condições se mostraram diferentes daquelas encontradas por Lula nos seus dois mandatos, ameaçando

diretamente as suas possibilidades de governabilidade. A crise econômica, as denúncias de corrupção, a polarização política e o aumento da tensão política e social, que resultou em grandes mobilizações, são elementos que diminuíram tanto a sua popularidade quanto as possibilidades de aprovação das medidas do seu governo. No final de 2015, foi protocolado na Câmara dos Deputados um processo de impeachment que pedia a destituição de Dilma devido ao uso indevido de uma prática comum aos governos brasileiros, as chamadas “pedaladas fiscais”. Um processo controverso que resultou na sua destituição, mas não na perda dos seus direitos políticos, uma condenação dúbia, diferente daquela que vimos em 1992 com o fim da presidência de Fernando Collor de Mello. Já num primeiro momento se colocou o questionamento se o processo contra Dilma era legítimo democraticamente e constitucionalmente, dividindo opiniões entre aqueles que o respaldavam e aqueles que acusavam de haver ocorrido um golpe parlamentar no Brasil.

O exemplo que abriu a nossa seção é da mobilização de historiadores brasileiros em apoio à presidente Dilma Rousseff. Mais do que a expressão de uma participação política da categoria, ele demonstra a resposta de um grupo de intelectuais a uma demanda social que então se colocava: qual o significado para a democracia e para a história política recente do impeachment de Dilma? Durante a leitura da nossa seção, a questão que devemos pensar e trabalhar é: de que maneira, como historiadores e professores de história, podemos responder a demandas como essas? É papel do historiador, a partir de sua formação metodológica e do seu fazer científico, produzir narrativas sobre um presente em curso, ou um passado do qual ele mesmo não pode se distanciar como cidadão e participante do seu tempo?

Não pode faltar

Em 1 de janeiro de 2011, Dilma Rousseff tomou posse como a primeira mulher eleita presidente do país, após vencer o segundo turno das eleições de 2010 com 46,91%. Dilma Rousseff foi a escolhida pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para ser a sucessora dos oito anos de governo de Lula. Ele encerrava o seu segundo mandato com 83% de aprovação, um índice recorde desde o início da Nova República, em 1985, aprovação essa que favoreceu as vitórias nas urnas de Dilma. De acordo com Teresinha Maria de Caralho Cruz Pires, ao longo da campanha eleitoral de Dilma, houve um esforço em apresentá-la como a candidata do “lulismo”. A alegoria feminina da “mãe do povo brasileiro” possibilitou um apelo emocional importante de aproximação com uma candidata pouco conhecida e que não era vista até então como a possível sucessora de Lula; além da sustentação do argumento de que o modelo de seu governo seria o mesmo do dele (PIRES, 2011). Ao

identificarem as formas pelas quais o feminino foi articulado à campanha de Dilma, Ricardo Mendonça e Ana Carolina Ogando apontam para alguns elementos como: a recusa de padrões gramaticais masculinos em trechos em que se ressaltava a presença da mulher no mercado de trabalho, inclusive em profissões tradicionalmente exercidas por homens; a identificação da sua candidatura como símbolo das lutas das mulheres por igualdades de direitos; as suas possibilidades reais de se tornar a primeira presidente do país, ressaltando que o desempenho obtido por ela e por outra candidata mulher, Marina Silva do Partido Verde (PV), nas pesquisas eleitorais expressavam o desejo do povo de ver uma mulher na presidência; a ênfase colocada em características tidas como femininas que poderiam fazer diferença num governo; e uma estratégia para combater rumores de que Dilma seria atea e favorável à descriminalização do aborto (MENDONÇA; ORGANO, 2011, p. 22-23).

O simbolismo do fato de ser uma mulher quem assumiria o cargo mais importante no país foi reforçado na sua cerimônia de posse. Apenas mulheres foram encarregadas de fazer a sua segurança durante o tradicional desfile de Dilma até a subida da rampa do Palácio do Planalto, o qual Dilma fez ao lado de sua filha. Em seu primeiro discurso, após receber a faixa presidencial das mãos de Lula, Dilma citou seu passado de militância durante o Regime Militar (1964-1985) e afirmou ter dedicado sua juventude à luta pela democracia. Ela adotou um tom conciliador ao quebrar o protocolo, dirigindo-se às tropas das Forças Armadas durante a revista, e beijando a bandeira do Brasil, num gesto entendido como um sinal de que governaria “sem rancor”. Além disso, fez menções a Lula e promessas de continuidade da gestão anterior, de avançar na erradicação da miséria no país e das desigualdades sociais (ESTADÃO, 2011).

Segundo André Singer, as esperanças colocadas no governo de Dilma eram fundamentadas pelas conquistas sociais e econômicas dos governos anteriores. Dilma assumiu a presidência com um crescimento de 7,5% do PIB e com uma massa de trabalhadores formais que movimentavam a economia brasileira com seu poder de consumo. Além disso, na Câmara dos Deputados, o PT fez em 2010 a maior bancada da Casa, com 88 cadeiras. Com o apoio do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), tudo apontava que a primeira presidente mulher exerceria o seu mandato com tranquilidade no Congresso e com as condições necessárias para aprovar os projetos que dariam seguimento às reformas implementadas por Lula. Entretanto, em cinco anos, quatro meses e dose dias, em 12 de maio de 2016, a presidente deixou o Palácio do Planalto, acusada de crime de responsabilidade, “convertendo o sonho em pesadelo”. (SINGER, 2018, p. 11-12). Para entendermos o processo que levou à eleição e reeleição de Dilma, em paralelo à popularidade do seu partido, à interrupção do seu governo no segundo ano de mandato,

é preciso analisar as condições políticas e econômicas do país nesses cinco anos, assim como as relações estabelecidas pelos diferentes agentes históricos que levaram ao seu impeachment e aos dois anos de governo de seu vice, Michel Temer. Além disso, a análise desses acontecimentos nos permite levantar os diferentes significados associados ao afastamento da presidência de Dilma, além compreender os motivos de considerá-lo uma ruptura na institucionalidade democrática da Nova República.



Exemplificando

A polêmica em torno do uso do termo “presidenta”

A novidade de termos pela primeira vez uma mulher na Presidência da República levantou uma polêmica sobre qual o termo considerado “correto” para se referir a ela: presidente ou presidenta. Essa discussão se fez presente nos veículos de comunicação ao longo da campanha eleitoral de 2010, devido ao uso do termo no feminino feito pela coordenação da campanha de Dilma. Em 1 de novembro de 2010, um dia após o resultado do segundo turno, o jornal Folha de São Paulo publicou uma nota editorial afirmando que adotaria “presidente” para se referir a ela, pois seus consultores em língua portuguesa pontuavam que a forma feminina era “pouco usada”, “desnecessária” e “causava estranheza” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2010). Em resposta à polêmica, em 19 de novembro de 2010, uma nota oficial do Palácio do Planalto afirmava que a norma culta da língua portuguesa acatava as duas formas como “corretas” e “aceitáveis”, ficando a critério de Dilma e de outros setores, como órgãos de imprensa e população em geral, a escolha de qual preferiria usar. Você pode conferir a nota completa do Palácio do Planalto acessando a referência a seguir:

GOVERNO DO BRASIL. **Uso da palavra “Presidenta”**. Publicado em 19 nov. 2010. Governo do Brasil [recurso eletrônico].

Nesse mesmo dia, o ex-presidente José Sarney publicou uma nota no jornal Diário da Manhã afirmando que a palavra “presidenta” tinha mais um peso político que linguístico, pois gerava um vínculo de solidariedade entre a candidata e as eleitoras, cidadãs brasileiras, e reafirmava o ato revolucionário que havia na eleição de uma mulher. No texto, ele apontou que a língua está em constante transformação e que Dilma poderia considerar o aspecto político na sua escolha, sem cometer qualquer erro. Enquanto esteve à frente da Presidência, tanto Dilma quanto o Palácio do Planalto utilizaram o termo presidenta. Notamos assim uma opção por enaltecer a presença feminina na política, num

cargo que historicamente era ocupado por homens, e as possibilidades de apropriação da nossa língua para a afirmação de mudanças culturais.

SARNEY, J. **Presidenta ou Presidente**. Academia Brasileira de Letras, 19 nov. 2010.



Assimile

Dilma Rousseff e a memória do Regime Militar

Dilma Vana Rousseff nasceu em Belo Horizonte no dia 14 de dezembro de 1947. A sua militância política começou no período em que cursava o colegial, durante o Regime Militar, ao se aproximar do grupo de esquerda Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop). Em 1967, Dilma acompanhou os militantes da Polop que eram a favor da lutar armada e que resolveram formar, em Minas Gerais, o grupo guerrilheiro Comando de Libertação Nacional (Colina). Engajou-se a partir de então em atividades clandestinas sem, no entanto, tomar parte em ações militares. Em 1969, a Colina se juntou com outra organização oriunda da Polop, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), formando em São Paulo a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR) – Palmares. A nova organização foi responsável, naquele mesmo anos pelo roubo do cofre localizado na casa da amante do ex-governador de São Paulo, Ademar de Barros, no Rio de Janeiro, uma das ações mais ousadas levadas a cabo pela luta armada no Brasil.

Em 1970, Dilma foi presa em São Paulo pela Operação Bandeirantes (Oban) e esteve detida no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo, onde foi torturada. Posteriormente, foi condenada pelo Tribunal Militar e transferida para o Presídio Tiradentes, também em São Paulo, de onde saiu em liberdade em 1972. Após sair da prisão, mudou-se para Porto Alegre onde retomou os seus estudos e reingressou na política, primeiro filiando-se ao PDT e, posteriormente, ao PT.

No seu discurso de posse Dilma afirmou ter sido parte de uma geração que lutou pela democracia e que, apesar das dores e cicatrizes, não governaria com revanchismo.

Leia a íntegra do discurso de posse da presidente Dilma Rousseff no Congresso:

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Íntegra do discurso de posse da presidente Dilma Rousseff no Congresso. Disponível em: <https://bit.ly/2YZmmWf>. Acesso em: 6 mar. 2019.

O seu passado como ex-militante foi recuperado em diversos momentos da sua carreira política como algo que poderia ser utilizado contra ela. Em 2008, durante um depoimento à Comissão de Infraestrutura do Senado, Dilma foi interpelada pelo senador José Agripino Maia (RN), que citou uma entrevista em que a ministra admitiu ter mentido sob tortura, insinuando que ela poderia mentir novamente. Ela, então ministra, respondeu dizendo que mentir sob tortura não era fácil, que havia mentido para sobreviver e para proteger seus companheiros (FOLHA DE SÃO PAULO, 2008). Além disso, tanto na sua campanha em 2010 quanto na campanha à reeleição em 2014, circularam notícias falsas sobre o seu envolvimento em supostas ações armadas durante a ditadura, como, por exemplo, o assalto ao cofre de Adhemar de Barros.

A medida mais importante tomada por Dilma em relação ao passado ditatorial foi a sanção da lei, em 18 de novembro de 2011, que instituiu a Comissão Nacional da Verdade (CNV), cujo objetivo era esclarecer os casos de violação aos direitos humanos ocorridos entre 1946 e 1988, apesar da oposição de políticos que viam na sua instalação um ato de “revanchismo” (ÉPOCA, 2011). Ao receber o relatório final, em dezembro de 2014, Dilma se emocionou ao afirmar que as novas gerações e aqueles que perderam amigos e familiares mereciam saber a verdade sobre os acontecimentos que marcaram o período do Regime Militar e destacou que o acesso à informação não era expressão de revanchismo, mas necessário para “pacificar o país” e “evitar mágoas” (PASSARINHO, 2014).

O primeiro governo de Dilma foi marcado pela continuidade de alguns programas sociais implementados durante os dois mandatos de Lula. Na área social, em junho de 2011, foi lançado o Plano Brasil sem Miséria, que tinha como objetivo retirar da situação de pobreza extrema 16,2 milhões de pessoas, numa ampliação do Programa Bolsa Família de combate à pobreza. A proposta do “Brasil sem Miséria” era fazer com que os participantes do “Bolsa Família” superassem o patamar de renda da extrema pobreza, definido em 70 reais por pessoa. Para tanto, foram reajustados alguns valores do programa anterior: aumento da quantidade de benefícios para crianças e adolescentes; início do pagamento de benefícios para gestantes e nutrízes; e a criação de novos benefícios, como o “Bolsa Verde”, que previa o pagamento para famílias pobres que promovessem ações de conservação ambiental no local onde viviam ou trabalhavam. Porém, a transferência de renda era apenas um dos pilares do Plano, pois ele buscava promover a inclusão educacional e produtiva. Na educação, houve o reforço da oferta de educação em tempo integral para as escolas onde a maioria dos alunos estava no Programa; e do acesso à creche para famílias participantes, através do programa “Brasil Carinhoso”, que as provia também de suplementos infantis e medicamentos gratuitos.

Para melhorar as oportunidades de trabalho, o “Brasil Sem Miséria” oferece cursos profissionalizantes, ações de intermediação de mão de obra, micro empreendedorismo e economia solidária. Somam-se ainda algumas ações no campo, como os serviços de assistência técnica a agricultores familiares e a construção de cisternas no semiárido nordestino, através do programa “Água para todos” (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013).

Em julho de 2013, o governo Dilma lançou o programa “Mais Médicos”, criado para suprir a carência de médicos nos municípios do interior e nas periferias das grandes cidades brasileira, por meio de uma cooperação que trazia médicos de outros países para o Brasil, medida que foi criticada como paliativa e que não resolveria as questões de infraestrutura da saúde pública brasileira, como fora colocado pelas associações médicas e algumas universidades de Medicina no Brasil. Além disso, em relação ao acesso à cultura e à educação, foram implementadas três medidas: o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), para oferecer cursos gratuitos de educação profissional e tecnológica; o “Mais Educação”, de estímulo ao ensino em período integral, sobretudo em regiões mais pobres; e o “Vale Cultura”, que se propunha a pagar 50 reais mensais para o consumo cultural de trabalhadores formalmente cadastrados.

Em relação à economia, uma das marcas do primeiro governo Dilma foi um conjunto de medidas que informalmente passou a ser chamado de “Nova Matriz Econômica”. Em 2008, quando o mundo começou a sofrer uma das suas mais graves crises econômicas, o governo Lula passou a adotar o que chamou de “medidas anticíclicas”, incentivando setores da economia para aumentar o consumo interno e fazer o PIB crescer, apesar do choque internacional. Num primeiro momento, o resultado foi positivo, gerando o crescimento de 7,5% do PIB, em 2010, e visto como um fator decisivo na popularidade de Lula e na eleição de Dilma. Ao assumir a presidência, Dilma manteve a política, mas ampliou as medidas de incentivo à economia - cortou impostos, diminuiu a tarifa de energia, controlou o preço dos combustíveis, ofereceu créditos baixos fornecidos por bancos estatais e reduziu os juros -, de modo a garantir investimentos para a ampliação dos setores produtivos. A ideia era diminuir o custo de produção no Brasil, aumentar a competitividade das empresas brasileiras e o consumo interno. Consequentemente, o emprego formal se manteria em alta, sustentando o consumo e os investimentos; e o PIB cresceria, aumentando também a arrecadação com impostos, que compensariam os custos dos incentivos concedidos (CASTRO, 2017c).

Entretanto, o crescimento previsto se viu ameaçado no final de 2011 e início de 2012 com uma mudança as condições internacionais, fruto do impacto da crise da Zona do Euro e da desaceleração da economia chinesa na economia doméstica e consequentemente na atividade fiscal. A solução

encontrada pelo governo foi se utilizar das chamadas “pedaladas fiscais”: operações orçamentárias realizadas pelo Tesouro Nacional, não previstas por lei, nas quais se atrasa propositalmente o repasse de verbas a bancos estatais e privados, de modo a aliviar a situação fiscal do governo, apresentando melhores indicadores econômicos ao mercado financeiro. Desse modo, apesar do gasto social ter ocorrido, ele demora de ser debitado das contas do governo, garantindo assim que as metas fiscais sejam atingidas (AMATO; MARTELLO, 2015). Para muitos especialistas, esse descontrole fiscal e a consequente falta de confiança dos investidores explicariam a recessão econômica e o aumento do desemprego que, a partir de 2015, passaram a dominar o cenário econômico brasileiro.

Outra questão no primeiro mandato de Dilma foi a corrupção. Já nos primeiros meses de seu governo, entre junho e novembro de 2011, seis ministros foram afastados devido a denúncias de corrupção, no que ficou conhecido como uma “faxina ética”. O fato de Dilma ter “administrado com sucesso” o que poderia se tornar uma crise institucional e de ter demonstrado “autonomia”, já que se tratavam de políticos que pertenceram ao gabinete anterior, geraram confiança por seu suposto empenho no combate à corrupção (SEQUEIRA, 2011). O reflexo disso foi numa aprovação de 59% da população, o maior índice de popularidade para o primeiro mandato de um presidente desde a redemocratização (BBC, 2016).

Entretanto, em 2013, a sua popularidade se viu ameaçada pelas chamadas “Jornadas de Junho”. O estopim para as manifestações foi o aumento dos preços das passagens de ônibus nas capitais do país, apesar da baixa qualidade dos serviços oferecidos. As manifestações de junho de 2013 tiveram duas fases com características distintas, mas ambas organizadas online, por meio das redes sociais por movimentos sociais, livre da agenda de partidos tradicionais, como o Movimento Passe Livre (MPL), em São Paulo, e o Fórum de Lutas contra o Aumento das Passagens, do Rio de Janeiro. Na primeira fase, o foco das manifestações era o reajuste tarifário do transporte público e contou com pequena participação popular e sob duras críticas da mídia, devido aos conflitos violentos entre os manifestantes e a polícia. O ponto de inflexão desta para a segunda fase foram os fatos ocorridos em São Paulo, na manifestação de 13 de junho, quando manifestantes que estavam no cruzamento da Avenida Consolação com a rua Maria Antônia, foram duramente reprimidos, deixando um saldo de mais de 150 feridos. A violência despertou então a solidariedade de pessoas que não tinham se envolvido com o movimento e mudou o tom do discurso da mídia e dos políticos que passaram a reivindicar as manifestações não mais como eventos que geravam um clima de confusão e baderna, e, sim, como a expressão do desejo da juventude de participar das discussões sobre os rumos do país.

Em 17 de junho, as manifestações se espalharam por mais de quarenta cidades e contaram com a adesão de 300 mil pessoas. Paulatinamente, as demandas se ampliaram, principalmente, a partir de 19 de junho, quando alguns prefeitos voltaram atrás no aumento das tarifas das passagens. Segundo pesquisas realizadas pelo Datafolha nas manifestações de 20 de junho, saúde e educação se tornaram as principais reivindicações dos manifestantes que foram às ruas. Entretanto, outras pautas mais críticas à administração do governo Dilma começaram a ganhar força como o fim da corrupção e os gastos públicos com eventos esportivos, a Copa das Confederações de 2013 e com a Copa do Mundo de 2014, disputando os sentidos das manifestações de junho de 2013 (ANTUNES, 2018).

O fim do ciclo de manifestações se deu em 21 de junho quando a presidente deu um pronunciamento transmitido pela rádio e televisão no qual prometia a criação de um Plano de Mobilidade Urbana, além de se comprometer a se encontrar com prefeitos e governadores para realizar um pacto de melhoria dos serviços públicos; destinar 100% do dinheiro dos royalties do petróleo à educação; esclareceu que o dinheiro do governo federal gasto com os investimentos para os eventos esportivos era fruto de financiamento que seria devidamente pago pelas empresas e pelos governos que estavam explorando os estádios de futebol; e se comprometeu a encontrar com os líderes das manifestações pacíficas. O resultado dos encontros promovidos por Dilma foram os chamados “cinco pactos nacionais”, anunciados em 24 de junho; o comprometimento com uma série de medidas relativas a temas como transporte público, saúde, educação, responsabilidade fiscal, combate à corrupção, e reforma política através da proposta de criação de um plebiscito para uma assembleia constituinte exclusiva para o tema (COSTA; MENDES; PASSARINHO, 2013).

Um dos debates que se mantém aberto até hoje sobre as “Manifestações de Junho” é em relação à disputa de sentidos dessa jornada de mobilizações, sobretudo o seu papel no avanço de pautas conservadoras que três anos depois contribuiriam para o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. No livro “A radiografia do golpe”, Jessé Souza argumenta que as manifestações de 2013 foram o “ovo da serpente” de um processo de avanço conservador que culminaria com a deposição da presidente (SOUZA, 2016). Posição semelhante foi defendida por um dos principais atores políticos nesse momento: Fernando Haddad, então prefeito da cidade de São Paulo, defendeu em artigo para a revista Piauí que junho de 2013 teria sido “o estopim do impeachment”.

Para os historiadores Gilberto Calil e Felipe Demier, correlacionar as manifestações de 2013 com aquelas a favor do impeachment de Dilma em 2015 e com a sua destituição seria um equívoco, pois o perfil social daqueles

que saíram as ruas nos dois momentos era distinto. Para Demier, apesar de ter sido um movimento marcado por contradições, as “Jornadas de Junho de 2013” tiveram o sentido geral de uma luta por direitos sociais, sentido esse que passa a ser disputado pela classe dominante brasileira com a introdução de suas pautas conservadoras e de uma luta abstrata contra a corrupção. Os dois concordam que essa “captura” do movimento, que passou a ser reivindicado como um marco da luta contra a corrupção em detrimento da luta por direitos sociais e por outras bandeiras mais progressistas, relacionou-se ao papel da mídia comercial, que, de início, se colocou contra os manifestantes e defendeu a repressão com rigor às manifestações, mas que mudou de posição quando jornalistas começam a ser feridos, passando a exaltar a legitimidade dos atos ao associá-los à pauta anticorrupção. Somou-se a isso a falta inicial de respostas da presidente às demandas dos manifestantes, o que resultou na perda de apoio de setores populares, que posteriormente se aproximaram de uma oposição de direita que cobrava da presidente respostas justamente para as bandeiras centrais dos movimentos de junho – saúde, educação, transporte e moradia. Dessa forma, muitos desses setores posteriormente participaram da grande onda de manifestações da direita iniciadas em março de 2015, insatisfeitos também com as medidas antipopulares implementadas por Dilma após a sua reeleição. A consequência disso são leituras que tendem a apontar a instrumentalização por setores mais próximos à direita e a pautas conservadoras no espectro político brasileiro da “Manifestações de Junho”, esvaziando boa parte do sentido político inicial das demandas por saúde, educação, moradia e transporte (ANTUNES, 2018).



Assimile

O Movimento Passe Livre (MPL) e os movimentos de ocupação dos espaços urbanos

O Movimento Passe Livre (MPL) foi fundado em 29 de janeiro de 2005 durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, por jovens envolvidos na luta por maior acesso ao transporte público. A sua criação foi resultado do aprofundamento de ações em favor de um transporte público gratuito, que ganharam força no início dos anos 2000 a partir de mobilizações como a “Campanha pelo Passe Livre” (2000) e a Revolta da Catraca (2004 e 2005), ambas em Florianópolis; e a “Revolta do Buzu” (2003), em Salvador. A sua criação ocorreu no bojo da visibilidade de outros movimentos relacionados ao direito à cidade, à reforma urbana e à ocupação dos espaços públicos, que surgiram no final da década de 1990. Em articulação com movimentos sociais tidos como tradicionais, esses novos movimentos trouxeram demandas até então invisibilizadas, assim como novas formas de organização social: movimentos descentralizados, horizontais, sem

lideranças definidas, e com ampla capacidade de mobilização através das redes sociais. Um exemplo disso é o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), organizado em 1997 e comprometido com a luta pela moradia e a reforma urbana. O surgimento do MTST e de outros grupos vinculados à luta pela moradia nas grandes cidades relaciona-se às consequências de processos de urbanização que não responderam às necessidades de assentamento residencial e urbano de uma população urbana que cresceu vertiginosamente ao longo do século XX. Para responder às demandas por moradia digna, esses movimentos ocupam imóveis ociosos, principalmente no centro das grandes cidades, fornecendo abrigo e serviços a preços acessíveis, ou se assentam em acampamentos localizados em zonas urbanas periféricas.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Movimentos Sociais ocupam as cidades.**



Saiba mais

O perfil heterogêneo dos participantes e das ideologias presentes nas “Manifestações de Junho”

No texto *Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas*, o cientista político André Singer analisa a composição social dos participantes das “Manifestações de Junho” e sugere a hipótese de que havia uma heterogeneidade que pode ser tanto a expressão de uma classe média tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional, quando do que ele denomina como um “novo proletariado”: trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada nos governos de Lula, mas que padeciam de problemas como baixa remuneração e más condições de trabalho.

SINGER, A. *Brasil: junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas*. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 97, São Paulo, nov. 2013.

A popularidade de Dilma em 2014 se viu abalada por três fatores. Primeiro, os protestos realizados em várias cidades do país contra os gastos nas construções de estádios e estruturas para sediar a Copa do Mundo da Fifa, movimento que ficou conhecido como “Não vai ter Copa” (BBC, 2014). Segundo, em março de 2014, foi deflagrada a operação “Lava Jato” para investigar um esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobrás, grandes empreiteiras e políticos. A partir das análises de transações financeiras e baseando-se em delações premiadas de envolvidos nos desvios, a operação mostrou como o superfaturamento combinado com a propina paga por grandes empresários financiou diversos partidos, num esquema de caixa dois, assim como as contas pessoais de figuras importantes da República,

tornando-se o símbolo do combate à corrupção no país. São citados direta ou indiretamente políticos ligados aos três maiores partidos do Brasil: MDB, PSDB e PT. Dentre as empresas envolvidas estão grandes empreiteiras como Camargo Corrêa, OAS e a Odebrecht e a empresa do ramo alimentício JBS.

A Petrobrás foi o primeiro elo encontrado pelos investigadores da Polícia Federal entre pagamentos ilegais feitos por empresários e agentes públicos. Porém, à medida que as investigações avançaram, identificou-se a existência de esquema semelhante em grandes obras de infraestrutura do poder público em todo o país (ARAGÃO; VENTURINI, 2018).

Por último, houve uma piora da economia, fruto de uma desaceleração nas exportações; nos investimentos em construção civil, infraestrutura e na cadeia de petróleo e gás; e no consumo. A queda dos preços internacionais do petróleo e os efeitos da Operação Lava-Jato tiveram efeitos graves para o financiamento global e a geração de recursos para o financiamento da infraestrutura de educação, ciência e tecnologia, assim como sobre a renda, a taxa de desemprego e a arrecadação fiscal de estados como Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo e Espírito Santo. Esse cenário resultou num crescimento, em 2014, de 0.5% da economia brasileira (BASTOS, 2017, p. 25-27). O resultado disso foi que a popularidade de Dilma atingiu a pior marca da história de seu governo: 42% de aprovação em dezembro de 2014, caindo para 23% em fevereiro de 2015 (O GLOBO, 2015).



Saiba mais

***Que horas ela volta?* e o debate sobre o trabalho doméstico no Brasil**

Uma das conquistas sociais e trabalhistas importantes durante o primeiro governo de Dilma Rousseff foi a Emenda Constitucional 72, mais conhecida como a PEC das Domésticas (PEC 66/2012). A partir de então, os trabalhadores domésticos formais passaram a ter uma jornada de trabalho definida por lei, além de todos os direitos assegurados como salário-maternidade, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, idade e tempo de contribuição, auxílio-acidente de trabalho, pensão por morte, etc. Em 2015, a aprovação da Lei Complementar 150/2015 garantiu ao trabalhador doméstico o direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), ao seguro-desemprego, salário-família, adicional noturno, adicional de viagem, entre outros. A aprovação da PEC das Domésticas gerou discussões sobre as relações trabalhistas nos lares brasileiros, sobretudo as condições de trabalho as quais principalmente as mulheres, empregadas domésticas, são submetidas. Esse tema foi abordado no filme *Que horas ela volta?* lançado em 2015 e dirigido por Anna Muylaert. O filme trata dos conflitos entre uma empregada

doméstica e seus padrões de classe média, com a chegada em São Paulo de sua filha, abandonada por ela em Pernambuco para buscar melhores condições econômicas, que passa a questionar as posições impostas a sua mãe.

QUE HORAS ela volta? Produzido por Fabiano Gullane e Caio Gullane. Produção de Anna Muylaert. Pandora Filmes: Brasil, 2015.

Apesar da crise na sua popularidade, em 26 de outubro de 2014, Dilma Rousseff foi reeleita presidente da República. A pouca diferença entre ela e o seu adversário no segundo turno, o candidato do PSDB Aécio Neves (1960), de pouco mais de 3 milhões de votos, demonstrava nas urnas a polarização política vivida pelo país.

Para combater a recessão econômica, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, adotou uma política de ajuste para recompor as receitas do governo e reequilibrar as contas públicas. Foram lançadas então algumas medidas com o objetivo de aumentar a arrecadação federal e retomar o crescimento da economia. Entre elas, medidas provisórias resultaram na perda de alguns direitos sociais, ao alterar o acesso a direitos previdenciários como o seguro-desemprego e a pensão por morte. Além disso, nos primeiros meses, para aumentar a arrecadação, houve ajuste nos preços dos combustíveis e da eletricidade. Esse cenário de elevação dos tributos levou a uma perda do apoio de Dilma de setores do empresariado, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que em 2015 lançou a campanha “*Não vamos pagar o pato!*” e que passou a financiar manifestações que pediam o impeachment da presidente em frente à sua sede em São Paulo (BASTOS, 2017, p. 3). O mercado de trabalho passou por um processo de queda nas ofertas de emprego e nos índices de formalização do trabalho, fruto da crise no setor de construção, devido às investigações realizadas contra as empreiteiras na Lava-Jato, da crise na Petrobrás e da desaceleração da produção industrial. O resultado desse cenário foi uma queda de 3,8% do PIB em 2015, assim como uma alta da inflação.

Em fevereiro de 2015, a Folha de São Paulo publicou uma análise de Marcelo Leite segundo a qual, no segundo mandato de Dilma, o país assistia à mais rápida e profunda deterioração política desde o governo Collor (LEITE, 2015). A recessão econômica e a presença constante de notícias vinculadas às descobertas das investigações da Lava-Jato fizeram com que os protestos “Fora Dilma” tomassem as cidades do país ao longo de 2015, alguns deles organizados por grupos políticos novos, que se declaravam antipetistas, como o Movimento Brasil Livre (MBL), o “Vem pra Rua” e o “Revoltados Online”.

O primeiro ano do segundo mandato de Dilma foi marcado também pelo seu isolamento no Congresso, ameaçando a sua governabilidade. No primeiro mandato, apesar de ter uma maioria na bancada da Câmara dos Deputados e no Senado, os parlamentares reclamavam que não eram atendidos por ela. Em 9 de novembro de 2014, o Jornal O Globo publicou um levantamento que mostrava que, entre janeiro de 2011 e outubro de 2014, Dilma havia recebido apenas dois deputados federais e treze senadores (IGLESIAS, 2014). Além disso, ela era acusada pela oposição por governar “por decreto”, devido ao número de medidas provisórias editadas pelo governo. Nos quatro anos do primeiro mandato, 140 MPs foram aprovadas, das quais apenas uma foi revogada (BBC, 2016). No segundo mandato uma das alianças partidárias de Dilma que se demonstrou abalada foi com o PDMB, fruto das tentativas do governo de enfraquecer o partido na sua base parlamentar. Em agosto de 2015, Michel Temer (1940), vice-presidente de Dilma, em um debate promovido pelo Movimento Política Viva de São Paulo afirmou que seria difícil resistir a mais três anos e meio de governo e que a situação econômica era grave. Algumas semanas depois, ele renunciou do cargo de articulador político de Dilma. (GAUCHAZH, 2018).

Em dezembro de 2015, Temer vazou para a imprensa uma carta crítica enviada à presidente na qual demonstrava a sua insatisfação com o governo e com o fato de se sentir como um “vice-presidente decorativo” (BENITES, 2015). Em 31 de março de 2016, o PMDB anunciou que deixava oficialmente a base aliada do governo Dilma, colocando um fim na aliança com o PT (BORGES, 2016).

Para Pedro Paulo Zahluth Bastos, a perda de popularidade e de governabilidade de Dilma relacionou-se aos efeitos da recessão econômica e do andamento da Operação Lava Jato. A virada na política econômica com os ajustes fiscais alienou parte da população para quem se tornou verossímil a acusação de “traição” ou de “estelionato eleitoral” feita pelos meios de comunicação e pela oposição partidária contra a presidente. Já a operação Lava-Jato minou os arranjos políticos tradicionais que contribuíram para a governabilidade dos governos petistas, além de reforçar mais ainda a perda de popularidade do governo. Políticos e empresários envolvidos em esquemas suspeitos tinham interesse evidente em substituir o governo por outro capaz de barrar ou limitar as investigações e patrocinar algum tipo de anistia dos crimes cometidos, o que não ocorria já que o governo de Dilma apoiava o andamento da Lava-Jato. Logo, sem a governabilidade tradicional, e sem popularidade, o governo pouco pôde fazer para se salvar do ataque previsível de seus opositores. (BASTOS, 2017, p.5).

O ataque veio em dezembro de 2015 quando Eduardo Cunha, presidente da Câmara, autorizou o pedido para a abertura do processo de impeachment

de Dilma Rousseff. Ele deu andamento a um requerimento que partia da denúncia da ilegalidade cometida na edição de decretos relativos a créditos suplementares, as chamadas “pedaladas fiscais”. Segundo a acusação, esses decretos iam contra a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois não haviam sido editados com a devida definição da meta fiscal e a aprovação do Congresso Nacional. Em abril de 2016, a Câmara instituiu a Comissão Especial do Impeachment. Por 38 votos a 27, a Comissão aprovou no dia 11 de abril o parecer favorável à abertura do processo de afastamento da presidente. Em 17 de abril, o processo passou pelo plenário da Câmara onde recebeu 367 votos a favor e 137 contras. No Senado, em 12 de maio, por 55 votos a 22, foi aprovado que Dilma seria processada e afastada temporariamente do cargo para o julgamento. Em 21 de agosto, o Senado, após seis meses de julgamento, cassou por 61 votos a 20 o mandato de Dilma como presidente, mas manteve os seus direitos políticos.

Em seu primeiro pronunciamento oficial após a decisão do Senado de afastá-la do cargo de presidente, em abril de 2016, Dilma Rousseff classificou o processo do impeachment como um “golpe”, que desrespeitava as urnas, a vontade soberana do povo brasileiro e a Constituição (UOL, 2016). A legitimidade constitucional do processo de impeachment da presidente dividiu a opinião pública brasileira. Questionava-se, principalmente, o fato de os decretos de créditos suplementares assinados pela presidente fazerem parte da rotina do Executivo brasileiro; e a falta de evidência do crime de responsabilidade. Em 2 de abril de 2016, por exemplo, a Folha de São Paulo publicou um editorial no qual afirmava que: “Embora existam motivos para o impedimento, até porque a legislação estabelece farta gama de opções, nenhum deles é irrefutável. Não que falem indícios de má conduta; falta, até agora, comprovação cabal. Pedaladas fiscais são razão questionável numa cultura orçamentária ainda permissiva” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, [s.p.]).

Diversos setores da sociedade expressaram o seu apoio ao que apontavam ter sido uma destituição fruto de um golpe parlamentar. Nesse sentido, para André Singer, o impeachment de Dilma foi um “golpe por dentro da Constituição”, fruto de uma união entre o PMDB e o PSDB para retirar o PT do Executivo. Para respaldar sua análise, ele aponta para o fato de que diversos analistas apontem que o impeachment se constituiu num novo tipo de instabilidade na América Latina, substituindo os antigos golpes militares e sem implicar necessariamente na perda das liberdades democráticas. Na sua opinião, a instabilidade criada com o golpe parlamentar teria colocado a democracia brasileira sob ameaça, sem dissolvê-la (SINGER, 2018, p. 16-17).



Refleta

A educação e o avanço de pautas conservadoras

O Movimento Escola Sem Partido foi criado em 2004 por Miguel Nagib, baseando-se na crença de que professores utilizam o espaço de sala de aula para promover uma “doutrinação política e ideológica” entre alunos e para “usurpar” o papel dos pais dos alunos sobre a educação moral e religiosa dos seus filhos. Os professores seriam um então “exército organizado de militantes travestidos”, associados a ideias tidas como comunistas ou de esquerda, que “na cortina do segredo das salas de aula” costumavam impor aos alunos “a sua própria visão de mundo”. Fortemente criticado por profissionais da educação, o tema voltou a ganhar relevância no debate público brasileiro após o impeachment de Dilma Rousseff, com a apresentação de um projeto de lei no Senado pelo senador Magno Malta. Apesar do projeto de lei ter ficado parado no Senado ao longo do governo Temer, até ser arquivado em dezembro de 2018, ele voltou a ganhar a atenção ao entrar em pauta em diferentes câmaras municipais e estaduais no país, principalmente ao ser aprovado em cidades como Campinas (SP). Para professores e educadores em geral, o projeto restringiria o processo educativo por abrir espaço para que professores sejam denunciados ao abordar temas como religião e sexualidade com seus alunos. Os professores de História se tornaram nos últimos anos os principais alvos de críticas dos defensores do “Escola Sem Partido”, que questionam uma suposta história marxista que se mantém nas salas de aula no Brasil todo. A discussão em torno da “Escola Sem Partido” insere-se num quadro de avanço de pautas conservadoras na sociedade brasileira, de setores que questionam a importância e a validade de abordarmos alguns temas, como, por exemplo, a diversidade e a sexualidade. Ela suscita o questionamento da importância da liberdade de expressão no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, é possível ensinar história partindo de um pressuposto de que alguns temas não devam ser trabalhados em sala de aula? Além disso, quais os impactos da imposição de um clima de suspeição sobre as práticas dos professores e sobre o processo de aprendizagem dos alunos?

Em 31 de agosto, Temer foi efetivado como presidente da República. A primeira polêmica do seu governo foi a formação dos ministérios. Além de extinguir algumas pastas ministeriais do governo Dilma, dentre os seus ministros estavam nomes implicados na Operação Lava Jato. Apesar de o Brasil ser um país com maioria de homens e mulheres, a sua equipe ministerial era formada exclusivamente por homens brancos. Para Mário Augusto Medeiros da Silva, a composição dos ministérios, assim como o desmantelamento do

Ministério da Cultura, da Secretaria Especial de Mulheres, da Secretaria de Promoção de Políticas Raciais e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no primeiro dia do governo interino não poderiam ser lidas apenas como medidas do governo, mas como ataques simbólicos e políticos aos sujeitos sociais que tomaram expressão da cena pública inaugurada em 2002 com os governos do PT, que os inseriu na cena política institucional: negros, mulheres, LGBTs, sem terras, etc. (SILVA, 2016, p. 22) .

Ainda como presidente interino, Temer anunciou as primeiras medidas econômicas do seu governo, que já faziam parte do documento “Ponte para o Futuro”, lançado por ele e pelo seu partido quando ainda era vice-presidente, no qual eles se comprometiam a fazer reformas pró-mercado e de ajustes das contas públicas. Para tanto, o governo Temer aprovou algumas medidas como o congelamento do gasto públicos. Pelo teto de gastos, aprovado pelo Congresso no final de 2016, a despesa do governo só poderia aumentar na mesma proporção da inflação do ano anterior, o que resultaria na impossibilidade de crescimento real, e num congelamento dos gastos do Estado por até vinte anos. (CASTRO, 2017a) Temer iniciou também uma política de privatizações e concessões, com o incentivo ao investimento privado. Foram mudadas as regras de concessão de bens públicos à iniciativa privada, tornando os processos mais atrativos para os investidores, em diversas áreas como transporte, mineração e saneamento. Houve também a mudança na regra de exploração do pré-sal, de modo a aumentar a participação de empresas. A proposta do seu governo era atrair recursos para investimentos, que gerariam empregos e ajudariam na retomada do crescimento (CASTRO, 2016).

Nesse quadro, outra medida importante era a Reforma Trabalhista. Para atender a um pleito do empresariado, o projeto, aprovado em julho e que entrou em vigor em novembro de 2017, baseava-se numa “flexibilização” da legislação trabalhista, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), atendendo a um pleito do empresariado. Os patrões reclamavam das regras brasileiras, que classificavam como custosas e burocráticas, principalmente para se contratar e se demitir. O pacote de medidas aprovado pelo Congresso é uma das maiores modificações nas regras do trabalho desde que elas foram implantadas por Getúlio Vargas, em 1945. Apesar de desde o início o governo insistir no discurso de que a reforma não resultaria numa perda de direitos, os críticos da reforma afirmam que há nas medidas implementadas o perigo de precarização dos postos de trabalho e do enfraquecimento dos direitos legais dos trabalhadores (CASTRO, 2017b).

O governo interino de Temer foi marcado por denúncias de envolvimento do presidente interino em esquemas de corrupção e pelo fato dele ter escapado a todas elas e ter terminado o seu mandato, ao contrário da sua antecessora. Em maio de 2017, vieram a público informações sobre uma conversa gravada

entre Temer e Joesley Batista, um dos donos da JBS, na qual Temer supostamente dava o aval para comprar o silêncio do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Além disso, em 2018, ele se tornou alvo de um inquérito que apurava supostos repasses ilegais da Odebrecht ao PMDB, em 2014.

Em dezembro de 2018, Michel Temer encerrou o seu mandato com o maior índice de reprovação desde a redemocratização. Segundo levantamento do Datafolha, em 27 de dezembro de 2018, 62% dos entrevistados consideravam o seu governo ruim ou péssimo, e apenas 7% o consideravam bom ou ótimo. Tratou-se de uma leve melhoria na sua imagem, cuja rejeição em junho de 2018, após a “Greve dos Caminhoneiros” chegara a 82% (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018).



Pesquise mais

Os paralelos entre a “Greve dos caminhoneiros” (2018) e as “Manifestações de junho” (2013)

A paralisação dos caminhoneiros, entre maio e junho de 2018, gerou efeitos em todo o país e mobilizou o governo Temer, receoso de que os protestos ganhassem proporções equivalentes às “Manifestações de Junho”, de 2013. Em entrevista para Lilian Venturini, o sociólogo Marcelo Kunrath Silva aponta que a comparação entre os dois movimentos é pertinente, porém a grande diferença seriam os pedidos de intervenção militar presentes na paralisação dos caminhoneiros.

VENTURINI, L. O que une e o que separa a greve dos caminhoneiros dos protestos de 2013. *Nexo*, 2 jun. 2018.

Sem medo de errar

Nesta seção nós analisamos os dois mandatos da presidente Dilma Rousseff, assim como os eventos que levaram ao seu impeachment em agosto de 2016. Como vimos no nosso material, Dilma Rousseff foi a primeira mulher eleita para assumir o cargo de presidente da República. A sua eleição foi marcada por duas principais polêmicas: de um lado, o fato de ser uma mulher, o que demonstrava um preconceito de gênero sobre as suas reais possibilidades de atender às demandas do cargo; de outro, o seu passado como ex-militante de um grupo de esquerda armada durante o Regime Militar. Apesar desses dois entraves, Dilma teve a seu favor a alta popularidade que o PT tinha após o final do segundo mandato do ex-presidente Lula, assim como um quadro favorável para o crescimento econômico brasileiro. Entretanto, rapidamente, já no seu primeiro mandato, apesar de tudo indicar para um mandato tranquilo e uma governabilidade garantida pela maioria

conquistada na Câmara dos Deputados e no Congresso, as possibilidades de governar de Dilma se viram afetadas por uma mudança na economia internacional e, conseqüentemente, na brasileira; por escândalos de corrupção; e por questionamentos sobre o uso devido das verbas públicas, fruto dos gastos com a infraestrutura de dois eventos esportivos: a Copa das Confederações (2013) e a Copa do Mundo da Fifa (2014).

Ao ser reeleita, Dilma assumiu em 2015 um Brasil marcado por uma forte polarização política, que tendia a associar o PT aos males sofridos pelo país, sobretudo a corrupção e o baixo crescimento econômico. Conseqüentemente, sua popularidade passou a cair, fruto de uma perda de apoio social, do empresariado insatisfeito com a política econômica adotada no início do segundo mandato, e da sua própria base aliada parlamentar que questionava a perda de benefícios e o andamento dos processos investigativos da Operação Lava-Jato. Esse processo culminou em pedidos pela destituição da presidente, pedido esse que foi protocolado na Câmara em dezembro de 2015. Socialmente, Dilma desde o início já era considerada culpada. A legitimidade constitucional do seu processo levantou questionamentos, principalmente, devido à falta de provas cabais. A sociedade brasileira se dividiu, então, entre os que defendiam o processo do impeachment; e os que acusavam que havia um golpe parlamentar em curso.

Concluído o impeachment de Dilma, seu vice-presidente, Michel Temer, assumiu o cargo de presidente da República. As chamadas reformas de Temer passaram a mudar então a cara de um país marcado por mais de dez anos de governos do PT, devido, principalmente, ao seu alinhamento com o empresariado, que ameaça algumas conquistas sociais dos brasileiros, como os direitos trabalhistas.

Ao longo desse processo foi comum escutarmos que “cabera aos professores de história um dia tentar explicar tudo o que ocorreu”. Em quatro anos, entre 2015 e 2018, o Brasil mudou e parece que retrocedemos em algumas pautas culturais e sociais, com o avanço do conservadorismo. O historiador e o professor de História podem, sim, se posicionar frente a tudo o que acontece no seu tempo. A sua autoridade não se baseia apenas no estudo de um passado longínquo, numa lógica positivista de que a distância no tempo garante imparcialidade. A nossa formação crítica em História nos dá instrumentos suficientes para analisarmos o que ocorre no país, tendo em vista sempre uma duração mais longa que a cadeia imediata dos fatos.

1.

“Acabam de derrubar a primeira mulher presidenta do Brasil, sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment.

Mas o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido. Isto foi apenas o começo. O golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política progressista e democrática.

O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido.

O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência. Peço às brasileiras e aos brasileiros que me ouçam. Falo aos mais de 54 milhões que votaram em mim em 2014. Falo aos 110 milhões que avalizaram a eleição direta como forma de escolha dos presidentes.

Falo principalmente aos brasileiros que, durante meu governo, superaram a miséria, realizaram o sonho da casa própria, começaram a receber atendimento médico, entraram na universidade e deixaram de ser invisíveis aos olhos da Nação, passando a ter direitos que sempre lhes foram negados.

A descrença e a mágoa que nos atingem em momentos como esse são péssimas conselheiras. Não desistam da luta. (G1, 2016)

Em relação ao processo que resultou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, podemos afirmar:

- a) Diferentemente do impeachment de Fernando Collor de Melo, em 1992, o impeachment de Dilma não foi o resultado de uma ampla mobilização social contra a presidente, que contava com alta popularidade entre diferentes setores da sociedade brasileira.
- b) Os grupos que se mobilizaram a favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff foram os mesmos que em 1992 haviam se organizado nos movimentos caras-pintadas contra o presidente Fernando Collor de Melo.
- c) A grande diferença entre os processos de impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e o de Fernando Collor de Melo em 1992 foram os questionamentos sobre a legitimidade do processo sofrido pela primeira mulher a exercer o cargo de presidente da República, pois, para diversos setores sociais, se tratou de um golpe articulado pelo legislativo.

- d) Tanto em 1992 quanto em 2016, os dois presidentes depostos contavam com uma situação econômica estável e com a inflação controlada. Logo, as respectivas políticas econômicas não podem ser utilizadas como argumento para os processos de impeachment.
- e) A decepção com a corrupção, elemento importante para entendermos o processo de impeachment de Dilma Rousseff em 2016, não é um dos argumentos que explicam o processo contra Fernando Collor de Mello.

2.

“ Cinco anos depois, como o sr. define o que ocorreu em junho de 2013?

BRENO BRINGEL: Junho de 2013 é um evento com interpretações muito disputadas, mas ninguém nega já sua centralidade nos rumos do Brasil contemporâneo. Temos um leque muito variado de análises, que relacionam os protestos de 2013 à crise da Nova República, à emergência de novos sujeitos políticos, à emergência de uma “onda conservadora” e ao golpe [impeachment de Dilma Rousseff]. No entanto, cinco anos depois, ainda precisamos avaliar de maneira mais multidimensional suas origens e desdobramentos. A maioria das interpretações acabam focando em uma única dimensão ou simplificando demais as coisas. Por exemplo: não concordo com a ideia, bastante estendida, de que junho foi uma explosão de grupos somente de esquerda e que teria sido depois, progressivamente, capturado pela direita. A realidade é bem mais complexa. Tenho insistido desde então que foi, já em seu início, um ciclo de protestos altamente ambivalente e difuso com atores, discursos e demandas heterogêneas. Talvez um dos elementos mais interessantes e intrigantes seja justamente esse: atores à esquerda e à direita coexistindo nos mesmos espaços. E isso, lembremos, gerou muitos conflitos. Mas junho sobretudo foi um momento de abertura societária no país, com protestos que foram muito além dos movimentos organizados, chegando a indivíduos que antes não se mobilizavam (ou não estavam organizados) e à sociedade como um todo. (VENTURINI, 2018)

A partir do trecho da entrevista acima, podemos afirmar sobre as “Jornadas de Junho de 2013”:

- a) Há um consenso de que as “Jornadas de Junho de 2013” foram um movimento protagonizado por setores conservadores, vinculados à políticos de direita, que posteriormente teriam um papel importante nas manifestações que resultaram no impeachment da presidente Dilma Rousseff.
- b) Não há qualquer relação entre as “Jornadas de Junho de 2013” e as mobilizações sociais que ocorreram no Brasil nos anos posteriores, pois as formas de organização, os atores e coletivos sociais envolvidos e as demandas eram circunstanciais

- e deixaram de fazer parte da arena pública e dos debates sobre os rumos do país.
- c) Nota-se ainda hoje uma disputa de sentido sobre o legado das “Jornadas de Junho de 2013” relacionada principalmente ao perfil social heterogêneo dos seus participantes, da diversidade de demandas, da mudança das características da mobilização ao longo do mês e em diferentes regiões do país.
 - d) As “Jornadas de Junho de 2013” foram um movimento organizado pelos partidos de oposição ao governo de Dilma Rousseff que encontraram nas parcelas jovens da sociedade brasileira um grupo que se encontrava órfão na vida política brasileira e que buscava formas próprias de participação.
 - e) A importância das “Jornadas de Junho de 2013” se restringiu ao período anterior à Copa do Mundo da Fifa de 2014, não reverberando nas mobilizações posteriores, nem gerando qualquer tipo de temor no governo Temer de que eventos similares voltassem a se repetir.

3. Durante a entrega do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, a então presidente Dilma Rousseff fez o seguinte discurso:

“A verdade não significa revanchismo. A verdade não deve ser motivo para ódio ou acerto de contas. A verdade liberta todos nós do que ficou por dizer, por explicar, por saber. Liberta daquilo que permaneceu oculto, de lugares que nós não sabemos aonde foram depositados os corpos de muitas pessoas. Mas faz com que agora tudo possa ser dito, explicado e sabido. A verdade produz consciência, aprendizado, conhecimento e respeito. A verdade significa, acima de tudo, a oportunidade de fazer um encontro com nós mesmos, com a nossa história e do nosso povo com a sua história.

A verdade é uma homenagem a um Brasil que já trilha três décadas de um caminho democrático. E que empenharemos todas forças de todos nós para que assim persista.

Hoje, o mundo celebra o dia Internacional dos Direitos Humanos, em homenagem à Declaração Universal dos Direitos Humanos, que completa 66 anos de existência. Tornar público este relatório nesta data é um tributo a todas as mulheres e homens do mundo que lutaram pela liberdade e pela democracia e, com essa luta, ajudaram a construir marcos civilizatórios e tornaram a humanidade melhor.

Parabéns à Comissão Nacional da Verdade. Parabéns a todos que contribuíram para a produção deste relatório. O Brasil, certamente, saberá reconhecer a importância deste trabalho que torna a nossa democracia ainda mais forte. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014)

A partir da análise do discurso de Dilma Rousseff, podemos afirmar sobre os debates em torno da Comissão Nacional da Verdade:

- a) A Comissão Nacional da Verdade foi uma comissão instituída pela presidenta Dilma Rousseff para investigar as violações aos direitos humanos cometidas durante a última ditadura militar e os seus resultados resultaram no julgamento daqueles apontados como responsáveis pelos crimes cometidos. Por isso, a necessidade da presidente de afirmar que não se tratava de uma medida revanchista e, sim, de busca pela verdade.
- b) Uma das críticas sofridas por Dilma Rousseff durante as discussões em torno da implementação da Comissão Nacional da Verdade foi a acusação de que se tratava de uma atitude revanchista da presidente, relacionada ao fato de ela mesma ter sido vítima de tortura durante a última ditadura. Por isso, a presidenta em seu discurso exalta a importância simbólica da investigação e do relatório da Comissão para todos os brasileiros, independentemente de sectarismos.
- c) Dilma Rousseff exalta o compromisso com a verdade da Comissão Nacional da Verdade para responder às críticas de que a Comissão não investigou os dois lados das violações aos direitos humanos cometidos durante a ditadura, já que as Forças Armadas e os ex-militares não foram chamados para prestar depoimentos.
- d) A aprovação da Comissão Nacional da Verdade é um dos elementos que nos ajudam a entender o processo de impeachment sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, pois ela mexeu em temas polêmicos da história recente brasileira, que já se encontravam solucionados e apaziguados nos espaços públicos brasileiros.
- e) A entrega do relatório final da Comissão Nacional da Verdade foi o primeiro momento em que Dilma Rousseff, ocupando o papel de presidenta da República, fez referência ao seu passado como ex-guerrilheira e a tortura sofrida por ela durante a ditadura, pelo receio de que o conhecimento público sobre essas informações pudesse criar barreiras para a governabilidade do seu mandato.

Referências

- ABRUCIO, Fernando; COUTO, Cláudio G. O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições. *In: Tempo social*. São Paulo: Departamento de Sociologia da USP, V. 15, n.2, nov. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200011. Acesso em: 7 mar. 2019.
- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. **História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil: 1979-1989**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. A política social no Governo Lula. *In: Novos Estudos CEBRAP*, n. 70, nov. 2004. Disponível em: http://socialsciences.scielo.org/pdf/pdf/s_nec/v1nse/Maria_Herm%EDnia_Tavares_de_Almeida.pdf. Acesso em: 7 mar. 2019.
- ALONSO, Antônio. Há 19 anos, 100 mil marchavam contra o governo FHC. **Fundação Perseu Abramo**. Publicado em 27 ago. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2018/08/27/ha-19-anos-100-mil-marchavam-contr-governo-fhc>. Acesos em: 7 mar. 2019.
- AMARAL, Roberto. A construção conservadora. *In: AMARAL, Roberto (coord.). Os paulistas no poder*. Niterói: Casa Jorge Editorial, 1995.
- AMATO, Fábio; MARTELLO, Alexandre. Entenda as ‘pedaladas fiscais’ e o que o TCU avalia nas contas do governo. **G1**. Publicado em 17 jun. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/06/entenda-pedaladas-fiscais-e-o-que-o-tcu-avalia-nas-contas-do-governo.html> Acesso em 10 fev. 2019.
- ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. Versão estendida do original publicado na revista **London Review of Books**, v. 33, n.7, 31 mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n91/a02n91.pdf> Acesso em: 7 mar. 2019.
- ANTUNES, André. **Cinco anos das Jornadas de Junho: um legado em disputa**. Publicado em 15 jun. 2018 Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/cinco-anos-das-jornadas-de-junho-um-legado-em-disputa> Acesso em 11/02/2019. Acesso em: 7 mar. 2019.
- ARRUTI, José Maurício. Quilombos. *In: SANSONE, Livio (org.) [et.al.]. Raça: novas perspectivas antropológicas*. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia, EDUFBA, 2008.
- ASSIS, CHARLESTON JOSÉ DE SOUSA. Cultura política e participação popular na transição: uma análise do Plano Cruzado. *In: ANPUH. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434744677_ARQUIVO_ComunicacaoCharlestonAssisAnpuh2015.pdf. Acesso em: 7 mar. 2019.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014). *In: Opinião Pública*, Campinas, v. 24, n. 2, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v24n2/1807-0191-op-24-2-0270.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2019.
- BBC. **Após atrasos, polêmicas e protestos, Mundial começa no Brasil**. Publicado em 12 jun. 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/06/140611_abertura_copa_psj.

Acesso em: 10 fev. 2019.

BBC. **Brasil recruta a 1ª leva de estrangeiros do Mais Médicos; entenda.** Publicado em 14 ago. 2013. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/08/130814_mais_medicos_mdb Acesso em: 9 fev. 2019.

BBC. **De aprovação recorde ao impeachment:** relembre os principais momentos do governo Dilma. Publicado em 29 ago. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37207258> Acesso em: 9 fev. 2019.

BENITES, Afonso. Carta de Temer expõe racha e abre porta de saída do Governo Dilma. **BBC.** Publicado em 8 dez. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/08/politica/1449576293_761185.html Acesso em: 11 fev. 2019.

BONIN, Robson. Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope. *In: G1.* Publicado em 16 dez. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html> Acesso em: 7 mar. 2019.

BORGES, Rodolfo. Dia D do PDMB: Partido deixa o Governo Dilma e sela fim da aliança com PT. **El País.** Publicado em 31 mar. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/28/politica/1459192238_532385.html Acesso em: 12 fev. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Íntegra do discurso de posse da presidente Dilma Rousseff no Congresso.** Disponível em: <https://bit.ly/2YZmmWf>. Acesso em: 6 mar. 2019.

CARVALHO, Alessandra. As eleições presidenciais de 1989: sonhos, desejos e medos da década vivida. *In: QUADRAT, Samantha Viz. Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate.* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015

CASTRO, José Roberto. A reforma da Previdência morreu? Como fica o governo Temer sem ela. **Nexo.** Publicado em 7 nov. 2017a. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/07/A-reforma-da-Previd%C3%Aancia-morreu-Como-fica-o-governo-Temer-sem-ela> Acesso em: 12 fev. 2019.

CASTRO, José Roberto. O que muda com a entrada em vigor da reforma trabalhista. **Nexo.** Publicado em 10 nov. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/10/O-que-muda-com-a-entrada-em-vigor-da-reforma-trabalhista> Acesso em: 12 fev. 2019.

CASTRO, José Roberto. Ponte para o futuro em prática: como é o plano de privatizações e concessões de Temer. **Nexo.** Publicado em 13 set. 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/09/13/%E2%80%98Ponte-para-o-futuro%E2%80%99-em-pr%C3%A1tica-como-%C3%A9-o-plano-de-privatiza%C3%A7%C3%B5es-e-concess%C3%B5es-de-Temer> Acesso em: 12 fev. 2019.

CASTRO, José Roberto. Quais os argumentos de quem vê exagero na crítica à Nova Matriz Econômica. **Nexo**. Publicado em 4 out. 2017c. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/10/04/Quais-os-argumentos-de-quem-v%C3%AA-exagero-na-cr%C3%ADtica-%C3%A0-%E2%80%98Nova-Matriz-Econ%C3%B4mica%E2%80%99> Acesso em: 10 fev. 2019.

COSTA, Ana Nicolaci; VERSIANI, Isabel. Brasil integrará grupo de credores do FMI. *In: REUTERS*. Publicado em 9 abr. 2009. Disponível em: <https://br.reuters.com/article/topNews/idBRSPE5380KX20090409>. Acesso em: 7 mar. 2019.

COSTA, Fabiano; MENDES, Priscilla; PASSARINHO, Nathalia. **Dilma propõe 5 pactos e plebiscito para constituinte da reforma política**. Publicado em 24 jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-propoe-5-pactos-e-plebiscito-para-constituinte-da-reforma-politica.html> Acesso em: 11 fev. 2019.

COUTINHO, Ciro; FIGUEIREDO, Rubens. A eleição de 2002. *In: Opinião Pública*, Campinas, v. 9, n. 2, out. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762003000200005. Acesso em: 7 mar. 2019.

CPDOC. Partido Social da Democracia Brasileira (PSD). *In: Dicionário Histórico-Biográfico*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-da-social-democracia-brasileira--psdb>. Acesso em: 1 mar. 2019.

CPDOC. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). *In: Dicionário Histórico-Biográfico*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-dos-trabalhadores-sem-terra-mst>. Acesso em: 1 mar. 2019.

D'ANDREA, Tiaraju. Samba de Raiz e redemocratização. *In: ANPUH-SP. Anais eletrônicos do XXIII Encontro Estadual de História*. Disponível em: http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/anais/48/1467738457_ARQUIVO_SambadeRaizDemocratizacao.pdf. Acesso em: 7 mar. 2019.

DIAS, Rodrigo Francisco. Tancredo Neves e a redemocratização do Brasil. *In: Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*, v. 7, n. 3, set./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/3375>. Acesso em: 20 jan. 2019.

DUARTE, Aimée Schneider. **Agenda oculta: a Constituinte de 1987-88 e seus fundamentos culturais**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2017.

ÉPOCA. **Dilma sanciona a lei que cria a Comissão da Verdade**. Publicado em 18 nov. 2011. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Brasil/noticia/2011/11/dilma-sanciona-lei-que-cria-comissao-da-verdade.html> Acesso em: 11 fev. 2019.

ESTADÃO. **Retrospectiva 2011**: Em posse, Dilma Rousseff estreia com discurso conciliador. Publicado em 18 dez. 2011. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,retrospectiva-2011-em-posse-dilma-rousseff-estrela-com-discurso-conciliador,812630>. Aceso em: 7 mar. 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FORTES, Alexandre. Memórias do PT: as vozes e seus construtores. In: FICO, Carlos (org.) [et.al.]. **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Folha adotará 'presidente' para se referir a Dilma**. Publicado em 1 nov. 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0111201037.htm> Acesso em: 9 fev. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Após reprovação recorde, Temer encerra governo com rejeição em queda, mostra Datafolha**. Publicado em 27 dez. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/apos-reprovacao-recorde-temer-encerra-governo-com-rejeicao-em-queda.shtml>. Acesso em: 7 mar. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Índios entregam carta de protesto a Fernando Henrique**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/reportagens.htm>. Acesso em: 7 mar. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Mentir sob tortura não é fácil, reage ministra**. Publicado em 8 maio 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0805200823.htm>. Acesso em: 7 mar. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Nem Dilma nem Temer**. Publicado em 2 abr. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/04/1756924-nem-dilma-nem-temer.shtml> Acesso em: 12 fev. 2019.

G1. **Íntegra do discurso de Dilma após o impeachment**. Publicado em 31 ago. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/integra-do-discurso-de-dilma-apos-impeachment.html>. Acesso em: 7 mar. 2019.

GAUCHAZH. **De reformas a impopularidade**: um balanço do governo Temer. Publicado em 24 dez. 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/12/de-reformas-a-impopularidade-um-balanco-do-governo-temer-cjq1qjkm0n7z01rxmmez3muy.html> Acesso em: 12 fev. 2019.

GIFE. Lei que estabelece o ensino da história e cultura afro-brasileira completa 15 anos e ainda enfrenta dificuldades de implementação. Publicado em 23 abr. 2018. Disponível em: <https://gife.org.br/lei-que-torna-ensino-da-historia-e-cultura-afro-brasileira-completa-15-anos/>. Acesso em: 7 mar. 2019.

GOVERNO DO BRASIL. **Uso da palavra "Presidenta"**. Publicado em 19 nov. 2010. Governo do Brasil [recurso eletrônico]. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2010/11/uso-da-palavra-presidenta>. Acesso em: 6 mar. 2019.

HADDAD, Fernando. Vivi na pele o que aprendi nos livros. In: **Piauí**, edição 129, jun. 2017. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/vivi-na-pele-o-que-aprendi-nos-livros/> Aceso em: 7 mar. 2019.

IGLESIAS, Simone. No primeiro mandato, Dilma recebeu somente 15 dos 594 parlamentares. **O Globo**. Publicado em 9 nov. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/no-primeiro-mandato-dilma-recebeu-somente-15-dos-594-parlamentares-14512018> Acesso em: 7 mar. 2019.

LEITE, Marcelo. Crises derrubam a popularidade de Dilma, Alckmin e Haddad. **Folha de São Paulo**. Publicado em 7 fev. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/02/1586836-corrupcao-em-estatal-e-crise-economica-fazem-popularidade-de-dilma-despençar.shtml>. Acesso em: 7 mar. 2019.

LEMONS, Iara. Acordo cria comissão para reduzir diferenças comerciais de Brasil e EUA. **G1**. Publicado em 19 mar. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/obama-no-brasil/noticia/2011/03/durante-visita-de-obama-brasil-e-eua-assinam-10-acordos-bilaterais.html> Acesso em: 7 mar. 2019.

LEMONS, Maria Teresa Toribio Brittes. **Considerações sobre o Programa Social do Governo Fernando Henrique Cardoso**. Disponível em: <http://crab.rutgers.edu/~goertzel/MariaLemons.doc> Acesso em: 7 mar. 2019.

LEONARDÃO, Elsie. A relação entre modernização neoliberal e práticas políticas atrasadas no Brasil dos anos 1990. *In: Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 16, n. 31, nov. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v16n31/v16n31a14.pdf> Acesso em: 7 mar. 2019.

LIMA, Marcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: Ações afirmativas no governo Lula. *In: Novos Tempos, CEBRAP*. n. 87, São Paulo, Jul. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200005. Acesso em: 29 jan. 2019.

MARCELINO, Douglas Attila. Representações da nação: a morte e os funerais de Tancredo Neves. *In: ANPUH-RJ. Anais do XIII Encontro de História Anpuh-Rio*. Disponível: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212627238_ARQUIVO_TEXTODAANPUH2008.pdf. Acesso em: 7 mar. 2019.

Marco Aurélio (Orgs.). **Brasil: Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Boitempo, p.11-29, 2010

MARTINS, José de Souza. **A Política do Brasil Lúmpen e Místico**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MATTOS, H. Historiadores pela Democracia. **Carta Maior** [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Historiadores-Pela-Democracia/4/36271>. Acesso em: 6 mar. 2019.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Movimentos Sociais ocupam as cidades**. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/novos-movimentos-sociais-na-cena-urbana>. Acesso em: 6 mar. 2019.

MEDEIROS, Êtore; MORAES, Maurício. Checamos 12 argumentos pró e contra o impeachment. **Pública - Agência de Jornalismo Investigativo**. Disponível em: <https://apublica.org/2016/04/truco-checamos-12-argumentos-pro-e-contra-o-impeachment/> Acesso em: 7 mar. 2019.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; OGANDO, Ana Carolina. Discursos sobre o feminino: Ética do Cuidado e Essencialismo Estratégico nos programas do HGPE de Dilma. *In: Encontro Anual*

da ANPOCS, 35, 2011, Caxambu. **Anais do 35º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. Caxambu, 2011. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?>. Acesso em: 8 abr. 2019.

MEMORIAL da democracia. **E o som da periferia agora é tendência**. 23 abr. 2009. <http://memorialdademocracia.com.br/card/e-o-som-da-periferia-vira-mainstream>. Acesso em: 1 mar. 2019.

MEMORIAL da democracia. **Protesto marca 500 anos do descobrimento**. 22 abr. 2000. <http://memorialdademocracia.com.br/card/protesto-marca-500-anos-do-descobrimento>. Acesso em: 1 mar. 2019.

MIRANDA, Tiago. **Primeira eleição direta contou com 22 candidatos à presidência da República - Bloco 4**. 22 abr. 2014. <https://bit.ly/2UABjPb>. Acesso em: 8 abr. 2019.

NEGRÃO, João José de Oliveira. O governo FHC e o neoliberalismo. *In: Lutas Sociais. Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS)*. PUC/SP, n.1, 1996. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18809>. Acesso em: 7 mar. 2019.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em Movimento. Da Abertura Democrática ao Governo Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

O GLOBO. **Avaliação positiva de Dilma despensa de 42% para 23%, diz Datafolha**. Publicado em 7 fev. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/avaliacao-positiva-de-dilma-despensa-de-42-para-23-diz-datafolha-15276882> Acesso em: 7 mar. 2019.

OLIVEIRA, Francisco. Quem tem medo da governabilidade?. *In: Novos Estudos CEBRAP*, n. 34, novembro 1992. [option=com_docman&task=doc_view&gid=1078&Itemid=353](http://www.cebrap.org.br/option=com_docman&task=doc_view&gid=1078&Itemid=353). Acesso em: 7 mar. 2019.

PAIVA, Luis Henrique; FALCÃO, Tiago; BARTHOLO, Leticia. Do Bolsa Família ao Brasil sem Miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. *In: Internacional Policy – Centre for Inclusive Growth*, nov. 2013. Disponível em: http://www.ipc-undp.org/pub/port/OP228PT_Do_Bolsa_Familia_ao_Brasil_Sem_Miseria.pdf. Acesso em: 3 mar. 2019.

PASSARINHO, Nathalia. Dilma chora ao receber relatório final da Comissão da Verdade. **G1**. Publicado em 10 dez. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/dilma-chora-ao-receber-relatorio-final-da-comissao-da-verdade.html>. Acesso em: 3 mar. 2019.

PASSARINHO, Nathalia. Eduardo Cunha autoriza abrir processo de impeachment de Dilma. **G1**. Publicado em 2 dez.2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/eduardo-cunha-informa-que-autorizou-processo-de-impeachment-de-dilma.html> Acesso em: 7 mar. 2019.

PEREIRA, Joseceto Costa de Almeida. O Neoliberalismo no Mercosul. *In: Novos Estudos Jurídicos*, n. 2, 2º semestre 1995, Itajaí.

PERLATTO, Fernando. Decifrando o governo Lula: interpretações sobre o Brasil Contemporâneo. In: **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v.15, n.1, jan/jun 2015. Disponível em: <http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol15/artigo4evol15-1.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2019.

PERLATTO, Fernando. Momento Lênin. **Novos Estudos** Cebrap. v.75, jul. 2006.

PICCOLO. A privatização estruturada: O PND no Governo Collor (1990-1992)”. In: **Outros Tempos**, v. 10, n. 16. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/view/292/279. Acesso em: 7 mar. 2019.

PIRES, Teresinha Maria de Carvalho Cruz. A construção da imagem política de Dilma Rousseff como Mãe do povo brasileiro. In: **Revista Debates**, Porto Alegre, v.5, n.1, jan-jun. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/20474/12128>. Acesso em: 7 mar. 2019.

QUADRAT, Samantha Viz. Apresentação. In: QUADRAT, Samantha Viz. **Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

SADER, Emir. Brasil, de Getúlio a Lula. In: SADER, Emir; GARCIA,

SALIM, Diego de Moraes. **Pegou a guitarra e foi ao cinema: rock e juventude na filmografia de Lael Rodrigues nos anos 1980**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1721.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2019.

SALLUM JR., Brasília. **O Brasil sob Cardoso: Neoliberalismo e Desenvolvimento**. In: **Tempo**

SALLUM JR., Brasília. Transição política e crise de Estado. In: **Lua Nova**. Ceder; 32, 1994.

SARNEY, J. **Presidenta ou Presidente**. Academia Brasileira de Letras, 19 nov. 2010. Disponível em: <http://www.academia.org.br/artigos/presidenta-ou-presidente>. Acesso em: 6 mar. 2019.

SAVARESE, Mauricio. Balanço do governo Lula exalta queda dos juros e omite escândalos. **Uol notícias**, publicado em 15 dez. 2010. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2010/12/15/balanco-do-governo-lula-exalta-queda-dos-juros-e-omite-escandalos.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em: 7 mar. 2019.

SEQUEIRA, Claudio Dantas. Corrupção desmascarada. **Istoé**. Publicado em 21 dez. 2011. Disponível em: https://istoe.com.br/183784_CORRUPCAO+DESMASCARADA/ Acesso em: 7 mar. 2019.

SILVA, Mario Augusto Medeiros da. Nada novo em 400 homens brancos decidirem o destino do Brasil. In: **Temáticas**, Campinas, n. 24, p. 47-48, fev./dez. 2016.

SINGER, André. Brasil: junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos – CEBRAP**. n. 97, São Paulo, Nov. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300003 Acesso em: 12 fev. 2019.

SINGER, André. **O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. **Social**. São Paulo: Departamento de Sociologia da USP, V. 11, n. 2, out. 1999.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do Golpe** – Entenda como e por que você foi enganado. São Paulo: LeYa, 2016.

TERRA. Dilma propõe 5 pactos a prefeitos e governadores. **Terra Notícias**. Publicado em 24 jun. 2013. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/dilma-propoe-5-pactos-a-prefeitos-e-governadores,49f79ec05cb6f310VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html> Acesso em: 11 fev. 2019.

TOLEDO, José Roberto de. Desemprego cresce 38% no governo FHC. *In: Folha de São Paulo*, publicado em 31 de jan. 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi31019919.htm> Acesso em: 7 mar. 2019.

UOL. **Sofro a dor da injustiça, diz Dilma após afastamento**. Publicado em 12 maio 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/12/pronunciamento-de-dilma-rousseff.htm> Acesso em: 11 fev. 2016.

VENTURINI, L. O que une e o que separa a greve dos caminhoneiros dos protestos de 2013. **Nexo**, 2 jun. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2018/06/02/O-que-une-e-o-que-separa--a-greve-dos-caminhoneiros-dos-protestos-de-2013>. Acesso em: 12 fev. 2019.

VENTURINI, Lilian. Como ler junho de 2013 com os olhos de 2018, segundo este pesquisador. **Nexo Jornal**. Publicado em 9 jun. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2018/06/09/Como-ler-junho-de-2013-com-os-olhos-de-2018-segundo-este-pesquisador>. Acesso em: 7 mar. 2019.

VENTURINI, Lilian. Constituição cidadã, 30 anos: direitos, amarras e desafios. **Nexo**. Publicado em 21 set. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2018/09/21/Constitui%C3%A7%C3%A3o-cidad%C3%A3-30-anos-direitos-amarras-e-desafios>. Acesso em: 7 mar. 2019.

VERSIANI, Maria Helena. Uma República na Constituinte (1985-1988). *In: Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n. 60, 2010

ISBN 978-85-522-1459-5



9 788552 214595 >